

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**Fabiana da Costa Pereira**

**EDUCAR PARA A CIDADANIA POR MEIO DA PROGRAMAÇÃO DA  
TEVÊ PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DA TVE DE PORTO ALEGRE/RS**

**Santa Maria, RS  
2018**

**Fabiana da Costa Pereira**

**EDUCAR PARA A CIDADANIA POR MEIO DA PROGRAMAÇÃO DA TVÊ  
PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DA TVE DE PORTO ALEGRE/RS**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em Comunicação.**

Orientador: Professora Dr<sup>a</sup> Maria Ivete Trevisan Fossá

**Santa Maria, RS  
2018**

Pereira, Fabiana

Educar para a cidadania por meio da programação da tevê pública: a experiência da TVE de Porto Alegre/RS / Fabiana Pereira.- 2018.

220 p.; 30 cm

Orientadora: Maria Ivete Trevisan Fossá  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2018

1. Educação para a Cidadania 2. Comunicação Pública 3. Tevê Educativa 4. Estratégias Comunicacionais 5. TVE de Porto Alegre I. Trevisan Fossá, Maria Ivete II. Título.

**Fabiana da Costa Pereira**

**EDUCAR PARA A CIDADANIA POR MEIO DA PROGRAMAÇÃO DA TEVÊ  
PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DA TVE DE PORTO ALEGRE/RS**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em Comunicação.**

**Aprovado em 28 de março de 2018:**

COMISSÃO EXAMINADORA:

*Maria Ivete Trevisan Fossá*

MARIA IVETE TREVISAN FOSSÁ, Dr.<sup>a</sup>. (UFSM)  
Presidente/Orientador

*Flavi Ferreira Lisboa Filho*

FLAVI FERREIRA LISBOA FILHO, Dr. (UFSM)

*Iluska Maria da Silva Coutinho*

ILUSKA MARIA DA SILVA COUTINHO, Dr.<sup>a</sup>.  
(UFJF) PARTICIPAÇÃO POR VÍDEO

*Liliane Dutra Brignol*

LILIANE DUTRA BRIGNOL, Dr.<sup>a</sup>. (UFSM)

*Silvio Henrique Vieira Barbosa*

SILVIO HENRIQUE VIEIRA BARBOSA, Dr.  
(CÁSPER LÍBERO) PARTICIPAÇÃO POR  
VÍDEO

Santa Maria, 28 de março de 2018

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado ao meu marido, Claudemir Pereira, e aos meus filhos, Bianca e Pedro, na certeza de que tudo é possível se a gente acredita. E se torna mais fácil se temos apoio. Enfim, como já dizia Raúl Seixas: “basta ser sincero e desejar profundo, você será capaz de sacudir o mundo”. Assim acredito!

## AGRADECIMENTOS

São muitos e para muitos. São tantos que neste período de quatro anos passaram pela minha vida, que não tenho como nominar. Tem os que fazem estrada ao meu lado e os que estiveram comigo por um momento. A todos, meu agradecimento: alunxs, colegas, professores, amigos, chefes, parceiros e virtuais companheiros. Obrigada!

Em especial, agradeço àqueles que nesta caminhada específica do doutorado, se fizeram mais constantes:

- a minha orientadora, Professora Dr<sup>a</sup> Ivete Fossa, que há 6 anos oportuniza espaço de pesquisa e de aprendizado, reiterando a cada momento que no nosso ‘passo de cada vez, chegamos lá’. E chegamos, aos tropeços, remendos, vitórias e superação. Chegamos! Pela confiança, entender minhas ausências e se fazer presença quando esteve difícil, obrigada de coração.
- aos colegas do doutorado, que são suporte, apoio e incentivo. Sem vocês não teria a menor graça, o menor sentido, nenhuma torcida e nenhum equilíbrio: Mirian, Camila, Jonária, Ana, Ana Cássia, Adriana, Fabiano, Tina, Denise, Kali e Rafa. Se valeu.
- aos colegas de Grupo de Pesquisa: Pati, Charlene, Taisa, Rafaela, Kaliandra, Pati Pichler, Natália e Amanda, mais que convivência, tivemos experiências. E por isso ficam saudades.
- em especial, preciso agradecer a Fa (ou Bibi, ou Fabrise Muller), que mais que colega e amiga, foi inspiração e companhia até o último momento, foi magia e presente, foi suporte e conselho, sem você, não chegaria deste jeito.
- à minha banca, Professora Dr<sup>a</sup> Iluska Coutinho, Professor Dr. Silvio Barbosa, Professora Dr<sup>a</sup> Liliane Brignol e Professor Dr. Flavi Ferreira Filho - obrigada pela leitura atenta do trabalho na qualificação e pelos caminhos apontados que me trouxeram aqui. Foi especial e essencial contar com vocês. Cresci, aprendi e amadureci.
- minhas amigas irmãs/irmãs amigas Sione Gomes, Eina Gomes, Cristina Santos e Yhevelin Guerin, de quem muitas vezes me afastei, mas nunca abandonei.
- aos colegas de Unifra, que perguntam, incentivam e deixam a caminhada mais feliz.
- agradeço aos ex-presidentes, Lula e Dilma, que oportunizaram um Brasil melhor, com mais educação, imprescindível para a conquista deste sonho nesta universidade pública, gratuita e de qualidade que é a Universidade Federal de Santa Maria. Sem vocês, não teria oportunidade de começar, quem dirá terminar.

E, pela importância sem igual na minha vida, agradeço a minha mãe Lurdes; meu pai Emir; que foram colo e ouvidos incondicionais; irmãs, irmão, cunhadas, cunhados e sobrinhos, que foram retaguarda na ausência e inspiração na permanência.

Enfim, e com certeza, de forma mais especial, agradeço minha família: meu amor marido, marido amor, Claudemir Pereira, e meus filhos, Bianca e Pedro, que foram parceiros, companheiros, afagos, suportes, estímulos, cuidados e dedicação. Juntos encararam mais quatro anos de ausências e interferências no nosso já tão corrido dia a dia. Amores, acabou e posso dizer ‘voltei’!

Agradeço à Deus, na minha fé, presente no meu ‘anjo da guarda’, meu guia, orientação, suporte e conforto de coração.

### **EPIÍGRAFE**

*A restauração da democracia e o conseqüente crescimento de novas formas de vivências democráticas despertam a necessidade de informação voltada para a construção da cidadania. A própria noção de cidadania sofre mudanças e começa a ser entendida de forma menos passiva e mais participativa, apreendida como o livre exercício de direitos e deveres, situação para a qual só se está preparado quando existem condições de informação e comunicação. A comunicação é hoje um ator político proeminente e é parte constituinte da formação do novo espaço público. (Elizabeth Pazito Brandão, 2012, p. 10)*

## RESUMO

### EDUCAR PARA A CIDADANIA POR MEIO DA PROGRAMAÇÃO DA TEVÊ PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DA TVE DE PORTO ALEGRE/RS

AUTORA: Fabiana da Costa Pereira

ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Ivete Trevisan Fossá

Esta tese tem como tema a educação para a cidadania nas tevês públicas, delimitado em assuntos relacionados às tevês educativas, especificamente num olhar sob a programação própria da TVE de Porto Alegre, RS. A questão central proposta para problematizar o tema está definida na pergunta: como a TVE aciona estratégias de educação para a cidadania na sua programação própria? A justificativa de sua execução é a urgente necessidade de mudanças na conformação do sistema de comunicação brasileiro que está configurado com os canais comerciais no sistema aberto e grande parte dos canais de comunicação pública no sistema pago. Essa proposição de mudança só se realizará quando houver pressão da população junto ao Congresso Nacional para que sejam revistas as concessões públicas do setor de radiodifusão brasileiro. Nesse sentido, entendemos que é papel da própria comunicação pública educar a população na busca da cidadania, incluindo nessa perspectiva o direito à comunicação, considerando o direito a receber, produzir e difundir informações. Ações que levarão à democratização da comunicação no país e ao real propósito da comunicação pública, que deverá complementar o sistema privado e estatal. O objetivo geral deste estudo é analisar as estratégias de educação para a cidadania acionadas pela programação própria da TVE de Porto Alegre. Os objetivos específicos buscam problematizar o entendimento sobre educação para a cidadania no contexto de uma tevê pública; examinar a programação própria veiculada pela TVE de Porto Alegre e identificar as estratégias de educação para a cidadania acionadas pela programação. A metodologia é de natureza qualitativa, realizada através de estudo de caso. O método de análise tem por base a análise textual de material audiovisual, a partir de Casetti e Chio (1999), somado à análise documental e às entrevistas em profundidade. Nas considerações finais identificamos alguns passos da TVE em direção a uma educação para a cidadania a partir de estratégias presentes na programação, como a presença de diferentes grupos, o olhar através de perspectivas variadas, espaço para os acontecimentos locais e que partem da realidade das comunidades, as informações detalhadas, entre outros. Porém, ao mesmo tempo, há uma manutenção das práticas jornalísticas dos veículos comerciais, principalmente no que diz respeito ao formato dos programas e formas de participação ainda muito vinculadas às entrevistas. Nesse sentido, é premente pensar o fazer jornalístico e o papel de protagonista da população numa perspectiva onde a educação para a cidadania se faça efetiva.

**Palavras-chave:** Educação para a Cidadania. Comunicação Pública. Tevê Educativa. Estratégias Comunicacionais. TVE de Porto Alegre.



## ABSTRACT

### **EDUCATION FOR CITIZENSHIP BY MEANS OF PUBLIC TV PROGRAMMING: THE EXPERIENCES OF TVE FROM PORTO ALEGRE/RS**

AUTOR: Fabiana da Costa Pereira

ADVISOR: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Ivete Trevisan Fossá

This research has as its theme the citizenship education in public TVs, delimited in subjects related to educational TV, looking specifically to the programs of the local TVE of Porto Alegre, RS. The central issue proposed to problematize the theme is defined in the question: how can public TV trigger citizenship education strategies from its own programming? The justification for its execution is the urgent need for changes in the conformation of the Brazilian communication system that is configured with the commercial channels in the open system and most of the public communication channels in the paid system. This proposal for change will only take place with pressure from the population at the National Congress to review the public concessions of the Brazilian broadcasting sector. In this sense, we understand that it is the role of public communication itself to educate the population in the pursuit of citizenship, including in this perspective the right to communication, considering the right to receive, produce and disseminate information. Actions that will lead to the democratization of the communication in the country and the real purpose of public communication, which should complement the private and public system. The general objective of this study is to analyze the citizenship education strategies triggered by the broadcast of the local TVE of Porto Alegre. The specific objectives seek to problematize the understanding of citizenship education in the context of a public TV; to investigate the local broadcast by TVE of Porto Alegre and to identify the citizenship education strategies of the local TV. The methodology is qualitative in nature, carried through a case study. The method of analysis is based on the textual analysis of audiovisual material, from Casetti and Chio (1999). In the final considerations, we identified some steps already taken by TVE towards a citizenship education throughout strategies that are present in the programming, like the presence of different groups, the perception of various perspectives, space for local events that depart from the reality of the communities, detail information, between others. However, at the same time, there is a maintenance of the journalistic practices of commercial vehicles, especially regarding the format of the programs and forms of participation that are still very linked to interviews. In this sense, it is urgent to think about the “how to” of journalism and the protagonist role of the population in a perspective where citizenship education becomes effective.

**Keywords:** Citizenship Education. Public Communication. Educational TV. Communication Strategies. TVE of Porto Alegre.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Circulo virtuoso da cidadania .....	122
Figura 2 – Engrenagem social entre cidadania e canais públicos de comunicação.....	123

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos de comunicação pública .....	56
Quadro 2 – Conteúdo dos novos pontos de textos .....	190
Quadro 3 – Exemplo da decomposição do texto da edição de 05.09.2017 do programa Plano de Jogo .....	190
Quadro 4 – Modelo de referência .....	191

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Corpus da amostra pré-selecionada dos programas do ano de 2016.....	182
Tabela 2 – Corpus da amostra pré-selecionada dos programas do ano de 2017.....	183
Tabela 3 – Corpus da amostra selecionada dos programas do ano de 2016 e 2017.....	184

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 – COMUNICAÇÃO PÚBLICA: O CONTEXTO DA TEVÊ PÚBLICA NO BRASIL</b> .....	<b>25</b>
1.1A comunicação e a configuração do espaço público e do espaço privado .....	26
1.2 A comunicação pública, a tevê pública e as experiências consolidadas.....	41
1.3 A tevê pública brasileira .....	64
<b>CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?</b> .....	<b>84</b>
2.1 Educação para a cidadania: a educação transformadora .....	85
2.2 A cidadania no contexto atual .....	99
2.3 Educação, cidadania e comunicação: o caminho nas tevês públicas .....	126
<b>CAPÍTULO 3 – TVE DE PORTO ALEGRE/RS E AS ESTRATÉGIAS DA PROGRAMAÇÃO</b> .....	<b>145</b>
3.1 Percurso metodológico .....	145
3.1.1 O objeto de estudo – a TVE de Porto Alegre/RS .....	148
3.1.2 A gestão: de onde viemos e para onde vamos com a TVE.....	158
3.1.3 A programação da TVE.....	178
3.2 O material audiovisual e as estratégias da programação .....	187
<b>CAPÍTULO 4 – ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA ACIONADAS PELA PROGRAMAÇÃO DA TVE DE PORTO ALEGRE/RS</b> .....	<b>193</b>
<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>208</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>213</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>218</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>219</b>

## INTRODUÇÃO

O setor de radiodifusão no Brasil está configurado como um sistema privado de emissoras de televisão com alcance massivo. O sistema público, por sua vez, possui alguns poucos canais no sistema aberto, de alcance bem restrito – a TV Brasil e as tevês educativas e culturais – e outros somente no sistema por assinatura – as tevês comunitárias, tevês universitárias e governamentais (TV Câmara, TV Senado, TV Assembleia, TV Legislativa, TV Justiça e a NBR) – o que dá privilégios aos interesses privados numa reserva de mercado editorial e de verbas publicitárias. Essas acabam por financiar a programação televisiva e influenciar os espaços editoriais.

Conforme pesquisa intitulada “Os Donos da Mídia”<sup>1</sup>, o Brasil está em “alerta vermelho”, e explica: “Nosso sistema de mídia mostra alta concentração de audiência e de propriedade, alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências econômicas, políticas e religiosas”. A pesquisa teve por objetivo mapear os veículos de maior audiência e os grupos que os controlam. Foram analisados 50 veículos nos segmentos de rádio, tevê, mídia impressa e online, que pertencem a 26 grupos de comunicação. De acordo com o portal, a pesquisa “busca também produzir indicadores de risco ao pluralismo e à independência da mídia”. O Brasil destaca-se devido a elevada concentração de audiência e propriedade cruzada de meios de comunicação, ficando 71,1% da audiência nacional de televisão aberta nas mãos de quatro grandes grupos: Grupo Globo/TV Globo com 36,9%, Grupo Silvio Santos/SBT com 14,9%, Grupo Record/TV Record com 14,7% e Grupo Bandeirantes/Band com 4,1%.

Sobre as propriedades cruzadas destaca-se o Grupo Globo com abrangência nos canais de tevê aberta e fechada, internet (o maior portal de notícias brasileiro), rádio, impresso, mercado fonográfico e editorial. Conforme dados do portal, o próprio Grupo Globo fez ampla divulgação em campanha institucional para afirmar que atinge 100 milhões de brasileiros, praticamente a metade da população do país. Pesquisa anterior, atualizada até 2008, também intitulada “Os Donos da Mídia”<sup>2</sup>, foi publicada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que compilou e cruzou dados difundidos pelo Sistema de Informações da Agência Nacional de Comunicação e do Ministério das Comunicações, trazendo números

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada pelo *Media Ownership Monitor* - MON Brasil, numa parceria entre o Intervezes (Coletivo Brasil de Comunicação Social) e a organização independente Repórteres sem Fronteiras (*Reporters Without Borders – For Freedom of Information*), publicada em novembro de 2017, em portal próprio (<http://brazil.mom-rsf.org/br/>) e acessada em 10 de dezembro de 2017.

<sup>2</sup> As informações estavam disponíveis no próprio site <http://donosdamidia.com.br/redes> até o acesso em maio de 2016, porém atualmente encontra-se fora do ar.

concretos sobre a organização em conglomerados das empresas privadas brasileiras. Desde esse período, as quatro maiores redes eram a Rede Globo de Televisão com 340 veículos, o SBT 195 veículos, a Band com 166 veículos e a Record com 146 veículos. Essa é a realidade do setor de comunicação brasileiro, (principalmente no âmbito da televisão, mas que tem reflexo nas outras mídias), concentrado e excludente, onde a maior parcela da população não tem participação e não vê representados os seus diferentes pontos de vista, pois esses não possuem espaço nos canais privados. A disputa de visibilidade se dá de forma desigual entre os espaços públicos e os privados, visto a abrangência das redes comerciais e suas audiências, embora, na legislação brasileira (no artigo 223 do capítulo V), esteja prevista a necessidade de que os sistemas privado, público e estatal de comunicação sejam complementares.

Uma perspectiva de busca deste espaço de equilíbrio somente seria possível a partir da revisão das outorgas de canais aberto, distribuídas às empresas privadas, o que exige uma mobilização da população. Alterações dessa ordem passam pela avaliação do Congresso Nacional – deputados federais e senadores – os quais precisariam ser pressionados pelas comunidades no intuito de mexer com o sistema estabelecido e de grande pressão política, como é caso da mídia brasileira, a qual possui 32 deputados federais e 8 senadores da legislação atual como sócios diretores de emissoras (conforme dados de 2017 da pesquisa “Donos da Mídia” já referida). Ainda, entendemos que essa mobilização só poderá acontecer quando o direito à comunicação – para além do direito à informação e produção de conteúdo, o direito ao acesso aos meios – estiver na pauta de discussão dos brasileiros, na perspectiva de busca da cidadania de fato e de direito.

Uma movimentação nesse sentido é realizada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação através da campanha “Lei da Mídia Democrática”. O Fórum nasceu do trabalho da Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC), movimento liderado pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), que mobilizou várias entidades de classes para participarem do debate em torno da redação da Constituição Federal do Brasil, de 1988, especificamente sobre o capítulo que fala sobre a Comunicação Social. Passado o período, as entidades identificaram a necessidade de haver pauta permanente de discussão sobre o assunto, criando, em 1991, o Movimento Social pela Democratização da Comunicação, que virou entidade em 1995. O Fórum participou das discussões em torno da implantação do Conselho de Comunicação Social, da regulamentação das TVs a cabo, da criação do conceito das rádios comunitárias, das discussões sobre a nova regulamentação da Lei de Imprensa e da TV digital.

Em 2009, o FNDC lançou, em parceria com outras entidades sociais, a Plataforma para o Marco Regulatório das Comunicações, apresentando as mais de 600 proposições aprovadas na I Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), realizada em Brasília, no mesmo ano. Sem qualquer proposta do Governo Federal que previsse mudanças significativas no setor, em agosto de 2012, o FNDC lançou a campanha “Para expressar a liberdade” que tem como objetivo discutir a proposta do Marco Regulatório para a Comunicação. A campanha é resultado da mobilização de entidades que participaram do seminário “Desafios da Liberdade de Expressão”, em São Paulo, durante o mês de maio do mesmo ano.

A base é o Projeto de Lei, de iniciativa popular, conhecido como “Lei da Mídia Democrática”. A campanha tem coletado assinaturas, on-line e presenciais, junto à população brasileira, buscando atingir 1% do eleitorado nacional para que o Projeto de Lei possa ser protocolado na Câmara dos Deputados. No site do FNDC ([www.fndc.org.br](http://www.fndc.org.br)) está o *link* para a Campanha, que permanentemente divulga as ações realizadas nos diferentes estados, além de conter o próprio Projeto de Lei, com texto na íntegra, e material para coleta de assinatura, de divulgação e mobilização pela causa. Mobilização essa que acaba restrita aos já envolvidos pela temática – associações de profissionais da comunicação, associações de representantes de rádios e tevês comunitárias e universitárias, outros profissionais liberais, pesquisadores da área, etc. – não ganhando repercussão junto à população. Também, dentro dos próprios movimentos não há consenso entre os integrantes sobre o melhor modelo de comunicação pública ou comunitária, ou sobre a regulação da mídia, fazendo com que não se estabeleça um fortalecimento da causa.

Ainda, discutir a comunicação como direito e as questões pertinentes à democratização da comunicação, como é o caso da proposição de um Marco Regulatório da Comunicação, é assunto que, ainda hoje, pouco espaço encontra nos canais privados de televisão, visto as intenções que suscita. Acaba sendo pauta nos blogs dos movimentos sociais que são engajados à causa, como o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social – formado por profissionais e ativistas com formação e atuação na área de comunicação social, artes, direito, entre outras. Por outro lado, os portais que são de propriedade dos veículos privados – como G1, da Globo e UOL da Folha de São Paulo – manifestam-se contrários à regulamentação e mesmo a discussão do assunto, apresentando como argumento que qualquer ato nesse sentido estaria devolvendo a censura ao país. Os representantes do Governo Federal manifestam-se através de depoimentos, nas matérias dos próprios blogs e portais, afirmando a necessidade de ampliar o assunto.



Questões pertinentes à democratização da comunicação, como direito do cidadão, deveriam ser encampadas pelas tevês públicas, que são espaços para o desenvolvimento da cidadania. Caberia a essas – tevês educativas, universitárias, comunitárias e TV Brasil – a discussão do assunto, promovendo reflexões que tenham repercussão junto ao público. Como veículos de comunicação pública, devem abrir espaço para temas relacionados à emancipação dos indivíduos como cidadãos, dando-lhes suporte, através de informação contextualizada e sob diferentes pontos de vista, para que desenvolvam o pensamento crítico às questões do seu dia a dia e que lhes tragam perspectiva de desenvolvimento social, cultural, educacional, etc.

A comunicação pública tem amplo espectro conceitual, tendo diferentes formas de se estabelecer no mundo. No Brasil, o conceito de comunicação pública tem sido construído no sentido de ser uma comunicação realizada entre estado, governo e sociedade, com objetivo de informar para a cidadania. É um conceito embasado no autor francês Pierre Zémor (2012), que diz que a comunicação pública se determina pela legitimidade do interesse público, numa troca de informações de utilidade pública. Mas, também fica muito claro que o conceito está em constante construção, necessitando ainda de muitos estudos e análises. Para a constituição da rede de comunicação pública que foi proposta a partir da criação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, houve um olhar nas definições da Organização das Nações Unidas, que considera essencial para a realização da comunicação pública a fiscalização da sociedade<sup>3</sup>.

Na perspectiva brasileira, no momento de criação da EBC, no âmbito da radiodifusão, o serviço não deveria ter vínculo com empresas privadas comerciais e nem estar sob o controle de órgãos do governo. Poderia ser gerido por entidades estatais ou privadas sem fins lucrativos que estejam sob o controle da sociedade através de conselhos curadores. Entrava nessa definição a TV Brasil, as tevês educativas, universitárias e comunitárias. A gestão dos canais públicos de televisão deveria manter-se equidistante da influência do estado e do mercado, visto que possuíam como objetivo “oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional, e desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania”, conforme estabelecido na Lei 11.652/2008, art. 3º, na sua primeira redação<sup>4</sup>. A comunicação pública, na perspectiva da tevê pública, se estabeleceria a partir da participação das comunidades, no âmbito dos conselhos curadores, formados por representantes do governo e da sociedade, com a responsabilidade de discutir a programação

---

<sup>3</sup> MINISTÉRIO DA CULTURA. I Fórum Nacional das TVs Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão (Caderno de Debates vol.1). Brasília: Ministério da Cultura, 2006. Acesso em janeiro de 2016.

<sup>4</sup> (disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11652.htm), com acesso em janeiro de 2016).

que vai ao ar. Essa programação é que, na busca pela autonomia dos indivíduos, deveria sensibilizar a população para temáticas de relevância social, que não encontram espaço na mídia privada. Porém, com as mudanças políticas em curso no país, após o *impeachment* da Presidenta Dilma, em agosto de 2016, a EBC sofreu várias intervenções do novo governo e a legislação foi completamente alterada, desconfigurando o texto original no que tinha de mais característico de comunicação pública, conforme abordaremos de forma mais detalhada no capítulo II.

Na perspectiva de uma ‘educação para a cidadania’, trabalhando temas relevantes à educação e à cidadania, há programas nas tevês comerciais, conforme apontado por estudo realizado por Barbosa (2010), mas que ainda são ações esporádicas. A grande penetração da tevê aberta junto à população aponta a necessidade de uma melhoria na qualidade da programação dos canais comerciais, porém, conforme Barbosa “a efetiva inclusão de noções de educação para a cidadania não se dará em curto prazo, já que parece ter se perdido a noção de que a razão de existir de qualquer empresa é servir à sociedade e que o lucro é tão-somente uma decorrência disso” (2006, p. 98). Ainda, para o autor, possibilidades de alterações passam por dois pontos cruciais: a mudança no comportamento do público, para que seja mais crítico à programação que consome e mudanças na regulamentação da mídia eletrônica.

Nesse sentido é que entendemos oportuno trazer para a discussão questões pertinentes à educação para a autonomia, educação libertadora e para a mudança, propostas por Paulo Freire. Educador e filósofo brasileiro, Freire abordou a educação também voltada para a formação da consciência política. Propõe, entre outros pensamentos, que é através da “inserção lúcida na realidade, na situação histórica” (FREIRE, 2015, p. 75) que o sujeito estará apto à crítica da situação onde se encontra, o que lhe fomentará o ímpeto de transformá-la. É preciso então que as informações cheguem contextualizadas aos indivíduos para que esses tenham condições de refletir o *status quo* e sejam atores das mudanças necessárias, numa luta autêntica em busca de melhorias sociais, no pressuposto de exercerem suas cidadanias.

A cidadania, mesmo estabelecida como direito a se ter direito, conforme definido por Hannah Arendt (filósofa política alemã), ainda não é exercida na sua plenitude, visto que em muitos casos a população não tem nem a compreensão sobre todos os temas que constituem direito dos cidadãos, como no caso da comunicação. As discussões do direito à comunicação, como um dos direitos de cidadania, não se restringem ao Estado brasileiro, mas têm ganhado repercussão mundial ao ser considerado essencial para a construção dos sistemas sss democráticos. A Campanha CRIS – Direito à Comunicação na Sociedade Informacional – é

um exemplo da mobilização mundial que se estabeleceu através de órgãos não governamentais de diversos países que tinham como objetivo promover a discussão do tema. Em 2003 realizou um fórum mundial, alternativo às discussões que estavam sendo realizada no encontro promovido pela ONU – *Cumbre Mundial de la Sociedad de la Información*, em Gênova, na Suíça. Ao final do encontro foi formalizado um documento intitulado “Declaração da Sociedade Civil”, que abordou as questões dos direitos humanos, desenvolvimento sustentável, entre outras reivindicações, dando espaço para o direito à comunicação na sociedade da informação, num olhar aos meios de comunicação comunitários (PERUZZO, 2005).

Considerando o acima exposto, que deixa clara a identificação da necessidade de uma mobilização social para que ocorram mudanças no contexto da comunicação no país, e que essa mobilização só acontece a partir da participação do público que precisa estar ciente dos seus direitos de cidadão, e, ainda, que essa tomada de ciência vem do acesso à informação e educação para a cidadania que é uma das premissas dos canais públicos de comunicação, é que **justifica-se** a proposta da pesquisa de doutorado que propõe a seguinte problemática: **como a TVE aciona estratégias de educação para a cidadania na sua programação própria? O objetivo geral deste estudo é analisar as estratégias de educação para a cidadania acionadas pela programação própria veiculada na TVE de Porto Alegre. Os objetivos específicos buscam problematizar o entendimento sobre educação para a cidadania no contexto de uma tevê pública, examinar a programação própria veiculada pela TVE de Porto Alegre e identificar as estratégias de educação para a cidadania acionadas pela programação.** Considerando que justamente são as temáticas trabalhadas, as diferentes formas de construção da informação, através do uso das imagens, os espaços de fala, a contextualização, o acesso aos dados, formas de financiamento, estrutura jurídica e gestão, entre outros, que definem o viés editorial do veículo, essas e outras perspectivas foram pesquisadas, analisadas e aprofundadas, assim como os conceitos sobre educação para cidadania, comunicação pública e cidadania, mais especificamente no Brasil.

Para o estado da arte realizado, primamos em estabelecer um levantamento de pesquisas que tivesse foco de análise a comunicação pública que se estabelece sem vínculo com empresas privadas comerciais ou mesmo órgãos do governo, sendo gerida por entidades estatais ou privadas sem fins lucrativos, mas que estejam sob o controle da sociedade através de conselhos curadores, conforme conceito anteriormente estabelecido. Nesse sentido, buscamos um olhar nos estudos sobre as tevês educativas, tevês comunitárias e TV Brasil. Os estudos que abordam a questão passam pela discussão do conceito de comunicação pública,

jornalismo público, ou jornalismo cívico, mobilizados a partir de conceitos outros como espaço público, esfera pública, cidadania, democratização da comunicação, sistema público de comunicação, entre outros, através de autores como Jürgen Habermas, J. Thompson, Manuel Castells, Norberto Bobbio, Liszt Vieira, Wilson Gomes, Raquel Paiva, Círcia Peruzzo, Evelina Dagnino, Heloísa Mattos, Murilo Cesar Ramos, Adilson Cabral, Eugênio Bucci, considerando os mais frequentes.

As metodologias dos estudos referidos estão construídas, em sua grande maioria, a partir de reflexões teóricas frente a indefinição e multiplicidade de conceituações sobre o termo comunicação pública, ou ainda estudos de casos, com análises específicas da programação das tevês públicas, a maior parte das vezes direcionadas ao telejornalismo. Identificamos já vários estudos sobre a TV Brasil, centrados na programação jornalística, na linguagem jornalística da programação, na história e desenvolvimento da TV, a relação com os órgãos de governo, a configuração do sistema público de televisão no Brasil, ou ainda o papel que essa TV deve exercer no processo de democratização da comunicação no país. Sobre as tevês educativas, mais especificamente a TVE de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, identificamos poucos estudos de análise da programação e esses, quando encontrados, voltavam-se para a narrativa jornalística em um olhar sobre os discursos.

As problemáticas dos estudos estão centradas nas políticas públicas de comunicação brasileira e da América Latina; na forma como esses canais públicos de comunicação estão constituídos; as relações que estabelecem com os órgãos de governo e a necessidade de manutenção de certa autonomia; como se organizam frente à concorrência pela audiência; em contraponto com a realidade de outros países; comparativos entre comunicação pública e privada, na análise do conteúdo e prática do jornalismo e, ainda, a função da mídia como instrumento de cidadania. Destacamos o trabalho do Grupo de Pesquisa “Jornalismo, imagem e representação”, da Universidade Federal de Juiz de Fora, que analisou o telejornalismo da TV Brasil, num olhar sobre a qualidade do telejornalismo público. O trabalho resultou na publicação do livro ‘A informação na TV pública’, organizado pela Professora Dr. Iluska Coutinho. A pesquisa foi executada entre os anos de 2010 e 2012 e possibilitou um olhar aprofundado sobre as temáticas abordadas e a prática do jornalismo na TV Brasil. Ainda, a dissertação de mestrado de Daniela Lobato, do ano de 2004 e a tese de doutorado de Tereza Otondo, do ano de 2008, foram inspiradoras para o estudo proposto, tanto pelas questões levantadas, como pela ampla bibliografia que foram disponibilizadas nas obras.

O Grupo de Pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (Intercom), nos congressos regionais e

nacional, tem sido fonte de leitura, nas diferentes abordagens que apresenta, nos trabalhos dos pesquisadores participantes. Os artigos, publicados nos eventos, orientaram nosso caminho e incentivaram cada vez mais o interesse em pesquisar e discutir a temática da democratização da comunicação, da comunicação pública e das estratégias que levam a essa prática. Já a temática da educação para a cidadania encontra grande repercussão junto aos estudos da área da educação, no contexto da pesquisa sobre educação popular, tendo como base o trabalho de Paulo Freire. Relacionada a área da comunicação, destacamos a pesquisa do Professor Dr. Silvio Henrique V. Barbosa, da Faculdade Cásper Líbero, de São Paulo, na sua tese de doutorado, que resultou na publicação, no ano de 2010, do livro “TV e Cidadania”, o qual aborda a trajetória do conceito de cidadania e sua relação com a programação da televisão no país, que foi ganhando espaço de forma lenta, muito vinculado à responsabilidade social das empresas privadas.

Dentro da perspectiva apresentada, a partir do **estado da arte levantado**, é que entendemos ser ainda essa uma temática com espaço para muitas outras pesquisas a serem realizadas, principalmente quando se direcionam para outros aspectos ou procuram especificar outros estudos. Para nós, o interesse se deu após a defesa da dissertação sobre comunicação comunitária e a discussão em grupos de pesquisa sobre comunicação e cidadania, quando se identificou a necessidade de um estudo que, antes de discutir a perspectiva da democratização da comunicação, conseguisse visualizar como a comunicação pública, especificamente através da TV pública, pode educar a população para as mudanças que se fazem urgentes no nosso país, através da educação para a cidadania.

Considerando os propósitos do **Curso de Doutorado em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria**, cuja área de concentração é a comunicação midiática, que estuda, entre outros, a ação midiática implicada na estruturação do espaço público, este esforço investigativo insere-se tendo em vista o estudo da comunicação pública como construtora da democracia na sociedade, através da educação para a cidadania, numa perspectiva que venham a dar vez e voz à população. Identifica-se com a **linha de pesquisa de Mídia e Estratégias Comunicacionais**, que se refere às estratégias que agem como promotoras de articulação e de organização entre as esferas midiáticas e os demais campos sociais. Nesse estudo, em específico, insere-se com a linha de pesquisa na identificação e análise das estratégias utilizadas pela TVE de Porto Alegre para educar para a cidadania através de sua programação local.

**A metodologia desta pesquisa** é de natureza qualitativa, através do estudo de caso, por esse dar conta de uma situação específica, localizada na atualidade, onde o contexto de

realização e todas as suas implicações falam a respeito do fato (YIN, 2010). Foi desenvolvida numa análise textual de material audiovisual (CASSETTI; CHIO, 1999) aplicado na programação própria da TV Educativa de Porto Alegre, o objeto de estudo, conforme explorado no capítulo 3. O estudo foi realizado em quatro etapas, bem definidas, executadas pelo pesquisador. A primeira etapa absorveu a pesquisa bibliográfica, centrando a atenção na busca da definição de conceitos-chaves para a posterior análise, tais como público e privado, comunicação pública, educação transformadora, cidadania, educação para a cidadania, entre outros. Na segunda etapa definiu a amostra do estudo a partir do mapeamento da programação com a especificação das edições a serem analisadas e definiu os documentos que dariam suporte para análise. A terceira etapa realizou a análise em si, identificando as estratégias de educação para a cidadania, através do material documental, audiovisual e entrevistas; e a quarta etapa procurou responder ao problema da pesquisa a partir das análises realizadas na etapa anterior, num cruzamento direto com o referencial teórico desenvolvido.

A tese está construída em quatro capítulos. No **primeiro capítulo** apresentamos o desenvolvimento do conceito de público e privado, no intuito de identificar a evolução de sua aplicação conforme os diferentes momentos da história, numa conexão com o desenvolvimento dos meios de comunicação, para entendermos o espaço da comunicação pública. No primeiro subtítulo, desenvolvemos o conceito de público e privado, aproximando o mesmo do âmbito da comunicação. Abordamos a questão a partir das definições, principalmente, de Aristóteles (2002), Hannah Arendt (2010), Jürgen Habermas (1984), John Thompson (1990, 2008) e Gilberto Dupas (2003). No segundo subtítulo, abordamos a definição de comunicação pública, na trajetória brasileira, que tem como base o trabalho de Pierre Zémor (2012), Jorge Duarte (2008, 2012, 2016), Elizabeth Brandão (2012), Graça Monteiro (2012), Guilherme Orozco Gómes (2002), Juan López (2012), Laurindo Leal Filho (1997), Heloíza Matos (2006, 2012), Eugênio Bucci (2015) e Omar Rincón (2002) numa tentativa de compilar as diferentes perspectivas de utilização do conceito, que não encontra unanimidade, mas está em permanente construção. Ao final, nos aproximamos da perspectiva da ONU/UNESCO, como referência internacional, e que serve de parâmetro para os países da Europa, Ásia, África, Américas e Oceania. O terceiro subtítulo apresenta o desenvolvimento e a situação atual da tevê pública no Brasil, utilizando pesquisas históricas realizadas principalmente por autores como Gisela Ortriwano (1985), Ângela Diniz (2013), Liana Milanez (2007), James Gørgen (2009), Othon Jambeiro (2002) e César Bolaño e Valério Britto (2008), que contextualizam o surgimento dos primeiros canais de televisão público,

passando pela organização e implantação das tevês universitárias e tevês educativas, chegando na organização da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

O **segundo capítulo** trazemos a perspectiva teórica que adotamos para tratar da temática educação para cidadania. O primeiro subtítulo busca nas obras de Paulo Freire (1967, 1979, 2011, 2015) as premissas para a educação transformadora, que se proponha a dar autonomia ao indivíduo, com condições de desenvolvimento de um pensamento crítico que contextualiza, compara, analisa e toma posicionamento; e em Mario Kaplún (2002) a ideia de uma pedagogia para a comunicação. O segundo subtítulo aborda o conceito de ‘cidadania’ e seu desenvolvimento ao longo do tempo, chegando nas perspectivas atuais. Esse mapeamento fazemos através dos trabalhos de Artistóteles (2002), J.M. Barbalet (1989), T.H. Marshall (1967), Listz Vieira (2001, 2004), Norberto Bobbio (1986), Adela Cortina (2005), Evelina Dagnino (1994, 2004), Boaventura Sousa Santos (1999), Stuart Hall (2014), entre outros. O terceiro subtítulo traz uma reflexão que perpassa os conceitos de educação, cidadania e comunicação, na busca do entendimento de que a educação para a cidadania, a partir da comunicação, especificamente neste estudo através dos canais de tevês públicas, é um caminho possível para a mudança social que se espera aconteça a partir da reação das camadas de base da população ao *status quo* hoje existente. São autores para esse estudo Elizabeth Brandão (2012), Silvio Barbosa (2010), Paulo Freire (1967), Pedrinho Guareschi (2013), Jorge Duarte (2008, 2012, 2016), Iluska Coutinho (2013), Mario Kaplún (2002) e Jesús Martín-Barbero (2002).

O **terceiro capítulo** apresenta o percurso metodológico, através da apresentação histórica do objeto de estudo, a TV Educativa de Porto Alegre/RS, e suas particularidades como o conselho deliberativo com representantes da sociedade e uma Associação de Amigos. Abordamos, através das entrevistas realizadas, a gestão da emissora, principalmente neste momento de transição que caminha para o encerramento das atividades da Fundação Piratini, gestora da TVE, procurando apresentar um contraponto entre os representantes do governo, que estão atualmente na gestão, e participantes da frente de resistência ao fim da Fundação. Na sequência definimos a amostra de análise, que é composta de programas que foram ao ar em dois momentos específicos durante os anos de 2016 e 2017. Foram analisados, ao final, 36 edições que fizeram parte da programação.

Com o **quarto capítulo** encerraremos o estudo, apresentando as inferências extraídas das estratégias de educação para a cidadania analisadas. Para isso, traçamos um caminho que partiu dos pontos de textos construídos durante o processo de análise, quais sejam os atores, temas, narrativas e produção, no intuito de organizar o olhar para o material compilado e as

estratégias encontradas. Para fechar, as considerações finais respondem ao problema de pesquisa nas questões específicas que se apresentaram, a partir dos objetivos que foram traçados.



## 1. COMUNICAÇÃO PÚBLICA: O CONTEXTO DA TEVÊ PÚBLICA NO BRASIL

Neste capítulo desenvolvemos o conceito de público e privado, no intuito de identificar a evolução de sua aplicação conforme os diferentes momentos da história. Buscamos entender a polaridade dos termos e o caminho percorrido para chegar a atualidade, quando ora os conceitos se misturam, ora se opõem, carregando novas configurações diante do que representam, principalmente frente a midiaticização da sociedade. Na sequência, a comunicação pública ganha o foco, principalmente na construção que vinha sendo feita no país, com a configuração do sistema público de comunicação brasileiro e que toma outro rumo a partir de 2016 com as mudanças políticas. E, para finalizar, nos aproximamos do objeto de estudo ao esmiuçar o contexto da comunicação pública através da história da tevê pública, especificamente o desenvolvimento das tevês educativas brasileiras, que vem de longa data (meados de 1960), mas que ainda não recebeu a atenção que precisa, além de estar sofrendo um processo de desmonte tanto no âmbito nacional como especificamente no Estado do Rio Grande do Sul, com o fechamento da Fundação Piratini, gestora da TV Educativa.

No primeiro subtítulo desenvolvemos o conceito de público e privado, aproximando o mesmo do âmbito da comunicação. Abordamos a questão a partir das definições do domínio de público e privado em Hannah Arendt (2010), que nos incitou a voltarmos a Aristóteles (2002) para entendermos os primórdios do uso na antiguidade. Após, buscamos na esfera pública de Jürgen Habermas (1984) as mudanças ao longo do tempo, chegando em John Thompson (1990, 2008), que traz um olhar no contexto da comunicação de massa e na sociedade mediática. Finalizamos com Gilberto Dupas (2003), que aborda as tensões contemporâneas entre público e privado, que agora se encontra, mais do que nunca, truncadas, mas ocupadas por um cidadão que passou a ser visto como consumidor e que a todo instante é abordado a partir dos seus hábitos de consumo. Nesse sentido, amplia-se o número de excluídos do espaço público, sem direito a vez e voz como cidadãos.

Continuamos, no segundo subtítulo, abordando a definição de comunicação pública, na trajetória brasileira, que tem como base o trabalho de Pierre Zémor (2012), para quem esta é a comunicação mediadora entre o Estado, o governo e a sociedade, na busca do desenvolvimento da cidadania. Partimos dos trabalhos de Jorge Duarte (2008, 2012, 2016), e de autores como Elizabeth Brandão (2012), Graça Monteiro (2012), Juan López (2012) e Heloíza Matos (2006, 2012), numa tentativa de compilar as diferentes perspectivas de utilização do conceito, que não encontra unanimidade, mas está em permanente construção.

Na nossa perspectiva, aproximamo-nos de Eugênio Bucci (2015), para quem o papel da comunicação pública está interligado diretamente com o interesse público, e por isso diferencia-se, principalmente, da comunicação governamental e empresarial. Propõe um conceito que se aproxima da perspectiva da ONU/UNESCO, como referência internacional, e que serve de parâmetro para os países da Europa, Ásia, África, Américas e Oceania, onde a comunicação pública tem o acompanhamento da sociedade civil a partir de órgãos regulatórios. Sem esquecer da importância de uma programação de qualidade que aproxime o veículo da população, como proposto por Ómar Rincon (2012) e Guilherme Orozco Gómez (2002). Nessa linha, definimos os parâmetros pelos quais entendemos ser possíveis a existência das tevês públicas e apresentamos alguns modelos consolidados, como o da britânica BBC, estudado por Laurindo Leal Filho (1997).

O terceiro subtítulo apresenta o desenvolvimento e a situação atual da tevê pública no Brasil. Partimos de pesquisas históricas realizadas por autores como Gisela Ortriwano (1985), Ângela Diniz (2013), Liana Milanez (2007), James Görge (2009), Othon Jambeiro (2000; 2002), César Bolaño e Valério Britto (2008), que contextualizam o surgimento dos primeiros canais de televisão pública, passando pela organização e implantação das tevês universitárias e tevês educativas, chegando na organização da Empresa Brasil de Comunicação – EBC. A partir daí, atualizamos os acontecimentos que têm transformado uma realidade que estava em vias de consolidação, mas que sofreu importantes revezes com as mudanças políticas que tomaram conta do país após a destituição da Presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016.

### **1.1 A comunicação e a configuração do espaço público e do espaço privado**

A polaridade entre público e privado, como espaços antagônicos, foi uma construção que, ao longo do tempo, foi se fortalecendo, influenciada pelo desenvolvimento econômico e social da humanidade. Desde a Grécia, quando houve a estruturação das cidades-estados, surgem duas instâncias de participação do homem – o espaço público (voltado ao bem comum) e o espaço privado (de obrigações familiares). Partimos dessa perspectiva, lançando nosso olhar, inicialmente, através de Aristóteles, na obra ‘Política’<sup>5</sup>, para chegarmos, ao longo da análise, no processo que levou a uma grande transformação de uso e de entendimento desses conceitos, na atualidade.

O termo política, para Aristóteles, faz relação com a felicidade humana, como uma

---

<sup>5</sup> Traduzida do Grego pela Editora Martin Claret, no ano de 2002, conforme as referências da obra.

ciência que estuda a busca desse bem-estar, através de duas partes complementares: a ética (que diz respeito ao comportamento do homem) e a política em si (que diz respeito a boa convivência dos homens, assegurada pelo estado e pelas instituições), ambas voltadas à procura da tal felicidade. O livro ‘Política’, diz respeito ao segundo tópico, especificamente, e inicia com a definição de cidade como ‘comunidade política’, pois reúne pessoas que estão juntas em prol de um bem comum, formando as comunidades. Essas comunidades, reunidas em maior número, conformam as cidades, que seriam o maior espaço na busca desse bem comum. Conforme as palavras do filósofo, “o homem luta apenas pelo que ele considera um bem” (2002, p. 11), então buscaria esse bem na organização da família (no fato de poder manter uma e perpetuar-se ao longo do tempo nos descendentes), na convivência em comunidade (uma grande conquista que era privilégio de poucos) e na organização da cidade, como objetivo maior.

Conforme relato de Aristóteles (2002), essas comunidades partem do núcleo inicial, chamado família, composto pelo chefe – que era o homem livre, já que na hierarquia da época, mulheres e escravos eram seres inferiores – a mulher, os descendentes e os escravos, e é oriunda da necessidade de sobrevivência, pois a relação homem e mulher seria imprescindível para a preservação da espécie, e do chefe com o escravo para a proteção recíproca. Ainda, os chefes de família tinham como prerrogativa promoverem o sustento, através da aquisição de bens que lhes possibilitassem essa condição (suas propriedades). Esse era o espaço privado, que não estava aberto para participações dos outros cidadãos, porém era o que lhe garantia a possibilidade de integrar a arena pública, considerando que a manutenção da família comprovava a ‘libertação’ do indivíduo das necessidades humanas (essas estavam resolvidas), o que dava poder ao ‘cidadão’. A economia da família era assunto de âmbito privado, mas referendava a posição do indivíduo no âmbito público.

Ainda, Aristóteles (2002) salienta que as cidades tinham precedência sobre as famílias, pois o todo tinha precedência pelas partes, e as cidades (consideradas o todo) justamente vinham organizar as famílias (as partes). Nessa perspectiva, o espaço público tinha precedência pelo espaço privado, ainda mais que, conforme Hannah Arendt (2010), na polis tudo se resolvia com palavras e persuasão, o grande dom do homem livre, e, justamente, nas famílias tudo se resolvia com força e violência, colocando o espaço público e o privado como opostos. Essa violência tinha justificativa para a manutenção da supremacia do chefe de família, pois era no ambiente privado que o homem demonstrava sua mais primitiva referência como animal da espécie humana (sentia fome, frio, precisava se proteger e manter sua dominação no espaço). Relação essa que levava ao desprezo pela vida privada, tendo a

mesma o peso da necessidade que precisava ser superada pelo homem, pois só se libertando da necessidade de prover o sustento é que o homem poderia estar apto para buscar a felicidade almejada.

Já a vida pública era o espaço da virtude, onde se podia disfrutar do reconhecimento entre iguais (considerando somente homens entre homens, e os que eram livres) e se exercia as habilidades do discurso e da retórica, demonstrando o quanto a despreocupação com as necessidades da vida privada, já resolvidas, davam liberdade de atuação na vida pública. Esses homens ganhavam o título de ‘cidadão’. Para Aristóteles ‘o que possui participação legal na autoridade deliberativa, e na autoridade judiciária – aí está o que denominamos cidadão da cidade assim formada’ (2002, p.79). Ainda, conforme Aristóteles, “será possível afirmar que a virtude política de que falamos não é de todo cidadão, mas apenas do homem livre – e sim se dirá que ela é de todos os que não têm necessidades de um trabalho para viver” (2002, p. 86). Enfim, participava do espaço público político o cidadão livre (que dispunha de bens e força de mão de obra para prover seu sustento e de sua família), e por isso mesmo esse era um lugar da exclusão dos trabalhadores (servos ou escravos) e das mulheres, um espaço de exceção que oportunizava, aos participantes, momentos de visibilidade. Para Arendt (2010), nas cidades-estado o espaço público estava reservado ao aflorar da individualidade, porém, cada um se dispunha a compartilhar do ônus da administração pública, num trabalho coletivo.

Situação que muda na Idade Média, principalmente devido ao fato dos dogmas religiosos passarem a controlar a vida pública e privada dos indivíduos. Conforme Arendt (2010), a cidadania passa a ser dada pela Igreja, que legisla também na vida privada das famílias, visto que o ‘pecado’ limitava os comportamentos, que passaram a ser controlados e gerar interesse. Segundo Arendt (2010) o Cristianismo hostilizou o espaço público ao determinar ao homem que para ganhar os céus, precisava que suas ações fossem ‘pura bondade’, e a bondade não podia nunca ser exposta aos outros, sob pena de não ser mais considerada bondade. Ao mesmo tempo, havia um controle da produção econômica. Quando o rei trouxe para dentro do feudo, onde governava, o castelo e a vila, difundiu a ideia de produção partilhada, já que a família e a política estavam subordinadas ao poder divino, que era representado pela Igreja. O espaço do feudo passou a ser compartilhado por todos os indivíduos, embora numa manutenção das hierarquias, voltando-se a uma convivência que já não excluía do poder do rei os componentes da família (diferente da idade antiga, quando a lei só tinha validade no espaço público, ficando a família exclusivamente sob o domínio da tirania do chefe de família, no espaço privado).

Nesse sentido, os espaços público e privado, na Idade Média, se confundem. Quem aborda as características dessa transformação é Jürgen Habermas (1984). Conforme o autor “na sociedade feudal da Alta Idade Média, a esfera pública como um setor próprio, separada de uma esfera privada, não pode ser comprovada sociologicamente, ou seja, usando critérios institucionais” (HABERBAS, 1984, p. 19). O espaço público passou a ser representado pelo poder do rei. Mas representatividade pública do rei, na Idade Média, dizia respeito muito mais a ocupação de um espaço de poder, do que a uma representação do público. No sentido restrito, era uma representação ao público do poder exercido. Situação que lhe dava o poder de definir um comportamento específico aos que conviviam nesse espaço, que conforme Habermas (1984, p. 20) se estabelecia através de “insígnias (emblemas, armas), hábito (vestimenta, penteado), gesto (forma de saudar, comportamentos) e retórica (forma de falar, o discurso estilizado em geral)”. Diferente do espaço público grego, essa esfera de representação da Idade Média não tinha nenhum objetivo de comunicação política, sendo mais uma limitação de status social. Podemos considerar que também na Idade Média o espaço público era um lugar de visibilidade.

Ao longo do tempo, essa representação do público através do soberano institucionalizou o espaço público como um lugar do Estado, formado nesse contexto pelo absolutismo do rei. Surge daí, conforme Habermas (1984), a ideia de oposição dos súditos à autoridade, sendo que a autoridade, em princípio, volta suas preocupações ao bem comum (no caso, sob dominação), e os súditos aos seus interesses privados. “Os poderes feudais, Igreja, realeza e nobreza – dos quais dependem diretamente a representatividade pública – decompõem-se ao longo do processo de polarização; por fim, cindem-se em, de um lado elementos privados e, do outro, em elementos públicos” (HABERMAS, 1984, p. 24). Nasce a esfera do poder público, onde público torna-se sinônimo de estatal, pois “o atributo não se refere mais ‘à corte’, representativa, com uma pessoa investida de autoridade, mas antes ao funcionamento regulamentado, de acordo com competências, de um aparelho munido do monopólio da utilização legítima da força” (HABERMAS, 1984, p. 32, destaque do autor).

Com o avanço da história, a separação da Igreja e do Estado, a organização dos órgãos do poder público e advento da sociedade burguesa, vem um longo período onde o espaço público e o privado vão fortalecendo suas novas representações. Conforme Habermas (1984, p. 33), “como contrapeso à autoridade, constitui-se a sociedade civil burguesa”, já que nem todos participavam dos espaços do poder público, ficando boa parte da população subordinada ao poder da autoridade. Essas eram pessoas privadas que se transformaram no público do Estado. Nesse contexto, já estão em pleno funcionamento as corporações profissionais e a

regulamentação do modo de produção, que passa a orientar também a atividade econômica das famílias, que mesmo privadas, se resolvem a luz do espaço público, dentro dos mercados comerciais. “Com a expansão das relações econômicas de mercado, surge a esfera do ‘social’, que implode as limitações da dominação feudal” (HABERMAS, 1984, p. 169, destaque do autor).

O surgimento dessa esfera do social, que absorve as delimitações entre o espaço público e privado, é abordada por Arendt (2010) de forma mais detalhada:

A distinção entre as esferas privada e pública da vida corresponde aos domínios da família e da política, que existiram como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-Estado; mas a eclosão da esfera social, que estritamente não era nem privada nem pública, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com a eclosão da era moderna e que encontrou sua forma política no Estado-nação (ARENDDT, 2010, p. 33).

O próprio Estado, que não mais se configura no governo de uma pessoa (a tirania do feudalismo), se organiza a partir de ações administrativas – a burocracia – que representam o “governo de ninguém”, conforme Arendt (2010, p. 49). Esse governo burocrata representaria a sociedade nas questões econômicas, como se existisse um interesse único. Porém, salienta a autora, o único interesse comum que ligava as pessoas, nesse espaço público, eram as questões pertinentes aos interesses privados de cada um, onde cobravam do Estado a proteção das riquezas e o direito de ampliá-las. Arendt (2010) identifica que na era moderna o social reconfigurou os limites entre público e privado, “a esfera pública, porque se tornou uma função da esfera privada, e a esfera privada, porque se tornou a única preocupação comum que restou” (ARENDDT, 2010, p. 85). A autora salienta que, justamente, nessa perda de limites entre público e privado também se perdeu o espaço do discurso, do senso comum entre os homens (mesmo que esse fosse restrito), desorganizando o trabalho em prol das responsabilidades do homem sobre o mundo. O espaço público passou a ser dominado pelos pensamentos privados dos indivíduos (a cada um seu próprio julgamento, valores e significações).

O espaço do social, que não é nem público e nem privado, reúne pessoas privadas para discutir questões de interesse comum, como a propriedade e o trabalho, que se transformam em preocupações públicas. Para Arendt (2010, p. 39, destaque da autora), “com a ascensão da sociedade, isto é, do ‘lar’ (*oikia*) ou das atividades econômicas ao domínio público, a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família, transformaram-se em preocupação ‘coletiva’”. As atividades relacionadas à sobrevivência,

que estavam restritas ao ambiente privado (doméstico) aparecem em público, transformando as comunidades em sociedades de trabalhadores, fazendo com que o significado do trabalho perdesse o caráter de vergonha e peso que tinham na antiguidade. Nessa perspectiva, a autora identifica que o espaço público, com sua função política, espaço da diferença, se transforma no espaço da igualdade, onde existe a administração burocrática baseada na economia, e que o social modula os comportamentos justamente através do conformismo e da uniformidade de uma sociedade de massa.

O desenvolvimento do trabalho, ao longo do tempo e do advento das tecnologias, atingiu a excelência através da produtividade, visto o crescente desenvolvimento e transformação que propiciou ao mundo. A Revolução Industrial transformou as relações dos homens e a produção de bens de consumo e assim como padronizou comportamentos, padronizou pensamentos (produção em massa). Para Arendt (2010), sem conflito, não há qualquer possibilidade de se fazer política e não é no trabalho – espaço onde os homens passam a interagir – que o discurso e a ação teriam vez. E não havendo um espaço público político que desse abrigo ao discurso e a ação, esses são relegados, agora, ao domínio privado. Porém, Arendt (2010) salienta que é no domínio público o lugar onde se pode ser visto e ouvido pelo outro, e por isso o espaço público sempre foi lugar de excelência. Desde a Grécia, a excelência só existe na presença do outro, por isso o discurso e a ação se davam no espaço público. Ainda, somente a presença do outro – que vê o que vemos e ouve o que ouvimos – garante a certeza da existência da realidade do fato. Para a autora:

[...] embora o mundo comum seja o local de reunião de todos, os que estão presentes ocupam nele diferentes posições, e, assim como se dá com dois objetos, o lugar de um não pode coincidir com o de outro. A importância de ser visto e ouvido por outros provém do fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. É esse o significado da vida pública, em comparação com a qual até a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou multiplicação de cada indivíduo, com os seus respectivos aspectos e perspectivas. [...] Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, em uma variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que veem identidade na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo aparecer real e fidedignamente (ARENDR, 2010, p. 70).

Essa realidade que só existe na diversidade, se perde com o advento da sociedade de massa, pois os homens são privados de ver e ouvir os outros e de serem vistos e ouvidos pelos outros, já que a comunicação de massa difunde mensagem única para uma infinidade de pessoas, fazendo com que somente um aspecto de dada realidade seja propagado, mesmo que de forma multiplicada. Já o domínio privado, que congrega a intimidade da família, se estabelece justamente pela privação da presença do outro, e que não é lugar de excelência,

considerando que o que não é visto e ouvido pelo outro não tem importância. “A distinção entre os domínios público e privado, concebida mais do ponto de vista da privacidade que do corpo político, equivale à distinção entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado” (ARENDR, 2010, p. 88). E esse domínio entre o que deve ser mostrado e ocultado levariam aos sistemas de totalitarismos (ditaduras).

Nesse sentido, o social engole o político e o privado ganha contexto de individualismo, que abriga o espaço íntimo da família, fazendo contraponto ao social. O interesse comum e opinião única, que, na antiguidade, estavam presentes somente no âmbito privado da família no intuito de prevenir a desunião entre os membros (através do despotismo do chefe de família), conforme Arendt (2010), passa a se fazer presente na sociedade, e é intensificado pela representatividade dos grupos sociais. “Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendem a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária” (ARENDR, 2010, p. 49, destaque da autora). É o advento da sociedade de massa, para Arendt (2010), que agora é única, que conquista o espaço público e com isso padroniza e socializa os membros das comunidades. Comportamentos distintos, diferentes, considerados antissociais, são assuntos privados do indivíduo e da família a qual faz parte.

Porém, para Habermas (1984), um outro espaço surge, principalmente considerando a influência de um importante elemento presente na sociedade – a imprensa – que não está incluída na análise de Arendt (2010) e que dá um lugar de resistência ao discurso do indivíduo. Entre outros aspectos, essa desconsideração pelo papel da imprensa e da existência de um espaço de discussão faz com que o pensamento de Arendt seja criticado. Esse lugar de convivência entre pessoas privadas, num interesse público (em comum) para Habermas (1984) dá origem à esfera pública, a qual o autor diferencia do espaço público. Este último era reservado ao poder público com as respectivas normatizações, já a esfera pública integrava o espaço privado, que era configurado em duas esferas: a esfera privada, que era o âmbito da família e a esfera pública, que inicialmente não era política, mas lugar de troca de ideias de interesses na literatura. Os salões na França e os cafés na Inglaterra – os espaços de discussões – no final do século XVII e início do século XVIII, vão ampliando suas pautas para questionamentos políticos, a partir do raciocínio privado que tenciona a relação entre o Estado e as necessidades da sociedade. Nesse processo, tem um papel fundamental a imprensa através da circulação de informações. Para Habermas, a “tarefa política da esfera pública burguesa é a regulamentação da sociedade civil” (1984, p. 69) que, justamente, estava se



organizando.

Diferente do espaço público da antiguidade grega, o ‘espaço público’ moderno era o local das normatizações do governo, e a ‘esfera pública’ moderna tinha caráter privado e polêmico, onde a burguesia, que estava fora dos cargos administrativos estatais (reservados à aristocracia, numa herança da nobreza), tinha domínio econômico, e, por isso mesmo, influência para legitimar reivindicações sob decisões do Estado. Frequentados por aristocratas e burgueses, os cafés e salões viram espaço de agitação política. Os governos, ao tentarem censurar as conversações, acabam por incitar a imprensa (que por um tempo foi absorvida como representante do Estado) a sair em defesa do que se estabeleceria como a opinião pública, constituindo um jornalismo autônomo. Conforme Habermas (1984), o público transformava-se num parceiro de discussão, com opiniões qualificadas. E justamente essa discussão crítica, de argumentação racional e de debate livre de dominação, aberto a um público de cidadãos (que novamente era excludente, pois participavam somente pessoas de posse e ‘educadas’), ao ter publicidade, materializava, para o autor, a opinião pública.

Mas é John Thompson (1990) quem analisa, de forma mais minuciosa, as mudanças nas fronteiras entre o público e o privado a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Conforme o autor, o fórum de discussões – que era realizado nos cafés e salões e que criticava abertamente a autoridade do estado – era frágil apesar de atuante, sendo esvaziado conforme o estado foi se desenvolvendo e as organizações do campo da comunicação foram se transformando em grandes empresas comerciais, nos séculos XIX e XX.

Os salões e as casas de café perderam, gradualmente, sua importância, e as instituições da comunicação de massa se transformaram, crescentemente, em organizações comerciais de grande porte. A comercialização da comunicação de massa alterou seu caráter de maneira fundamental: o que tinha sido, numa época, um fórum privilegiado de debate crítico-racional se transformou em apenas mais um campo de consumo cultural, e a esfera pública emergente se transformou num mundo fraudulento de pseudoprivacidade que é criado e controlado pela indústria cultural. (THOMPSON, 1990, p. 147 a 148)

Os meios de comunicação de massa foram, pouco a pouco, despolitizando seus discursos e os veículos se transformando em meios de circulação de produtos de consumo cultural, onde a busca pelo aumento da audiência e da venda de espaços publicitários passou a dar um tom sensacionalista aos mesmos. Ainda, a própria opinião pública, tida como instância de participação livre e oriunda de um pensamento racional, vai sendo influenciada pelos discursos de partidos políticos e líderes, visto a desmobilização crescente da população (que

já não frequentava espaços de discussão e não acessava informações que antes circulavam fomentadas pela imprensa crítica). Para Thompson (1990), a substituição da interação face a face, dos debates nos cafés e salões, pela mídia de massa eletrônica, como a televisão, foi outra grande influência na transformação da esfera pública, principalmente devido às mudanças na forma de participação da população.

Para isso, devemos considerar que a mídia de comunicação de massa transformou o espaço social como um todo, o que Thompson (1990, p. 220) chamou de “mídiatização da cultura moderna”, pensando nas alterações que trouxe para a cobertura dos acontecimentos, que passaram a ser consumidos em tempo e espaço diferente do ocorrido. As informações passaram a circular de forma que chegavam a um número maior de pessoas, as quais não precisavam mais terem participado do fato ou estarem presencialmente juntas para encontrarem-se aptas a comentarem sobre o mesmo, detalhadamente. Ainda, podiam interagir com a informação, mesmo que indiretamente, ao interpretarem a mensagem discursiva e repassarem a mesma para terceiros, através de comentários, tanto no ambiente familiar, de trabalho ou de convivência social.

Thompson (1990) salienta que as informações, de acontecimentos públicos e privados, que são produzidas para divulgação pública, são consumidas em ambiente privado, geralmente no lar, de forma mediada pelos veículos de comunicação de massa. Estabelece-se uma outra forma de vivenciar os acontecimentos, os quais modificam-se na sua própria natureza, considerando a mudança de comportamento das pessoas pela iminência da publicidade de seus atos de forma massiva. A visibilidade do ambiente público (ou mesmo do privado) não pode ser controlada e a recepção da mensagem não é possível de ser monitorada, o que transforma os espaços de convivência social em ameaças, principalmente para aqueles que dependem do controle da imagem pública. É claro que surge, dessa necessidade de controle, os peritos na manipulação da performance midiática, principalmente na área política, tirando proveito das características da mídia de massa. “A televisão e outros meios geraram um novo tipo de domínio público, que não tem mais limites espaciais, que não está mais necessariamente ligado à conversação dialógica e que é acessível a um número indefinido de pessoas” (THOMPSON, 1990, p. 320 a 321).

O que é público e o que é privado ganha novas delimitações e significações. Partindo de um olhar sobre a composição estrutural dos espaços, mantém-se ainda a configuração que se desenhou nos primórdios da era moderna, a partir do desenvolvimento do capitalismo, que economicamente instituiu os espaços conforme o papel que as organizações e indivíduos desempenhavam na sociedade. O domínio público representado pelos órgãos estatais – fossem

organizações de serviços públicos (na área da saúde, segurança, educação), instituições políticas (prefeituras, parlamentos), entre outros – ampliou e se organizou conforme os direitos civis foram sendo conquistados e a responsabilidade dos mesmos foi sendo transferida para o âmbito do estado. Já o domínio privado estava estruturado nas organizações econômicas que visavam o lucro ou que diziam respeito às relações informais no âmbito pessoal ou familiar. Ainda, um terceiro setor se estabeleceu, entre o domínio público e privado, que tem por foco o atendimento de demandas, muitas vezes oriundas da sociedade, ou que ocupavam espaços outros que não o da governança ou da busca do lucro, como os partidos políticos, os clubes, associações, cooperativas, grupos de pressão, etc.

Para além dessa configuração, de quem localiza-se em que domínio, a comunicação de massa agrega um novo conceito para o sentido de público e privado, considerando a “circulação das formas simbólicas” (THOMPSON, 1990, p. 219) na sociedade, que não se dá mais através do discurso e da retórica dos gregos, ou mesmo é estabelecido pelos dogmas da Igreja, como na Idade Média. Também não se organiza a partir do espaço público de domínio do estado, nem mesmo da esfera pública de livre circulação de ideias racionais do início da modernidade. Mas, mantém dessas épocas, a necessidade de visibilidade para confirmar a existência. “Dia a dia, semana a semana, jornais, estações de rádio e televisão nos apresentam um fluxo contínuo de palavras e imagens, informações e ideias, a respeito dos acontecimentos que têm lugar para além de nosso ambiente social imediato” (THOMPSON, 1990, p. 219)

Nesse sentido é que a partir da comunicação de massa a dicotomia público-privado ganha contornos outros, onde público passa a ser entendido como visível, que está à disposição para consumo do público, que é publicizado; e privado como algo a ser realizado de forma escondida, longe da visibilidade pública, que precisa ser escondido e preservado do consumo público, visto interesses próprios. E a esfera onde os interesses públicos e privados, muitas vezes, entram em conflito, se dá no campo midiático, considerando a mediação da mídia, frente a outras organizações, e a necessidade de visibilidade para configurar a existência do fato, na sociedade contemporânea.

O que é público, neste sentido, é o que é visível ou observável, o que é desempenhado ante os espectadores, o que está aberto a todos (ou a muitos) para ser visto, ouvido ou comentado; o que é privado, ao contrário, é o que está escondido da vista, o que é dito ou feito na privacidade ou em segredo, ou entre um círculo restrito de pessoas. Neste sentido, a dicotomia público-privado tem a ver com *publicidade versus privacidade, com visibilidade versus invisibilidade* (THOMPSON, 1990, p. 313, destaque do autor)

A vida pública política da antiguidade se desconfigurou com o advento da sociedade

burguesa, na modernidade, que nem pública e nem privada, submeteu os indivíduos a outras lógicas de interação e organização estrutural. Para Arendt (2010), uma sociedade de massa que unificou comportamentos e deslegitimou o discurso do indivíduo, trazendo a lógica do mercado para o espaço público que se tornou privatizado (de interesse e atuação de poucos). Para Habermas (1984), o espaço público transformou-se no espaço do Estado, enquanto governo, fazendo com que o indivíduo criasse um novo lugar para o discurso, a esfera pública, que completada pela esfera privada (assuntos da família) conformavam o espaço privado. Dentro desse processo tem um papel fundamental a imprensa, onde as ideias do senso comum circulam e se reforçam, estabelecendo o que viria a ser entendido como a opinião pública. Porém, Thompson (1990) identifica uma temporalidade nessa circulação crítica de ideia na imprensa, já que com o desenvolvimento econômico dos veículos, que passam a ser empresas privadas comerciais, esses despolitizam as informações e desconfiguram, novamente, o espaço do discurso. O espaço público estabelece-se como lugar de visibilidade para as organizações que buscam se relacionar com um cidadão consumidor, conforme o pensamento de Gilberto Dupas.

Na teoria política clássica, incorporada ao inconsciente coletivo das sociedades, o espaço público era equivalente ao espaço da liberdade do cidadão, no qual estes exerciam sua capacidade de participação crítica na gestão dos assuntos comuns, sob o princípio da deliberação: um espaço que se opunha, portanto, ao espaço privado regido pela dominação do poder. Hoje, as corporações apropriaram-se do espaço público e o transformaram em espaço publicitário; os cidadãos que o frequentam não o fazem mais como cidadãos, mas como consumidores de informação. (DUPAS, 2003, p. 17)

Na modernidade – com a organização da classe burguesa – os aristocratas, os burgueses e, depois, os proletários passaram a ser considerados cidadãos (se não num primeiro momento, ao longo do tempo, com o desenvolvimento dos direitos civis) frente a uma constituição que prometia liberdade e igualdade aos integrantes do povo. Porém, para Dupas (2003), a sociedade civil passou a ser absorvida pelo mercado e não pelo Estado, desenvolvendo um sentimento de individualidade e não de coletividade, onde, para além de uma diferenciação de classes, estabeleceu-se, de um lado, os incluídos, e de outro lado, os mais diferentes tipos de excluídos. Conforme o autor “o cidadão foi empurrado para a posição de espectador e consumidor passivo, e a esfera pública passou a ser dominada pela manipulação midiática das elites” (DUPAS, 2003, p. 31). E ainda salienta que a mídia também sofreu profunda transformação, principalmente se considerarmos sua função crítica: “de *facilitadora* do debate e da discussão racional na esfera pública, ela se transformou em

*construtora* da opinião pública pela centralização do discurso público, levando-o aos temas aprovados como válidos por essa indústria”. (DUPAS, 2003, p. 31, destaque do autor).

Aos poucos o indivíduo vai se afastando do espaço público, que dinâmico como espaço de interação no século XVIII, passa a ser espaço de informação e espetáculo no século XX, o qual não se estabelece como lugar de discussão, mas de passividade. O real é o que ‘parece ser’, conforme a cobertura global da mídia apresenta, e os modismos, orientados pela economia, incentivam. A participação política dos cidadãos, no espaço público, se dá, de forma restrita, nas eleições, onde também o espetáculo midiático tem peso. A liberdade de manifestação do indivíduo passa a ocorrer somente nos espaços das organizações do terceiro setor, que buscam tomar para si o controle particular do meio onde atua. Há uma “progressiva privatização da cidadania” diz Dupas (2003, p. 61) e uma “aversão à esfera pública”. O individual e coletivo de confundem, assim como os diferentes papéis do indivíduo que desenvolve uma participação em organizações e não mais diretamente no espaço público.

[...] a nova sociedade civil contemporânea foi ocupando os enormes espaços vazios deixados pelo Estado e incorporando à vida pública uma infinidade de associações civis autônomas e uma visão midiática para as atividades sociais, econômicas e políticas de grupos particulares, mas que passaram a reivindicar o caráter público de seus interesses, exigindo reconhecimento, regulação e salvaguarda das suas instituições. Essa nova sociedade civil constitui uma trama diversificada de atores coletivos, autônomos e espontâneos – vários deles associados a empresas – que tentam mobilizar a opinião pública para ventilar e problematizar questões específicas apresentadas como de “interesse geral”. Pretende-se, com isso, a reconstrução teórica e prática da democracia e do espaço público e da ação social, definindo propósitos ambiciosos para um novo projeto contemporâneo de sociedade civil, distintos das esferas do Estado e da economia. (DUPAS, 2003, p. 74),

A busca de alternativas para uma grande parcela da população ‘excluída’ dos espaços de consumo, e que não se fazem representar na mídia do espetáculo, organizou o ativismo civil que procurava a solidariedade social. As cobranças voltaram-se também para o setor privado comercial, exigindo das empresas a ‘responsabilidade social’ que não encontrava respaldo nas ações públicas (do Estado). O terceiro setor – nem público e nem privado – se organizou como espaço neutro que buscava desconstruir as tensões resultantes do capitalismo liberal, presente em boa parcela dos países democráticos. As grandes corporações enxergaram nessa perspectiva a oportunidade de exploração positiva da imagem institucional de forma pública, vinculada à perspectiva da responsabilidade social. O âmbito privado passa a se responsabilizar pelo destino da desigualdade social. “O terceiro setor passou a reivindicar um novo modelo de gestão social mais eficiente e foi estimulado por uma onda de isenções fiscais que cederam incentivos ao setor privado para desempenhar papéis públicos”. (DUPAS, 2003,

p. 78).

Para Dupas (2003), esse conformismo, que buscou o não-conflito como forma de solução, através das parcerias com a iniciativa privada, chamada, pelo autor, de discurso da ‘concertação’ – visto que os interesses privados não apareciam nos discursos das organizações na mídia, que ocupa o espaço público – reduziu “a sociedade civil ao âmbito dos atores privados” (2003, p. 80). Justamente essa falta de conflito, de espaço de discussão e interação dos indivíduos na crítica ao papel do Estado, não oportuniza a busca de soluções efetivas para a massa dos excluídos. Esse silenciamento da sociedade desloca as discussões para outros enfoques que não sejam questões polêmicas como ocupação dos espaços urbanos, exploração da mão de obra, entre outros assuntos economicamente proibidos. Nesse sentido, a mídia cumpre o seu papel de fortalecer o *status quo* onde cada indivíduo tem um lugar social que não precisa ser questionado, mas se estabelece pelas condições do ‘ter’ e ‘parecer-ter’ da sociedade do consumo globalizada. Quem não pode ir aos grandes centros mundiais culturais, esportivos e de compras, tem na mídia de massa a experiência de vivenciar a realidade desses espaços, quase como se estivesse por lá. Dupas salienta “o cidadão-consumidor tende a desassociar-se da sua sociedade e do seu meio cultural pela internacionalização das mídias e pelo rompimento do equilíbrio entre Estado, sociedade política e sociedade civil” (2003, p. 90).

Na contemporaneidade, as sociedades se organizam através de um sistema econômico-ideológico que amplia a tensão entre incluídos e excluídos da sociedade global de base tecnológica e de acúmulo de riquezas, que gera conflitos que vão aparecer nas diferentes formas de violência e bolsões de miséria. Porém, essas problemáticas sociais ficam confinadas no espaço privado, do individualismo, onde ora atuam as organizações do terceiro setor, ora são deixadas na invisibilidade. Conforme Dupas (2003), sem um debate público-político de ideias, longe das influências do sistema dominante, que traga para o espaço público as reivindicações e os problemas da atualidade, não há condições de desenvolvimento de uma sociedade democrática de direito, que realmente pense nas questões da desigualdade atual.

O grande desafio para a preservação da cultura democrática implica a reconstrução de um espaço público e a volta ao debate político. A consciência política é mais do que a consciência da cidadania, é uma exigência de responsabilidade – fazer-se ouvir, participar ainda que indiretamente nas decisões que afetam nossa vida. A cultura política identifica as instituições políticas como local e meio principal de reconhecimento do outro, buscando a construção de uma convivência coletiva harmoniosa. (DUPAS, 2003, p. 90)

A ascensão da centralidade da mídia no espaço privado – esfera do social e do núcleo familiar (analisando a influência que teve a mídia na nova forma de convivência e de consumo das famílias, principalmente através da televisão, do rádio e depois da internet) – e também no espaço público – considerando a absorção do espaço de ação e discussão dos indivíduos (visto que o que não está na mídia não tem visibilidade e por isso mesmo não ‘existe’ para o público) – traz novamente uma outra configuração para os conceitos. Esses se mantêm em oposição, mas separados pela visibilidade, que é manipulada pela mídia. Thompson (2010, p. 20) é quem aborda a questão da visibilidade a partir do advento da mídia, a qual chama de “visibilidade mediada”. As ações dos indivíduos passam a virar realidade a partir da mediação dos aparatos tecnológicos midiáticos, que dão visibilidade aos mesmos. Essa visibilidade suprime questões referentes ao espaço e tempo, alterando a maneira de agir e interagir das pessoas. E, justamente, essa visibilidade mediada, também chamada por Thompson de “publicidade mediada” (2010, p. 21), é que constitui o espaço público.

Essas novas formas de reconfiguração do espaço público e do espaço privado tornam as delimitações imprecisas. Ainda, a manipulação da visibilidade mediada – onde o ângulo da câmera, a edição do vídeo, o texto ou áudio são controlados pelos produtores da informação – transforma essa fronteira sujeita a disputas e negociações constantes. Daí o poder que sempre assumiu a mídia, tida em muitas sociedades de caráter democrático como o quarto poder, que complementaria e influenciaria o poder executivo, legislativo e judiciário. Desse lugar, a mídia cumpre um papel de regulador do poder público, através da denúncia de atos falhos, má fé, mau uso dos recursos públicos, entre outros mandos e desmandos dos representantes do governo. Assim como, através do seu discurso, constrói uma realidade, que não é plural, que passa a ser socialmente aceita justamente por vir de um espaço de visibilidade. Porém, com a internet, outros atores se apropriaram desse espaço midiático, como autores das informações e passaram a disputar esse controle da visibilidade, que cada vez mais se faz nas fronteiras entre o público e o privado.

Nesse novo mundo de uma visibilidade mediada, o fato de tornar visíveis as ações e os acontecimentos não são meramente uma falha nos sistemas de comunicação e informação, cada vez mais difíceis de serem controlados. Trata-se de uma estratégia explícita por parte daqueles que bem sabem ser a visibilidade mediada uma arma possível no enfrentamento das lutas diárias (THOMPSON, 2008, p. 16).

Enfim, o espaço privado, centrado na individualidade do cidadão ou mesmo na coletividade das organizações sociais, manteve o controle da esfera pública (que era espaço de discussão pública, no conceito de Habermas), que passou a ser mediada pelas tecnologias de

informação e comunicação – mídia impressa, rádio, jornal, tevê e internet com todas as suas redes sociais – a qual deixou de ser local de discussão de interesse público no sentido de coletividade e bem comum (ao público) para tornar-se espaço de visibilidade de interesses econômico-ideológicos. O espaço público, centrado principalmente nos atos governamentais, também é alcançado pela mediação dos veículos de comunicação, com os quais negocia a visibilidade tão imprescindível para alcançar a opinião pública. Nesse processo fica explícita a influência da mídia nas políticas públicas das diferentes áreas de atuação do poder público – saúde, educação, economia, cultura, etc. Salienta-se a importante relação estabelecida pela mídia com seus respectivos apoiadores empresariais, de onde saem as verbas publicitárias para a manutenção das empresas comerciais, em que as rádios, jornais e tevês se transformaram.

Essa é uma realidade da sociedade que, do nosso ponto de vista, passa a ser modificada, de forma lenta e dentro de uma disputa informacional e tecnológica, com grande disparidade de potencial financeiro entre os lados que se enfrentam, com o desenvolvimento da sociedade em rede<sup>6</sup> (interconectada de forma local, regional, nacional e internacionalmente), configurada a partir da popularização da internet. Nessa disputa, de um lado os grandes conglomerados de mídia, que detêm o poder de exploração de quase a totalidade dos espaços públicos e privados de comunicação (no rádio e na tevê as concessões públicas e nos impressos e internet, através do poder econômico) e do outro lado a resistência por uma comunicação mais plural, organizada pelos indivíduos e seus coletivos de comunicação (rádio e tevê em veículos de comunicação pública e comunitária, impressos e internet através de projetos alternativos de financiamento coletivo). Nessa perspectiva é que vem ganhando força, de forma mundial, os atos pela liberdade de informação e comunicação. Essas ganham repercussão nos países de governos democráticos, e, nesse sentido, ganha relevância as discussões sobre a necessidade de uma nova organização de um espaço público que voltasse a ser lugar de discussão política, no sentido de fomentar reflexões sobre as inúmeras situações sociais que estão presentes na realidade da população, na busca de visibilidade e de interesse do público. Um lugar de representação e constituição de identidade dos sujeitos numa construção conjunta que se dá através do exercício da cidadania.

Em específico, no Brasil é situação que não se vê, no momento, considerando a pouca

---

<sup>6</sup> Sociedade em rede é um conceito utilizado pelo sociólogo espanhol Manuel Castells, que é título de seu livro ‘Sociedade em Rede’, que compõe a trilogia “A Era da Informação: economia, sociedade e cultura”. O autor estuda a nova configuração da sociedade a partir da interferência das tecnologias de informação e comunicação, a qual também define como sociedade da informação. Disponível no endereço <http://www.manuelcastells.info/es>



participação do indivíduo, o qual relega a ‘outros’ sua representatividade – sejam os partidos, os políticos, os representantes de classes, de categorias ou associações – ou mesmo não se identificam como pessoas autorizadas a ocupar esses espaços de discussão. Mudanças nessa perspectiva podem ser estimuladas, entre outras possibilidades, a partir do que entendemos ser a educação para a cidadania, e que para nós é um dos papéis da comunicação pública. Essa última, a comunicação pública, é assunto que abordaremos no próximo subcapítulo através dos estudos e usos que têm sido feitos em diferentes países.

## **1.2 A comunicação pública, a tevê pública e as experiências consolidadas**

O conceito de comunicação pública é cercado de muitas interpretações, conforme diferentes perspectivas de aplicação e o entendimento do protagonismo dos diferentes indivíduos e organizações envolvidos no processo. Ora os pesquisadores ampliam o campo de definição, ora reduzem o mesmo, considerando parâmetros que estabelecem o que não pode ser comunicação pública. A justificativa para esse processo se dá a partir da definição de outros conceitos que permeiam a comunicação pública, como de comunicação privada, de comunicação de interesse público, de comunicação institucional, de comunicação comercial, etc. Nesse sentido, nos propomos a identificar alguns desses entendimentos sobre comunicação pública, chegando a eleição de um conceito que melhor identifique as perspectivas deste estudo, sem desconsiderar os tantos outros conceitos existentes.

Assim, nosso caminho começa com Elizabeth Brandão, que reitera a existência da multiplicidade do entendimento da área, dizendo que “comunicação pública é uma área que abarca uma grande variedade de saberes e atividades e pode-se dizer que é um conceito em processo de construção” (BRANDÃO, 2012, p. 1). Para a autora, cinco relações definem a abrangência da comunicação pública, considerando sempre que é a comunicação a ser estabelecida com o público, porém com diferentes fontes de informação e objetivos a serem alcançados. Nessa perspectiva, a comunicação pública estaria relacionada a área da comunicação organizacional, da comunicação científica, da comunicação do Estado, da comunicação política e da comunicação como estratégia da sociedade civil. Para cada uma dessas relações há aceitações e contrariedades nos espaços de discussão, aplicação e pesquisa da comunicação pública, como campo do saber que se torna cada vez mais importante para o desenvolvimento das sociedades democráticas.

A relação com a área da comunicação organizacional se estabelece no relacionamento com os seus diferentes públicos, sendo planejada estrategicamente para a divulgação

institucional. Esse primeiro entendimento – comunicação organizacional como comunicação pública – é muito aceito pelos estudiosos americanos (principalmente do Norte) no sentido de ser uma comunicação de direito do público, que traz para as organizações a responsabilidade e obrigação de desenvolver uma comunicação que atenda da melhor forma seu público (interno e externo). Parte de uma relação de cunho privado – empresa e seus respectivos funcionários, fornecedores ou clientes – que mesmo tendo o intuito de resolver a questão do direito à informação da população, acontece com interesse na manutenção das boas relações comerciais ou ainda na responsabilidade social da empresa, que reforça a boa imagem organizacional.

Já a relação que pode ser estabelecida com a comunicação científica se constituiria como comunicação pública ao levar o conhecimento científico à população, buscando uma maior divulgação dos resultados alcançados nas pesquisas e as facilidades que podem trazer para a vida das pessoas (servindo também como uma prestação de contas dos investimentos públicos que são realizados nos financiamentos das pesquisas, nos diferentes campos de estudo). Esse segundo ponto – comunicação científica como comunicação pública – estabelece uma relação de comunicação voltada ao público, cujas informações, justamente, precisam ser tornadas públicas para que ganhem legitimidade, tanto frente à sociedade como aos órgãos públicos e privados de fomento. Entre necessidade e interesse, presta um serviço de utilidade pública ao divulgar inovações e avanços na saúde, educação, economia, direito, engenharia, etc.

Antes de prosseguirmos, já identificamos que essas duas relações se estabelecem com a comunicação pública a partir do interesse público e por se realizarem na esfera pública midiática, onde aproximam-se da opinião pública. Porém, ambas possuem interesse específico, qual seja a divulgação da imagem ou a publicização dos resultados, no intuito de construção ou preservação de relacionamento com público de interesse, que em certa perspectiva é de cunho comercial. E o fato da comunicação ser de interesse público e se realizar na esfera pública não é o único determinante para a realização da comunicação pública. Para Eugênio Bucci (2015), as empresas possuem interesse de atuar publicamente através de campanhas de interesse coletivo que não trazem retorno financeiro imediato, que são as chamadas campanhas institucionais, que promovem a marca da empresa, mas essa comunicação não deixa de ser comunicação privada. Também, para Bucci:

Não basta que uma comunicação tenha lugar na ‘esfera pública’ (qualquer que seja o entendimento que tenhamos para essa noção) para que possamos chama-la de pública. A razão é muito simples: toda forma de comunicação social acaba

adquirindo existência – ou se refletindo – na esfera pública, de um jeito ou de outro (2015, p. 44, destaque do autor).

As outras relações estabelecidas, que veremos na sequência, são de maior entrelaçamento com a área da comunicação pública, no sentido de terem os conceitos de divulgação pública, serviço público e interesse público misturados. A terceira é a relação que diz respeito a comunicação do Estado ser entendida como comunicação pública ao estabelecer uma informação voltada à cidadania, onde se presta contas, provoca debates, divulga campanhas, envolve a população em ações cívicas na busca do bem comum. Para Brandão (2012), também poderia ser chamada de comunicação governamental. Entendimento que é reiterado por Bucci (2015), mas que considera essa promoção da imagem do Estado – que se realiza através de técnicas e instrumentos da publicidade para persuadir e envolver o público – mais como uma comunicação governamental do que uma comunicação do Estado ao utilizar assinatura da logomarca que representa o governo no poder<sup>7</sup>. Ao personalizar os atos do poder público, buscam também antecipar a campanha eleitoral através da sensibilização da população às benfeitorias dos referidos agentes do governo. Pergunta Bucci (2015, p. 58): “as peças com finalidade escancarada de persuadir o cidadão realizam verdadeiramente o interesse público? Devem ser aceitas como uma fonte legítima de comunicação pública?”. Na nossa percepção realizam-se no ambiente público com interesses específico de grupo, no caso, político.

Para Brandão (2012), essa comunicação governamental, realizada pelos órgãos diretos do serviço público, do executivo, legislativo e judiciário (governo federal, estadual e municipal), numa forma mais participativa<sup>8</sup> – com ouvidorias, as audiências, os conselhos, os *calls centers* – ganha espaço a partir da redemocratização do país, inicialmente no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na metade dos anos 90, quando há o entendimento da necessidade de estabelecer uma relação mais aberta com a população (lembrando que o país havia passado pelo processo de impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello em 1992, que se utilizou da comunicação como instrumento de marketing pessoal). Conforme a autora, somente no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já em 2003, é que a comunicação, a partir das instâncias governamentais, volta-se para o entendimento de

---

<sup>7</sup> Cada grupo político que se organiza para concorrer a um dos cargos eletivos do executivo – presidente, governador ou prefeito – constroem uma campanha política baseada em uma logomarca que representa a gestão (ideologias e partidos coligados) a ser implementada no caso de vencer o pleito.

<sup>8</sup> Salientamos a questão da forma mais participativa de comunicação, visto que nos governos anteriores, principalmente durante a Ditadura Civil-Militar (que ocorreu no Brasil no período de 1964 a 1985), houve utilização dos meios de comunicação de massa para a propagação da ideologia dos governos através de muitas campanhas cívicas.

informação como direito de cidadania. Não que seja essa uma benesse do Governo Lula, mas é quando os movimentos pela democratização da comunicação ganharam maior espaço de atuação e de visibilidade, resultado de um trabalho que vinha sendo realizado desde as décadas de 70 e 80 (muito influenciados por questões que estavam sendo discutidas em âmbito mundial). Nesse momento há uma apropriação ao conceito de comunicação pública com o entendimento de que essa deve ser voltada para a transformação da sociedade através do acesso à informação, numa participação mais atuante da população.

Entendido o processo que aproxima a comunicação pública da comunicação do Estado, no sentido de ações do governo, justificados por Brandão (2012), nos voltamos às outras indagações de Bucci (2015) quanto ao sentido de entender de utilidade pública a comunicação que busca melhorar a imagem da organização pública. Mesmo ela sendo financiada por recursos públicos, envolver pessoas que prestam serviço à administração pública, no momento que é personalizada por uma logomarca, que estabelece uma relação de temporalidade da gestão do Estado, perde a perspectiva de ser de comunicação pública. Isso se dá, principalmente, por faltar uma clareza da finalidade (será que o interesse é somente informar e orientar a população?) e ter a tomada de decisão do ‘que’, ‘como’ e ‘quando’ comunicar estabelecida por um grupo de pessoas privadas (no sentido de que são definições feitas por um grupo que representa uma ideologia político partidária que está, no momento, no poder).

Ao mesmo tempo, entende-se que há necessidade, pelo próprio interesse público, de que os órgãos do governo divulguem suas ações e tomadas de decisões, da forma mais transparente possível, assim como eduquem a população para ações de bem-estar social – como campanhas de vacinação, período de declaração do imposto de renda, cuidados para não proliferar focos de doenças, etc. Para Bucci (2015), o desafio talvez seja justamente esse, saber o limite da comunicação pública na propaganda das ações do governo. Entendemos oportuno, nesse sentido, diferenciar a comunicação de estado da comunicação de governo, quem sabe, estabelecendo parâmetros que venham ao encontro do que diferenciamos entre políticas de estado e políticas de governo. Assunto que não desenvolveremos, por não ser o nosso foco. O que cabe salientar, é o entendimento que estabelecemos desde já, juntamente com Bucci (2015), de que a comunicação pública, para nós, não é o mesmo que comunicação governamental.

Seguindo Brandão (2012), a próxima relação a ser analisada diz respeito a comunicação política como comunicação pública, ao utilizar-se da expressão de ideais e ideologias de forma pública. É uma comunicação que está atrelada à disputa de poder, que

para a autora se dá através das diferentes ideologias político-partidárias, ou mesmo, nas relações de interesse que se estabelecem entre os donos dos veículos de comunicação e a população, que passa a ter interesse no acesso aos meios de comunicação. Essa segunda questão, principalmente, vai ser demanda constante na determinação das políticas públicas de comunicação que estabelece a relação entre as empresas privadas de telecomunicações e as concessões públicas de exploração dos serviços de radiodifusão e telefonia no país. Para Brandão (2012, p.6, destaque da autora), “este é o sentido mais conhecido da expressão *comunicação pública*, advinda de uma tradição de estudos que analisa a questão da comunicação contraposta ao interesse público e o seu lugar de direito no espaço público”.

Para nós, duas questões saem dessa relação analisada por Brandão (2012): uma, que a questão política pode ser considerada uma das características da comunicação pública, pois sempre suscitará uma disputa de poder com os interesses privados; outra, que a comunicação pública relaciona-se diretamente com as políticas públicas de comunicação, ao disputar espaço no acesso aos meios, onde poderá estabelecer-se de forma mais abrangente, tanto quanto ao acesso do público, como quanto a difusão de pluralidade de ideias. Porém, não entendemos a comunicação política como comunicação pública, tendo, aquela, características próprias, dentro e fora dos partidos políticos, sendo meio de dar vez e voz à população, educar para a cidadania, mas com objetivos específicos de representatividade no âmbito do sistema político de governo. Heloiza Matos (2006) identifica articulações entre a comunicação pública e a comunicação política, considerando que as duas se voltam para o espaço público e estão, muitas vezes, na busca do debate público. Para a autora “dos vários conceitos propostos sobre Comunicação Política que podem ajudar no entendimento da Comunicação Pública, reafirmo que o poder é a arena comum dos dois conceitos, embora os interesses envolvidos nem sempre convergem” (2006, p. 71).

Ainda nas relações estabelecidas por Brandão (2012), a última a ser analisada seria a comunicação pública como estratégia de comunicação da sociedade civil. É a comunicação desenvolvidas pela população, realizada de forma democrática, como instrumento de mobilização. Busca, cada vez mais, acesso aos meios de comunicação, justamente para estabelecer-se na esfera pública. Também é identificada como a comunicação comunitária, ou alternativa, por ser uma possibilidade de comunicação em contraponto aos meios privados de divulgação. A comunicação oriunda da sociedade se interpõe à comunicação que é estabelecida e difundida pelos meios comerciais, os quais dominam o processo de propagação de ideias, dados e fatos do cotidiano. Se interpelam na busca de produzir a verdade dos fatos, os quais constroem a própria realidade que vivenciamos. São antagônicas desde o momento

que a comunicação privada comercial obedece a uma lógica de produção onde estão envolvidos interesses de anunciantes, que nem sempre se voltam à verdade dos fatos para o bem da sociedade. Já a comunicação comunitária ou alternativa estabelece a verdade dos fatos através da pluralidade de fontes de informações, que muitas vezes são protagonistas dos acontecimentos, porém não possuem espaço midiático de alcance massivo.

A participação da população, sem dúvida, é premissa da comunicação pública, porém, mais uma vez, a intencionalidade do uso dessa comunicação é que pode distanciar estas duas formas de comunicação, oriundas da mesma fonte. Na comunicação comunitária, ou alternativa, podem estar representadas as entidades do terceiro setor, as associações comunitárias, as entidades representativas, cada uma estabelecendo pautas de interesse restrito às suas necessidades, não efetivamente representando um interesse coletivo generalizado. Porém, também entendemos que justamente a comunicação pública é que deve abrir espaço para a difusão das informações de interesse da comunicação comunitária e alternativa, sejam, ou não, produzidas por conta própria (sendo fontes ou produtoras de conteúdo). Se adentrarmos as questões das tevês comunitárias, na forma como se configuram hoje no país, devido a legislação, essas, sim, são consideradas meios de comunicação pública, pois devem se constituir a partir de entidades sem fins lucrativos e ainda possuem um conselho curador, formado por representantes da comunidade, que dará as diretrizes da programação e será órgão fiscalizador do caráter público do veículo. Também as tevês educativas, que mesmo atreladas financeiramente aos estados, quando possuem conselhos com funções de curadoria e fiscalização, oportunizam uma participação da sociedade (claro que conforme a realidade de organização de cada tevê e a formação de cada conselho).

Enfim, procuramos apresentar as relações que foram estabelecidas por Brandão (2012) já no entendimento que temos das inter-relações que se estabelecem entre a comunicação pública e os outros tipos de comunicação – seja organizacional, científica, governamental, política ou mesmo comunitária – considerando que todas elas se fazem presentes na comunicação pública, já que é característica dessa a polifonia de vozes. Mas não podem, nenhuma, substituir o conceito de comunicação pública como sinônimo. Talvez seja difícil estabelecer o limite das fronteiras entre uma e outra, ou ainda dizer que não se confundem em determinado momento por terem as mesmas perspectivas ou objetivos. Continuaremos apresentando como outros autores descrevem a comunicação pública, buscando chegar a uma definição mais limitadora para este estudo.

No Brasil, identificado o que a comunicação pública não é, partimos de um consenso de que é a comunicação mediadora entre o Estado, o governo e a sociedade, na busca do

desenvolvimento da cidadania. Uma definição que vem sendo construída na área acadêmica, conforme Brandão (2012), por influência de Pierre Zémor, que diz:

Em sua prática, a comunicação pública assume diferentes formas ligadas às missões das instituições públicas. Ela é encarregada de tornar a informação disponível ao público, de estabelecer a relação e o diálogo capazes de tornar um serviço desejável e preciso, de apresentar os serviços oferecidos pela administração, pelas coletividades territoriais e pelos estabelecimentos públicos, de tornar as próprias instituições conhecidas, enfim, de conduzir campanhas de informação e ações de interesse geral. A esses registros, soma-se aquele de natureza mais política, ou seja, da comunicação do debate político que acompanha os processos decisórios (ZÉMOR, 2012, p. 214).

É, sem dúvida, a comunicação que dá legitimidade às relações com a sociedade civil e que acontece no espaço público sob a supervisão do cidadão, no interesse de informar, divulgar, educar, debater, acompanhar e ouvir demandas sociais. Para o autor, pode estar vinculada com a comunicação do Estado, não como governo, mas como Estado que é construído pela coletividade e por isso mesmo representativo dos interesses públicos. Brandão (2012, p. 31) salienta que “se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país”. Negociação essa que trata de disputas de pontos de vista divergentes para a resolução de determinadas questões, que para Graça Monteiro (2012) mobiliza a sociedade. Não importa se as informações são oriundas dos ambientes públicos ou privados, “importa que elas sejam fruto do debate público e propiciem o debate público” (MONTEIRO, 2012, p. 40). A autora salienta o longo processo que se estabelece na comunicação pública, considerando que o objetivo, “além de informar, é qualificar o cidadão para exercer seu poder de voz, de voto e de veto nas questões que dizem respeito à coletividade” (MONTEIRO, 2012, p. 40). Deve buscar a autonomia dos indivíduos e dos grupos sociais para que identifiquem suas necessidades e saibam manifestar seus interesses, participando do debate público. Ponto que vem ao encontro do que entendemos ser o papel das tevês públicas, como as tevês educativas, visto o espaço que ocupam ao serem financiadas pelo dinheiro público, desde que não atreladas a um compromisso governamental (político partidarizado).

Jorge Duarte (2012), fala da comunicação pública para além de um conceito a ser determinado, mas próxima de um *etos* que se impõe ao “utilizar a comunicação como instrumento de interesse coletivo para fortalecimento da cidadania” (2012, p. 60). Ao mesmo tempo, o autor salienta que é a comunicação que põe “a centralidade do processo de comunicação no cidadão” (DUARTE, 2012, p. 61), no sentido de ser voltada ao atendimento de suas necessidades de diálogo, participação ativa e direito à informação e expressão. E,

ainda, diz que “é um bem e um direito de natureza coletiva, envolvendo tudo o que diga respeito ao aparato estatal, às ações governamentais, aos partidos políticos, aos movimentos sociais, às empresas públicas, o terceiro setor e, até mesmo, em certas circunstâncias, as empresas privadas” (DUARTE, 2012, p. 61). Completa dizendo que a comunicação pública deve privilegiar o interesse público ao interesse privado (pessoal ou corporativo). Também, o autor estabelece quatro eixos que indicam pré-requisitos para a comunicação pública, sendo eles: a transparência, na oferta de informações, na facilidade de acesso, na prestação de contas, na possibilidade de fiscalização; o acesso, no sentido de a informação ter condições de ser interpretada e consumida pela população, oportunizando reflexão e tomada de decisão para a ação; interação, na viabilização de uma comunicação de mão dupla, onde os envolvidos tenham oportunidade de falar e de ouvir, e ouvidoria social, no interesse de conhecer e receber retorno da sociedade no que tiver de crítica e expectativas para servirem como referências.

Essa perspectiva de Duarte (2012, 2016) é compartilhada por Juan Camillo López (2012), que diz:

Muito já foi escrito sobre comunicação pública e os caminhos que aproximam e distanciam diferentes enfoques, permitindo identificar pelo menos três aspectos em comum: a noção de comunicação associada à compreensão do público; o que opera em diferentes cenários, entre eles o estatal, o político, o organizacional e o midiático, e que é um conceito vinculado a princípios como visibilidade, inclusão e participação (2012, p. 246).

López (2012, p. 246) salienta que as múltiplas interpretações de uso do conceito de comunicação pública estão relacionadas à ênfase no “caráter do processo comunicativo e seus atores” que são consideradas nas diferentes situações. Nesse sentido é que Duarte (2008) afirma que o governo ou mesmo os agentes do serviço públicos são alguns dos atores da comunicação pública, sendo essa considerada como uma evolução da comunicação governamental e diferenciada da comunicação do serviço público (que é responsável pela capacitação do cidadão no exercício pleno dos seus direitos e no cumprimento de suas obrigações). Para Bucci (2015), a comunicação pública deve estar a serviço dos cidadãos e não dos governantes, sob pena de inverter o propósito da mesma, trazendo prejuízo para a sociedade. A comunicação pública tem o dever de manter o público informado das ações e decisões do Estado, o que não quer dizer submeter as pessoas às estratégias de formação de opinião a partir dos interesses de autoridade do governo em atuação, já que para o autor “informar, nessa perspectiva, não significa infundir no público aquilo que o governo gostaria que as pessoas pensassem (isso, aliás, é uma boa definição do oposto do dever de informar)”



(BUCCI, 2015, p. 67 -68).

Mais uma vez chegamos a definição do que a comunicação pública não é, pois não é comunicação governamental e nem comunicação de serviço público, embora mantenha com essas relações estreitas e delimitação difusa. Porém, é preciso definir o que é a comunicação pública para estabelecermos como se comportam e se caracterizam os veículos de comunicação pública. E é Bucci (2015) quem identifica que a comunicação pública no Brasil ainda está longe de ser o que deveria, e que não se pode, na definição, perder de vista o que hoje existe de concreto no país. “Buscar um conceito de comunicação pública é, por excelência, criticar abertamente a sua condição atual e, a partir daí, formular um marco que conterá também elementos prescritivos (o ‘deve ser’), inevitavelmente” (BUCCI, 2015, p. 52, destaque do autor). Assim, o autor aponta para uma definição da comunicação pública, a qual adotamos como parâmetro para estabelecermos a caracterização do que entendemos como canais de comunicação pública:

A comunicação pública se compõe de ações informativas, consultas de opinião e práticas de interlocução, em qualquer âmbito, postas em marcha por meio do emprego de recursos públicos, mediante processos decisórios transparentes, inclusivos e abertos ao acompanhamento, críticas e apelações da sociedade civil e à fiscalização regular dos órgãos de controle do Estado. Quanto às suas finalidades, a comunicação pública existe para promover o bem comum e o interesse público, sem incorrer, ainda que indiretamente, na promoção pessoal, partidária (do partido do governo), religiosa ou econômica de qualquer pessoa, grupo, família, empresa, igreja ou outra associação privada” (BUCCI, 2015, p. 69).

Questões pertinentes ao conceito de comunicação pública, e especificamente, sobre canais de comunicação pública, têm sido levantadas em diferentes países, principalmente nesses últimos anos, quando há um grande avanço das tecnologias de comunicação e informação, que, se por um lado traz um desenvolvimento concreto para a sociedade – que hoje estabelece os mais diferentes tipos de relações além fronteiras geográficas e temporais -, por outro lado, também escancara a disparidade das realidades de diferentes comunidades, dentro de um mesmo país ou ainda entre países, potencializando ou excluindo localidades. Diante dessa perspectiva é que se desenvolve um movimento, além-fronteiras, que se preocupa com o uso das tecnologias – de comunicação e informação – justamente para estabelecer a igualdade de condições entre os povos. Porém, esses grupos não pertencem aos grandes conglomerados que detêm o domínio das redes de telecomunicação, muito pelo contrário, são personagens de uma resistência humanitária à exploração puramente econômica dessas tecnologias. Entre os parceiros que agrega ao longo de sua trajetória, a comunicação

pública tem ganhado grande atenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Tecnologia (UNESCO)<sup>9</sup>, uma organização cuja finalidade é justamente a promoção de apoio intelectual interpaíses, acompanhando o desenvolvimento mundial.

Ganha importância, no âmbito da comunicação pública, principalmente a televisão e o rádio, embora não sejam os únicos meios de difusão dessa comunicação, mas sejam os meios de maior alcance e de maior consumo. Particularmente, nossa pesquisa aborda os canais de televisão, visto que esses assumem um protagonismo forte na conformação do espaço público e que não é de hoje, mas mantém-se nos tempos atuais. Reforçamos nosso entendimento trazendo um olhar de Omar Rincón (2002, p. 14), que afirma: “a televisão é uma invenção humana, que se converteu em parte fundamental de nossa vida diária, de nossas formas de construir o símbolo, e de nosso modo de criar comunidade de sentido”. Na tela, se reproduz “formas culturais” dos povos, seus desejos, necessidades, identidades coletivas, enfim, “a tevê converteu-se na instituição social e cultural mais importante de nossas sociedades” (RINCÓN, 2002, p. 15). Para o autor, mais que combater a televisão e seu consumo massivo, devemos compreender a televisão para fazer dela um espaço diferente e potencial para a educação e cultura, utilizá-la dando subsídios aos telespectadores para que tenham condições de agir na busca da solução de seus problemas. A importância da televisão também é pauta da ONU, que em 1995 decretou o dia 21 de novembro como o ‘Dia da Televisão’, no entendimento que é componente importante para o desenvolvimento, para a democracia e para a paz (RINCÓN, 2002). Papel que passa a ser demandado justamente aos canais públicos de televisão.

No ano de 2006, a UNESCO desenvolveu um manual de melhores práticas sobre o serviço público de radiodifusão, o qual tem por objetivo capacitar os cidadãos para ter autonomia no processo comunicacional, no sentido de entender que os veículos de serviço público são o centro do desenvolvimento sustentável das comunidades, no que diz respeito às escolhas para seu próprio desenvolvimento. Para a Organização, os canais públicos é que podem assegurar a pluralidade de ideias, a inclusão social e o fortalecimento da sociedade civil, considerando que parte da população mundial, formada justamente pelos grupos representantes das minorias (grupos marginalizados pelos aspectos econômicos-sociais por questões étnicas, culturais, religiosas ou de gênero), ainda possuem como fonte de informação o rádio e a televisão.

---

<sup>9</sup> A ONU é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais. Hoje possui 193 países membro que conjuntamente aceitam os compromissos da Carta das Nações Unidas que expressa os ideais e propósitos da organização. A UNESCO é o braço da ONU que atua na área da educação, ciências e tecnologias na busca de soluções para problemas que desafiam a sociedade atual. Informações disponíveis em <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>

A UNESCO está decidida a promover a radiotelevisão de serviço público (RSP) e capacitar cidadãos com conhecimento para participar ativamente no processo de adotar decisões. É fundamental que a RSP sirva a todas as populações, refletindo as necessidades, preocupações e expectativas das diversas audiências, sem considerar seu tamanho. A RSP é um elemento essencial para assegurar a pluralidade, a inclusão social e reforçar a sociedade civil. Neste sentido, a missão das RPS está no eixo central do desenvolvimento sustentável, porque permite às pessoas, ao estarem informadas, a tomar decisões vitais para seu próprio desenvolvimento (UNESCO, 2006, P. 6, livre tradução nossa).

Para a UNESCO (2006), os veículos de “Radiotelevisión de Servicio Publico (RSP)” são os canais para a participação cidadã democrática e que precisam se fazer entender pela população e pelos governos, no intuito de cumprirem com essa missão. Para isso, é preciso esclarecer conceitos e procedimentos, além de demonstrar algumas experiências de resultado. Nesse sentido, são definidos, pela UNESCO (2006, p. 7, tradução nossa) os elementos chaves da rádio e televisão de serviço público: “independência editorial, universalidade, adequado financiamento livre de pressões, diversidade, representatividade, informação equilibrada, educação e tolerância, coesão social, cidadania, responsabilidade pública e credibilidade”. Esses elementos chaves vêm ao encontro do conceito de comunicação pública que definimos anteriormente, o que nos leva a entender como aceitável para serem adotadas, de forma combinada com outras demarcações, como definição do que seria necessário para um veículo de comunicação pública, em específico o rádio e a televisão<sup>10</sup>, para utilização em análise futura.

No Brasil, o debate sobre a comunicação pública tem recebido respaldo do Coletivo Brasil de Comunicação Social – Intervezes<sup>11</sup>, uma associação civil, de direito privado, com sede em São Paulo, que trabalha na busca de um sistema nacional de comunicação pública que respeite o direito à comunicação no país. O coletivo fiscaliza as ações do executivo, legislativo e judiciário, as empresas prestadoras de serviços (públicas e privadas); promove e participa de eventos sobre o tema; produz material didático de referência como subsídios para o debate crítico sobre a mídia e as questões referentes à democratização das comunicações; além de articular uma campanha propondo um novo marco regulatório das comunicações, alterando as políticas públicas de comunicação no Brasil, entre outras ações. Nessa perspectiva, criou o portal Observatório do Direito à Comunicação (disponível no endereço

---

<sup>10</sup> Consideraremos, a partir daqui os serviços públicos de rádio e televisão nominados pela UNESCO, como os veículos de comunicação pública, em específico, o rádio e a televisão públicas, num comparativo aos termos que utilizamos no Brasil.

<sup>11</sup> Intervezes é um coletivo brasileiro, voltado aos assuntos da comunicação social, formado por ativistas e profissionais com formação e atuação nas áreas de comunicação social, direito, arquitetura, artes e outras. Está presente em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal. Informações disponíveis em [www.intervezes.gov.br](http://www.intervezes.gov.br)

<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/>) que acompanha o desenvolvimento das políticas públicas regulatórias da área. O portal apresenta entre outros assuntos, o conceito de comunicação pública que baliza as ações do Coletivo:

A comunicação pública é uma das modalidades de mídia existentes no mundo. Uma das suas características mais marcantes é a **busca pela independência de governos e do mercado**, visando servir à sociedade por meio da **produção de conteúdo que reflitam a diversidade da população, estimulem a reflexão e o debate público, e apresentem uma variedade de formatos e gêneros**, indo além do que é oferecido pelos meios de comunicação comerciais. Diferentemente da mídia comercial, a comunicação pública não é propriedade de empresas, mas de instituições públicas como universidades, fundações ou entidades da sociedade civil, como associações e sindicatos. **E, diferentemente da mídia estatal – que tem como papel divulgar ações de instituições governamentais, do Parlamento ou do sistema judiciário –, a comunicação pública tem como foco o atendimento da sociedade, gozando de autonomia editorial, de gestão e de financiamento** (INTERVOZES, disponível em [http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?page\\_id=28550](http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?page_id=28550), destaque nosso).

O entendimento não foge muito do que temos abordado, a partir de diferentes autores, e novamente estabelece o diferencial da comunicação estatal, focando principalmente na necessidade de ser um espaço independente do mercado e do governo, e de abrir lugar para a pluralidade de ideias, na busca da reflexão e debate, no intuito da formação da cidadania.

Trazendo para discussão uma definição mais conceitual, o Intervozes (2009) apresenta seis concepções existentes no mundo sobre a noção do que chama de mídia pública:

- a) a primeira é a concepção elitista, que tem por base o entendimento da comunicação pública que se estabeleceu através do rádio, em países da Europa, com o pressuposto (característico do próprio rádio) de diminuir o abismo cultural existente na comunidade (aristocratas e população de baixa renda), através da disseminação do que havia de melhor na arte e na linguística, uma escolha que era feita pela elite culta dos países;
- b) a segunda concepção é a educativa, no entendimento do papel de meio complementar da formação da população, principalmente para o ensino técnico profissionalizante (que teve reflexo profundo na América Latina), considerando o alcance que tinha, e ainda, num momento em que não havia sala de aula para a totalidade dos candidatos a alunos (potencializado principalmente pela televisão, com os telecursos);
- c) a terceira concepção é a de mídia alternativa ao modelo comercial, numa oposição a tudo que tenha espaço nos veículos privados, principalmente na consideração do público não como uma massa de pessoas (visualizadas pelo gosto médio identificado), mas como uma diversidade de pessoas que precisam ser atendidas nas suas

especificidades, através de uma multiplicidades de demandas, que se realizam na busca de novos formatos e propostas no audiovisual;

- d) a quarta concepção diz respeito a ser um sistema público não-estatal, que deve ficar longe da influência do mercado e do estado, ter independência editorial e gestão autônoma, como serviço público (numa referência a definição da ONU), que amplia a participação e produz conteúdos imparciais e críticos, um espaço privilegiado do real debate público;
- e) a quinta concepção é a culturalista, que se organiza a partir do entendimento da mídia como espaço de produção de sentido e construção de identidades, e que justamente encontraria na mídia pública o compromisso com a multiculturalidade dos cidadãos;
- f) a sexta e última concepção é a definição de mídia pública como aparelho de Estado, cuja visão não identifica que instituições públicas possam existir fora dessa relação, sendo, pelo contrário, justamente elemento do equilíbrio, que busca consenso entre demandas do público e interesses gerais do Estado.

As concepções misturam-se a tantas outras indefinições do conceito de comunicação pública, que já abordamos, e que levantam diferentes pontos de vista para o entendimento do que seria aceitável a uma rádio ou tevê públicas. Salienta o Interveniente que o grande marco da comunicação pública deve ser a efetiva participação da sociedade, através de diferentes formas de controle, que pode se dar a partir da organização de um conselho que fiscalizará a gestão e programação, mais diretamente como integrante da gestão, ou ainda através das ouvidorias e consultas públicas, como acompanhamento e controle. A forma de indicação desses representantes da sociedade civil também vai influenciar na real autonomia do veículo de comunicação pública, pois são esses indivíduos que farão o papel atuante na efetiva desvinculação frente ao governo ou frente as próprias entidades participantes, que podem procurar se utilizar dos espaços para promoção própria ou jogo de influências. É preciso considerar que a comunicação pública se viabiliza, em boa parte, através de orçamento público – mesmo que esse esteja constituído de taxa paga pelo cidadão (como o caso da Alemanha e Reino Unido) ou paga pelas operadoras comerciais (caso de Portugal e do Brasil) – o que acaba aproximando a gestão do veículo da base de governo, criando um vínculo direto, muito propício a influências políticas e ideológicas, ou ainda que fique vulnerável a redução de repasses, em momentos de crises econômicas.

A questão da programação é um ponto alto das discussões sobre os veículos de comunicação pública, já que são os espaços que, por premissa, mais devem se diferenciar dos modelos privados, justamente para que a pluralidade de públicos seja contemplada nos

conteúdos, nos formatos, na linguagem e nos estilos. Em geral, os veículos dão ênfase numa programação segmentada em temáticas infantis, culturais, educativas e informativas, dando maior ou menor espaço para produções locais e regionais. Dentro das questões inerentes à comunicação pública, está sempre em voga o real sentido de busca pela democratização da comunicação, que passa pelo acesso aos meios, e que para o Intervozes também deve se preocupar com os ambientes de convergências, a partir da internet e das redes sociais, e, de forma mais direta, considerando os canais de tevê, com a TV Digital. Hoje em dia, a programação dos canais públicos, no Brasil, já está disponível para acesso através dos portais na internet, organizados como uma biblioteca virtual (alguns com links para o *youtube* e outros armazenados nos próprios portais), oportunizando maior acesso e repercussão, se considerarmos as especificidades da realidade do país.

Para a UNESCO (2006), tanto quanto se deve tratar da liberdade de imprensa, também se deve ter atenção a liberdade de expressão, como direito humano, considerando que a liberdade de circulação de ideias fortalece as democracias. Também é desta forma, acredita a Organização, que se vai conseguir preservar a diversidade cultural, frente a globalização dos mercados, principalmente no que se refere à valorização da produção local. E seriam os veículos de serviço público que abririam espaço para acesso e participação da população, indiferente do lugar social que ocupam na escala econômica, principalmente, nos países em desenvolvimento, que possuem grande disparidade econômica-social. Já em 1995, a UNESCO, a partir de uma Mesa Redonda, realizada em Paris, que tratava sobre as funções culturais e educativas da radiodifusão do serviço público, apontava três caminhos: os veículos deveriam produzir programas de entretenimento, informativos, educativos e culturais; manter o apoio da audiência e dar suporte para as formas de governo que dão sustentação a existência de rádio e televisão públicas; além de reproduzir a cultura nacional e étnica da sua audiência, de forma que a população esteja em contato com sua história, idioma, arte, religião e outros valores culturais e tradicionais (UNESCO, 2006, livre tradução nossa).

Ainda, está nas preocupações da UNESCO (2006), vindo a fortalecer suas ações em prol de um desenvolvimento maior dos canais de serviço público, questões como: a competitividade nos canais de televisão comercial, que a partir dos canais pagos, oferece programação diferenciada, deixando aos canais abertos – de acesso a parcela da população que não pode pagar pelo serviço privado – os produtos de menor qualidade; a globalização e dependência da produção audiovisual pelos grandes mercados internacionais, matando a produção local; o papel dos veículos na educação e formação dos indivíduos, como fomentadores das discussões e múltiplas visões de mundo; a consolidação das democracias,

que passa pela saúde dos seus sistemas de meios; a necessidade de promoção e estímulo à produção cultural dos cidadãos, que não tem espaço nos canais comerciais; a necessidade de emergir novos espaços de comunicação que deem apoio à criação estratégica de regiões comerciais; entre outros aspectos que fortaleçam o enfrentamento de um sistema de radiodifusão que tem se configurado, de forma internacional, num modelo comercial, de grande alcance, considerando o uso do cabo e do satélite, cujo investimento principal está na área do entretenimento.

A partir dessa realidade, e de tantas outras, onde os canais sob responsabilidade do estado servem aos interesses governamentais, deixando em segundo plano o interesse público, é que se fortalece a preocupação em estabelecer uma compreensão de como organizar uma comunicação de serviço público que poderá, efetivamente, preservar a integridade e interesse dos cidadãos. Para isso, o primeiro passo é definir o que seriam canais de serviço público, mais especificamente rádios e televisão de serviço público. Segundo a UNESCO (2006), cada país tem adotado diferentes formatos para serviço público de comunicação, conforme seus sistemas políticos, tecnológicos e econômicos, mas chama a atenção para as seguintes condições aos sistemas públicos de difusão:

Os canais públicos estimulam o acesso e a participação na vida pública. Desenvolvem o conhecimento, ampliam horizontes e capacitam os povos a um melhor entendimento entre eles, a ter uma melhor compreensão do mundo e dos demais. Os canais públicos se definem como um ponto de encontro onde todos os cidadãos são bem-vindos e considerados em um plano de igualdade. Constitui ferramenta de informação e educação acessível e dirigida a todos, sem exceção, sem importar sua condição social ou econômica. Seu mandato não se limita a informação e ao desenvolvimento cultural – o canal público também deve recorrer a imaginação e ao entretenimento. Porém, deve fazer preocupando-se com a qualidade que o distingue dos veículos comerciais. Considerando que não está submetida aos imperativos do enriquecimento, a comunicação pública deve assumir desafios, ser inovadora e assumir riscos. E quando consegue seus objetivos, desenvolvimento com êxito, novas ideias ou trabalho artístico, pode conseguir elevar seus propósitos estabelecendo a tendência a outros canais (UNESCO, 2006, p. 29, livre tradução nossa).

Assim, estabelece um caminho para o entendimento sobre difusão pública, a qual, fica bem entendido, não deve ser considerada como se fosse os sistemas estatais, mesmo que públicos também, pois esses não possuem independência administrativa ou mesmo imparcialidade editorial, já que servem a governos específicos. O serviço estatal público possui interesse público, mas não cumpre o papel dos veículos de serviço público. Para a Organização, essa confusão, muitas vezes, se faz de forma intencional, vinculando o conceito de “público” com a noção de estado, governo ou o que é oficial, embora reconheça que, outras

vezes, a própria língua, em alguns países, não possui uma palavra para traduzir esse conceito sem aproximar dessas noções. Essas condições, onde o serviço público de rádio e televisão está ligado ao Estado, dificulta sobremaneira a implantação de canais de serviço público em outras condições mais autônomas.

Enfim, compartilhando da definição da Comissão Europeia de Televisão Independente, descrita em 2004, a UNESCO (2006) adota os seguintes conceitos para definição de um canal de rádio e televisão de serviço público, como de natureza universal: ampla cobertura de programas que satisfaçam uma variedade de interesses; alta qualidade técnica de produção, com inovação e diferenciação, utilizando modernos recursos televisivos; levar em consideração as minorias e necessidades especiais para a produção de programas direcionados às escolas e aos menos capacitados; considerar os interesses regionais e comunidades específicas; a identidade nacional, constituindo-se na ‘voz da nação’ durante os eventos de âmbito nacional; garantir produções originais em quantidade; demonstrar vontade de enfrentar riscos e espectadores críticos, complementando o sistema comercial; um sentido de independência e imparcialidade, notícias aprofundadas, ser um foro de debate público, garantido a pluralidade de opiniões e um eleitorado bem informado; cobertura universal; publicidade comercial limitada; além de custos reduzidos ou oferta gratuita<sup>12</sup> (UNESCO, 2016, p. 33, livre tradução nossa).

Para uma melhor compreensão do uso do termo ‘comunicação pública’ empregados até aqui, apresentamos uma síntese dos conceitos por autores trabalhados:

#### Quadro 1 – Conceitos de comunicação pública

(continua)

Autor	Conceito
Elizabeth Brandão (2012)	- É a comunicação a ser estabelecida com o público, porém com diferentes fontes de informação e objetivos a serem alcançados. Estaria relacionada a área da comunicação organizacional, comunicação científica, comunicação do Estado, comunicação política e comunicação como estratégia da sociedade civil.
Pierre Zémor (2012)	- É a comunicação que dá legitimidade às relações com a sociedade civil e que acontece no espaço público sob a supervisão do cidadão, no interesse de informar, divulgar, educar, debater, acompanhar e ouvir demandas sociais. Pode estar vinculada com a comunicação do Estado, não como governo, mas como Estado que é construído pela coletividade e por isso mesmo representativo dos interesses públicos.

<sup>12</sup> Cabe salientar que no caso do sistema de comunicação de alguns dos países europeus, mesmos os canais públicos são mantidos por pagamento de uma taxa de audiovisual pela população, como no Reino Unido, onde os cidadãos pagam um valor para a manutenção do canal público, no caso a BBC, que tem total autonomia ao Governo, conforme informações disponíveis em <http://memoria.ebc.com.br/tv-publica-ebc/tv-publica-no-mundo>.



(conclusão)

Graça Monteiro (2012)	- Além de informar, é qualificar o cidadão para exercer seu poder de voz, de voto e de veto nas questões que dizem respeito à coletividade. Deve buscar a autonomia dos indivíduos e dos grupos sociais para que identifiquem suas necessidades e sabiam manifestar seus interesses, participando do debate público. Não importa se as informações são oriundas dos ambientes públicos ou privados, importa que elas sejam fruto do debate público e propiciem o debate público.
Jorge Duarte (2012)	- É um <b>etos</b> que se impõe ao utilizar a comunicação como instrumento de interesse coletivo para fortalecimento da cidadania. É um bem e um direito de natureza coletiva, envolvendo tudo o que diga respeito ao aparato estatal, às ações governamentais, aos partidos políticos, aos movimentos sociais, às empresas públicas, o terceiro setor e, até mesmo, em certas circunstâncias, as empresas privadas. - Existem quatro eixos que indicam pré-requisitos para a comunicação pública, sendo eles: a <b>transparência</b> , na oferta de informações, na facilidade de acesso, na prestação de contas, na possibilidade de fiscalização; o <b>acesso</b> , no sentido de a informação ter condições de ser interpretada e consumida pela população, oportunizando reflexão e tomada de decisão para a ação; <b>interação</b> , na viabilização de uma comunicação de mão dupla, onde os envolvidos tenham oportunidade de falar e de ouvir, e <b>ouvidoria social</b> , no interesse de conhecer e receber retorno da sociedade no que tiver de crítica e expectativas para servirem como referências. - É uma evolução da comunicação governamental e diferenciada da comunicação do serviço público.
Juan Camillo López (2012)	- Possui três aspectos em comum: a noção de comunicação associada à compreensão do público; o que opera em diferentes cenários, entre eles o estatal, o político, o organizacional e o midiático, e que é um conceito vinculado a princípios como visibilidade, inclusão e participação. - As múltiplas interpretações de uso do conceito de comunicação pública estão relacionadas à ênfase no “caráter do processo comunicativo e seus atores” que são consideradas nas diferentes situações.
Eugênio Bucci (2015)	- Se compõe de ações informativas, consultas de opinião e práticas de interlocução, em qualquer âmbito, postas em marcha por meio do emprego de recursos públicos, mediante processos decisórios transparentes, inclusivos e abertos ao acompanhamento, críticas e apelações da sociedade civil e à fiscalização regular dos órgãos de controle do Estado. - A comunicação pública existe para promover o bem comum e o interesse público, sem incorrer, ainda que indiretamente, na promoção pessoal, partidária (do partido do governo), religiosa ou econômica de qualquer pessoa, grupo, família, empresa, igreja ou outra associação privada.
UNESCO (2006)	- Possui como elementos chaves a independência editorial, universalidade, adequado financiamento livre de pressões, diversidade, representatividade, informação equilibrada, educação e tolerância, coesão social, cidadania, responsabilidade pública e credibilidade.
Portal Intervozes (2009)	- Tem como características a busca pela independência de governos e do mercado, visando servir à sociedade por meio da produção de conteúdos que reflitam a diversidade da população, estimulem a reflexão e o debate público, e apresentem uma variedade de formatos e gêneros, indo além do que é oferecido pelos meios de comunicação comerciais. - Diferentemente da mídia comercial, a comunicação pública não é propriedade de empresas, mas de instituições públicas como universidades, fundações ou entidades da sociedade civil, como associações e sindicatos. E, diferentemente da mídia estatal – que tem como papel divulgar ações de instituições governamentais, do Parlamento ou do sistema judiciário –, a comunicação pública tem como foco o atendimento da sociedade, gozando de autonomia editorial, de gestão e de financiamento.

Fonte: Elaborado pela autora

Apresentados os conceitos sobre comunicação pública, partimos para a identificação dos sistemas de comunicação pública existentes no Brasil e no mundo. O sistema de comunicação pública é realidade desde o surgimento do rádio e da televisão, nos países europeus, numa perspectiva completamente diferente da adotada pelo Brasil, que seguiu parâmetros comerciais no desenvolvimento do seu sistema de comunicação, influenciado pelo que havia sido implementado nos Estados Unidos. Para Laurindo Leal Filho (1997, p. 17) “há sempre um conjunto de razões culturais, políticas e técnicas envolvidas nessa escolha” ao referir-se ao modelo europeu, mais especificamente à radiodifusão britânica. Quanto aos aspectos culturais, a escolha pelo caminho da tevê pública, na Europa, em geral, vem dar suporte ao entendimento que são os veículos de radiodifusão os disseminadores da cultura de um povo, e por isso mesmo, merecem atenção especial, ocupando o mesmo espaço que as universidades, bibliotecas, museus. Nessa perspectiva, conforme Leal Filho, “os veículos prestadores desse serviço devem ser públicos e por isso mantidos total ou parcialmente pelo próprio público. Só assim seriam capazes de dar conta de sua vocação cultural” (1997, p. 18).

As razões técnicas estão em sintonia com todos os outros países, por ser uma forma de controle do espaço aéreo, por onde circulam as frequências de radiodifusão, que precisam ser limitadas para que não se sobreponham, sendo que, num primeiro momento, no caso Britânico especificamente, o Governo estabeleceu a exploração através de monopólio de um conglomerado de empresas privadas nacionais produtoras de aparelhos de rádio. Surgiu daí a BBC, que em 1927, passou a ser uma corporação pública. Já as razões políticas estão ligadas aos acontecimentos do momento, no caso o início do século passado (por volta de 1929), quando as disputas ideológicas se faziam no campo entre o comunismo, o fascismo e o nazismo, que muito bem souberam utilizar-se do rádio para disseminar seus propósitos. O governo britânico, para proteger a população de uma exploração ideológica, optou pelo controle público, embora, na perspectiva do próprio Leal Filho (1997) essa exploração acabou ocorrendo da mesma forma, porém, sob o controle social da elite do país.

Com origem na iniciativa do Estado, conforme realidade em países como Alemanha, França, Itália, Espanha e Portugal, sendo inicialmente controladas pelos órgãos do governo, na perspectiva de ficarem afastadas de interferências financeiras e políticas, o que é certo é que por longo período o sistema de radiodifusão da Europa Ocidental esteve exclusivamente sob domínio e exploração pública governamental. Ao longo do desenvolvimento dos direitos universais, e da cidadania, no pós-guerra, é que há o entendimento que, para o fortalecimento da democracia, é preciso a participação da sociedade na gestão das emissoras, que passam a ter um controle público através dos conselhos. Informação essa que é apresentada pela

Empresa Brasileira de Comunicação (EBC)<sup>13</sup>, que procura fazer um comparativo entre o sistemas de boa parte dos países europeus que se organizam a partir das televisões públicas – como a BBC inglesa, a TVE espanhola, a francesa France Télévision, a RAI italiana, a RTP de Portugal, a ARD e a ZDF, alemãs – e somente mais tarde abrem espaço para os canais privados; e os Estados Unidos e Canadá, que já nascem com um sistema de canais privados, embora possuam televisões públicas de qualidade, como a PPS e a CSA, respectivamente.

A EBC aponta a experiência das principais emissoras públicas do mundo, relacionando a gestão e a forma de financiamento, como exemplos para o entendimento do que deveríamos conhecer sobre emissoras públicas de comunicação:

- a) a BBC inglesa é a primeira a ser apontada, por ser considerada a mais reconhecida, é dirigida por uma diretoria executiva nomeada por conselho composto por representantes da sociedade, sem vínculos com organizações e com a tevê comercial, além de ter seu financiamento a partir do valor arrecadado pelo pagamento de uma taxa, pelo cidadão comum, o que garante total autonomia para a emissora;
- b) o segundo é o sistema da França, o France Television, que possui quatro canais de televisão, e um sistema mais complexo de administração, mas que reúne representantes indicados pelo Presidente da República, Assembleia Nacional e Senado, que também compõe o Conselho Administrativo, e cujo financiamento é resultante de verbas orçamentárias (mais da metade dos custos) e verbas de patrocínio, prestação de serviços e anúncios institucionais;
- c) o terceiro, na Alemanha, é o sistema da ARD e ZDF, que integram 16 emissoras públicas estaduais, as quais são dirigidas pelos conselhos de Radiodifusão e de Administração, que possuem representações dos governos federal e regionais, partidos e organizações civis, e cujo financiamento se dá, em grande parte, por verbas federais, complementadas por receitas próprias;
- d) em quarto, no Canadá, a CBC, que é dirigida por um Conselho, cujos integrantes não podem ter relações com a área de radiodifusão, embora sejam indicados pelo Governador, e cujo financiamento se dá com a contribuição dos cidadãos;
- e) em quinto, a PPS americana, que é uma federação de emissoras públicas e independentes, cuja direção é representativa das 350 emissoras associadas e cujo financiamento é realizado, de forma considerável, através de verbas destinadas pelo Congresso americano.

---

<sup>13</sup> Informação disponível no endereço <http://www.ebc.com.br/> e acessada em 14 de dezembro de 2016.

- f) E sexto, a EBC chama a atenção para a tevê portuguesa, a RTP, e a espanhola La Primera, as quais possuem modelo público de gestão, com conselhos atuantes e financiamento estatal, complementado por receitas próprias.

Complementando as informações da EBC, o Intervozes apresenta ainda os sistemas da Austrália, da Colômbia, da Itália, do Japão e da Venezuela, através de uma ampla pesquisa sobre o funcionamento do sistema público de radiodifusão em doze países ao redor do mundo, finalizada em 2009<sup>14</sup>:

- g) A Austrália possui um sistema de radiodifusão pública, formado por duas organizações, a ABC e a SBS, numa convivência com o sistema comercial, que possui diversas empresas. As organizações públicas operam no rádio, tevê e meio digital, conseguindo atingir a quase totalidade do território. A primeira, e maior corporação a surgir foi a ABC, financiada por um fundo governamental definido pelo Parlamento, só transmite conteúdo na língua inglesa, sendo proibida de veicular comerciais. Já a SBS, menor, nasceu para transmitir conteúdo em diversas línguas, devido a diversidade cultural que se estabeleceu a partir dos imigrantes. Também é financiada pelo governo e sofre maior influência deste, embora possa buscar recursos próprios através da venda de anúncios. A gestão dos dois canais se dá através de um Conselho Gestor, diferenciado, cujos membros são indicados pelo governo entre pessoas que tenham experiência nas áreas afins (comunicação, gestão, tecnologia, etc.), com aporte de um Conselho Consultivo, onde há representantes da sociedade civil, escolhidos e nomeados pelo Conselho Gestor.
- h) A Colômbia tem o início do sistema de comunicação nos veículos públicos, geridos e administrados pelo Estado, que investiu num monopólio de rádios e tevês. Há poucos anos abriu espaço para as empresas privadas. Possui rádios e tevês, de âmbito nacional e regional (são vários veículos), que não se organizam em rede (somente trocam conteúdo), que são viabilizadas por verbas públicas, em parte composta da taxaço do serviço das empresas comerciais, e cujo gerenciamento é feito de maneira compartilhada com organizações da sociedade civil, chamadas de Juntas Diretoras. O sistema, na legislação, é dividido em radiodifusão comercial, comunitária e de serviço público. A mídia comunitária é organizada e administrada pelas comunidades, existindo muitas rádios comunitárias espalhadas em pequenas cidades e as tevês

---

<sup>14</sup> A pesquisa se transformou na publicação intitulada ‘Sistemas públicos de comunicação pelo mundo: experiência de doze países e o caso brasileiro’ que está disponível no endereço <http://www.intervozes.org.br/arquivos/interliv004spcmepb>

comunitárias localizadas no sistema pago. E os veículos de serviço público estão vinculados às estações universitárias, educativas ou organizações civis, como grupos indígenas.

- i) A Itália possui um duopólio, que se realiza a partir do grupo RAI, empresa mista, e o grupo privado Mediaset. A Rai e seus diversos canais de rádio e tevê que atuam no campo público possuem financiamento de receita pública, oriunda de taxa paga pela população, combinada com anúncios publicitários, venda de serviços e produtos. A gestão é realizada por um Conselho de Administração, que possui nove membros, sendo dois eleitos e sete indicados. Possui o acompanhamento de uma Comissão Parlamentar de Vigilância da RAI, um Conselho Nacional de Usuários e um Comitê Científico, mas sofre com uma forte interferência política e empresarial.
- j) O Japão possui um sistema público consolidado, cuja representante é a NHK com sua rede de rádios e tevês com ampla audiência e infraestrutura, superando o sistema privado. A programação é generalista e educacional, e atinge regiões para além do país, sendo considerado que sua programação é de alta qualidade, principalmente se comparada com a programação sensacionalista dos veículos comerciais. O financiamento se dá de forma autônoma, através de taxa fixa, recebida e gerenciada pela própria NHK, sem depender do governo. É gerida por um Conselho Diretor cujos membros são indicados pelo governo, mas devem representar as diferentes regiões do país, sendo a instância máxima de decisão; um Conselho Executivo, indicados pelo Conselho Diretor, que é órgão executivo, e um Conselho Fiscal, nomeado também pelo Conselho Diretor.
- k) Já a Venezuela, como último exemplo, possui três canais de tevês estatais-governamentais – Venezolana de Televisión VTV que é um órgão do Estado, Vive TV de cunho mais educativo e ANTV da Assembleia Nacional, e uma rede de rádio nacional através da Radio Nacional de Venezuela RNV, também estatal. Todos são geridos por cargos em comissão do Governo. Mais recentemente surgem as TVes, geridas por uma Fundação, que apesar de ter controle do Governo, possui um Conselho Diretor, com dois, dos seis membros, representantes da sociedade (embora não seja claro como esses são nomeados). Ainda, fundou a Nueva Televisión del Sur C.A. – TELESUR, uma televisão interestatal, em parceria com Argentina, Uruguai, Cuba, Venezuela, cujo objetivo é ser um meio de comunicação audiovisual hemisférico, com objetivo de difundir uma visão da diversidade social e cultural da América Latina e do Caribe, buscando a integração latino-americana. Posteriormente

entra nessa parceria a Nicarágua e o Equador, e em março de 2016 sai a Argentina.

Nesses exemplos, apresentados pelas pesquisas da EBC e do Intervezes, podemos observar a diversidade de formatos de gestão e financiamento da comunicação pública ao redor do mundo, em específicos nos casos de rádio e televisão. São sistemas que se configuraram, desde a introdução das tecnologias de comunicação – que se deu através do rádio e da televisão –, ora através de investimento do Estado, com gestão e financiamento governamental, ora através de gestão e financiamento privado. Ao longo do tempo, conforme desenvolve-se o próprio sistema governamental, mais ditatoriais ou mais democráticos, em presidencialismos ou parlamentarismos, vai se reorganizando, buscando maior ou menor espaços de participação da sociedade. De qualquer forma, não são, os veículos de comunicação pública, modelos únicos ou mesmo imutáveis, já que é justamente a organização dos indivíduos que fomenta as mudanças no sistema estabelecido, através de um protagonismo que identifica a importância que a comunicação pública tem no país e o papel que exerce na formação cultural e educativa da população.

Na América Latina, tirando algumas exceções – que justamente precisam ser reconhecidas e divulgadas como contraponto ao descrédito que gera na população a baixa qualidade do canal público que não cumpre sua função –, a experiência da televisão pública é, em geral, a antítese do que se pensa em ideal de comunicação pública. Segundo Omar Rincón (2002a), as tevês públicas latino-americanas têm apresentado programas de baixa qualidade, que não abrem espaço para a diversidade, seja de voz, narrativa ou mesmo estética, “acabaram produzindo telelixos – programas efêmeros, sem memórias, sem buscas, sem intenções, uma vez que não experimentam com estéticas, narrativas, temáticas, estilos ou sensibilidades” (2002a, p. 34). E a gestão, que está geralmente vinculada ao poder do Estado, tem sido ineficiente, sem dar condições para o desenvolvimento efetivo de canais públicos, mas mantendo-os como veículos estatais de difusão político-ideológica. Questões que para Guilherme Orozco Gómez (2002) se estabelecem por não haver um vínculo do canal público com a audiência, mas sim com o poder político estabelecido. E, justamente, definir um projeto de televisão pública a partir das audiências, talvez seja o grande desafio imposto à comunicação pública. Para além de abarcar todas as audiências possíveis, entre minorias e majorias, seria propor nova forma de leitura da programação televisiva, com qualidade, gerando interesse. Nessa ideia, as emissoras deveriam incorporar nas suas equipes, além dos profissionais em audiovisuais, “equipes de pesquisadores e artistas, projetistas e particularmente pedagogos lúdicos, todos alinhados numa produção televisiva estética e atraente, mas também numa produção de materiais complementares para o usufruto

educativo-cultural-político das audiências” (OROZCO, 2002, p. 259-260). Será preciso reeducar para a leitura audiovisual que venha da própria televisão pública, e que por isso mesmo, precisa fazer a audiência identificar-se com a programação. A televisão deixa de ser um espaço de entretenimento para ser um lugar de educação, onde se busca informação para compreender, ponderar e analisar a realidade social. Para isso, é preciso que surjam projetos de grupos, associações, organizações comunitárias, instituições educativas e culturais, etc. O público deixa de ser espectador para se envolver de forma atuante, crítica e autônoma nos projetos televisivos (OROZCO, 2002).

Realidades de televisões públicas existentes são abordadas por Rincón (2002) que salienta alguns diferenciais observados: para a qualidade de programação há a necessidade de investimento financeiro, mesmo que para isso se faça poucos programas, mas de alta qualidade; os produtos devem ser coordenados por especialistas, como os programas infantis, culturais, etc.; a estética e o prazer devem ser presentes na programação como estratégia dos produtores; a audiência é o balizador da programação, então deve-se fazer pesquisa sobre o público a ser atingido. Para o autor, há uma necessidade de o canal público ter condições de competir no mercado audiovisual. “Os canais devem se converter num lugar para o intercâmbio de sensibilidades e identidades; um lugar que promova a convivência, outorgue visibilidade aos diferentes atores da sociedade” (RINCÓN, 2002, p. 316) e ainda complementa: “que amplie as agendas de opinião, permita a experimentação audiovisual, a inovação no tratamento audiovisual, e que gere acontecimentos-símbolo, a fim de reinventar a cotidianidade a partir do cultural”. De forma mais geral, o autor identifica que as televisões públicas devem definir políticas e missão voltadas aos cidadãos, ao coletivo, com gestão autônoma e para isso deve contar com profissionais da administração e marketing, na busca de se tornarem eficientes financeiramente (pela oferta de serviços, parcerias, apoios). Precisam ter um olhar nas tendências televisivas, visto ser lugar para experimentação e que por isso precisa contar com profissionais capacitados na criação e produção. Nas palavras do autor “realizar uma televisão pública que chegue às pessoas” (OROZCO, 2002, p. 326).

Ao final da obra ‘Televisão pública: do consumidor ao cidadão’, organizada por Rincón (2002), os autores propõem ações mais concretas para a transformação necessária para que a televisão pública se distancie do governo e se diferencie dos canais comerciais, as quais vão ao encontro do que temos reforçado do que seria um projeto de televisão pública. Do capítulo de conclusões, intitulado “TV Pública: para saber quem somos, como temos sido e o que queremos ser”, salientamos três importantes questionamentos que são levantados: entre televisão pública e televisão de governo, com criar um canal efetivamente voltado ao

cidadão? Como a televisão pública poderá voltar-se às minorias e ao mesmo tempo não deixar de lado a busca de audiência, pois sem essa estaria condenada a invisibilidade pública? E, ainda, como interpelar o cidadão consumidor, de forma que ative a busca de seus direitos e o pensamento no coletivo? Não há respostas, antes ainda, novos levantamentos de pontos a serem pensados pelas tevês públicas: quanto aos temas, a necessidade de uma oferta diferenciada; quanto à função cultural, o propósito de ser espaço para dar visibilidade às identidades plurais; e quanto à função cidadã, ser espaço de acesso às minorias, inclusão de culturas e sujeitos e potencial de construção de coletivos (RINCON, 2002). Enfim, entre propostas e abordagens questionadoras, os autores deixam uma perspectiva de a televisão pública se transformar num “espaço estratégico para a produção e reinvenção das imagens que de si próprios se fazem nossos povos, e com as quais querem ser reconhecidos pelos outros” (RINCON, 2002, p. 348).

No Brasil, muitas especificidades nos colocavam num lugar de desenvolvimento de um sistema forte de comunicação pública, embora nossa história já tenha iniciado há uns bons anos. Em pleno ano de 2018, já não estamos no mesmo ritmo e, em muitos casos, retrocedendo. Mas, faz-se sempre importante recontar a trajetória, até como incentivo para a não desistência na busca de um ideal de televisão pública, mesmo que por hora tenha se tornado novamente uma perspectiva a longo alcance. O histórico da comunicação pública no Brasil e as discussões em curso ainda hoje é o que veremos no próximo subtítulo.

### **1.3 A comunicação pública brasileira: das tevês educativas à TV Brasil**

O Brasil é um dos países pioneiros, na América Latina, na implementação do rádio e da televisão, com o início do rádio nos anos 20 e da televisão, nos anos 50. A radiodifusão se organizou basicamente numa gestão de empresas privadas, o que dá o caráter comercial de boa parte do nosso sistema de comunicação. Temos, desde o início, alguns veículos de gestão pública ou mista, que entre maior e menor expressão no âmbito da comunicação, vão buscando espaço na audiência para a veiculação de uma programação voltada para a educação e a cultura nacional. Em um enfrentamento constante, com muita pressão política e empresarial, o sistema público foi traçando um caminho árduo, com poucos recursos e baixo alcance, e estava chegando, há pouco tempo, a uma configuração mais estruturada em termos de legislação e representatividade, através de uma rede de comunicação pública organizada a partir de parcerias com emissoras comunitárias, universitárias e educativas, encabeçada pela TV Brasil. Porém, mudanças na política brasileira resultaram na paralização da proposta (o



que abordaremos com mais detalhes no desenvolvimento do texto).

O sistema de radiodifusão, no país, passou a ser regulamentado, de forma explícita, pelos decretos de número 20.047, de 1931 e de número 21.111, de 1932, que estabeleceram, entre outras questões, que “o espectro eletromagnético era um privilégio do Estado, que poderia utilizá-lo diretamente para o bem público”. Também, nessa legislação, ficou definido que o Estado era o responsável pelas concessões de exploração do serviço de radiodifusão, assim como estabeleceria as exigências para essas concessões. Mudanças, nesses pontos, só ocorreram na Constituição Federal de 1988 que deu ao Congresso Nacional o poder de revisão dessas concessões, o que, conforme Jambeiro (2002) não mudou a perspectiva do que existe no país, considerando que os próprios parlamentares – um terço deles informa o autor – são concessionários diretos, ou possuem parentes e amigos à frente do serviço. Ainda, no texto dos decretos da década de 30, ficou estabelecido o caráter de interesse público (que dá ao Estado o poder de regulamentação) e a finalidade educativa. Mas nunca foram especificadas, gerando uma grande falha na legislação que repercute até hoje. Para Jambeiro (2002, p. 70): “O resultado é que a qualificação legal de radiodifusão como um serviço público, de interesse público, e com finalidade educacionais, tornou-se meramente retórica, sem consequências objetivas em termos de implementação”.

Uma primeira experiência de utilização dos veículos de comunicação como espaços de fomento à educação, e com uma organização sem interesses comerciais, teve início nos anos 20, com o rádio, a partir das experiências do Professor Roquette Pinto, através da fundação, em 1923, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A programação era totalmente voltada aos conteúdos educativos, nas diferentes áreas, e mantinha-se através do pagamento de mensalidade dos associados, conforme informa Gisela Ortriwano (1985). Foi a rádio pioneira no país, tanto quanto ao início das atividades, como quanto ao modelo de gestão. Ao longo dos anos, muitas outras foram se instalando, tendo o sistema de associativismo como o gerador de recursos para a manutenção do canal. Somente em 1935 é inaugurada a Rádio Tupy, de Assis Chateaubriand, voltada totalmente para o âmbito comercial, já com venda de anúncios (mesmo que na época a pouca legislação que existia sobre o setor proibisse tal prática). Devido a necessidade constante de investimentos para melhoria dos equipamentos, as rádios precisaram abrir, de vez, espaço para os anúncios comerciais, o que foi regulamentado pela legislação. Ao mesmo tempo, essa prática desvirtuava o interesse educativo que motivara Roquette Pinto. Com isso, o professor resolveu, em 1936, entregar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em doação, ao Ministério da Educação e Saúde, e essa passou a se chamar Rádio MEC. Conforme Angela Diniz (2013), receber uma emissora de rádio voltada para a educação

e cultura fez com que o Governo Federal criasse o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), em janeiro de 1937, no intuito de preservar e promover programas de caráter educativo.

Na mesma linha de gestão, sob responsabilidade de um órgão público, a Rádio Nacional (PRE-8), que fora inaugurada em 1936, passou a ser uma emissora estatal em 1940 (como pagamento de dívida do proprietário com o Governo), uns anos antes da instalação do Estado Novo pelo Governo de Getúlio Vargas, vindo a ser considerada uma rádio de interesse público. Como emissora pública, estava voltada para um caráter educativo, pluralista e com programação de qualidade, com radionovelas, programas de auditórios e noticiários, superando em público, por longo tempo, a própria Rádio Tupy, que era comercial. O Governo do Presidente Getúlio Vargas, além de uso do espaço radiofônico, também investiu muito na programação, dando autonomia na gestão e liberdade para busca de recursos publicitários. Entre as experiências marcantes, foi pioneira em programas educativos como o “Universidade do Ar” que era voltado aos professores secundaristas, como curso de atualização, oferecidos gratuitamente em todo país. Foi, ao longo do tempo, construindo modelo próprio, visto que não era uma rádio comercial, não se comportava como rádio estatal, mas também não servia como rádio educativa, no modelo pensado por Roquette Pinto.

Após a experiência com o rádio, o Professor Roquette Pinto voltou-se para o audiovisual, com o mesmo intuito do poder educativo dos meios. Conseguiu a concessão de um dos canais educativos distribuídos pelo Governo Federal, no ano de 1952, o Canal 2, e formou uma Comissão para estudar a implementação de uma televisão educativa, a Comissão Técnica de Televisão (CTT). Em 1952, a Comissão apresentou ao então prefeito do Rio de Janeiro, Eng<sup>o</sup> João Carlos Vital, um plano para dotar a cidade de um canal de tevê educativa. Aprovado o projeto e liberadas as verbas da Prefeitura, deu andamento à construção dos estúdios e compra dos equipamentos, que viriam dos Estados Unidos. Porém, apesar de conseguirem a concessão do Canal 2 e a aprovação das verbas da Prefeitura, nunca foi ao ar o canal de televisão Rádio Roquette Pinto, pois houve mudanças administrativas na Prefeitura e a nova gestão deixou o assunto engavetado, sem cumprir com o acordado com a empresa dos equipamentos (que já estavam com os mesmos armazenados no Porto de Nova York) ou mesmo com a Comissão formada sobre o assunto (MILANEZ, 2007).

Ainda em 1952, também sob concessão de uso do Governo Federal, mas desta vez com objetivo comercial, instalou-se a TV Tupi, embora existissem poucos aparelhos receptores disponíveis para o público, fazendo com que fossem escassos os telespectadores. O que não impediu que nos anos seguintes fossem instaladas a TV Paulista (do Deputado Ortiz Monteiro) e a TV Record (da família Amaral de Carvalho) em São Paulo, e, no Rio de

Janeiro, a TV Rio (também da família Amaral de Carvalho). Todas oriundas de investimentos privados e, ainda, algumas de empresas que já exploravam o campo do rádio e da imprensa escrita e que, em seguida, se organizariam em grandes conglomerados da área da comunicação. O primeiro desses conglomerados, no Brasil, foi o dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que chegou a ter 34 jornais, 18 emissoras de televisão, 36 estações de rádio, 14 revistas, além de uma agência de notícias e uma de propaganda, conforme informa James Görgen (2009, p. 69).

As tevês educativas tiveram as primeiras experiências na Europa e nos Estados Unidos, “na Europa, a BBC se consolidava no Reino Unido como modelo de veículo educativo. Na América do Norte, os Estados Unidos testemunhavam, já no começo da década 1950, o nascimento de canais de televisão reservados exclusivamente à educação” (MILANEZ, 2007, p.12). Foi nessa perspectiva que o Presidente Getúlio Vargas concedeu as outorgas de canais educativos, em 1952, para instituições sediadas no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, momento em que o Professor Roque Pinto se tornou um dos primeiros a obter a licença do Canal 2 em parceria com a Prefeitura do Distrito Federal. Ainda foram outorgados canais de tevê educativa para a Rádio Nacional, sob responsabilidade da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional; para o Ministério da Educação e Saúde; para a Fundação Mauá, sob responsabilidade do Ministério do Trabalho; para a Rádio Mayrink Veiga, empresa comercial e para a Rádio Continental, também comercial. Sem boa parte delas conseguir entrar em funcionamento, cinco anos depois, o Presidente Juscelino Kubitschek revogou as concessões, redistribuindo os canais educativos, doando o Canal 2 para o Grupo Excelsior, que também compraria a Rádio Mayrink; o canal 4 da Rádio Nacional, foi para a Rádio Globo; a Rádio Nacional passou para o Canal 7 (e nunca foi ao ar), e o canal que sobrou, canal 11, foi entregue para o Diário Carioca. Somente em 1973, mais de 20 anos passados, o Canal 2 voltou a ser um canal educativo, quando foi passado para a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE), que viria a ser a TVE do Rio de Janeiro.

O Decreto-Lei Nº 239, de 28 de fevereiro de 1967, criou o sistema educativo de televisão, que previa a divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates. Estavam autorizadas a executar o serviço de televisão educativa os órgãos do governo (federal, estadual e municipal), as universidades federais e as fundações brasileiras. Ainda, previu que as tevês educativas não poderiam veicular propaganda ou aceitar qualquer forma de patrocínio aos programas. Ficavam, os canais educativos, vinculados às verbas orçamentárias dos governos, e, por consequência, aos seus

respectivos interesses. Somente nos anos 80 houve uma abertura para a busca de recursos privados, através de apoios aos programas. Como não houve um planejamento para a liberação dessas concessões para canais educativos, elas foram distribuídas entre projetos voltados realmente para a educação e outros com fins mais políticos, perdendo-se do seu real objetivo.

As emissoras educativas, no país, só foram ganhar espaço no início da década de 70, consolidando-se, aos poucos, em todo território nacional. Esse processo foi como uma contrapartida do Governo Federal, ainda em período de ditadura, que ao mesmo tempo em que incentivou e apoiou o desenvolvimento do sistema privado de telecomunicações, também procurou preservar alguns canais estatais. Sobre esse fato analisam César Bolaño e Valério Britto (2008, p. 6):

Trata-se de uma criação do regime militar instaurado no Brasil a partir de 1964, que optou por manter o sistema comercial privado, apoiando fortemente a sua concentração em torno da Rede Globo de Televisão, fenômeno amplamente discutido pela literatura acadêmica, mas não abriu mão do controle de uma rede pública estatal, criada, no entanto, de forma a manter-se sem capacidade de competir com as redes privadas – que cumpriam a contento a função de propaganda do regime –, mas, ao contrário, para funcionar em sintonia com o sistema comercial (BOLAÑO e BRITTO, 2008, p. 6).

Dentro do conceito de comunicação pública que abordamos, as tevês educativas nasceram na perspectiva do que entendemos ser uma comunicação estatal, pois apesar de serem assumidas por fundações ou mesmo universidades, estavam sob total domínio dos governos, considerando a dependência financeira e editorial, a proibição da busca de subsídio por meio de receitas publicitárias e a ampla censura dispensada pelos órgãos de controle à imprensa na época. Principalmente com o Ato Institucional nº 5, que entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do então presidente Artur da Costa e Silva, e que instituiu a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e música. Somente no ano de 1978, durante o governo de Ernesto Geisel, o AI-5 foi revogado. Nessas condições, se os veículos comerciais compactuavam com a proposta de dar publicidade aos feitos do governo e abafar qualquer manifestação de resistência, muito mais o governo se utilizava dos veículos públicos/estatais para propagar sua ideologia. De diferente dessa situação, ao longo do tempo, para que no nosso entendimento sejam considerados veículos de comunicação pública, apontamos um certo afastamento editorial, considerando que algumas tevês educativas e/ou culturais se organizaram contando com conselhos deliberativos/curadores para orientar a programação (nos quais se fazem presentes representantes da sociedade),

embora nem sempre esses sejam respeitados. Nas questões financeiras, houve a liberação para a busca de ‘apoios culturais’ através de investimento de empresas privadas que podem apoiar a programação (mas essas só podem veicular os logotipos da empresa nos créditos), ou alguma parceria através de projetos via leis de incentivos fiscais na área da cultura e do audiovisual.

O pioneirismo das tevês educativas se deu em Pernambuco, através da Universidade Federal, que criou, em 1967, a TV Universitária de Pernambuco, vinculada ao Ministério da Educação. Em 1969, foi a vez da TV Cultura, uma Fundação Privada Estatal, órgão atrelado à Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo. Em 1973, entrou em funcionamento a TVE do Rio de Janeiro, sob a gestão da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE), fundação pública, sob responsabilidade do Ministério da Educação. E assim, até 1974 surgem muitas outras: TVE do Amazonas, uma Fundação Pública Estadual, vinculada à Secretaria de Comunicação; a TVE do Ceará, uma Fundação Pública Estadual, vinculada à Secretaria de Educação; a TVE do Espírito Santo, uma Fundação Pública Estadual, vinculada à Secretaria de Educação; a TVE do Maranhão, uma Fundação Pública Estadual, vinculada à Secretaria de Educação; a TVU do Rio Grande do Norte, Fundação Pública Federal, vinculada à Universidade Federal, sob responsabilidade do Ministério da Educação, e a TVE do Rio Grande do Sul, de Administração Direta Estadual, vinculada à Secretaria de Educação.

Procurando organizar os canais que difundiam atividades teleducativas no país, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) criou, em 1972, o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL). O PRONTEL, em parceria com a TVE do Rio de Janeiro, buscava organizar um Sistema Nacional de Tevês Educativas, no intuito de fortalecer as emissoras e integrar a programação, firmando o caráter educativo das mesmas. Porém, o programa não saiu do papel. Somente em 1979, a partir de uma demanda das emissoras do norte e nordeste, a TVE do Rio de Janeiro iniciou realmente a implementação desse sistema nacional, que só se concretizou com a substituição do PRONTEL pela Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT) que instituiu o Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED). Em 1983, ao incluir as emissoras de rádio educativo, o Sistema passou a denominar-se Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED). A TVE do Rio de Janeiro, em 1982, através da Fundação (FCBTVE), incorporou a SAT e a Rádio MEC, criando a FUNTEVÊ que ficou responsável pela operação do SINRED. Nos anos 90, a FUNTEVÊ passou a denominar-se Fundação Roquette Pinto.

Quanto ao conteúdo, houve uma atuação voltada a programas essencialmente

educativos. O ensino à distância, através de vídeo aulas, foram experiências significativas que tiveram início nas demandas da TVE do Ceará, na TVE do Maranhão e na TVU do Rio Grande do Norte, com objetivo de ensino das séries do 1º Grau (ensino fundamental). Em 1977, a TVE do Rio de Janeiro passou a produzir um curso sob o formato de novela-aula, destinado ao Ensino Supletivo de 1º Grau. As emissoras se organizaram numa rede de transmissão de programação, cuja cabeça era a TVE do Rio de Janeiro, que recebia programas de outras emissoras e produzia material para transmissão em toda rede. As emissoras não tinham obrigatoriedade em reproduzir todo o conteúdo encaminhado, podendo ter produção local ou própria para boa parte dos horários. Para o ensino de 2º Grau (ensino médio) foi a TV Cultura de São Paulo que lançou, em 1969, o Curso de Madureza Ginásial. Em 1978 produziu e veiculou o Telecurso de 2º Grau, que veio a ter uma parceria com a Fundação Roberto Marinho, das Organizações Globo de Produção. Conforme Bolaño e Britto (2008), nos anos 2000 a TV Cultura, de São Paulo, passou a ser considerada a segunda cabeça de rede pública nacional, produzindo conteúdo educativo e cultural, num alto padrão de qualidade, reconhecido internacionalmente, num sistema não comercial.

Já o Governo Federal, no intuito de centralizar a administração das emissoras de rádio e tevê, sob sua responsabilidade, constituiu a Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRÁS), sob a Lei Nº 6.301/1975, que tinha por objetivo implantar e operar as emissoras de radiodifusão do Governo Federal e suas próprias redes de repetição e retransmissão, difundindo programação educativa, informativa e de recreação. Estava previsto na legislação que as emissoras da RADIOBRÁS deveriam atender regiões de reduzido interesse comercial e localidade estrategicamente importantes para a integração nacional. Foi configurada como uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, organizada sob forma de associação, vinculada à Secretaria de Comunicação do Governo (SECOM). Conforme o Estatuto (Decreto Nº 2.958/1999), tinha por responsabilidade divulgar as realizações do Governo Federal; difundir para o exterior conhecimento adequado da realidade brasileira, além de distribuir a publicidade legal dos órgãos, entidades e sociedades que integravam a Administração Pública Federal. Atos específicos desses veículos que os caracterizam como estatais. No ano de 1980, com a extinção da SECOM, passou a estar vinculada ao Ministério das Comunicações (MINC). Em 1988, quando foi instituído o Sistema de Comunicação Social e Divulgação da Administração Federal (Decreto Nº 95.676/1988), a RADIOBRÁS vinculou-se ao Ministério da Justiça. Ainda em 1988, pelo Decreto Nº 96.212/1988, incorporou a Empresa Brasileira de Notícias (EBN). Em 1992 a RADIOBRÁS passou a estar vinculada à Casa Civil da Presidência da

República (DECRETO Nº 12/1992), até que em 2008 foi substituída pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Com sede em Brasília, era composta por duas emissoras de televisão (na nossa concepção, separando a TV Brasil, caracterizada como de comunicação pública, da NBR, caracterizada como de comunicação estatal) e cinco emissoras de rádio AM e FM, além de uma agência de notícias.

Na sequência do desenvolvimento das tevês educativa, nos anos 90, tempos após sua criação, uma crise econômica atingiu a Fundação Roquette Pinto, repercutindo na TVE do Rio de Janeiro e na Rádio MEC, que sem recursos não mais conseguiu dar suporte técnico e operacional para as demais tevês educativas. Em 1994, numa tentativa de amenizar a crise, o MEC criou um programa para reequipar as emissoras educativas de rádio e televisão, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Porém, em 1995, a Fundação foi transferida para a Secretaria de Estado de Comunicação do Governo Federal (SECOM), que em 1997 extinguiu o SINRED e a Fundação, substituindo pela Associação Comunicação Educativa Roquette Pinto, uma organização social que propunha uma nova forma de gestão. Na busca de uma melhor forma de manter as tevês educativas e culturais, surgiu, a partir da TV Cultura de São Paulo, em 1998, a Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais (ABEPEC) em substituição à SINRED. Ainda, as emissoras associadas à ABEPEC criaram, em 1999, a Rede Pública de Televisão (RPTV) para que fosse estabelecida uma grade comum obrigatória. Programação essa que já tinha ampliado seu espectro de atuação, transmitindo também programas jornalísticos, culturais e de entretenimento.

O que há, portanto, é um panorama extremamente complexo, em que se articulam interesses públicos e privados, diferentes formas de financiamento e modelos de produção, o que não foi até o momento devidamente estudado, mas, seguramente, apresenta as mais variadas distorções em relação aos padrões mais elevados de organização dos sistemas nacionais de televisão em países democráticos. Trata-se, em essência, de uma forte herança do modelo implantado à época do regime militar, acrescido da referida anomalia de emissoras de vocação aberta e de serviço público, inclusive aquelas que deveriam ser classificadas como de publicidade obrigatória dos atos do poder público, os chamados canais institucionais, como as TVs Senado, Câmara e Justiça (BOLAÑO; BRITTO, 2008, p. 9).

A ABEPEC é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que congrega geradoras de televisão aberta, pública, com finalidade educativa e cultural. Tem por finalidade representar os interesses da TV pública nas relações com os poderes executivo, legislativo e judiciário. Busca o desenvolvimento técnico e de produção das emissoras, tendo em vista a qualidade e características de programação exigida pela televisão pública, além de mecanismos de gestão que garantam a viabilidade financeira dos associados. Promove cursos e palestras voltados

para o desenvolvimento e aperfeiçoamento institucional das emissoras, além de colocar em pauta discussões sobre a importância da TV pública para o país e a necessidade de mudança na legislação, tanto para ampliar a gestão, a partir da representatividade da sociedade (através de conselhos), como para viabilizar o financiamento e aparelhamento das tevês públicas, principalmente com o advento da tevê digital. Nesse sentido, no ano de 2007, foi realizado, em Brasília, o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, que reuniu representantes das emissoras Públicas, Educativas, Culturais, Universitárias, Legislativas e Comunitárias, ativistas da sociedade civil e militantes dos movimentos sociais, profissionais da cultura, cineastas, produtores independentes, comunicadores, acadêmicos e telespectadores, entre outros simpatizantes da temática<sup>15</sup>.

Mas discussões, mais abertas, sobre questões referentes a rede pública de comunicação tomaram forma em momento de redemocratização do país, quando entrou em pauta o texto da nova Constituição Brasileira, que foi promulgada em 1988. Houve um longo processo de discussão nacional sobre questões referentes às telecomunicações e radiodifusão no país, do qual participou um grupo de entidades de classe que havia se mobilizado para que fossem abrangidas, nessa nova Constituição, questões pertinentes à democratização da comunicação no país. Desse grupo surgiu o Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação (MNDC), encabeçado pela Federação Nacional dos Jornalistas, a FENAJ. Com poucas conquistas efetivas no texto da Constituição, o grupo se organizou como entidade e em 1991 surgiu o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação<sup>16</sup> (FNDC). Em constante mobilização, mantém-se atuante em busca de mudanças na legislação que realmente democratizem o sistema de comunicação brasileiro, hoje ainda organizado a partir do forte sistema privado de canais de televisão e rádio.

Para Jambeyro (2002, p. 161), o grande privilegiado no texto da Constituição de 1988, quanto ao serviço de radiodifusão brasileiro, foi a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão<sup>17</sup> (ABERT), que conseguiu “bloquear” as conquistas pretendidas pelos outros grupos de interesse. Entre as influências da ABERT está a mudança de status do Conselho Nacional de Comunicação, que ao invés de ser deliberativo, como solicitado, passou no texto como órgão consultivo do Governo Federal, tendo pouca ou nenhuma influência sobre as políticas de comunicação do país. Mas, mais importante, seria a alteração do texto

---

<sup>15</sup> O 1º Fórum Nacional de TVs Públicas foi realizado pelo Ministério da Cultura, Secretaria do Audiovisual, Agência Nacional de Cinema, Radiobrás e TVE Brasil, em parceria com a ABEPEC, ABTU, ABCCOM, a ASTRAL (Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas) e o FNDC. Do evento saiu a Carta de Brasília. Mais informações podem ser acessadas: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=18362>.

<sup>16</sup> Endereço eletrônico: <http://www.fndc.org.br/forum/quem-somos/>.

<sup>17</sup> Endereço eletrônico: <http://www.abert.org.br/web/>.



quanto às renovações de concessões e permissões de uso dos canais de radiodifusão, que realmente poderia ser o grande marco para as mudanças do sistema de radiodifusão brasileira. O texto da Constituição acabou sendo aprovado mantendo o poder das concessões ao executivo, tendo o Congresso Nacional como revisor, porém, com o condicionante de votação de dois quintos dos parlamentares para a não renovação das concessões, o que, de forma efetiva, nada altera no sistema que temos hoje. Para Jambeiro:

Desde então passou a ser quase impossível ao Congresso Nacional negá-las, por duas razões principais: primeiro porque muitos parlamentares são concessionários de emissoras de rádio e TV; segundo porque se já é muito difícil reunir dois quintos deles para deliberar sobre questões não vitais para o país ou para seus interesses partidários, muito mais difícil ainda será juntá-los para deliberar contra seus interesses pessoais. Além disso, **mesmo sendo o quórum conseguido, é difícil imaginar a maioria esmagadora dos parlamentares votando contra si próprios ou seus colegas** (JAMBEIRO, 2002, p. 161, destaque nosso).

Embora conste na Constituição Federal Brasileira (Artigo 223 da Constituição Federal) a complementaridade dos sistemas privados (com comercialização de espaços publicitários e autonomia da gestão da programação), estatais (sob controle de órgãos dos governos) e públicos (que não estejam efetivamente ligados nem a órgãos do governo e nem a iniciativa privada, tendo programação gerida por Conselho Público), a realidade está longe de equilibrar-se nessa proposta. O sistema estatal e público de radiodifusão está relegado (com algumas exceções de espaços de difusão em canais abertos para as tevês educativas), predominantemente em canais de difusão no sistema pago (as tevês por assinatura), o que resulta num acesso restrito à parcela da população. Situação essa que, mesmo não sendo ideal, só se ampliou sob a pressão do FNDC, a partir da regulamentação da tevê a cabo que definiu a obrigatoriedade das operadoras, nas suas áreas de abrangência, disponibilizarem canais de utilização gratuita destinados à promoção da cidadania.

Capítulo à parte, na história das políticas públicas de comunicação no país, a regulamentação da TV a Cabo – cuja Lei foi sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em janeiro de 1995 – pode ser considerada uma das poucas legislações que foram efetivamente debatidas pelos representantes dos grupos que tinham diferentes interesses sobre o assunto. Fato que é descrito por Jambeiro (2002, p. 204) da seguinte forma: “aprovada por unanimidade das lideranças partidárias, a Lei expressa um acordo entre o Estado, investidores privados – representados pela Associação Brasileira de TV por Assinatura – e um conjunto de entidades civis agrupadas no FNDC”. Há que se mencionar que o assunto vinha sendo discutido desde 1975, no âmbito do Ministério das Comunicações com a Abert, sem nenhum

tipo de transparência ou participação de representantes da sociedade civil. Segundo Jambeiro (2000), foi preciso a união entre os Cursos de Comunicação Social da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com uma Associação de Promoção Cultural e o Jornal do Brasil para que o assunto viesse à tona e o processo fosse revisto. Embora já existisse efetivamente há tempos, pois as operadoras já ofereciam os serviços de TV fechada, regulados pela Portaria 250/89 do Ministério das Comunicações, foi somente com a regulamentação em 1995 que o serviço pode ser considerado como TV a Cabo.

A Lei 8.977/1995, popularizada como ‘Lei do cabo’, que foi atualizada através da Lei 12.485 de 12 de setembro de 2011, traz como princípios a promoção da cultura nacional e universal, a diversidade de fontes de informação, lazer, entretenimento, pluralidade política, e o desenvolvimento social e econômico do país (JAMBEIRO, 2002). Também prevê no texto a liberdade de iniciativa, mínima intervenção da administração pública e defesa da concorrência por meio da livre, justa e ampla competição e da vedação ao monopólio e oligopólio nas atividades de comunicação audiovisual de acesso condicionado. Ainda, estabelece a reserva de 3 horas e 30 minutos semanais, de horário nobre, à veiculação de conteúdo brasileiro, produzidos por produtora brasileira independente (pelo menos metade desse material), nos canais chamados de espaço qualificado (aqueles que exibem predominantemente filmes, séries, animações, documentários), entre outros dispositivos que beneficiam a produção audiovisual brasileira.

A partir dessa legislação, regulamentada pelo Decreto-Lei 2.206/1997, as operadoras de TV a cabo foram obrigadas a conceder canais para, nas suas áreas de prestação de serviço, disponibilizar utilização gratuita, no sentido de acesso público para gestão e geração de conteúdo. Essa obrigatoriedade ficou restrita à TV a cabo, não atingindo os sistemas de *Direct to Home* (DTH) e *Multichannel Multipoint Distribution Service* (MMDS). Pelo Artigo 23, a obrigatoriedade compreende os três canais legislativos (destinados ao Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa/Câmara de Vereadores); um canal universitário para uso compartilhado pelas instituições de ensino superior; um canal educativo/cultural reservado para órgãos que tratem de educação e cultura do governo federal, estadual ou municipal; e um canal comunitário para livre uso de entidades não-governamentais sem fins lucrativos. Em 2002 foi criado mais um canal para uso do poder Judiciário. Os canais comunitários na televisão a cabo são caracterizados por não terem a tutela do Estado ou da grande mídia, sendo estruturados e gerenciados por associações de usuários, formalmente constituídas, necessariamente sem fins lucrativos. Os canais são

propriedades coletivas, com gestão coletiva, onde a população deverá ter uma possibilidade de acesso a difusão das suas propostas junto a uma comunicação para a grande massa.

Os canais universitários, apesar de já existirem, – conforme o pioneirismo apresentado pela Universidade de Recife, em 1968 – não cumpriam o papel efetivo de uma televisão com produção própria voltada à educação, extensão e pesquisas universitárias. A vinculação se dava mais por serem as Instituições de Ensino Superior que administravam e geriam financeiramente os canais. Somente após a Lei do Cabo é que realmente projetos de TVs Universitárias começam a ser organizados e as universidades a se estruturar nesse sentido, através de núcleos de produção audiovisual, conforme informa a Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU, 2016). Muitas universidades já mantêm outorgas de canais educativos abertos, e outras tantas solicitam outorgas nesse sentido, para transformarem em extensões das atividades acadêmicas curriculares ou como projetos de comunicação social. Em 1997, 50 Instituições reuniram-se em Caxias do Sul, no RS, no I Fórum Brasileiro de Televisões Universitárias, para trocar experiências e planejar o setor. Em 1998, saiu o II Fórum em Ouro Preto, MG. E em 2000, em São Paulo, fundaram a Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU). As universidades têm explorado tanto os canais educativos abertos, quanto os canais universitários no sistema a cabo, tendo, algumas vezes, parceria com outras instituições, ou mesmo através de canais na internet.

Ainda, a partir de atuação do FNDC, também é revisto o sistema de radiodifusão público no país. E, através da Lei de nº 11.652/08, é instituído os objetivos e princípios de radiodifusão pública no país e criada a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), substituindo a Empresa Brasileira de Comunicação S.A (RADIOBRÁS), como já abordamos. A Lei, na sua redação original, era composta de 34 artigos que tratavam das normativas e condições para a outorga das concessões de serviços de radiodifusão públicos; criou a EBC e definiu sua competência, organização, o estatuto, os recursos, a administração, a definição dos conselhos administrativo, fiscal e curador e seu funcionamento; definiu a distribuição obrigatória de canais para uso da EBC por parte das prestadoras de serviços de televisão por assinatura e instituiu a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (com objetivo de melhorias e maior penetração do serviço de radiodifusão pública no sistema de comunicação no país). A EBC é uma organização de economia mista, instituída para gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais, criando a TV Brasil a partir da fusão da TV Nacional, de Brasília, a TVE Rio de Janeiro e a TVE do Maranhão, além de criar a TV Brasil São Paulo.

Conforme informação disponibilizada no site da EBC<sup>18</sup>, “a Empresa Brasil de Comunicação é uma instituição da democracia brasileira: pública, inclusiva e cidadã”. Ainda, informa que os canais possuem autonomia de programação e independência editorial, sendo, portanto, diferenciados e complementares dos canais pagos e estatais ou governamentais. Compõe a gestão da EBC os canais TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional e o sistema público de Rádio – composto por oito emissoras. Veiculam conteúdos jornalísticos, educativos, culturais e de entretenimento, definindo a produção, programação e distribuição de conteúdo. Os canais possuem, como objetivo primário, levar informações de qualidade sobre os principais acontecimentos no Brasil e no mundo para o maior número de pessoas.

A TV Brasil teve início abrangendo uma programação composta por programas da própria TV, de emissoras regionais associadas e de produtores independentes brasileiros. Pode ser sintonizada a partir de três diferentes formas: antena parabólica, TV por assinatura, alguns poucos canais abertos e no exterior. Os programas, em sua maioria, ficam disponíveis para acesso e visualização no site. Os canais de acesso da TV Brasil, ao longo do país, estão assim distribuídos: Rio de Janeiro (RJ), no canal 2 (analógico), canal 32 (analógico) e canal 41 (digital); Brasília (DF), no canal 2 (analógico) e canal 15 (digital); São Paulo (SP), no canal 62 (analógico) e canal 63 (digital); São Luís (MA), no canal 2 (analógico); Cabo Frio (RJ), no canal 44; Campos dos Goytacazes (RJ), no canal 47; Macaé (RJ), no canal 9; Belo Horizonte (MG), no canal 65 (digital); Juiz de Fora (MG), no canal 51; Tabatinga (AM), no canal 19 e Porto Alegre (RS), no canal 65 (digital). A TV Brasil é transmitida por mais de vinte tevês educativas estaduais e quatorze tevês educativas locais. Nas tevês por assinatura está presente na SKY, OI TV, VIVO TV, CLARO TV, GVT e NET. Nas parabólicas, tanto analógica como digital, está presente em todas as regiões do país.

Tem uma versão para o exterior – TV Brasil Internacional – que, conforme informação institucional no site, se propõe a divulgar a realidade brasileira, nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais para os brasileiros que vivem no exterior ou para os povos internacionais, através de programação que privilegia conteúdo nacional. A transmissão se dá em língua portuguesa e oferece programação infantil, jornalística, documentários, debates, programas culturais e de entretenimento. Alcança a América Latina, África, Portugal, Estados Unidos e Japão. Mas o início das transmissões internacionais, no ano de 2010, se deu para 49 países africanos, e essa escolha, conforme o site, “refletiu o compromisso da EBC, de

---

<sup>18</sup> Endereço eletrônico: [www.tvbrasil.ebc.com.br](http://www.tvbrasil.ebc.com.br).

contribuir para o seu desenvolvimento, resgatando parte da dívida histórica do Brasil”<sup>19</sup>. Ainda, a TV Brasil está presente nas redes sociais, como *twitter*, *facebook* e *flickr*. O portal [www.ebc.com.br](http://www.ebc.com.br) possui uma sala de imprensa, onde ficam disponíveis informações institucionais, notícias e releases sobre a EBC e seus veículos.

A EBC criou o Centro de Pesquisa Aplicada em Comunicação Pública, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 2015. O objetivo do Centro é desenvolver projetos de inovação em áreas técnicas, tecnológicas e de produção de conteúdo em comunicação pública. Conta com três grupos de pesquisa assim divididos: Convergência digital em diferentes plataforma, que desenvolve equipamento que permitirá acesso à televisão digital à famílias de baixa renda, dando acesso a serviços e utilidades públicas; Produção de conteúdo e participação social em comunicação pública, que trata de temas como exclusão digital, mídia e poder, migração digital do sinal da TV e desenvolvimento de aplicativos para participação social em instituições públicas; e Comunicação, memória e informação, que busca a preservação dos acervos da Rádio Nacional do Rio de Janeiro e da antiga TVE, além de pesquisar formatos de acesso desses acervos ao público através de arquivos de áudio e vídeo.

Numa parceria com a UNESCO, propõe a difusão do conhecimento resultante das pesquisas do Centro de Pesquisa no Brasil e em países da América Latina. No portal, já estavam em fase de implantação seis cursos: Produção de Áudio; Introdução à produção e edição de rádio; Elaboração de roteiro audiovisual; Grande notícia em pequenos veículos; O olhar educativo no modo de fazer rádio e Redação de chamadas. Participam do Centro de Pesquisa 11 doutores, 57 mestres e 60 especialistas, todos integrantes do amplo campo da comunicação pública, sejam funcionários ou membros da Rede Nacional de Comunicação Pública. Ainda, no ano de 2016, ganhou reconhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), estando cadastrado nos Diretórios de Grupos de Pesquisa da instituição.

Porém, o projeto de uma rede de emissoras públicas ficou estagnado quando, após o *impeachment* da Presidenta Dilma, no ano de 2016, a EBC sofreu várias intervenções do novo governo de Michel Temer, como a exoneração sumária do diretor-presidente, no dia 17 de maio de 2016 (contrariando as próprias normativas da EBC), a destituição de vários conselheiros, além de alterações na grade de programação sem anuência do Conselho Curador. As mudanças culminaram com a publicação da Medida Provisória de nº 744, de 02

---

<sup>19</sup> Informação disponibilizada em [www.tvbrasil.ebc.com.br/internacional](http://www.tvbrasil.ebc.com.br/internacional), acessada em 12 de dezembro de 2015.

de setembro de 2016, que alterou consideravelmente a legislação, dando nova configuração à EBC, cujo presidente passou a ser indicado pelo Ministro da Casa Civil e o Conselho Curador foi totalmente extinto<sup>20</sup>. A estrutura organizacional agora é composta de: Assembleia Geral; Conselho de Administração; Conselho Fiscal; Diretoria Executiva, composta pelo Diretor-Presidente, Diretor-Geral e cinco Diretorias; Secretaria Executiva; Ouvidoria e Auditoria. Também, conforme o texto publicado, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal passam a ter as competências e poder fiscalizador efetivo sobre a programação transmitida pelos canais públicos, juntamente com a Diretoria Executiva da EBC<sup>21</sup>. Enfim, fica definido que esses é que possuem a atribuição de orientação, aprovação, fiscalização e o acompanhamento geral dos negócios da EBC, numa clara determinação de substituição das funções antes exercidas pelo conselho curador. As mudanças propostas, justamente, eliminam a ligação da sociedade com a EBC, desconfigurando o caráter público da mesma, conforme a definição de comunicação pública explicitado no texto original da Lei de criação da EBC.

Devido a particularidade com que foi criada a EBC, e o atual momento de intervenção do Governo, entendemos oportuno salientar as responsabilidades previstas para o conselho curador – composto por um presidente, 14 representantes da sociedade civil (um desses o vice-presidente), um representante dos Trabalhadores da EBC, um representante do Congresso Nacional, e quatro representantes do Governo Federal, num total de 21 membros – que seria o maior elo de representação da sociedade junto a EBC. Caberia ao conselho curador, na redação original da legislação, deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC; zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos; opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos; deliberar sobre o planejamento anual proposto pela Diretoria Executiva, bem como sobre a linha editorial de produção e programação proposta, devendo manifestar-se sobre sua aplicação prática; deliberar, pela maioria absoluta de seus membros, quanto à imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria Executiva, no que diz respeito ao cumprimento dos princípios e objetivos, garantido o direito à oitiva do membro objeto do voto; eleger, entre seus membros, o seu Presidente; aprovar o seu regimento interno; acompanhar o processo de eleição, a ser

---

<sup>20</sup> Fonte de informação: notícia publicada no próprio site do senado, disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/02/publicada-medida-provisoria-que-altera-estrutura-da-ebc>, publicada em setembro de 2016 e acessada em 20 julho de 2017.

<sup>21</sup> Fonte de informação: informações institucionais publicadas no próprio site da EBC, disponível em <http://www.etc.com.br/institucional/acessoainformacao/institucional/estrutura-organizacional>, acessada em 20 de julho de 2017.

implementado pela EBC; coordenar o processo de consulta pública a ser implementado pela EBC para a renovação de sua composição, e encaminhar ao Conselho de Comunicação Social as deliberações tomadas em cada reunião.

Nos últimos meses de 2017, piorou a situação da EBC, como veículo que seria referência na comunicação pública brasileira, além de cabeça da rede de emissoras públicas. No dia 14 de novembro, radialistas e jornalistas da EBC, nas praças de São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Maranhão, entraram em greve, que durou até o dia 20 de novembro, em protesto à falta de reajuste salarial (proposta do governo foi de 0%) e à retirada de direitos do acordo coletivo. A greve, que teve adesão de 70% dos trabalhadores, também denunciava o desmonte da empresa e as tentativas da direção de fundir as equipes da EBC com a NBR, que tem caráter estatal, conforme informações divulgadas no portal do FNDC<sup>22</sup>. Ainda, o Conselho de Administração da EBC aprovou a retirada do conceito de “comunicação pública” do documento que orienta os objetivos e ações da empresa, cujo texto “ser referência em comunicação pública” foi trocado por “ser uma empresa referência em comunicação”. Também as emissoras da rede não estão recebendo os repasses de recursos, debilitando a programação, visto que as emissoras estaduais e universitárias não conseguem produzir e enviar materiais, conforme instituído na organização da rede pública de comunicação proposta.

Para ilustrar a situação, reforçando o descompromisso do governo com o ‘público’ da comunicação da EBC, no dia 20 de novembro, o presidente Laerte Rimoli envolveu-se em um escândalo, ao postar comentários racistas, na sua página pessoal da rede social *Facebook*, que ridicularizavam as denúncias de racismo sofridas pela atriz Taís Araújo e sua família. O fato gerou repercussão negativa que se junta às denúncias de práticas de assédio moral, de censura e intimidação de trabalhadores, levando a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert) a solicitar sua exoneração, reforçando pedido já realizado pelo FNDC. Os trabalhadores da EBC afirmaram, em nota, que as atitudes do presidente condizem com práticas que já vêm sendo realizadas na condução editorial da tevê, visto o fechamento do veículo para pautas de direitos humanos e de assédio moral. O FNDC ainda é mais duro nas críticas: “a cobertura dos veículos públicos passou a ser fortemente orientada para o oficialismo. Críticas ao governo passaram a ser claramente censuradas. Mudanças foram feitas nas equipes para retirar profissionais mais críticos ou que não

---

<sup>22</sup> Fonte de informações: matérias do menu Clipping, publicado no portal do FNDC, disponível em <http://fndc.org.br/clipping/direcao-da-ebc-retira-comunicacao-publica-dos-planos-da-empresa-954079/>, publicado em 20 de novembro de 2017 e acessado em 20 de dezembro de 2017.

aceitavam se submeter” (conforme a mesma notícia publicada no portal do Fórum já referida). De retorno, tem-se que, sobre o escândalo envolvendo o Presidente da EBC, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República abriu processo para apurar o caso.

Momento que não é vivido de forma diferente pela TV Educativa de Porto Alegre que, sob a gestão do Governador José Ivo Sartori, encontra-se, também, em processo de desmonte, embora tenha no discurso oficial a busca de modernização e sustentabilidade para a emissora. A TV Educativa de Porto Alegre, gerida pela Fundação Piratini, está em funcionamento desde o ano de 1968, tendo cobertura de aproximadamente 64% do território gaúcho, chegando a mais de 150 municípios do Estado. Como fundação pública, é mantida por investimento público, e com isso sob controle do executivo e fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, o que, conforme Lobato (2004, p. 99), traz consequências: “a alternância de governo sempre refletiu nos veículos geridos pela Fundação Cultural Piratini, especificamente na TVE-RS, quando se detectam mudanças que vão desde a logotipia, passando pela linha editorial e atingindo até o próprio nome da instituição”. Fato que relatamos de forma cronológica no capítulo 3.

Como entidade pública de direito privado, a Fundação é submetida à legislação que rege a administração pública, o que lhe impõe a contratação de qualquer tipo de serviço via processo de licitação e a seleção de pessoal via concurso público, o que compromete a qualidade da programação pela morosidade dos processos, sendo que “este é mais um indício de que a falta de um padrão de qualidade não ocorre apenas em função de dificuldades financeiras, mas também de ordem burocrática” (LOBATO, 2004, p. 103). Para além de equipamentos, as deficiências também se apresentam em termos de pessoal, cujo quadro é suprido pelos cargos de confiança (ou cargos em comissão), que são profissionais indicados pela afinidade partidária com os partidos que estão no poder, no momento. Para Lobato (2004) é espaço para o cumprimento de compromissos eleitorais que foram acertados no momento de campanha, o que faz com que nem sempre as necessidades da emissora estejam em primeiro lugar na negociação. Situação que é reiterada por Tatiana Forster (2017), atual Diretora de Programação Produção e Operações da Fundação Piratini, que destaca a possibilidade de ainda se amenizar as questões técnicas através de permutas, porém a questão de qualificação de pessoal é bem mais complicada, pois depende de profissionais com conhecimentos específicos ou ainda treinamentos contínuos.

A situação da TV Educativa de Porto Alegre vem refletindo a situação do próprio Estado do Rio Grande do Sul, que na perspectiva do Governo atual está ‘quebrado’ financeiramente, o que provoca atraso do pagamento de salário aos funcionários públicos e



busca de alternativas para o equilíbrio de despesas e receitas. Na proposição da composição política que está à frente da gestão, é justamente o fechamento de boa parte das fundações públicas uma das saídas para o alívio financeiro do Estado, incluindo nessa relação a Fundação Piratini. Para além dos insuficientes repasses do Governo, que se tornam cada vez em menor volume contábil, conforme Orestes Jr. (2017), atual Presidente da Fundação, há “mais de 500 ações trabalhistas, um passivo superior a 30 milhões de reais hoje, para a sociedade gaúcha pagar” gerados justamente por desvios de funções de forma recorrente ao longo da história da TVE. Para Orestes Jr. (2017), não foi um governo, mas um conjunto de todas as administrações que levaram as fundações a estarem “inchadas, burocratizadas e com uma possibilidade de gestão muito pequena”. Essa, uma versão oficial do discurso que reforça a necessidade de desmonte da Fundação Piratini e da própria TV Educativa, considerando que não há outra alternativa.

Atualmente a Fundação está em processo de extinção e a TV Educativa, juntamente com a FM Cultura (rádio pública), estão no aguardo da implementação de um novo formato de gestão e financiamento. O processo iniciou em dezembro de 2016, quando a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul aprovou, no dia 21 de dezembro, uma série de medidas encaminhadas pelo Governo Estadual, como a PL 246/2016 que autorizava a extinção de 9 fundações estaduais, estando entre essas a Fundação Piratini<sup>23</sup>. O Conselho Deliberativo da Fundação Piratini reuniu-se no dia 28 de dezembro, e por 13 votos contra 3 posicionou-se contra a extinção da Fundação, sendo que foram votos vencidos a FAMURS, a Secretaria de Estado da Comunicação e a Secretaria de Estado da Educação, com abstenção da Secretaria de Estado da Cultura<sup>24</sup>.

Apesar do Conselho ser deliberativo e não apenas consultivo, não houve nenhum constrangimento do Governo do Estado em dar andamento a proposta de extinção, que virou caso de disputa judicial, visto que, também no dia 28 de dezembro, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Rio Grande do Sul, ajuizaram ação cautelar com pedido de processo de negociação coletiva para a realização das demissões dos funcionários

---

<sup>23</sup> Fonte de informação: matéria do Jornal Sul 21, disponível em <https://www.sul21.com.br/jornal/assembleia-ainda-precisa-votar-13-projetos-do-pacote-de-sartori/>, publicada em 23 de dezembro de 2016 e acessada em 20 de janeiro de 2017.

<sup>24</sup> Fonte de informação: matéria do Jornal Sul 21, disponível em <https://www.sul21.com.br/areazero/2016/11/conselho-deliberativo-da-fundacao-piratini-rejeita-proposta-de-extincao-do-orgao/>, publicado em 29 de dezembro de 2016 e acessada em 20 de janeiro de 2017.

concurados e que foi acatada pela Juíza da 27ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, impedindo a Fundação Piratini de desligar qualquer funcionário antes dessa negociação<sup>25</sup>.

Em janeiro de 2017, toda a equipe diretiva da Fundação Piratini, composta por cargos de confiança do Governo, foi demitida, dando entrada uma equipe de transição, comandada pelo Ex-secretário de Comunicação do Governo, o jornalista (também ex-membro do Conselho Deliberativo) Orestes de Andrade Jr, que assumiu como Presidente, em cujo discurso deixou claro: “Trouxe uma equipe de profissionais comprometidos com a comunicação pública e com a construção de um futuro sustentável para a TVE e a FM Cultura”<sup>26</sup>. Nos meses subsequentes, a Fundação manteve suas atividades e o quadro de funcionários, numa relação conturbada entre denúncias de constrangimentos, processos de indenização pessoal e mudanças na grade de programação da emissora, sem ter a anuência do Conselho Deliberativo.

Em outubro de 2017, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, concedeu liminar que suspendeu a decisão da Justiça do Trabalho sobre a necessidade de acordo coletivo para as demissões na Fundação Piratini, liberando o Governo para a continuidade do processo. O fato permitiu que o Presidente, Orestes de Andrade Jr, assinasse e entregasse 247 notificações aos servidores, comunicando a efetivação da extinção da Fundação<sup>27</sup>. Porém, na sequência dos dias, o Juiz da 18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre concedeu outra liminar impedindo, novamente, o Governo do Estado de demitir os servidores da Fundação Piratini<sup>28</sup>. E as disputas seguiram: em 30 de novembro os servidores da Fundação Piratini entraram em greve devido a demissão de 14 colegas que não tinha estabilidade funcional e por preverem que outros 11 profissionais, que estavam na mesma situação, seriam os próximos a saírem.

Conforme a página oficial na rede social *Facebook* do Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura, que conta com mais de 11 mil seguidores, no dia 4 de dezembro de 2017

---

<sup>25</sup> Fonte de informação: matéria do Jornal Zero Hora, veiculada no Portal Clic RBS, disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/12/justica-determina-que-fundacao-piratini-nao-pode-demitir-funcionarios-sem-acordo-coletivo-8986436.html>, publicada em 29 de dezembro de 2016 e acessada em 20 de janeiro de 2017.

<sup>26</sup> Fonte de informações: notícia publicada no próprio portal do governo, disponível em <http://www.rs.gov.br/conteudo/252482/nova-diretoria-da-fundacao-piratini-e-apresentada-aos-funcionarios>, publicada no dia 17 de janeiro de 2017 e acessada em 20 de janeiro de 2017.

<sup>27</sup> Fonte de informação: matéria do Jornal Correio do Povo, disponível em <http://correiodopovo.com.br/Noticias/Politica/2017/10/631697/-Fundacao-Piratini-notifica-274-servidores-da-extincao-da-TVE-e-FM-Cultura>, publicada em 18 de outubro de 2017, acessada em 20 de dezembro de 2017.

<sup>28</sup> Fonte de informação: matéria publicada no Jornal Correio do Povo, disponível em <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Politica/2017/10/632031/Justica-do-Trabalho-concede-liminar-impedindo-demissoes-da-Fundacao-Piratini>, publicada em 20 de outubro de 2017 e acessada em 20 de dezembro de 2017.

eram mais de 80% dos funcionários paralisados e a programação ao vivo da TVE e da FM Cultura estava suspensa. Várias entidades e associações manifestaram-se em apoio ao movimento. Segundo notícias da Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ, na segunda-feira, no mesmo dia 4 de dezembro, os servidores, após assembleia geral, retornaram ao trabalho, mantendo o estado de greve, o que prevê a manutenção das assembleias permanentes. O entendimento é que houve acordo com a Procuradoria Geral do Estado, tendo sido aprovado o Programa de Desligamento Voluntário, o PDV, que foi uma construção conjunta com o Sindicato, e que poderia ser aderido por qualquer membro do quadro de funcionários<sup>29</sup>.

Enfim, entre ações judiciais, a situação da Fundação Piratini, e conseqüentemente, da TVE, encontra-se indefinida até este início de 2018, mas afasta-se de uma perspectiva de comunicação pública cujo conceito estabelecemos neste estudo. Caminhada que, como vimos, está sendo trilhada também pela EBC. Para além da perspectiva de um afastamento do estado, principalmente no que diz respeito ao envolvimento político-ideológico, por parte dos veículos de comunicação pública brasileiros, também as premissas de educar para a cidadania, pluralidade de ideias e de formatos vão tornando-se ideais que ficam restritos aos regulamentos e discursos dos gestores. Outras vezes, como vimos, nem isso. Mas, educar para a cidadania não seria premissa dos meios de comunicação públicos? Assunto que abordaremos no próximo capítulo.

---

<sup>29</sup> Fonte de informação: matéria publicada no site da Federação Nacional de Jornalistas, disponível em <http://fenaj.org.br/servidores-da-fundacao-piratini-decidem-manter-estado-de-greve/>, publicada em 7 de dezembro de 2017 e acessada em 20 de dezembro de 2017.

## **CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?**

Desenvolvemos o capítulo a partir da perspectiva teórica que adotamos para tratar da temática educação para cidadania, no intuito de propor uma referencialidade ao termo, de forma que ao ser abordado no sentido que empregamos aqui – dar autonomia ao indivíduo para que exerça sua cidadania de fato e de direito – tenha como premissa o importante papel dos meios de comunicação, em especial a televisão, considerando o alcance massivo ainda nos dias de hoje. Porém, sabemos que dentro do sistema de meios de comunicação existente no país – grandes monopólios empresariais – seria demagógico querer operacionalizar o conceito através da programação das tevês comerciais, visto o grande vínculo e compromisso que esses possuem com a audiência e os anunciantes. Nesse sentido é que nossa proposição se dá a partir de um olhar na programação da tevê pública, que embora não tenha chegado ao processo de desenvolvimento e crescimento de audiência, possui forte compromisso com as questões locais e regionais, de cidadania, educação e cultura.

O primeiro subtítulo busca nas obras de Paulo Freire (1967; 1979; 2011; 2015) as premissas para a educação transformadora que se proponha a trazer autonomia ao indivíduo, dando-lhe condições de desenvolvimento de um pensamento crítico que contextualiza, compara, analisa e toma posicionamento. Para Freire (1967; 1979), é a educação que vem dos bancos escolares – seja na alfabetização, desde o ensino básico, no ensino fundamental, na graduação ou na pós-graduação – que dará o alicerce ao educando para que se reconheça como construtor da realidade e se coloque no papel de interventor do seu futuro. Para nós, são premissas que se movem, também, a partir dos meios de comunicação, por esses serem instrumentos de poder que constroem o aqui, o agora e o futuro. E, justamente, esses meios, entre outros, devem educar para a cidadania, no intuito de termos cidadãos mais participativos e imbuídos de buscar soluções às problemáticas sociais, seja através de grupos de pressão frente aos órgãos governamentais, ou mesmo como associações civis que executem planos, projetos e programas de intervenção nas realidades locais e regionais. Nesse pensamento, trouxemos para o texto Mario Kaplún (2002), para abordar a concepção dos meios de comunicação como instrumento para educação popular, num processo educativo transformador e numa pedagogia da comunicação.

Sendo essas questões referentes à cidadania, que se quer como resultado da educação transformadora, o tema do segundo subtítulo apresenta o conceito de ‘cidadania’ e seu desenvolvimento ao longo do tempo, chegando às abordagens atuais. Na Grécia antiga, conforme Aristóteles (2002), o termo estava vinculado a uma representatividade para poucos,

devido às diferenças marcantes de papel dos indivíduos nas cidades-estado. Porém, ao longo do tempo, foi ganhando amplitude e conquistando direitos, intensificando sua inserção em diferentes contextos. Mas, exercer o direito e dever de cidadão ainda é para poucos devido à baixa consciência da população e a pouca participação na vida pública e política. Esse mapeamento fizemos, principalmente, através dos trabalhos de Aristóteles (2002), J.M Barbalet (1989), T.H. Marshall (1967), Liszt Vieira (2001, 2004), Norberto Bobbio (1986), Adela Cortina (2005), Evelina Dagnino (1994, 2004), Boaventura Sousa Santos (1999) e Stuart Hall (2014).

O terceiro subtítulo, e que encerra o capítulo, traz uma reflexão que perpassa os conceitos de educação, cidadania e comunicação. Buscamos o entendimento de que a educação para a cidadania, a partir da comunicação, especificamente neste estudo através dos canais de tevês públicas, é um caminho possível para a mudança social que se espera aconteça através da reação das camadas de base da população ao *status quo* hoje existente. Nesse sentido, a comunicação deve construir um caminho através do foco na abertura para a diversidade, representativa do indivíduo e seu protagonismo na notícia. São referências para a temática os autores Elizabeth Brandão (2012), Silvio Barbosa (2010), Paulo Freire (1967), Jesús Martín-Barbero (2002); Pedrinho Guareschi (2013), Jorge Duarte (2008, 2012, 2016), Iluska Coutinho (2013) e Mario Kaplún (2002).

## **2.1. Educação para a cidadania: a educação transformadora**

Educar para a cidadania tem, na perspectiva que abordamos, as bases que foram trabalhadas por Paulo Freire, na busca da educação transformadora dos indivíduos, a qual alavancaria seus status de meros figurantes ao de protagonistas das suas histórias de vida, as quais estão inscritas na história do seus bairros, região e país. Seguindo os passos bibliográficos de Freire (1967; 1979; 2011; 2015), num primeiro momento, lançamos nosso olhar na temática da educação como prática libertadora, levando em consideração a sociedade que se configura a partir de uma alarmante desigualdade social, na qual é preciso intervir para que mudanças possam ocorrer. E essa intervenção, para o autor, só é possível através da educação ao alcance de todos. O que é reforçado por Kaplún (2002), que aproxima a prática educadora do processo de comunicação.

Há que se salientar, num olhar de onde estamos – no ano de 2017/2018, com dezesseis anos de governo de partido popular através do Governo Luiz Inácio Lula da Silva (de 2003 a 2011) e do Governo Dilma Rousseff (de 2011 a agosto de 2016, considerando que a

Presidenta eleita sofreu processo de *impeachment*, o qual foi e tem sido amplamente questionado no país e ao redor do mundo) – que, do período de escrita do livro “Educação como prática de liberdade”, lançado no Brasil no ano de 1967, e “Educação e Mudança”, lançado no Brasil no ano de 1979, existe uma grande distância temporal e de conquistas sociais. Podemos dizer que já esteve um pouco menor o fosso social entre camadas da população, porém ainda existente e, nos últimos anos, novamente ampliando. Nesse sentido é que vamos nos apropriando dos pensamentos de Freire e atualizando às condições que hoje se apresentam, já que ainda possuímos as preocupações e desigualdades oriundas daqueles tempos, somente transportadas para outros patamares. Na sequência, as pedagogias é que são o nosso foco de atenção, por serem respostas ao fazer educativo voltado à população, na busca da transformação. A partir da “Pedagogia do Oprimido”, lançado no Brasil em 1974 e “Pedagogia da Autonomia”, lançado em 1997, elencamos as práticas libertadoras que servirão, na nossa perspectiva, como os alicerces para a educação para a cidadania no âmbito da tevê pública. Reforçando nosso olhar abordamos Kaplún com “Uma pedagogia de la comunicaci3n”, lançado na sua primeira vers3o na Espanha, em 1998.

Pensar a popula3o brasileira caracterizada por uma ‘passividade’ frente às injustiças sociais, é de forma simplista jogar nas mãos do próprio povo a responsabilidade única pela sua trajetória. Para sair desse raciocínio, que mais justifica do que busca conhecer o caminho que nos trouxe aos dias atuais, é preciso um olhar atento e crítico à história do nosso país, passando pela coloniza3o, ditaduras e processos democráticos (chamamos ‘processos’ por entendermos que ainda não conseguimos atingir, em nenhum dos governos, uma gest3o realmente democrática, justamente pela falta de maior participa3o da popula3o). Apesar da tão reconhecida passividade brasileira, salientamos que no período da ditadura civil-militar (ocorrida do ano de 1964 ao ano de 1985) tivemos um grande movimento de resist3ncia, iniciado pelos estudantes, e logo engrossado pelos sindicatos, movimentos camponeses, grupos cat3licos de movimentos de base popular, chegando à grupos de luta armada. Todos esses foram atores importantes, em momento de grande tens3o social no país, na busca da volta do sistema democrático de governo e reconhecimento de direitos humanos e constitucionais, que estavam desconsiderados.

Do período de coloniza3o, trazemos a heran3a da grande disparidade nas classes sociais, onde os donos de capital (proprietários de terra no início e donos dos meios de produ3o, logo após) tinham o poder de mando e comando da massa de empregados, fossem no início os índios, após os negros escravizados, ou mesmo os brancos pobres, que trabalhavam para sobreviver. Sem vez nem voz, a maioria da popula3o pobre ou escrava não

tinha nenhuma possibilidade de escolha, sendo relegada a sobreviver sob condições sub-humanas. Mesmo com o fim da escravidão e a vinda dos imigrantes, a população, mais diversificada, manteve-se submissa a uma elite que coordenava seus modos de ser e fazer, pois estavam sob uma doutrinação da força do poder econômico e político que definia quem sabia o que devia ser feito (os letrados e ‘bem’ educados nas cortes europeias) e quem obedecia por não saber o que fazer (os ‘ignorantes’ de estudo, analfabetos e que só possuíam como moeda de troca, para suas sobrevivências, a força da mão de obra). Situação de submissão que muito pouco mudou com o desenvolvimento, ao longo do tempo, de governos de base mais popular e democrática, e menos ainda nos períodos ditatoriais ou conservadores. Algumas conquistas são marcantes, como os direitos trabalhistas, iniciados no Governo de Getúlio Vargas, que trouxe condições mais dignas aos empregados. Porém, essas conquistas não alteraram a configuração social do país no todo, que se apresentava cada vez mais numa disparidade de condições econômicas. Conforme Freire:

As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma ‘elite’ que as interpreta e lhes entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se. (1967, p. 43)

Essa relação, do homem como objeto, não permite ao mesmo que identifique a situação de submissão em que se encontra, já que não sabe ter outra opção que não a que lhe foi a vida toda apresentada e que herdou do grupo familiar. Para Freire (1967), uma situação que só poderá ser alterada a partir de um processo educativo da população que apresente condições para a formação de “postura de auto-reflexão e de reflexão sobre seu tempo e seu espaço. Auto-reflexão que as levará ao aprofundamento consequente de sua tomada de consciência e de que resultará sua inserção na História, não mais como espectadoras, mas como figurante e autoras” (FREIRE, 1967, p. 36). Dessa construção, sai o homem sujeito, que ao se desacomodar do lugar onde se encontra, lança um outro olhar aos temas e tarefas que circulam ao seu redor, numa postura crítica ao *status quo* onde está situado. Sem chegar aqui, suas preocupações não saem das condições de sobrevivência. Conforme Freire:

Suas preocupações se cingem mais ao que há nele de vital, biologicamente falando. Falta-lhe teor de vida em plano mais histórico. É a consciência predominante ainda hoje, dos homens de zonas fortemente atrasadas do País. Esta forma de consciência representa um quase compromisso entre o homem e sua existência. Por isso, adstringe-o a um plano de vida mais vegetativa. Circunscreve-o a áreas estreitas de interesses e preocupações. [...] Escapa ao homem intransitivamente consciente a

apreensão de problemas que se situam além de sua esfera biologicamente vital. Daí implicar numa incapacidade de captação de grande número de questões que são suscitadas. (1967, p. 58)

Justamente, é o olhar de forma aprofundada às temáticas que perpassam a vida das comunidades que possibilita aos indivíduos que se posicionem frente aos problemas que se apresentam. Mas essa tomada de consciência não se dá automaticamente, ao se apresentar à população, de forma narrada, sua história de vida ou mesmo um olhar crítico sobre determinado assunto. A essa prática Freire (1979, p.21) denomina “educação bancária”, considerando que busca “depositar” no outro o conhecimento que, em princípio, do nosso ponto de vista, lhe falta. Para o autor, o homem aprende à medida que conhece, e quando conhece, se compromete com o fruto de seu aprendizado. “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho, pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias” (FREIRE, 1979, p. 16). Ainda, entende o autor que não há possibilidade de aprendizado e de consciência quando se entrega aos indivíduos “prescrições a serem seguidas” (FREIRE, 1979, p. 102). E essa tomada de consciência, a partir do aprendizado pela própria experiência, não é privilégio de alguns, mas é da prática de todo homem e por isso mesmo deve ser estimulada para que esses possam refletir sobre suas vivências.

Mas essa mudança de postura só tem condições de acontecer ao longo do tempo, num trabalho educativo dialógico crítico. Só que esse é um grande passo. No Brasil passado, urgente se fazia vencer ao analfabetismo, para conseguir avançar no aprendizado da participação social que traria condições à tomada de decisão na vida política do país, ganhando espaços de participação – desde a presença na escola dos filhos, até a participação nos sindicatos, nas agremiações, nos clubes, nas igrejas, nas associações de bairros, nos conselhos, etc. Hoje, o analfabetismo se resume a taxas de 8,5 % da população<sup>30</sup>, porém ainda se faz importante avançar no aprendizado da participação social. Muitos espaços se criaram, como os Conselhos Municipais na área de saúde, educação e assistência social, sem falar no voto direto, que desde as eleições de 1989 é realidade no país. Porém, as participações não se configuraram para além dos momentos de pleito, faltando ainda a cultura do acompanhamento como processo de cobrança de prestação de contas aos representantes eleitos.

A redemocratização do país, há pouco mais de 30 anos, trouxe novas perspectivas à população, pois devolveu o direito da escolha direta do presidente, após 21 anos de ditadura,

---

<sup>30</sup> Conforme dados do IBGE para o ano de 2015, considerando a população adulta, pessoas de 15 anos de idade, ou mais. Fonte de informação: <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/31476/analfabetismo-cai-de-87-para-85-no-ultimo-ano-segundo-ibge/>.



que impingiu ampla censura à imprensa e à população, no seu direito de manifestação e participação ativa na vida política brasileira. Desse período ditatorial, herdamos a presença marcante da propaganda ideológica, difundida em diferentes espaços, como na programação e na cobertura da mídia; na doutrinação das escolas, principalmente as públicas; nos discursos dos agentes de estado, dentro dos órgãos de governo (nos diferentes âmbitos – municipal, estadual e federal), entre outros. Essa força ideológica procurou sempre eliminar enfrentamentos com pensamentos antagônicos, através do silenciamento da população, que era vista como uma massa que deveria ser sugestionada a se adaptar ao que estava posto. Nesse sentido, o forte vínculo com a cultura de massa norte-americana, através da difusão de programas de tevê e do cinema, propiciou a desvinculação de parcela da população às problemáticas locais, pois o entretenimento ganhava boa parte dos horários da grade de programação das tevês comerciais e os noticiários focavam nas questões internacionais. Condições essas que, de forma proposital, levou a sociedade a uma alienação político-social, que não permitiu ao indivíduo uma consciência do seu próprio modo de existir. Conforme Freire (1979, p. 19), “o ser alienado não olha para a realidade com critério pessoal, mas com olhos alheios. Para isso vive uma realidade imaginária e não a sua própria realidade objetiva”. Condições favoráveis para reforçar o domínio político ideológico da elite brasileira no momento.

Porém, a volta da democracia devolveu a força aos espaços de resistência a essa doutrinação ideológica da elite. Os sindicatos, principalmente, fomentaram manifestações de descontentamento às condições de vida da população brasileira em assuntos desde os mais primordiais, como saúde, educação e cultura. As reivindicações ganharam proporções nacionais e algumas conquistas foram alcançadas. Por outro lado, foi momento, também, de grande difusão das entidades assistenciais, as quais vinham em ‘auxílio da população’, ocupando o espaço do Estado no enfrentamento imediato de problemas de ordens mais práticas. Mas, essas não se organizaram para mudar o *status quo* da população, através do desenvolvimento econômico e social ou da educação, num trabalho conjunto na busca de soluções às problemáticas que se apresentavam. Apareciam para acomodar a situação ora apresentada pela população, implantando as suas respostas. Conforme Freire (1979, p. 20), as entidades assistenciais “não prestam serviços, atuam paternalisticamente, o que é uma forma de colonialismo”. O desenvolvimento das entidades assistenciais prestou seu papel de apaziguador da situação de instabilidade presente, principalmente nos primeiros anos de governo civil.

O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a 'abertura' de sua consciência que nas democracias autênticas há de ser cada vez mais crítica. Sem essa consciência cada vez mais crítica não será possível ao homem brasileiro integrar-se à sua sociedade em transição, intensamente cambiante e contraditória. Daí as relações do assistencialismo com a massificação, de que é a um tempo efeito e causa. O que importa, realmente, ao ajudar-se o homem é ajuda-lo a ajudar-se (E aos povos também). É fazê-lo agente de sua própria recuperação. É, repitamos, pô-lo numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas. (FREIRE, 1967, p. 56)

Nessa perspectiva, e tendo o processo democrático se fortalecido, ao longo do tempo, através das eleições diretas é que, entendemos, que a população, aos poucos, deveria apropriar-se de formas mais concretas de participação na vida política brasileira. Mas, por enquanto, essa participação se dá ainda de forma incipiente e representativa, através do pleito que acontece a cada dois anos, o que não coloca a população realmente à frente da tomada de decisões importantes que refletem no seu dia a dia. Eleger representantes, sem o acompanhamento dos mesmos, para que cumpram suas promessas de campanha (as quais são as bases de arrecadação dos votos), é continuar relegando à terceiros as responsabilidades na busca das transformações sociais tão necessárias para grande parcela da população. Para mudar esse comportamento é preciso a tomada de consciência de que a realidade é construída e que cada indivíduo tem uma parcela de responsabilidade sobre o que acontece no seu entorno. Para essa tomada de consciência é que se faz preciso uma educação transformadora.

A consciência crítica, conforme Freire (1979), exige uma análise aprofundada dos problemas, procurando a causalidade dos fatos. Não se exime de responsabilidades e autoridade, pelo contrário, repele a quietude, já que está sempre investigando, verificando, testando as descobertas, mas sempre aberta às revisões de posicionamento. Até porque identifica quando não tem meios para melhor análise e busca se desvencilhar de preconceitos. "Face ao novo, não repele o velho por ser velho, nem aceita o novo por ser novo, mas aceita-os na medida em que são válidos" (FREIRE, 1979, p. 22). Por isso, o homem com consciência crítica não pode ser neutro frente aos acontecimentos do mundo, muito menos frente ao que lhe acontece no dia a dia. "No momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontra, sua percepção muda, embora isto não signifique, ainda, mudança da estrutura" (FREIRE, 1979, P. 27). A percepção dessa realidade, enquanto constrói, também é construída pelo homem, tira-lhe de um posicionamento fatalista, no qual não havia espaço para mudança, considerando que tudo já estava definido pela própria realidade. "O fatalismo diante da realidade, característico da percepção distorcida, cede lugar à esperança. Uma esperança

crítica que move os homens para a transformação” (FREIRE, 1979, p.27).

E, justamente, é a educação transformadora, que é dialógica, que pode oportunizar a tomada de consciência crítica do indivíduo, ao instigar o mesmo ao reconhecimento de sua inserção no contexto onde vive e o poder que tem de transformá-lo. Reconhecimento esse que não pode ser dado pronto pela elite dominante, visto que essa nunca lhe alcançará os instrumentos para libertar-se justamente do domínio cultural e econômico em que lhe impôs. Para Freire “a pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica” (FREIRE, 2015, p. 43), sendo diferente ‘educar para’ de ‘educar com’, através da tomada de consciência pela vivência. A pedagogia do oprimido propõe a problematização da realidade para o educando, desafiando-o a buscar soluções, considerando a sua vivência e as questões de sua realidade como base para interpretação dos fatos, para que as respostas não fiquem tão longe do seu alcance ou ainda possam parecer que não lhes digam respeito, que já não podem fazer nada para mudar o status estabelecido. Ao educando é preciso mostrar as interconexões que as situações trazem, ampliando o contexto do local para o regional e nacional, para que não sejam pensados como fatos isolados. Essa imersão no contexto oportuniza a emergência da consciência crítica que é desalienante. “Através dela, que provoca novas compreensões de novos desafios, que vão surgindo no processo da resposta, se vão reconhecendo, mais e mais, como compromisso. Assim é que se dá, o reconhecimento que engaja” (FREIRE, 2015, p. 98).

Ainda, como educação transformadora, a pedagogia do oprimido tem na essência o diálogo como prática libertadora, já que a palavra leva à reflexão e à concretude das ações do indivíduo. Conforme Freire (2015), se fala do que faz, o homem tem uma palavra autêntica, validada pelas práxis, se não, a palavra se transforma em verbalismo, e por isso mesmo, alienante e alienada. Ao mesmo tempo, se somente age, sem refletir na sua prática, partimos para o ativismo, que da mesma forma, impossibilita o diálogo. E sem diálogo, caímos na educação bancária, onde os que são considerados os sábios doam conhecimento aos que estão prontos para receber, considerando que são julgados e se julgam nada saber. E esse saber, que vem da fala narrada e transmitida, não oportuniza conhecimento, pois está desvinculada da experiência, e por isso mesmo, não causa transformação. No máximo, esse saber gera conformismo ao indivíduo, dando-lhe argumentos para adaptar-se à situação onde se encontra no mundo. “A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modifica-lo” (FREIRE, 2015, p. 108). Utilizar-se da palavra é imprescindível para o homem enxergar-se como participante do

mundo. E o diálogo é que dá oportunidade de fala a todos. Apropriar-se da palavra do outro não é lhe dar poder de fala, mas justamente impedir a autonomia de sua existência e com isso o seu poder de transformação da realidade.

Essa perspectiva de oportunizar o poder de fala, na busca da autonomia do ser, deixa clara a necessidade que uma sociedade democrática tem de que diferentes indivíduos ocupem os espaços políticos (e políticos, justamente por serem espaços de disputas) para que tragam a voz de suas comunidades, exprimindo seus anseios e necessidades, para que se enxerguem nesse espaço de transformação social. Conforme Freire “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (2015, p. 108), pois ao expor a sua realidade, o homem é instigado à problematizá-la. E é esse, com certeza, o receio da elite dominante, que não oportuniza a fala dos dominados, muito pelo contrário, se utiliza dos aparatos de comunicação (geralmente, organizados em grandes grupos econômicos) para entregar a fala pronta, sem espaço para problematizações. Diferente do que propõe Freire (2015), fazer uso da palavra, ainda no Brasil atual, é privilégio de poucos, mesmo sendo direito de todos. E, por isso, é que para a maior parcela da população, o direito de fala é fato ainda a ser conquistado.

Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue. Se é dizendo a palavra com que, ‘pronunciando’ o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. (FREIRE, 2015, 109)

O pensar não existe desvinculado da realidade, e por isso mesmo, a palavra ao mesmo tempo em que reforça o pensar, vincula o homem à sua realidade, pois toda palavra está ligada a uma realidade concreta, de onde partiu para existir no mundo. E para o homem ter consciência de onde saiu a palavra e em que realidade ela está vinculada, é preciso que tenha noção de si e do espaço que ocupa no mundo, assim como é preciso que perceba que há vários outros indivíduos ocupando esse mesmo espaço, com outras realidades também concretas, e que essas, em boa parte do tempo, estão em disputa de espaço e poder. “O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação” (FREIRE, 2015, p. 120). Para além do discurso, a palavra deve levar à ação concreta se o homem quiser realmente transformar sua

realidade, na busca de melhores condições de vida. Como transformadores da realidade, os homens criam objetos e situações, fatos e instituições, suas ideias e concepções.

Pela pedagogia do oprimido, Freire (2015) propõe como método educativo que as temáticas a serem abordadas saiam da realidade do educando, para que sejam situações conhecidas a serem reconhecidas dentro de um contexto, que saliente, comparando realidades, as limitações e novas possibilidades, oportunizando a percepção da realidade distorcida que era percebida. Mas é preciso que se utilize de códigos simples, que possa ser decodificado e analisado de forma plural, além de sempre partir de casos singulares para se chegar na situação geral. Ainda, o autor instiga o uso da produção da mídia como recurso didático, através da comparação de diferente posicionamento frente a um mesmo acontecimento, através da leitura de editoriais, artigos, livros, etc. Faz-se necessário a busca de diferentes pontos de vista para o desenvolvimento de um pensamento crítico, para que o consumo de informações não se faça de forma prescrita, como fazem os meios de comunicação, mas com um olhar liberto, que tenha espaço para questionamentos e contraversões. Dar autonomia ao indivíduo requer dar-lhe condições de análise do contexto, oportunizando o conhecimento das diferentes perspectivas pelas quais o fato pode ser interpretado, para que decida, por conta própria, a versão que melhor represente seu pensamento. Ao mesmo tempo, impõe-se que o indivíduo atente que seu posicionamento também será um ponto de vista, entre tantos possíveis, e por isso mesmo, passível de equívoco e reavaliação, o que não é um problema, conforme Freire (2011, p. 16): “O erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista, é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele”.

É na pedagogia da autonomia que encontramos esse outro passo para a educação transformadora, que mais do que colocar o indivíduo no papel de construtor da realidade, faça com que o mesmo se reconheça como sujeito único, diferente dos demais, e por isso mesmo, reconheça o outro também como sujeito, com o qual interage justamente para construir esse mundo onde convivem. Essa autonomia de reconhecimento de si e do outro lhe impõe a necessidade de uma presença ética e responsável no mundo. Ao mesmo tempo em que o indivíduo toma para si, na sua autonomia, a avaliação, opção e decisão das coisas no mundo, também traz para si a impossibilidade de ausentar-se da construção dessa história de mundo, por mais que evoque a determinação genética, cultural ou de classes. “Significa reconhecer que somos seres *condicionados* mas não *determinados*. Reconhecer que a história é tempo de possibilidade e não de *determinismo*, que o futuro, permita-se-me reiterar, é *problemático* e não inexorável” (FREIRE, 2011, p. 20, destaque do autor). A pedagogia da autonomia propõe

que o indivíduo desenvolva condições para buscar a transformação, enfrentando o fatalismo com que está naturalizado a reconhecer a realidade, presente na ideologia dominante que se perpetua na mídia e nos diferentes espaços de poder (desde os discursos oficiais de governos).

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar ‘quase natural’. Frases como ‘a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?’ ou ‘o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século’ expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. Do ponto de vista de tal ideologia, só há uma saída para a prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada (FREIRE, 2011, p. 21, destaques do autor).

É justamente para combater essa ocultação da verdade dos fatos, que se faz mais nos discursos, sob determinado ponto de vista, do que na busca de dados concretos e analíticos, que a pedagogia da autonomia propõe que possamos estar em dúvida constante, através da curiosidade, comparação e constatação, num eterno aprender, para superar esses processos condicionantes. Para isso, quando constatamos o fato, não podemos nos calar e nos manter na acomodação, pois o silêncio nos faz negadores da nossa própria autonomia, e o discurso do silêncio é o passo para a adaptação e aceitação do fato como sina, que nos leva à impotência. A autonomia não nos dá o direito de nos eximir da responsabilidade frente aos acontecimentos do mundo. Muito mais trabalhoso é intervir na realidade, do que nos adaptarmos a ela, porém, ao tomarmos consciência do papel que temos, como indivíduos históricos e culturais, não podemos estar no mundo de forma neutra. “Que é mesmo a minha neutralidade se não a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? ‘Lavar as mãos’ em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele” (FREIRE, 2011, p. 109, destaque do autor).

A autonomia só se realiza na prática do exercício da tomada de consciência de si, do outro e do mundo, através das necessidades de tomada de decisões em diferentes contextos, pois “é decidindo que se aprende a decidir” (FREIRE, 2011, p. 104). Da mesma forma, só podemos aprender sobre o outro, se o escutamos e, também, só assim conseguiremos falar com ele. E falar ao outro não quer dizer impor-lhe a nossa opinião, pois embora possamos discordar do outro, e mostrar-lhe nossa opinião e posição, podemos fazer isso considerando-o como sujeito da escuta, também autônomo, e não como mero objeto do nosso discurso. E, para isso, devemos considerar que se temos o que dizer, principalmente se discordamos do outro, também temos o que escutar, e devemos dar ao outro a possibilidade de manifestação, para que também exista pela palavra e posicione-se frente à realidade que compartilhamos.

“Quem tem o que dizer tem igualmente o direito e o dever de dizê-lo. É preciso, porém, que quem tem o que dizer saiba, sem sombra de dúvida, não ser o único ou a única a ter o que dizer” (FREIRE, 2011, p. 114). Ainda, o autor salienta que, justamente, por não ter espaço de escuta, por não se abrir para a diversidade de pontos de vistas, é que os discursos vão ficando retóricos e repetitivos, pois nada acrescentam ao que já sabem. “Por isso é que, acrescento, quem tem o que dizer deve assumir o dever de motivar, de desafiar quem escuta, no sentido de que, quem escuta diga, fale, *responda*”. (FREIRE, 2011, p. 114, destaque do autor).

Dentro desse contexto, entendemos que a pedagogia do oprimido e a pedagogia da autonomia propõem levar os educadores (sejam professores, pais, chefes, governantes, e na nossa concepção, os próprios veículos de comunicação) a repensarem as suas práticas educadoras, questionando mesmo o papel da educação. Num contexto de tevê pública, deve repensar o fazer comunicacional, abrindo espaço para um diálogo, justamente de fala e escuta, seja através das redes sociais ou na construção coletiva de programas que venham dos anseios da população. Ao dar espaço de produção, para além da expressão, contribui na construção desse indivíduo autônomo, que se expressa e se reconhece nesse processo, permitindo que haja uma evolução de aprendizado pela prática. E talvez esse seja o maior desafio, desapegar da prática mercadológica de uma estética e qualidade orientados pela mídia comercial e dar espaço para a experimentação do novo. Ainda, na perspectiva do jornalismo, a contextualização dos fatos, no ontem, hoje e amanhã; no local, nacional e internacional, se faz importante balizador para a busca de uma reflexão, que pode ser provocada pelo próprio apresentador, que se aproveita do espaço midiático como espaço educador, desconsiderando a pressa, pois não precisa cumprir os tempos característicos dos programas que possuem cunho comercial.

Uma das mais sistemáticas formas de intervenção na vida do indivíduo, já que está presente em todas as etapas do seu desenvolvimento, a educação trabalha no sentido tanto de ser a mediadora para justificar o *status quo* existente, reproduzindo a ideologia dominante, como também exerce o papel de ser contestatória, procurando desmascarar as contradições da realidade, vendidas como normalidades para a população, e por isso, aparentemente imutáveis. Indiferente do posicionamento, o que é preciso deixar claro, conforme a perspectiva do próprio autor, é que a educação em qualquer dos casos é ideológica por si só, visto que de todas as formas não é neutra. E justamente por isso, quanto mais dialógica, mais será libertadora. O processo para “despertar a minha capacidade de pensar certo, de ver com acuidade, de ouvir com respeito, por isso de forma exigente, é me deixar exposto às diferenças, é recusar posições dogmáticas, em que me admita como proprietário da verdade”

(FREIRE, 2011, p. 131). Nesse sentido, importante pensar o papel da comunicação que é responsável pelo processo de difusão de informações.

A prática educadora adotada em um espaço, seja comunidade ou país, vai refletir no comportamento do corpo social, bem como afirma Kaplún, identificando que “a cada tipo de educação corresponde uma determinada concepção e uma determinada prática de comunicação” (2002, p.15, tradução nossa). Inspirado nos modelos de Díaz Bordenave (pesquisador e intelectual paraguaio considerado um dos pioneiros no estudo de educomunicação), o autor aborda as três possibilidades de práticas educativas, as quais também refletem as práticas educativas abordadas por Freire: a educação que põe a ênfase no conteúdo; a educação que põe a ênfase nos efeitos e, por último, a educação que põe a ênfase no processo. Nos dois primeiros, o educando é um objeto passivo do processo de educação, somente no terceiro modelo ele toma o lugar de sujeito nesse processo. Para Kaplún (2002), a primeira, que valoriza o conteúdo, é a educação bancária que Freire aborda, considerada a educação tradicional; a segunda, que valoriza os efeitos, é a chamada engenharia do comportamento, que tem por objetivo moldar o comportamento das pessoas; e a terceira, que tem o olhar voltado ao processo, é a que realmente se interessa pelo desenvolvimento do educando, baseada no diálogo, busca a consciência social do indivíduo, e que é chamada por Freire de educação libertadora. A cada uma dessas práticas, Kaplún (2002) vai vincular um modelo de comunicação e comportamento do público frente a essa comunicação.

Ao modelo bancário de educação, o autor entende que vai refletir uma comunicação bancária, na qual o emissor, que é detentor do conhecimento e da informação, envia uma mensagem ao receptor que a recebe de forma passiva. Esse processo é de uma via, não propõe diálogo, é um monólogo. Conforme Kaplún (2002,) não são somente os grandes veículos que são usuários desse tipo de comunicação, considerando que se ao organizarmos informativos, vídeos, obras de teatro, não deixarmos espaço para a interação com o público, continuamos mantendo a comunicação autoritária no nosso próprio meio, perpetuando a comunicação bancária. A programação educativa das tevês, a partir do uso das tecnologias para produção de conteúdo educativo, em geral, não muda essa concepção, visto que não deixa espaço de reflexão e questionamento, mas entrega o áudio, o vídeo, o conteúdo pronto, formatado, já idealizado para ser consumido pelo receptor. “Em síntese todos os que fazemos comunicação educativa deveríamos perguntar: Lançamos afirmações ou criamos condições para uma reflexão pessoal? Nossos meios monologam ou dialogam?” (KAPLÚN, 2002, p. 25, tradução nossa).

O segundo modelo de educação, que tem ênfase no comportamento, avança um passo



no processo ao se preocupar com o resultado, porém, para o autor, é tão autoritária quanto a outra e por desenvolver técnicas que afetem o comportamento, pode ser considerada o modelo da educação manipuladora. Ganhou espaço na América Latina como a salvação para o subdesenvolvimento dos países, que precisavam aprender as técnicas dos países desenvolvidos para chegar ao ‘progresso’. O objetivo não era apenas passar a mensagem, mas convencer que esta era a melhor alternativa e para isso a psicologia comportamental foi a área aliada, estudando métodos de persuasão. A educação se dava no modelo estímulo resposta, criando outros hábitos no indivíduo. Para lidar com a resistência às mudanças, a orientação era o descaso, não havia disputa de ideias, simplesmente outras opções não eram consideradas, ignoradas, passavam a não existir. Mata-se aí a criatividade, a inovação, o interesse. Ganhou grande repercussão no campo da comunicação, pois o acompanhamento no *feedback* do comportamento do público orienta o caminho que a empresa pode tomar, o interesse do patrocinador, valendo tanto para os anúncios publicitários, como para os telejornais, noticiários, entre outros programas. A reação da audiência chega a interferir no enredo da novela. Mas para Kaplún (2002), não se limita a esses e questiona os comunicadores: “Em que medida, consciente ou inconscientemente, reproduzimos em nossos atos de comunicação o tipo de pedagogia que põe ênfase nos efeitos?” (2002, p. 40). Fazemos isso quando nos preocupamos mais com os efeitos do que com o processo, quando temos foco em desenvolver campanhas e mais campanhas sem buscar a participação efetiva do público, sem dar espaço para questionamentos.

O terceiro modelo, que é oriunda da educação libertadora e transformadora concebida por Paulo Freire, tem base na reflexão para a ação e foco na educação como processo contínuo, que não se encerra, e que tem como protagonista o educador e o educando. Conforme Kaplún (2002, p. 46, tradução nossa), “o que o sujeito educando necessita não é só dados, informações, mas instrumentos para pensar, para inter-relacionar um fato com outro, tirar conclusões e consequências, para construir uma explicação global, uma cosmovisão coerente”. O modelo propõe a participação ativa do sujeito e por isso prepara-o para a participação na sociedade. É desenvolvido em grupo e por isso mesmo estimula a troca, a reflexão, o entendimento do conflito como aprendizagem. Mas o autor chama a atenção para o problema de um radicalismo nessa prática, onde o grupo poderia se fechar para contribuições externas, considerando que somente o que sabe deve ser valorizado. Abordagem que Freire também salientou, ao lembrar que o indivíduo não deve entender-se dono da verdade. Nesse caso é importante atentar que quanto mais informações um grupo acessar, mais poderá avançar no seu desenvolvimento. O que é imprescindível é que essas informações venham

acompanhadas de questionamentos para a reflexão e não sejam dadas como inquestionáveis. A comunicação que se estabelece a partir desse terceiro modelo de educação é dialógica e participativa, e deve dar ao indivíduo o espaço de ser emissor e receptor de informações.

Mas como estabelecer essa relação entre veículos e público? Que espaço é esse que precisa ser ocupado pelo indivíduo para que a comunicação também seja libertadora? Para o autor é a comunicação que se estabelece com base popular, cuja fonte da informação é a própria comunidade, que se sente convidada a participar. A construção da notícia se dá de forma conjunta, onde cada um é livre para dar sua contribuição através de sugestão, relato, informação, problemas e testemunhos. São temas locais que são conectados aos temas nacionais e internacionais e que trazem a noção de pertencimento à comunidade dentro da realidade. São grupos com diferentes interesses, como os religiosos, sindicatos, jovens, mulheres, esportistas, artistas, participando conjuntamente da produção de um veículo de comunicação, seja um jornal comunitário ou mesmo um canal de rádio ou tevê. Para validar essa construção conjunta, Kaplún (2002) propõe uma pesquisa que ouça a avaliação da população, no que tem de positivo e negativo, buscando a melhoria contínua e uma aproximação maior a cada edição. Para que funcione, essa comunicação dialógica precisa partir de um grupo que tome a iniciativa e estabeleça esse processo desde o início. No nosso entendimento, possibilidade que se amplia quando há autonomia, quando o indivíduo entende o lugar que ocupa e que o direito à comunicação também é cidadania.

Educação e comunicação estão intrinsecamente ligados, como já posto pelo autor, visto que conforme o modelo de educação a que esteve exposto, numa mesma perspectiva, será também a forma como estabelecerá sua comunicação. Se educado para aprender, na educação bancária, entenderá a comunicação como processo de passividade, de onde recebe a informação sem ter outra reação. Se educado para agir, no modelo manipulador, entenderá a comunicação como estímulo para uma resposta, mas que não se dá de forma individual, mas dentro do esperado no comportamento coletivo, sendo estimulado a seguir a massa, pois se reagir diferente será ignorado, ficará fora do ‘público’ selecionado. Mas, se educado para pensar, no modelo da autonomia, o indivíduo reconhece o seu lugar no processo comunicativo como de produtor e receptor da mensagem, já que ao mesmo tempo em que se abre para múltiplas fontes de informação, também entende que é de sua responsabilidade refletir e construir um pensamento próprio, tendo por base suas experiências e o diálogo com o grupo.

A educação transformadora, que oportuniza a tomada de consciência do indivíduo, como construtor da realidade onde encontra-se inserido, e que encontra na autonomia o caminho para o reconhecimento de si e do outro como seres repletos de direitos e deveres – e

que por isso mesmo devem agir com responsabilidade e ética, mas sem eximir-se da necessidade de interferência na situação dada – é que pode levar o indivíduo ao desenvolvimento da cidadania e autonomia para receber e produzir comunicação. Cidadania essa que deve lhe permitir ser protagonista nas tomadas de decisão do que diga respeito a questões que afetam sua existência, e que é o assunto que abordaremos na sequência.

## **2.2. A cidadania no contexto atual**

Para abordarmos o conceito de cidadania trazemos da Grécia antiga, através de Aristóteles (2002), num resgate histórico, a vinculação excludente do termo, considerando as diferenças marcantes dos papéis desempenhados pelos indivíduos nas cidades-estado, onde cidadão era unicamente o homem livre, nascido e reconhecido como membro da cidade. Somente ao longo do tempo, o conceito de cidadania foi ganhando amplitude, conforme foi relacionado à conquista de direitos, intensificando sua inserção em diferentes contextos, na intenção de abarcar o todo das populações nos diferentes países. Porém, exercer o direito e dever de cidadão ainda é para poucos, devido a baixa consciência da população, que se perpetua frente a uma ampla dominação política e ideológica de grupos hegemônicos que se utilizam de diferentes estratégias para que o *status quo* das sociedades não se altere.

Desenvolvido em gerações, os direitos foram sendo conquistados conforme os regimes de governo foram se organizando pelo viés da democracia. Apesar da conquista dos direitos sociais, após o desenvolvimento dos direitos civis e políticos, ainda há uma valorização desses frente ao que se convencionou chamar de paternalismo do Estado, pois os direitos sociais exigem uma presença marcante das instituições públicas nas tomadas de decisões e investimentos financeiros. Discussão que não considera questões tão prementes para a cidadania como igualdade de condições, buscando no liberalismo econômico a premissa para a valorização da liberdade do indivíduo na busca de seu próprio bem-estar. Essas são pautas constantes das disputas sociais, as quais precisam ser exploradas nas suas especificidades, buscando um olhar sob a proposição de uma nova cidadania, que já não se faz mais nacional, mas global, considerando questões tão importantes à humanidade, como os direitos humanos, a preservação ambiental, o respeito às minorias de gênero e raça, entre outros temas. E é percorrendo esse caminho que procuramos chegar ao conceito de cidadania no contexto atual.

Para Aristóteles (2002), num primeiro momento “cidadão é o que pode ser juiz e magistrado” (2002, p. 78), quer dizer, quem pode exercer o poder de decisão na vida das cidades/estados. Esse conceito parte de situações excludentes, que já determinam quem não

pode ser considerado cidadão: os estrangeiros e servos, apesar de serem estabelecidos em um lugar (então, ser estabelecido não definia o status de cidadão), os filhos de cidadãos não registrados e os cidadãos velhos (embora aqueles pudessem ser considerados cidadãos imperfeitos). Porém, após considerar que para tipos de governos diferentes há diferentes normas para se chegar à magistratura, estabeleceu que cidadão completo é “o que possui participação legal na autoridade deliberativa, e na autoridade judiciária”. Esse seria o cidadão que se estabelece nas cidades que se auto organizam a partir da participação pública e política dos indivíduos. Mas, ainda uma nova possibilidade precisou ficar esclarecida ao filósofo que definiu que quando não-cidadãos chegavam ao poder através de revoluções e alçavam os cargos de autoridade, esses poderiam ser reconhecidos como cidadãos, porém, salientou que não eram cidadãos com justiça, mas injustamente viravam cidadãos.

Uma outra questão apareceu à Aristóteles (2002) para a definição do conceito de cidadão, que foi a dúvida sobre o papel do artesão nessa realidade, considerando que artesão é quem trabalha com as mãos. Seria esse em algum momento alçado ao lugar de magistrado? Ressaltamos que nas cidades-estados só podiam participar da vida pública (então serem representados e representantes) os indivíduos que tinham dedicação total a ela, não tendo preocupações com a subsistência, ou seja, com o trabalho (essa temática desenvolvemos ao falar do conceito de público e privado no capítulo 1). Conforme o próprio filósofo, a resposta foi não, artesãos não poderiam ser magistrados, embora considerados cidadãos, pois não se dedicariam exclusivamente a vida pública. Surgiu, então, uma classificação para os cidadãos, já que a política não era para todos, mas apenas para o homem livre, o que definiu, desde então, que havia cidadãos para mandar e outros para obedecer (ARISTÓTELES, 2002). Em algumas sociedades, os artesãos, tanto quanto os servos e mercenários, não eram nem considerados cidadãos. Mas, para além de identificar que havia diferentes tipos de cidadãos, já na antiguidade grega, definiu que estavam fora desse ambiente os que não participavam da vida pública, e por consequência da política, no caso os escravos, mulheres e indivíduos trabalhadores (os pobres).

Ao longo do tempo, conforme o tipo de governo e o número de indivíduos nas cidades, outras restrições ou ampliações para a aceitação das pessoas como cidadãos foram sendo estabelecidas. Quando em abundância de indivíduos, cortava-se o direito de ser cidadão aos que eram filhos de pai ou mãe serva, ficando o direito somente a quem nasceu de pai e mãe cidadã. Conforme Aristóteles (2002, p. 77), “nem todos estão de acordo, quanto a um mesmo indivíduo, que ele seja um cidadão. É possível, efetivamente, que aquele que seja cidadão em uma democracia não venha a ser em uma oligarquia”. E, nesse movimento, de ora

ser estendida e ora ser abreviada, é que a cidadania amadureceu junto ao desenvolvimento da humanidade, mas sem estabelecer unanimidade no seu conceito e, menos ainda, na sua efetiva aplicação.

Tendo estreita relação com a democracia, situa-se, ainda hoje, entre as disputas ideológicas presentes na sociedade, que se agravam ou amenizam, conforme a postura dos governantes frente ao comando do Estado e o papel de protagonista, ou não, da população. Uma história que perpassa o desenvolvimento econômico, político e social dos estados-nação na modernidade. J. M. Barbalet (1989), que desenvolve longa análise em cima da obra ‘Cidadania, Classe Social e Status’ de T. H. Marshall (um dos primeiros sociólogos a debruçar-se sobre o assunto, cuja obra foi publicada na década de 50 do século XX e foi considerada referência na área) e dos respectivos autores que se serviram dela ou a criticaram, no seu livro ‘A Cidadania’ (publicada em 1989) faz a seguinte consideração sobre a diferença entre a cidadania antiga, de Aristóteles, e a cidadania no moderno estado democrático:

A principal diferença entre a cidadania nas cidades-estados gregas e no moderno Estado democrático é a extensão do âmbito da comunidade política em cada um deles. Para Aristóteles, cidadania era o status privilegiado do grupo dirigente da cidade-estado. No estado democrático moderno, a base da cidadania é a capacidade para participar no exercício do poder político por meio do processo eleitoral. Assim, a participação dos cidadãos no moderno estado-nação implica a condição de membros de uma comunidade política baseada no sufrágio universal, e, portanto, também a condição de membro de uma comunidade civil baseada na letra da lei. Para Aristóteles, o status de cidadania estava limitado aos autênticos participantes nas deliberações e no exercício do poder; presentemente a cidadania nacional estende-se a toda a sociedade (1989, p. 13).

Nessa perspectiva, o autor salienta a amplitude do conceito de cidadania que chega, no moderno estado democrático, para todos os membros de dada sociedade (estado-nação). Mas, reitera, que esse fato não garante o gozo pleno do direito de cidadania ao indivíduo, considerando que engloba questões referentes às capacidades políticas dos cidadãos, as quais estão relacionadas ao domínio e acesso de fato ao exercício dessas capacidades. Para o autor, “um sistema político com igualdade de cidadania é na verdade menos do que igualitário se faz parte de uma sociedade dividida por condições de desigualdade” (BARBALET, 1989, p. 11). Nesse sentido, pertencer a uma sociedade que tem na cidadania a formalização de uma igualdade, que não se dá em reais condições de participação social, torna inútil e improvável a prática dessa cidadania, que na verdade é limitadora e excludente. E essa é uma condição que precisava ser analisada mais de perto, conforme o conceito de cidadania foi sendo desenvolvido.

Para Barbalet (1989), a principal obra de Marshall (principal por ter sido a mais difundida e estudada) possui diferentes interpretações, principalmente no âmbito da relação entre cidadania e classes sociais, ora sendo interpretada como uma relação de integração e que por isso levou ao alargamento da cidadania, ora como de oposição, sendo, então, esse o real motivo das conquistas de cidadania ao longo do tempo. Porém, salienta o autor, para além desse antagonismo nas interpretações, ao se falar de cidadania é preciso observar os elementos constitutivos que foram por Marshall analisados, mesmo que sob um olhar na realidade europeia: os direitos civis, políticos e sociais<sup>31</sup>. A partir do estudo de Marshall (1967), vários outros autores contribuíram no entendimento do conceito, num olhar dentro do seu contexto. Para Liszt Vieira (2004, p. 22), “a cidadania tem assumido historicamente várias formas em função dos diferentes contextos culturais. O conceito de cidadania, enquanto direito a ter direitos, tem se prestado a diversas interpretações”. Numa perspectiva temporal, o autor salienta que, conquistados no século XVIII, os direitos individuais – à vida, liberdade, igualdade, de ir e vir – considerados direitos civis, foram classificados como os direitos de primeira geração, que contemplava também os direitos políticos, conquistados somente no século XIX – votar, ser votado, organizar-se política e sindicalmente – chamados de direitos individuais exercidos coletivamente. Os direitos de segunda geração foram alcançados no século XX, quando a humanidade avançou na conquista dos direitos considerados sociais, como o direito ao trabalho, saúde, educação, bem-estar social. Os direitos de terceira geração, considerados os direitos difusos, dizem respeito aos direitos do homem enquanto coletividade, e estariam relacionados ao meio ambiente, às minorias, ao consumidor. E já se fala dos de quarta geração, relacionados à bioética, que trata dos limites de uso da engenharia genética (VIEIRA, 2004, p. 23).

O desenvolvimento da cidadania, conforme Marshall (1967), até o fim do século XIX, para ser acompanhada pelo contexto histórico precisa ser dividido em três partes:

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender a afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes

---

<sup>31</sup> Aqui também surgem controvérsias à obra de Marshall, visto que com o desenvolvimento dos sindicatos, alguns autores entendem que o direito industrial seria mais um elemento da cidadania, visto sua organização como coletividade que possui representatividade na busca de melhores condições de trabalho. Para Marshall, esse seria um direito secundário e estaria ligado ao direito civil de associação coletiva e por isso não conformaria um novo direito (BARLET, 1989).

são o parlamento e conselhos do Governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais. (MARSHALL, 1967, p. 64).

Esse olhar para a cidadania sob os aspectos dos direitos civis, políticos e sociais, segundo o autor, só é possível após a separação do papel das instituições – que estavam atreladas a um mesmo órgão do poder/estado numa alusão ao período do feudalismo, onde poder, justiça e status estavam vinculados aos reinados – quando do advento da modernidade. E ainda levaria um bom tempo para se organizarem, sendo estabelecidos em períodos diferentes. Vieira (2004) considera que a cidadania moderna precisou enfrentar três questões, que se tornaram essenciais para seu desenvolvimento: a primeira teve relação com a organização do estado de direito, que estabeleceu diferentes espaços para governo e sociedade; a segunda diz respeito ao tipo de governo que passou a ser estabelecido, pois se fazia imprescindível o entendimento da necessidade de igualdade entre os indivíduos, o que só se realizaria através do desenvolvimento da democracia ou sistemas que viessem nessa mesma perspectiva, ultrapassando os governos monárquicos e aristocratas da época; e por último a superação da inexistência de direitos humanos, um reflexo da cultura pagã, politeísta e escravagista das civilizações antigas, mas que agora se fazia premente, considerando que a cidadania dava direitos civis iguais a todos os integrantes da sociedade. Foram, então, base para o desenvolvimento da cidadania, na era moderna, a Declaração dos Direitos do Homem, oriunda da Revolução Francesa, que definiu, conforme destaca Vieira (2004, p. 29): “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Os direitos civis, formados ao longo do século XVIII, na Inglaterra, tiveram como atores importantes os tribunais, que na defesa dos direitos individuais garantiam a participação do homem no sistema econômico e social. Entre eles, por exemplo, o direito à escolha de trabalho, na área econômica, que passou a ser individual (mesmo que regulada à necessidade de conhecimentos necessários, conforme o posto a ser ocupado) e não mais uma determinação legal que “destinava certas ocupações a certas classes sociais e, do outro, por regulamentos locais, que reservavam emprego numa cidade aos habitantes da cidade” (MARSHALL, 1967, p. 67). Para reconhecer esse direito, uma batalha com os costumes se fez nos tribunais, os quais tomaram decisões que eram imprescindíveis à causa. O avanço dos direitos civis pode ser visto como a ampliação – de novos direitos e para todos os envolvidos

(nesse caso, os homens adultos, já que as mulheres estavam fora desse contexto de direitos) – do que já existia, de certa forma, na sociedade.

Os direitos políticos surgiram no século XIX, quando os direitos civis já estavam difundidos como direito de liberdade, ligados à cidadania. Conforme Marshall (1967), os direitos políticos como direitos de cidadania, também surgiram ampliando direitos já existentes, que passaram a valer para boa parte da população (e não na sua totalidade, considerando novamente a exclusão das mulheres entre outros), pois se faziam ainda restritos a quem tivesse comprovadamente sucesso nas suas condições econômicas para que votasse e fosse votado. Nesse sentido, salienta o autor, se entendermos, desde esse período, a cidadania como uma conquista universal, não poderemos colocar no âmbito da cidadania os direitos políticos. Porém, há que se considerar que os direitos políticos estavam também ligados aos direitos econômicos e não se restringiam ao voto, além de, ao longo do tempo, terem sido ampliados, chegando ao sufrágio universal no século XX. E os direitos sociais, ligados a organização das comunidades e participação em associações, surgiram inicialmente, conforme Marshall (1967), justamente da negação do direito de cidadania, visto que os auxílios financeiros ou outras medidas protetivas só eram acessadas por aqueles que renunciavam aos direitos civis ou que ainda nem faziam parte desses. “O estigma associado à assistência aos pobres exprimia os sentimentos profundos de um povo que entendia que aqueles que aceitavam assistência deviam cruzar a estrada que separava a comunidade de cidadãos da companhia dos indigentes” (MARSHALL, 1967, p. 72). E ainda reforça: “as mulheres eram protegidas porque não eram cidadãs” (MARSHALL, 1967, p. 73). Modificação nessa ordem, somente no fim do século XIX e início do século XX, quando podemos dizer que os direitos sociais se estabeleceram como direitos de cidadania e passaram a ser reconhecidos como universais, embora ainda muito contestados.

Há um ponto importante que Marshall (1967) apresenta, sendo considerado um fator decisivo para o reconhecimento dos direitos sociais como integrantes da cidadania no século XX, que diz respeito à obrigatoriedade da educação pública das crianças. Entendemos importante o olhar apresentado pelo autor, frente aos questionamentos sobre a obrigatoriedade ser uma afronta a outro direito de cidadania, que seria o direito cívico das liberdades individuais<sup>32</sup>. Salienta Marshall (1967, p. 73) que “o direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva”. E ainda completa: “Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da

---

<sup>32</sup> Essa tensão existente entre os direitos cívicos e sociais é abordado por Barbalet (1989) e, segundo o autor, não aparece de forma muito clara na obra de Marshall, mas volta a ser foco de estudo de outros autores, como veremos adiante.



criança frequentar a escola, mas como o direito do adulto ter sido educado”. Conforme o autor, para além de se pensar que crianças, como seres imaturos, não definem sozinhas sua educação, que deixar aos pais essa responsabilidade seria confiar que teriam discernimento para essa tomada de decisão, ou mesmo ser um dever público de se fazer cumprir um direito individual, é preciso olhar para o fato de que “o dever de auto-aperfeiçoamento e de autocivilização é, portanto, um dever social e não somente individual, porque o bom funcionamento de uma sociedade depende da educação de seus membros” (MARSHALL, 1967, p. 74). Nessa perspectiva, entendemos que desde seus primórdios a cidadania carrega no seu âmago a responsabilidade do desenvolvimento individualizado dos seres, que devem ser inseridos no contexto social usufruindo de todos os direitos individuais, ao mesmo tempo em que também carrega a responsabilidade coletiva, onde se estabelecem conquistas que vão ao encontro de perspectivas de melhorias nas condições de vida da população. E, justamente, para que andem juntas essas conquistas, individuais e coletivas, é que a educação para a cidadania, nos parece, poderá dar condições ao indivíduo para que vá além do seu espaço social local, participando de uma cidadania nacional e global, ocupando seu lugar de direito na construção de um mundo melhor para se viver.

Voltamos a Marshall (1967, p. 76, destaque nosso) que define cidadania como:

um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. **Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão**, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria do status e um aumento no número daqueles a quem é conferido o status.

A ampliação do status de cidadania a diferentes membros das classes sociais que pertenciam a um mesmo estado-nação não garantiu, ao longo do tempo, a real igualdade de condições de existência nesse espaço, pelo contrário, foi deixando muito mais visível as condições de desigualdades que resultavam, ao mesmo tempo, do desenvolvimento do sistema capitalista. E Marshall (1967) chama a atenção para o ponto na história em que as conquistas dos direitos de cidadania, começando pelos direitos civis – direitos individuais – fomentaram o mercado competitivo do capitalismo emergente que se organizou nas sociedades modernas, pois os homens eram considerados livres e iguais perante a lei (embora não o fossem em termos de poder). O discurso de igualdade, também salienta o autor, foi um dos motores para os questionamentos aos direitos sociais, que só vieram a ser reconhecidos

muito mais tarde, considerando que se todos eram iguais perante a lei, a cada um era dado o direito de propriedade, de educação e justiça. O que não era mencionado, eram as diferentes condições em que se encontravam os indivíduos para usufruir desses direitos. “A igualdade perante a lei não existia. O direito lá estava, mas o remédio jurídico estava, muitas vezes, fora do alcance do indivíduo” (MARSHALL, 1967, p. 80), principalmente sob o ponto de vista de dois aspectos: num primeiro, devido a parcialidade vinculada ao preconceito de classes e segundo, aos valores econômicos necessários para acesso ao citado ‘remédio jurídico’.

Barbalet (1989, p. 34) reitera que “diferentes direitos atribuem às pessoas capacidades diferentes. Alguns direitos, como os de segurança social, que proporcionam às pessoas um nível mínimo de bem-estar material, dão acesso não só às oportunidades, mas também às condições”. Ainda, salienta que é preciso deixar muito claro a diferença entre condições e oportunidades, já que “a igualdade de oportunidades conduz à desigualdade de resultados ou de condição” e na sequência pontua que isso ocorre muitas vezes porque “as competências de uma ou outra espécie ou outros meios pelo quais as oportunidades são conquistadas estão eles próprios desigualmente distribuídos pela população” (BARBALET, 1989, p. 34). E por ter essa relação tão próxima com a ampliação de condições é que a cidadania, através dos seus direitos, é status a ser reivindicado pelos que estão fora do círculo de poder nas sociedades, e nesse sentido “aqueles que lutam pelos direitos têm tendência para se verem a si próprios como socialmente desfavorecidos e sem força” (BARBALET, 1989, p. 35). Por essas especificações dos direitos é que alguns são universalmente aceitos, como os direitos civis e políticos, e outros são constantemente questionados e muitas vezes combatidos, como os direitos sociais. Vieira (2004) reforça que sempre houve um contrassenso entre as duas primeiras gerações de direitos e considera que “enquanto o direito de primeira geração – civis e políticos – exigia, para sua plena realização um Estado mínimo, os direitos de segunda geração – direitos sociais – demandariam uma presença mais forte do Estado para serem realizados” (VIEIRA, 2004, p. 23). Por consequência, há uma valorização, por parte da parcela da população, que representa o poder econômico, dos direitos civis e políticos, em detrimento dos direitos sociais. Situação, que na análise do autor, reflete a forte presença do liberalismo econômico (que prega o Estado mínimo) nas democracias, durante os últimos anos.

A saída para essa situação estaria na organização da sociedade, que através de associações, movimentos sindicais e partidos podem pressionar o Estado para o cumprimento e ampliação dos direitos. Conforme Vieira (2004), a cidadania, dentro dos princípios da democracia, “constitui-se na criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais) e na

definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos), significando necessariamente conquista e consolidação social e política” (VIEIRA, 2004, p. 40). Afirmativa que é compartilhada com Evelina Dagnino (1994). Para a autora, questões ligadas à cidadania estão vinculadas aos movimentos sociais e suas constantes buscas por direitos. Então, a cidadania:

[...] organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexos constitutivo entre as dimensões da cultura e da política. Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática (DAGNINO, 1994, p.1).

Na América Latina, e num país como o Brasil, a miséria e a fome são apenas a parte visível de questões muito mais amplas da desigualdade social, que a autora chama de “autoritarismo social” (DAGNINO, 1994, p.1), o qual estabelece lugares para os indivíduos conforme sua classe, raça e gênero. E em repúdio a isso é que a cidadania deve passar pela busca de transformações culturais, tanto quanto políticas, econômicas e sociais, considerando ser necessária uma mudança que contemple a abertura de espaço para a diversidade de povos, raças, ideologias, onde cada indivíduo seja respeitado na sua diferença, pois é justamente a possibilidade de ser diferente que coloca a população num nível de igualdade. Para Vieira (2004) essas questões (fome, miséria, exploração de capital, saúde, etc.) já deixaram de ser nacionais, e devem ser consideradas numa amplitude maior, “é nesse contexto que nasce hoje o conceito de cidadão do mundo, de cidadania planetária, que vem sendo paulatinamente construída pela sociedade civil de todos os países, em contraposição ao poder político do Estado e ao poder econômico do mercado” (VIEIRA, 2004, p. 32).

Tendo por base a Declaração dos Direitos do Homem, como já mencionado, é compreensível a premência de uma transformação na cidadania para abarcar uma nova realidade, que se ainda não se consolidou, está em busca de efetivação, no que diz respeito a se ter esse espaço para a diversidade mencionado por Vieira (2004). Transformação que é assunto desenvolvido por Boaventura Sousa Santos (2009), na perspectiva, justamente, de mudanças nos direitos humanos como processo de emancipação, pois, na visão do autor, esses podem ser praticados na perspectiva de uma globalização hegemônica ou contra-hegemônica. Para isso, Souza Santos (2009) estabelece a diferença de se considerar os direitos humanos universais ou multiculturais. Se universais, estabelecem um olhar a partir do ocidente, que é de onde o termo ganha significado e tem a raiz dos seus pressupostos (oriundos da Revolução

Francesa, não esqueçamos) e que aceita, sem constrangimentos, que um estado como os Estados Unidos proclame o discurso para os seus, ao mesmo tempo em que impõe atrocidades para outros povos, através das ofensivas armamentistas e o que resulta delas. Por outro lado, a partir de grupos que buscam uma política emancipatória de direitos humanos, identifica algumas premissas para que possamos chegar a direitos humanos multiculturais.

A primeira premissa diz respeito a superação dos termos universalismo e relativismos culturais, considerando, de certa forma, a presença de ambos nas diferentes culturas, já que toda cultura é relativa e possui preocupações e valores que vão para além dos seus contextos, e, justamente por isso, não necessitam dessas nomeações; a segunda diz respeito a concepção de dignidade humana, que é próprio de cada cultura, mas que não necessariamente está refletida nas premissas dos direitos humanos, porém não podendo ser desconsiderada por isso; a terceira diz respeito ao entendimento de que toda cultura é incompleta, e é preciso a consciência dessa situação a todas as culturas para que uma não se sinta superior a outra; a quarta retoma as diversas versões de dignidade humana, no sentido de explicitar que umas serão mais abertas, mais amplas, mais recíprocas que outras; e a quinta deve conseguir colocar o princípio da igualdade e da diferença num mesmo patamar, sem sobreposições, considerando ser uma luta pela igualdade e pelo reconhecimento de ser diferente. Para Souza Santos (2009), daqui é que inicia um diálogo intercultural sobre a dignidade humana que pode resultar em uma outra concepção de direitos humanos.

Para a realização de ações concretas, oriundas dos direitos e da cidadania, Dagnino (1994) aborda a ideia de cidadania como estratégia política, salientando que não é um conceito universal nos usos e aplicações, muito pelo contrário, se constitui justamente a partir das constantes lutas, nos diferentes momentos históricos. É nesse sentido que propõe a noção de uma nova cidadania, que vem ao encontro do pensamento de Souza Santos (2009), que estaria calcada em: uma noção do direito de se ter direitos, que abarcaria a noção de se ter o direito de ser diferente dentro da igualdade; uma constituição de sujeitos que buscam ser reconhecidos, os não-cidadãos; na busca de igualdade nas relações sociais; numa proposta de mudança cultural; na participação efetiva de construção de uma nova proposta de sociedade onde se queira realmente estar inserido; e na abertura à diversidade nas suas múltiplas composições. Essa nova cidadania requer uma postura participativa dos grupos e indivíduos e, claro, a existência de espaços abertos pelo Estado, mesmo que instigados sob pressão dos movimentos populares, para a realização dessa participação. Para Dagnino (1994) isso pode acontecer a partir da criação de conselhos municipais, como fóruns de discussão, mudando a relação estado-sociedade e trazendo como partícipes dos governos os sujeitos-cidadãos. Mas,

para isso, é necessário dar as condições mínimas para esse ator social, para que não tenha o enfrentamento de dificuldades como a falta de informações, o uso de linguagem técnica, entre outros. Nesse espaço é que entendemos o papel da comunicação pública, como no caso das tevês, que viriam justamente para dar as condições mencionadas, quais sejam, possibilidade de entendimento das situações postas, tanto corriqueiras do dia a dia das comunidades, como de contextos nacionais e internacionais, inseridos numa lógica histórica e geográfica e utilizando-se de linguagem variada (gráficos, tabelas, exemplos, imagens) e espaço de participação, abertos a questionamentos, para que cumpram a função efetiva de comunicação, com abordado por Duarte (2012), se fazendo entender pela população.

Norberto Bobbio (1986), ao falar das democracias, argumenta sobre a questão da cidadania e a necessidade de participação da sociedade para ampliação de direitos, considerando que a educação para a cidadania foi mais uma promessa do capitalismo que não se configurou ao longo do tempo. Na ideia que a própria democracia ensinaria a participação popular, o que se estabeleceu nos países democráticos, segundo o autor, foi a apatia política, ou ainda, quando existente, uma participação mais expressiva com objetivos e interesses próprios (BOBBIO, 1986). Entendemos importante essa manifestação de Bobbio, considerando que a cidadania que é hoje muito cobrada da população, poucas oportunidades teve de ser efetivada nas sociedades, não constituindo um aprendizado por experimentação. Por conta desse comportamento, reforçado, em alguns casos, por períodos de governo ditatorial, como nos países da América Latina, onde se extinguiram os direitos cidadãos por muitos anos, é que a participação dos indivíduos nos processos políticos e econômicos são ainda muito incipientes. Porém, faz-se cada vez mais urgente que haja mudanças nessa postura para que se alcancem transformações sociais, nos países e no mundo, que alterem as condições desumanizantes em que ainda vivemos ou que presenciamos: fome, miséria extrema, refugiados, degradação ambiental, entre outras mazelas do século XXI.

Adela Cortina (2005), ao questionar a motivação que estaria por trás das novas discussões que se apresentam, na atualidade, sobre a cidadania, justamente considera que a falta de identidade e de pertencimento dos indivíduos às sociedades pós-industrial se dá pela baixa participação como conjunto, o que impossibilita um reconhecimento como comunidade e o trato de problemas que são de todos. A autora pergunta: “como fazer com que indivíduos que fazem do prazer presente o único objetivo de sua vida se disponham a se sacrificar pelo bem comum, quando necessário?” (CORTINA, 2005, p. 18). O fortalecimento da cidadania talvez seja justamente esse elo entre os dois atores sociais – indivíduo e sociedade – necessário para mudanças imprescindíveis ao momento atual da humanidade. E é também

Cortina (2005) quem identifica que uma das questões a serem encaradas para atualizar o conceito de cidadania tem a ver com o seu efetivo aprendizado:

[...] a cidadania, como toda propriedade humana, é o resultado de uma prática, a aquisição de um processo que começa com a educação formal (escola) e informal (família, amigos, meios de comunicação, ambiente social). Porque aprendemos a ser cidadãos, como aprendemos tantas outras coisas, mas não pela repetição da lei de outros e pelos castigos, e sim chegando a ser mais profundamente nós mesmos (CORTINA, 2005, p. 30).

Neste caso, retomamos o pensamento de Freire (2011) sobre a educação bancária, considerando que não se transforma um sujeito em cidadão pelo simples fato de existirem leis que assim determinam. Mesmo que essas sejam repetidas em vários momentos, ou ainda, que seja estabelecido que, pelo simples fato de existirem, se faz premissa que todos tenhamos conhecimento, se não compreendermos seus significados e abrangências, terão muito pouca serventia. Daí a necessidade de uma educação transformadora, que oportuniza não só conhecimento, mas a aprendizagem, na ideia de apreensão do significado que precisa estar conectado à vivência para que faça sentido. Possibilidade que se vincula ao papel das emissoras públicas ao trabalharem com exemplificações, histórias de vida, superações, entre outras formas de levar informações contextualizadas, dentro da realidade de dada comunidade, oportunizando reconhecimento entre os sujeitos. Esse, no nosso entendimento, um processo possível de aprendizagem de cidadania, considerando temáticas que envolvam direitos e deveres dos indivíduos.

Para dar conta de expor alguns aspectos da cidadania no contexto atual, a autora propõe uma análise a partir da abrangência de uma cidadania política, uma cidadania social, uma cidadania econômica, uma cidadania civil e uma cidadania intercultural, que levariam a constituição da consciência da necessidade de nos tornarmos cidadãos do mundo. A análise parte da cidadania política, que para Cortina (2005, p. 31) traz o conceito de “estatuto de cidadania” como sendo “o reconhecimento oficial da integração do indivíduo na comunidade política”, que vai lhe dar condições de estabelecer uma identidade social, a qual salienta todas as características que se organizam a partir das igualdades com o grupo. Ao mesmo tempo, ressalta a autora, esse processo, ao vincular as igualdades a uma identidade social, também provoca o descobrimento (no sentido mesmo de tirar o ‘pano’, descobrir) das diferenças em relação aos outros indivíduos que não participam desse grupo de cidadão (fato que remonta ao cidadão ateniense). Assim, a cidadania, desde a sua definição, já estabelece uma dualidade de condições que vai questionando, a todo momento, o seu caráter universalista (para todos).

Contexto que abordamos a partir de Sousa Santos (2009), para quem, justamente, o universalismo nunca foi para todos, considerando que tem surgimento a partir da cultura oriental.

Esse cidadão, político, para exercer sua cidadania precisa desenvolver a comunicação, para que, junto aos outros cidadãos, possa deliberar em busca da melhor forma de vida, o que acarretaria no desenvolvimento da sociabilidade. “A sociabilidade é a capacidade de convivência, mas também de participar da construção de uma sociedade justa, na qual os cidadãos possam desenvolver suas qualidades e adquirir virtudes” (CORTINA, 2005, 37). Por um lado, se pode pensar no mito da cidadania, que vem herdado da Grécia e, conforme a autora, precisa ser desconstruído, já que nem mesmo na idade antiga a participação efetiva dos cidadãos se realizava. Não era dada igualdade de condições de influência nas decisões a todos os participantes, pois a organização em grupos desvirtuava os interesses coletivos para interesses mais particulares, tornando as participações muitas vezes irrelevantes, o que desmotivava, no entendimento de que, para alguns, a defesa das ideias não faria a menor diferença. Por outro lado, justamente é preciso “*pôr em prática as condições para que essa participação seja significativa*” (CORTINA, 2005, p. 42, destaque da autora), considerando que para mudar o foco de interesse da população, que hoje, muitas vezes não enxerga como realmente viável sua influência nas decisões, será preciso mostrar meios pelos quais efetivamente a população seja ouvida, participe ativamente do processo de decisão.

Outro aspecto que é desenvolvido pela autora, diz respeito ao papel protetor do estado aos seus cidadãos, que se fortalece nos momentos em que fica inviável a participação ativa de todos os membros nos assuntos públicos, sendo estabelecida essa proteção como contrapartida ao pertencimento do indivíduo a este e não aquele espaço territorial. Fato esse que é reforçado, no surgimento do estado moderno, através dos conceitos de estado e nação como diferentes formas de identificação. O estado, definido pela territorialidade, ostenta a segurança jurídica do pertencimento, que advém do nascimento ou da residência, mas que na modernidade considera a vontade do indivíduo, que pode renunciar ao mesmo. Essa vinculação do indivíduo ao estado, através da legislação, não o torna mais comprometido a ponto de buscar a participação cidadã nas questões públicas, conforme Cortina (2005), pelo contrário, pode somente definir que o cumprimento dos deveres está justamente no respeito às leis. Por outro lado, a nação, que se estabelece de forma mais vinculativa, através da cultura, da língua e da história, traz no âmago de sua formação a vontade dos integrantes de comporem esse grupo identitário. E, justamente, essa autonomia de pertencimento é que pode fortalecer esse traço da cidadania. Mas, segundo lembra a autora, o estado tem se utilizado do

conceito de nação para se legitimar, organizando-se de forma a impor uma caracterização aos seus membros, o que acaba acontecendo de forma artificial, gerando desconformidades, principalmente em momento que a humanidade caminha para a construção de identidades pós-nacionais (num pertencimento mais globalizado).

Esse deslocamento das identidades nacionais, devido a um processo de globalização, é assunto abordado por Stuart Hall (2014), que parte do pensamento de que as identidades nacionais não são oriundas dos sujeitos, não nascem com elas, vão se nacionalizando no processo de formação, através das representações que são feitas da população de determinado país com as quais vão se identificando por pertencimento territorial, ou laços familiares. Processo que já era utilizado, nos tempos antigos, pelos povos e pelas religiões. A partir daí, é construída uma cultura nacional que padroniza a língua e estabelece uma memória, que se fortalece por um discurso que orienta ações e reflexões, e que mexe com o que de melhor o estado e a população podem representar. Nesse sentido, podemos lembrar da campanha do Governo Federal, no ano de 2004, em que o slogan proclamava “Eu sou brasileiro, não desisto nunca”, num apelo a autoestima do povo brasileiro, no segundo ano de mandato do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva<sup>33</sup>. De forma simplificada, diz Hall: “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural” (2014, p. 35). Porém, é justamente a partir dessa ideia que um questionamento surge ao autor: “Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural?” (HALL, 2014, p. 35). Se considerarmos que a história das nações carrega conquistas violentas de povos contra povos – e não precisamos pensar na constituição do Reino Unido, como faz o autor, podemos pensar, novamente, na nossa própria constituição de população brasileira para identificar a subjugação cultural dos índios, negros e imigrantes em geral (alemães, portugueses, italianos, poloneses, japoneses, etc.) – podemos estabelecer que, numa outra verdade, as nações são mesmo “a diferença como unidade” (HALL, 2014, p. 36) e que justamente, através da globalização se vê confrontada com outras possibilidades de identificação. O consumo, nesse contexto global, tem criado o que o autor chamou de ‘identidades partilhadas’, que transcende o espaço e o tempo. Temos McDonald’s, All Star, Toyota em várias partes do mundo, e cada uma dessas marcas constrói uma comunidade que faz apelos de pertencimento, na mesma linha de representação compartilhada. Nessa disputa,

---

<sup>33</sup> Fonte de informação: matéria veiculada no Jornal Folha de São Paulo disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2007200403.htm>, publicada em 24 de julho de 2004 e acessada em 25 de novembro de 2017.



a identidade nacional muitas vezes fica em segundo plano, tendo mais efeito de reação, justamente por uma maior proximidade com as subculturas existentes no país, que em atos de resistência a esse processo de globalização, valorizam-se como identidade.

Voltando a análise de Cortina (2005), a cidadania social, que acabou, de forma generalizada, se estabelecendo como o conceito de cidadania mais conhecido, abarca direitos ao trabalho, educação, moradia, saúde e benefícios sociais. Esse, juntamente com o direito civil e o direito político, como proposto por T. H. Marshall (1967), estavam vinculados ao surgimento do estado social de direito. Porém, é no reconhecimento do papel do estado, para além das funções políticas, como promotor do bem-estar social, que os direitos sociais ganharam reconhecimento como integrante dos direitos de cidadania. Conforme Cortina (2005, p. 53), “medidas como seguro-doença, o seguro contra acidentes de trabalho ou as aposentadorias por idade, assumidas por um Estado que até então só havia tido funções políticas, promovem o bem-estar dos trabalhadores e enfraquecem reivindicações” as quais eram realizadas pelos menos favorecidos, ameaçando os governos com ideais socialistas, no final do século XIX e início do século XX. Nasceram, assim, os direitos sociais, oriundos de estratégia política de controle dos ânimos da população, muito mais do que do reconhecimento das necessidades e da responsabilidade ética do estado frente a sua população. Esse estado, passou a ser reconhecido como do bem-estar social, o qual intervém diretamente no campo econômico e social, no incentivo às políticas de pleno emprego (que ampliam o mercado do consumo) e atendimento de condições mínimas à população (institucionalização de sistemas de ajudas e proteção), tanto para quem não conseguia manter todas as necessidades com seus salários, como para os que não dispunham de um salário. O estado de bem-estar social se fortaleceu após a Segunda Grande Guerra, quando o governo assumiu um papel de gestor (e interventor) dentro de um sistema que queria se manter capitalista. Passou, então, a ser considerado como um megaestado paternalista, ao qual a população vinculou-se, de tal forma, que se condicionou a viver do que o estado oferecia, como se não fosse dele próprio (povo) os recursos utilizados pelo governo na gestão dos programas ofertados. Nesse sentido, ampliaram-se as críticas ao sistema que se organizou em torno do estado do bem-estar social, visto a barganha que realizava com a população através do que é considerado ‘compra’ do voto em troca da manutenção dos benefícios conquistados (CORTINA, 2005).

Também se faz presença opositora ao estado do bem-estar social, principalmente em momento de crise de identidade do sistema capitalista, os defensores do estado liberal, no entendimento que a intervenção do estado atacaria o direito à liberdade e livre iniciativa, ao

institucionalizar a solidariedade e boa vontade, desenvolvendo uma população medíocre que se orienta pela passividade. Para esses, ao invés disso, seria preciso que o estado incentivasse a criatividade, a eficiência e a competitividade. Porém, salienta Cortina (2005), é preciso que se identifique até onde as críticas ao estado do bem-estar social não vão de encontro a direitos já adquiridos pela população. Mas, a própria autora não deixa de concordar que é preciso reavaliar a relação da população com o estado do bem-estar social. Situação que não é diferente da relação estabelecida pelo terceiro setor frente as problemáticas da sociedade, conforme já abordamos, se considerarmos o pensamento de Freire que critica arduamente a condição assistencialistas dessas instituições, que não se propõem a mudança do status quo, através de ações de transformação social, mas a manutenção da situação na permanência dos papéis de ajudantes e ajudados.

Nesse sentido, para Cortina (2005), o estado social de direito, através do mínimo de justiça, é que poderia trazer o equilíbrio, sendo preciso repensar a relação e o papel do estado e da sociedade civil, além do que se faz necessário definir, para cada sociedade, o que são direitos básicos a serem protegidos nesse conceito de mínimo de justiça.

Certamente, satisfazer essas exigências [do bem-estar social] é indispensável para que as pessoas se saibam e se sintam membros de uma comunidade política, ou seja, cidadãos, porque só podem sentir-se parte de uma sociedade quem sabe que essa sociedade se preocupa ativamente com sua sobrevivência, e com uma sobrevivência digna. Mas isso, ao meu ver, pode ser obtido por um Estado de justiça, e não por um Estado de bem-estar (CORTINA, 2005, p. 52).

Reconhecido como direito de cidadania passiva, o direito social suscitou que se pensasse em direitos que viessem a desenvolver uma cidadania ativa, que “se passasse *do tempo dos direitos ao das responsabilidades*” (CORTINA, 2005, p. 77, destaque da autora), que poderia bem ser representado pelo direito de participação nas decisões econômicas, considerando que são os cidadãos os primeiros a serem afetados por elas. Seria essa a cidadania econômica. Porém, ao considerarmos que as economias dos estados estão, cada vez mais, vinculadas a economia mundial globalizada, fica muito difícil de definir essa participação de forma concreta. Conforme a autora, duas possibilidades aparecem: uma seria o desenvolvimento de uma relação dialógica entre as organizações e seu público afetado (que configuraria a sociedade), a partir de interesses universalizados (que precisariam ser definidos no interesse coletivo e não individual), o que colocaria o cidadão como protagonista da atividade empresarial; e a segunda possibilidade seria a transformação da relação entre organização e públicos, no conceito de *stakeholder* (que abarca todos os públicos afetados

pela organização, inclusive os públicos cujos relacionamentos ainda não foram estabelecidos com a organização, mas podem vir a ser de interesse futuro), como uma relação de cooperação, onde a empresa passa a ser vista como responsável pelo atendimento de interesses dos diferentes grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, passariam a usufruir a cidadania econômica tanto os indivíduos como as empresas, o que exige mudanças importantes na organização e institucionalização das organizações dentro do sistema social, inclusive com a recomposição da lógica e das relações de trabalho, embasados numa nova ética. Surge dessas novas exigências um questionamento para que venha a ser repensado o conceito de ética:

Uma opinião pública consciente de seus direitos exige que os agentes das diferentes atividades sociais e as instituições que as realizam se conduzam eticamente, respeitem os direitos do público e satisfaçam seus interesses, se querem ser aceitos por ele: se desejam que se reconheça sua *legitimidade*. Daí surgiria essa exigência de revitalização das diferentes éticas, que *convém* que os agentes das diferentes atividades sociais e das instituições correspondentes satisfaçam, se desejam ‘vender seus produtos’, porque em uma sociedade moderna não é só o poder político que necessita legitimação, mas também qualquer atividade que busque metas sociais e cause efeitos externos (CORTINA, 2005, p. 87, destaques da autora).

A perspectiva dessa nova ética estaria centrada nas responsabilidades e consequências das decisões tomadas, abarcando o todo da organização e tendo como referência os públicos que seriam afetados pela mesma, o que levaria ao contexto da organização assumir seu lugar de responsabilidade social. Seguindo nessa linha, no caso brasileiro, teríamos os próprios meios de comunicação cumprindo com o estabelecido na Constituição, de terem finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, nessa mesma ordem, pois sob tutela de uma população ciente e fazendo valer seus direitos de receber programação de qualidade. Seriam veículos comerciais, estatais e públicos desenvolvendo seus papéis, na perspectiva de complementação do sistema de comunicação. Numa retroalimentação, a mídia pública abarcaria para si a manutenção do processo de fortalecimento da ética, que justamente muda as relações de trabalho, entre outros comportamentos que passariam a ser reforçados, na mesma lógica de usar exemplos, contextos, relatos.

Porém, alguns obstáculos para que se chegue nessa perspectiva são apontados pela autora: a precarização do trabalho, considerando que ainda é o meio de sustento da população e da construção de sua identidade social; a nova organização social que classifica os indivíduos pelo saber; e a delegação da responsabilidade social para as organizações do terceiro setor (CORTINA, 2005). Para o primeiro obstáculo, propõe quatro questões a serem pensadas: a distribuição de uma renda base para a população, o que permitiria que o indivíduo

buscasse um trabalho em condições dignas, já que teria um mínimo de subsistência (recebida do governo pelo simples fato do indivíduo ser cidadão – uma ampliação do programa Bolsa Família); uma revisão na jornada de trabalho (diminuindo a mesma), o que ampliaria tanto o número de trabalhadores, que passam a ser economicamente ativos, como ampliaria as condições para maior capacitação e produtividade do trabalhador, considerando também o aumento das horas de lazer; a definição de um novo contrato de trabalho que elimine a precariedade das relações estabelecidas, tanto no que se refere a lealdade moral como a estabilidade, visto que nem empregado e nem empregador podem se responsabilizar pelas mudanças do mercado, sendo necessário que os comprometimentos tenham como pauta a aprendizagem contínua, o desenvolvimento pessoal e a co-responsabilidade do trabalhador pela empresa; e, enfim, o fomento ao surgimento de novos campos de trabalho através do estímulo a atuação a partir do conhecimento. Numa contextualização do estudo, que se dá no Brasil, justamente são obstáculos que só aumentam com as várias mudanças estruturais que estão sendo consolidadas no país, reafirmadas, por último, a partir da sanção da reforma trabalhista, efetivada pelo Presidente Temer, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, que rege a relação empregado/empregador no país e que prevê a prevalência do negociado ao legislado<sup>34</sup>, vindo a precarizar cada vez mais o contrato de trabalho, ampliar a jornada, além de diminuir os ganhos por parte do trabalhador.

O segundo obstáculo vem bem ao encontro dessa última questão proposta, conforme a própria autora identifica, que seria a nova divisão social a partir da valorização dos detentores do conhecimento. Para a superação dessa condição, não há muitas possibilidades a não ser o investimento na formação (ainda de fácil acesso somente aos que possuem melhores condições econômicas), que se dá não só através da capacitação profissionalizante, mas também através de uma educação que dê condições “à capacidade de utilizá-las a partir dos valores éticos da cidadania, a partir dos valores de uma ética cívica consciente da igual dignidade de qualquer pessoa” (CORTINA, 2005, p. 98) e que se realize no ensino formal e informal, e se proponha a justamente diminuir essa separação social. Novamente, obstáculo que pensamos já estaria ultrapassado no país, considerando as possibilidades de acesso ao ensino, que surgiram, nos últimos 13 anos de governo popular, através de programas como as cotas de acesso às universidades públicas, o surgimento dos Institutos Federais, o incentivo à oferta de cursos técnicos e tecnológicos, mas que agora se retraem devido aos baixos

---

<sup>34</sup> Fonte de informação: matéria do Jornal Estadão disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/nova-lei-trabalhista-dia-11-saiba-quais-sao-as-principais-mudancas/>, publicada em 8 de novembro de 2017 e acessada em 28 de dezembro de 2017.

investimentos em educação do atual governo brasileiro, a partir da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, PEC 55, que estabelece teto para os gastos públicos, aprovado já nos primeiros meses de mandato, após a retirada da Presidenta Dilma da presidência, ainda no ano de 2016<sup>35</sup>.

E, por último, o terceiro obstáculo, a cidadania econômica estaria ligada ao papel do terceiro setor como o responsável social pela melhoria na qualidade de vida das pessoas, tirando a responsabilidade do estado e das organizações, o que, na visão de Cortina (2005), é um grande desserviço, pois há necessidade que haja uma responsabilidade compartilhada entre os três setores, quais sejam o estado, as organizações e terceiro setor: “Configurar uma cidadania econômica, conseguir a transição do reino das necessidades para o reino da liberdade, exige que os três setores sejam corresponsáveis, não que o setor social assuma os refugos gerados pelos outros dois” (CORTINA, 2005, p. 103). E, para além disso, como já abordado, o próprio modelo do terceiro setor que estamos acostumados precisa ser revisto, pois, na maior parte das situações, não desloca a comunidade assistida da condição inicialmente encontrada, agindo mais como mantenedora da ordem estabelecida do que como agente de transformação. Para modificar essa situação, conforme Dupas (2003), só se a realidade das comunidades estiver no centro do debate público como reivindicação de busca de solução para os tantos problemas que se apresentam pela desigualdade social. E esse espaço de debate público, que não se faz hoje na mídia comercial, é que estaria propenso a ser realizado nos veículos de comunicação pública, conforme já mencionado por Duarte (2012), como espaço que se utiliza da comunicação, justamente, como meio para fortalecer a cidadania, em função do interesse coletivo. Reivindicar participação nesses veículos de comunicação pública, e capacitar a população para uso desse espaço, poderia ser uma ação encabeçada pelas organizações do terceiro setor, na busca efetiva de transformação social.

A cidadania civil, por sua vez, vai considerar o cidadão como integrante da sociedade, que se organiza a partir da participação das pessoas em associações que não são nem políticas e nem econômicas, imbuídas de fazer a contraposição ao estado, num caráter livre e voluntário e que deve primar pela busca do bem comum. Para Cortina (2005), hoje há um forte caráter universalista da sociedade civil, a qual se faz presente através do terceiro setor, das profissões e da opinião pública. Do terceiro setor, como já vimos e questionamos, a partir do atendimento de situações que se fazem prementes para a conquista de um mínimo de

---

<sup>35</sup> Fonte de informação: matéria da revista Carta Capital, disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/pec-que-congela-gastos-sociais-e-aprovada-em-segundo-turno-no-senado>, publicada em 13 de dezembro de 2016 e acessada em 14 de novembro de 2017.

qualidade de vida para as pessoas, ao mesmo tempo em que cobra essa responsabilidade também das organizações e do estado; das profissões, na busca da excelência no desenvolvimento das habilidades e uso das tecnologias, desde que utilizadas em prol da sociedade, sem negligenciar suas respectivas responsabilidades; e da opinião pública, no desenvolvimento de uma crítica permanente, que se utilize da razão para dar sentido e legitimidade às atividades sociais, valorizando as opiniões de todos os envolvidos. “Serão cidadãos maduros, imbuídos do dever da civilidade, os que se dispuserem a fazer uso público de sua razão, uma razão que, aqui, mais que criticar o poder político, busca o consenso com os outros cidadãos em tudo o que seja possível estar de acordo” (CORTINA, 2005, p. 133). Seria essa cidadania civil, no nosso entendimento, a cidadania que fomenta a participação dos indivíduos na construção de suas realidades, através da presença forte nos espaços de discussão e representação, buscando o acompanhamento dos seus representados (eleitos pelo voto). Também seria o elo forte para a construção da cidadania global, através do olhar universalista, na busca do consenso de questões que hoje se tornaram caras para a humanidade ao abordarem problemáticas que se fazem presentes em mais de um estado, ou mesmo afeta grupos que se identificam para além da nacionalidade, como as situações referentes às mulheres, às questões étnicas, de gênero, etc.

Precisaria, essa cidadania civil, ser construída em bases outras, que não as que hoje se estabelecem no que se propõe de universalista, principalmente num olhar ocidentalizado, para que se efetive, como propõe a autora, como elo com a cidadania global. Na mesma perspectiva de Sousa Santos (2009), essa universalização da cidadania civil precisa justamente superar a condição de ser detentor dos direitos, abrindo-se para as múltiplas formas do indivíduo ser integrante da sociedade, quer seja através da diversidade de instituições do terceiro setor (que se organizam representativas de grupos que agem pelo bem comum, mas num comum que está voltado, muitas vezes, às minorias religiosas, étnicas, de gênero, etc.); pelas profissões que se estabelecem em patamares dos mais variáveis, econômica e socialmente, ou através da opinião pública, que precisa engendrar debate para ser representativa. Sem atentar para essas condições, a cidadania civil não estaria ao alcance de todos, considerando que muitos indivíduos ficam aquém de um atendimento do terceiro setor, ou mesmo, suas instituições não são reconhecidas (muitas vezes porque a burocracia não permite a nomeação a grupos que existem de fato e não de ‘direito’); ou não se encaixam nas profissões reconhecidas, como muitas vezes vimos acontecer com os autodenominados papeleiros, catadores, flanelinhas, etc.; ou, principalmente, por não terem participação ou

representação na opinião pública. É um cuidado que vem corroborado pela autora na cidadania intercultural.

Fechando o conceito de cidadania, como proposto por Cortina (2005), a cidadania intercultural abraça questões tão preocupantes como o domínio cultural imposto pelas culturas dominantes nos povos que possuem formação multicultural. Cortina define como cultura “o conjunto de modelos de pensamento e de conduta que dirigem e organizam as atividades e produções materiais e mentais de um povo, em sua tentativa de adaptar o meio em que vive as suas necessidades, e que pode diferenciá-lo de qualquer outro” (2005, p. 148). E, a partir desse ponto de vista, para a autora duas questões precisam ser encaradas: “Como saber-se e sentir-se cidadão igual quando a própria cultura é preterida? Como aceitar as normas políticas de uma cultura que se revela estranha?” (2005, p. 140). A cidadania multicultural justamente vem responder à necessidade de ser “capaz de tolerar, respeitar ou integrar as diferentes culturas de uma comunidade política de tal modo que seus membros se sintam ‘cidadão de primeira classe’” (CORTINA, 2005, p. 140, destaque da autora). Se faz importante abordar essas questões considerando as soluções que muitas vezes são encontradas para resolver a convivência de grupos culturais diferente, num mesmo espaço social, ao redor do mundo: para a autora, um dos exemplos extremos é o Apartheid, na África do Sul, que por muitos anos demarcou, inclusive fisicamente, a separação de espaços de convivência dos diferentes grupos (com a institucionalização explícita de desigualdade de condições entre os grupos); a outra é a assimilação cultural, existente, por exemplo, nos países com forte presença de imigrantes, quando esses são instigados a abandonar suas culturas de origem e adotarem a cultura do novo espaço social. Aproximando de nossa realidade, lembramos que, no Brasil, a Campanha de Nacionalização, cujas medidas adotadas pelo Governo de Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo, de 1937 a 1945, impediam inclusive que os imigrantes falassem seu idioma de origem em público.

Encarar o multiculturalismo como um projeto ético e político, para Cortina (2005), requer que sejam pensadas quatro questões estruturais sobre o assunto: a primeira diz respeito a liberdade de identidade aos indivíduos para que tenham o direito de se manterem abertos a possibilidade de adesão às diferentes culturas; a segunda, talvez mais polêmica, aborda as questões sobre as diferenças entre as culturas, que devem ser respeitadas, mesmo que não encontrem pontos de concordância, porém no limite do respeito universal, o que suscita reações diversas em situações que tratam sobre os radicalismos quanto a discriminação à gênero, etnia, idade ou mesmo condições sociais (poderíamos exemplificar com casos como o apedrejamento de mulheres nos estados islâmicos, mutilação genital de meninas nas

comunidades africanas, morte de crianças indígenas por fome na Colômbia, etc.); a terceira irá abordar questões referentes ao respeito necessário das diferentes culturas à identidade das pessoas que nelas se espelham, pois as identidades são construções pessoais e que não vêm formatadas, como já abordado através de Sousa Santos (2009); e por último, a importância do diálogo necessário entre as culturas, para que nenhuma absorva a outra, mas que esteja aberta ao crescimento, justamente no olhar sob outro ponto de vista que é suscitado pelo diferente, num enriquecimento sobre os próprios valores. Papel a ser executado pela comunicação pública, justamente na abertura de espaço a uma participação plural, que carregue a programação com as mais variadas possibilidades de existência, desde os diferentes modos de falar, vestir, comer e pensar, das pessoas que habitam o espaço de cobertura do veículo (que se amplia com o uso da internet).

Enfrentar essas e outras questões, que se relacionam com o multiculturalismo, requer posicionamentos políticos de abertura aos diferentes representantes das culturas que estão presentes no espaço nacional, para participação nos governos. Situação essa que, no caso do Brasil, pode ser resolvida através da votação, com a eleição de representantes para cargos legislativos (embora deva se considerar que as culturas minoritárias teriam dificuldade de eleger chefes de governos no atual sistema eleitoral, considerando a necessidade quantitativa de votos e não só representativa), ou mesmo através da composição dos governos com a presença dos indivíduos nos cargos do executivo. Também requer posicionamentos éticos, ao ser necessário o reconhecimento público das diferentes culturas existentes, sob pena da identidade dos indivíduos que lhes representam serem questionadas e desvalorizadas no contexto social (CORTINA, 2005). Um propósito que tem potencialidade de alcance, principalmente, através da presença das diferentes culturas na mídia de massa, como o rádio, o jornal e a tevê. Mas, ao mesmo tempo, sempre será passível de questionamento os limites para a aceitação das normas que se fazem presentes nas culturas, considerando os questionamentos que se abrem quando uma norma prejudica um grupo, mesmo que em sua defesa venham argumentos sobre a universalidade dos interesses. Para a autora, é preciso sempre abrir espaços de diálogo, o que seria uma premissa de responsabilidade aos Estados, garantido que todos os atingidos pela norma sejam ouvidos, e entendidos a partir da identidade que construíram dentro da vivência nas suas culturas. Diz Cortina:

Por intermédio do diálogo deveriam não apenas lutar pelo reconhecimento de seus direitos, mas sobretudo estar dispostos a esclarecer responsabilmente quais contribuições sua proposta oferece para um aumento da riqueza humana, porque as culturas, no sentido amplo em que as descrevemos, são tradições de sentido – não só do sentido de justiça, mas também do sentido da vida (2005, p. 169).



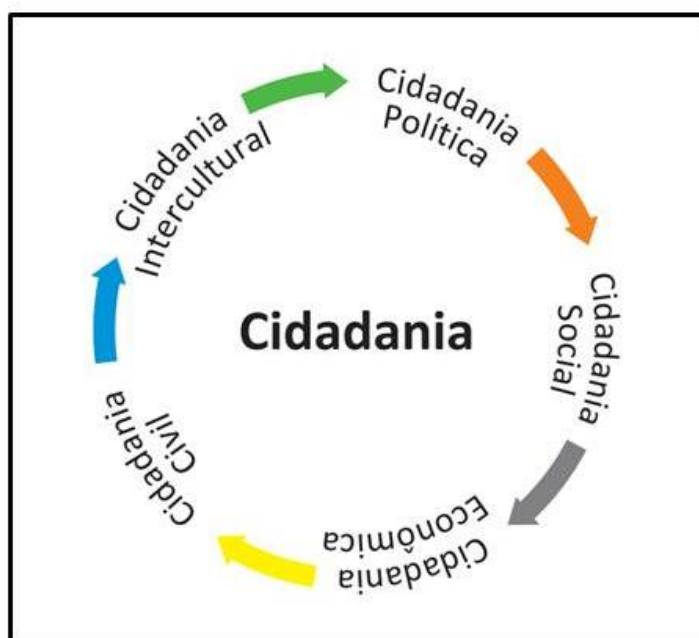
Reflexões como essas, propostas por Cortina (2005), para quem a cidadania assume diferentes facetas – política, social, econômica, civil e intercultural – nos instiga a identificar, na perspectiva da educação para a cidadania que estamos desenvolvendo, a necessidade que se articule tanto no lado político, como no social, no econômico, no civil e no cultural, considerando que é justamente ao cumprir com o papel definido a cada uma, que o indivíduo se fará presente de forma a poder participar de uma construção da sua realidade. Não temos como pensar essas cidadanias separadas, se não para melhor defini-las como fez a autora, pois não se estabelecem individualmente. O indivíduo ao desenvolver-se em uma, automaticamente se torna presente em outra. Entendemos que muitos dos passos, para se chegar nas premissas das cidadanias propostas por Cortina, ainda estão mais perto de um ideal do que uma real condição de desenvolvimento ao indivíduo, ainda mais se trouxermos para a realidade brasileira, como temos procurado fazer ao longo do texto. Realidade que, destacamos sempre, se dá principalmente nos atuais momentos políticos, sociais e econômicos que vivemos no ano de 2017 e se mantém para o ano de 2018.

A cidadania, a qual buscamos estratégias de educação por meio da tevê pública, só existe a partir do reconhecimento do indivíduo como pertencente a uma condição política, no sentido dado pela autora, como integrante de um grupo e que, justamente por se estabelecer assim, reconhece a identidade do outro a partir da diferença. E esse indivíduo precisa desenvolver sua comunicação para fazer parte do social, como na perspectiva de Freire (2011), vindo a ser reconhecido e por isso mesmo ouvido, e ao falar, ter condições de refletir a sua própria prática e lugar que ocupa. Esse exercício de reconhecimento, que se dá de forma consciente, pelo pertencimento ao lugar que ocupa (pois reflete sobre), fortalece a relação do indivíduo com a comunidade onde se encontra. Esse fortalecimento não acontece através do que é estabelecido como nação pelo estado, mas por uma condição própria de pensar essa nação como agregadora de culturas, estando entre essas a que o indivíduo faz parte. É como ser um brasileiro, dentre tantos brasileiros possíveis, na construção de um outro conceito de nacionalidade.

Da mesma forma, é imprescindível para esse cidadão que tenha as condições mínimas de justiça, conforme sugerido pela autora no repensar a relação do governo com o bem-estar social, pois ao ter reais condições de desenvolvimento, possa vincular-se aos grupos de forma que estabeleça laços sociais que ampliem suas possibilidades de êxito no trabalho, na moradia, na saúde e educação. Participe de entidades, crie associações, mobilize-se, reivindique soluções para problemáticas do grupo, já dentro de uma cidadania civil. E, por

inserir-se em espaço coletivos, tenha condições de exercer a cidadania econômica que requer, para a superação dos obstáculos apontados, a formação profissionalizante, seja técnica, de nível superior ou mesmo para o desenvolvimento do seu próprio negócio, vindo a atuar de forma ética, estabelecendo nova conduta na complexa relação empregado/empregador. Tendo superado o papel de ‘assistido’, numa relação com o terceiro setor, propõe o reordenamento desse para questões outras que precisam ser reforçadas, como a cidadania intercultural. Essa vem completar o círculo virtuoso (Figura 1), pois remete justamente ao cidadão político, que se reconhece como pertencente a um lugar ao identificar as diferenças e respeitar a diversidade.

Figura 1 – Círculo virtuoso da cidadania

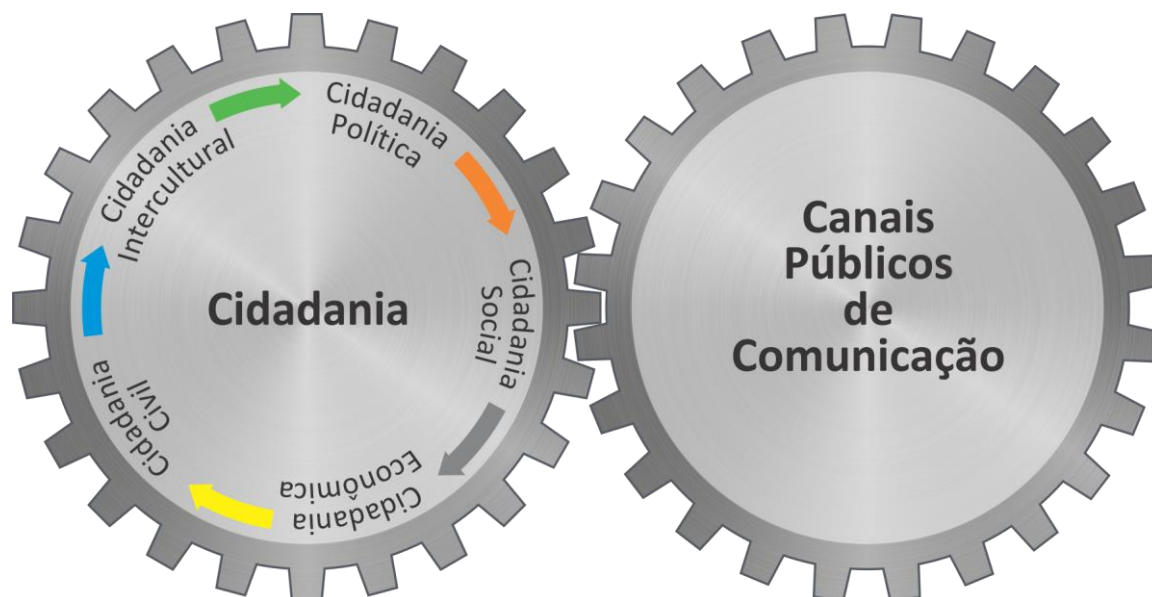


Fonte: Elaborado pela autora tendo por base conceitos de Cortina (2005)

Para completar, essa cidadania estaria em relação direta com os canais públicos de comunicação, numa verdadeira engrenagem (Figura 2) que põe em funcionamento a sociedade, pois a cidadania, nas suas várias faces – política, social, econômica, civil e intercultural – é que faria funcionar a comunicação pública nas suas particularidades de ser isenta de influência do governo e do mercado, voltada efetivamente para atender as demandas da população. Da mesma forma, numa contrapartida, seria através dos veículos de comunicação pública que a cidadania se fortaleceria ao ter visibilidade na problematização de

suas múltiplas faces que compõem a realidade dos indivíduos. Situação que procuramos retratar nas imagens abaixo:

Figura 2 – Engrenagem social entre cidadania e canais públicos de comunicação



Fonte: Elaborado pela autora

Também, essas cidadanias propostas por Cortina (2005), devem ser pensadas para a construção do conceito de cidadania global, a qual extrapola os limites geográficos, ou mesmo políticos, dos estados-nação. Para Vieira (2001, p. 27), “o Estado moderno, com sua perspectiva espacial, priorizou a população dentro de seu território nacional, dotando-a de uma identidade básica e de uma poderosa ideologia, o nacionalismo”, o que gerou, por muito tempo, disputas e conflitos entre países. Porém, o autor prossegue afirmando que “no mundo atual, os impactos da globalização reorientam o Estado e os interesses das elites dominantes, conferindo-lhes perspectivas não-territoriais e extranacionais” (VIEIRA, 2001, p. 28) o que, de certa forma, leva a uma outra forma de relacionamento internacional, voltado a organização de alianças, pactos e grupos de discussões (embora não elimine os conflitos bélicos, ainda hoje tão reais). O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação são grandes responsáveis pelo encurtamento do tempo e dos espaços geográficos, vindo a contribuir na aproximação dos povos, os quais se identificam a partir de problemáticas que se fazem recorrentes em diferentes partes do mundo, ampliando as possibilidades de discussões, ganhando repercussão mundial e maior visibilidade na mídia e

na própria sociedade. Estão nesse rol temáticas que passam a pautar as agendas de organizações mundiais ou com representatividade em países de forte influência estratégica (os países considerados de primeiro mundo) como os tratados necessários para sustentabilidade do planeta; as questões ligadas a gênero, etnia, religião; as pesquisas científicas empregadas na busca de respostas aos males da humanidade (doenças e fome); a defesa do multiculturalismo como o patrimônio maior da humanidade, etc.

Porém, é preciso que se esclareça que essas mudanças não surgiram de incentivos dos Estados ou mesmo dos mercados econômicos, já que ambos não são necessariamente beneficiados com a crescente mobilização globalizada por determinadas causas, muito pelo contrário, para ambos a passividade e desinteresse da população estabeleceria o ambiente propício para tomadas de decisão que levassem em conta interesses próprios, fossem governamentais ou empresariais. Coube à sociedade civil, conforme Vieira, “agrupada em torno do interesse público, a tarefa de mobilizar as energias cívicas da população para defender, no plano transnacional, os princípios da cidadania fertilizados com os ideais da democracia política, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental” (2001, p. 29). Ainda, as populações constituíram organizações não-governamentais que se fizeram representar em diferentes territórios, o que fortaleceu suas ações e impôs suas presenças, ora em eventos internacionais, como conferências da ONU, ora organizando seus próprios eventos, como contraponto aos encontros políticos e econômicos dos países líderes da economia mundial, como o Fórum Social Mundial em contraponto ao Fórum Econômico Mundial.

Apesar do abalo que vem sofrendo a cidadania pelo declínio do Estado territorial e da soberania nacional, a atuação transnacional das organizações da sociedade civil na salvaguarda da democracia e dos direitos humanos, bem como na luta pelo desenvolvimento sustentável e pela diversidade cultural, parece indicar que está em curso a tendência de constituição de uma sociedade civil global emergente (VIEIRA, 2001, p. 29).

Mais do que criar condições para que se construa uma comunidade global, essa nova forma de relacionamento entre os povos deverá levar as pessoas para que enfrente, de forma conjunta, como um projeto único, problemas que atingem os indivíduos como seres frágeis que são, dentro da sua caracterização de espécie humana. É preciso lembrar que esses, para sobreviver, precisam de um mínimo de condições, como sanar a fome, o frio e a sede. Ainda, também deve contribuir para o enfrentamento de situações mais complexas que podem levar ao extermínio de muitas pessoas, seja através das reações da natureza, por meio dos terremotos, dos maremotos, das erupções de vulcões, dos tornados, etc., ou mesmo através da

ação do homem e suas armas nucleares ou assemelhados. Para Cortina (2005, p. 202), é importante que seja exigido das comunidades políticas que, após o atendimento das necessidades dos seus membros, sejam atendidas “as necessidades dos outros seres humanos, mesmo que eles não sejam seus cidadãos”, referindo-se ao olhar necessários aos imigrantes, estrangeiros e refugiados. Olhar, esse, desde já necessário para situações prementes como as vivenciadas pelos haitianos, sírios, angolanos, senegaleses, considerando povos que têm migrado para outros países devido às difíceis condições de permanência nos seus países de origem, causados por terremotos, guerras ou falta de trabalho. Para a autora, é uma questão ética que deve considerar a universalização da cidadania social ao menos, já que “os bens da Terra são sociais e nenhum ser humano pode ficar excluído deles” (CORTINA, 2005, p. 202).

Essas são questões que estão relacionadas a uma consciência e sentimento de humanidade, conforme Vieira, o que leva as pessoas, de forma geral, ao desenvolvimento de valores como “defesa da paz, justiça social, diversidade cultural, democracia e sustentabilidade ambiental em nível planetário” (2001, p. 250). A globalização, para além de integrar mercados financeiros e facilitar a formação de conglomerados internacionais, oportunizou o desenvolvimento de uma militância transnacional preocupada, entre outros, com o consumo dos recursos naturais, que está “centrada na convicção de que é importante tentar fazer o impossível acontecer, por meio de uma ação motivada pelo desejável, e não pelo provável, a fim de sensibilizar os centros decisórios na esfera global” (VIEIRA, 2001, p. 250). E, é nessa perspectiva, que entendemos o papel da cidadania global. Para o autor, podemos pensar em cinco tipos de cidadãos globais, quais sejam:

- a) o primeiro tem como foco uma atuação em favor da humanidade, no atendimento aos menos favorecidos, de forma racional, agindo intelectualmente para buscar as melhores propostas para uma reforma global, com um governo mundial, visto entender necessário uma centralização política;
- b) o segundo tem uma visão voltada para a construção de uma identidade globalizada, desnacionalizada, que se reflete na busca das mesmas referências nos diferentes países por onde passa, preocupado com a globalização econômica, a qual usufrui, sem se preocupar com questões cívicas ou de responsabilidade mundial;
- c) o terceiro tipo, representado pelos funcionários de organizações internacionais, são preocupados com a sustentabilidade da civilização e se voltam ao entendimento da necessidade de cooperação entre os estados como resposta a manutenção de condições de sobrevivência às gerações futuras;
- d) o quarto tipo tem relação com questões políticas, entendendo como uma saída para

a nova ordem global a formação de blocos regionais;

- e) o quinto tipo está representado pelos ativistas transnacionais, militantes de causas que possuem repercussão mundial, que se organizam em redes, representados pelas organizações não governamentais, se fazendo presentes nos mais diferentes países em busca de um novo tipo de desenvolvimento, criando, para isso, um espaço público globalizado influente, resultando em muita pressão política.

Mas, seriam essas condições, de existência de uma cidadania global, efetivas na realidade que vivenciamos hoje, pergunta Viera (2001)? Ou estamos ainda muito longe de nos organizarmos como cidadãos globais? Pensamos que, se não ainda dentro dos parâmetros aqui abordados, como nos diferentes tipos de cidadãos de Vieira, e menos ainda vivendo a totalidade dos tipos de cidadania de Cortina, estamos em perspectiva de mudanças nos modos de organização do pensamento sobre as formas de exercer a cidadania, conforme já foi articulado por Dagnino (1994). As tecnologias ajudam a manter em evidência causas que não são só nossas, mas que repercutem em diferentes espaços ao redor do mundo, e com isso nos aproximam de uma consciência de humanidade. Entendemos inspiradora a assertiva ‘pense globalmente, aja localmente’, que tem sido o rito de muitos pensadores, comunidades, grupos de pressão, associações, instituições, entre outros – cuja autoria não é definida (ou pelo contrário, com muitas autorias reivindicadas, disputa na qual não entraremos) – e que reflete a importância de se olhar para a realidade local, na busca do desenvolvimento de uma educação para a cidadania que dê condições aos indivíduos para que entendam seu papel dentro do contexto mundial. Situação importante para que esses mesmos indivíduos pleiteiem melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que tenham possibilidade de ambientar seus questionamentos numa perspectiva mais ampla, voltando-se para as problemáticas municipais, regionais, nacionais e mundiais, no intuito de fortalecer o entendimento do papel de cada ator social na construção da situação mundial em que nos encontramos e na busca de novas formas possíveis de mudança. Responsabilidade essa que entendemos deve ser cobrada também aos meios de comunicação, os quais já se voltam, em alguns momentos, para essa perspectiva, como veremos no próximo subtítulo, e que devem ser premissa para os veículos públicos.

### **2.3. Educação, cidadania e comunicação: o caminho nas tevês públicas**

Pensar a educação, hoje em dia, sem pensar na relação que estabelece com a comunicação como parceiras, mesmo que ora se abracem e ora se afastem, é como pensar a cidadania sem pensar a educação, como se não fossem imprescindíveis uma a outra na busca

incansável pela transformação do indivíduo (mesmo que essa transformação seja, por vezes, o acúmulo de informação, que não gera conhecimento profundo, mas transforma na superficialidade ao atualizar o sujeito). Entre essas, talvez a relação da cidadania com a comunicação é que não fique tão explícita como uma relação imbricada há longo tempo, já que por algumas vezes, em situação determinadas, justamente foi a comunicação, sob censura, que tirou a expressividade da cidadania. Porém, é na relação desses três elementos – educação, cidadania e comunicação – que acreditamos seja possível uma mudança de *status quo* nas sociedades, principalmente na brasileira, que está organizada sob bases marcantes de diferenças sociais, econômicas e culturais, que se faz de difícil transformação.

Para entender a sinergia necessária a essa relação entre educação, cidadania e comunicação, partimos do pensamento de Elizabeth Brandão (2012, p. 10), para quem “a restauração da democracia e o conseqüente crescimento de novas formas de vivência democráticas despertam a necessidade de informação voltada para a construção da cidadania”, a qual é preciso que seja ressignificada para além do pressuposto de se ter direitos e deveres. Somente a partir de uma comunicação que se faça entendida, que estabeleça formação, para além da educação bancária já mencionada por Freire, é que fortaleceremos a democracia, que a seu termo, é tão necessária para a liberdade de expressão e para o desenvolvimento da cidadania que vá além do direito ao voto e à assistência social. Para Brandão, “a própria noção de cidadania sofre mudanças e começa a ser entendida de forma menos passiva e mais participativa [...], situação para a qual só se está preparado quando existem condições de informação e comunicação” (2012, p. 10).

Considerando a realidade da quase totalidade dos veículos de comunicação massiva no país – exceção feita a algumas tevês e rádios públicas – organizados num contexto de concessão pública para empresas privadas que exploram um sistema comercial, onde a venda de espaços publicitários dá o tom da programação, é nos veículos de comunicação pública – rádios e tevês – que entendemos possível as mudanças necessárias para a transformação na comunicação, que venha ao encontro da educação para a cidadania, na perspectiva de dar condições de informação e formação para que o indivíduo se reconheça como cidadão. Entendimento que tem sido reforçado, há anos, por pesquisadores das áreas da educação, da cidadania e da comunicação que buscam as alternativas que venham, de forma concreta, efetivar esse processo. Examinar algumas possibilidades é o que nos propomos a seguir.

Conforme Kaplún (2002), para alguns pesquisadores latino-americanos, os veículos de comunicação como se apresentam na quase totalidade hoje, nem poderiam ser chamados de meios de comunicação, mas sim de meios de informação ou meios de difusão, considerando

que a comunicação, se entendida na concepção correta do termo, exige o envio da mensagem e a compreensão por parte do receptor, num processo de interação. Se a informação não se efetiva ao receptor, não temos comunicação, apenas a emissão da mensagem. É informação e não comunicação. “A verdadeira comunicação – dizem – não está dada por um emissor que fala e um receptor que escuta, mas por dois ou mais seres ou comunidades humanas que trocam e compartilham experiências, conhecimento, sentimentos” (KAPLÚN, 2002, p. 58, tradução nossa). Através desse processo é que o indivíduo participa da sociedade, vive em sociedade.

Mas, para além de se pensar na comunicação como a capacidade expressiva do indivíduo, que se comunica a todo instante por diferentes formas – oral, escrita, visual, não verbal, pela mímica, pelo gesto, etc. – nos propomos olhar a relação da educação com os veículos midiáticos de comunicação – jornais impressos, rádios, tevês, meios digitais, redes sociais, etc. – os quais passam a ser canais de difusão de pensamentos e, por consequência, de construção de realidades. Esses, considerando a diversidade de pessoas que constituem nossa sociedade, para ficarmos só no Brasil, deveriam comportar múltiplas ideias e ideologias, principalmente no caso dos veículos de consumo em massa que chegam a maior parcela da população, tendo na representatividade da sociedade o âmbito para a construção de suas pautas e desenvolvimento das informações a serem consumidas. Realidade que não se faz presente na grade de programação da mídia comercial, que é hoje a de maior alcance em termos de cobertura de lares no nosso país.

Jesús Martin-Barbero (2002), faz referência a essa contradição ao destacar a proporção inversa existente nos canais de televisão, referindo-se principalmente aos países da América Latina, entre o número de pessoas atingidas pelo veículo e os espaços que ocupam para expressão dos seus diferentes modos de viver. A representatividade não se estabelece nas particularidades da população. Embora reconheça que a televisão é “espaço estratégico para a produção e reinvenção das imagens que os nossos povos têm de si mesmos, e com as quais querem se fazer reconhecer pelos outros” (MARTIN-BARBERO, 2002, p. 44), salienta que tem sido distorcido pelo uso político e de interesses econômicos, com foco na população quando nos escancara a violência do cotidiano que amedronta e apavora. Perspectiva que é de fácil comprovação ao identificarmos a corrida, entre as diferentes emissoras, pelos índices de audiência, na busca do maior número de pessoas convocadas ao espetáculo.

E é esse, o índice de audiência, que se traduz em números de lares com tevês ligada num determinado canal, que dá a referência ao patrocinador para que opte por um programa ao invés de outro para investir. Inverte-se a lógica da pauta, que já não é escolhida a partir do



interesse do público nos fatos que melhor reflitam as problemáticas das comunidades no dia a dia, mas passa a ser definida pelo que de mais extraordinário e de fácil compreensão pode ser mostrado, no empenho de absorver a atenção do maior número possível de pessoas e satisfazer o anunciante. Nesse âmbito, a violência cotidiana, principalmente da favela, aguça o interesse do público e reforça as políticas públicas de segurança que são intervencionistas e militarizadas e que tenta justificar uma violência maior ainda, que é dispensada por parte do poder público ao indivíduo pobre e negro, através do discurso de proteção da população trabalhadora contra os marginais<sup>36</sup>.

A televisão não oportuniza diferentes olhares para uma mesma realidade, pois além da audiência escolher os assuntos de interesse da mídia, também define a abordagem, que se dá de um único ponto de vista, e preferencialmente que não cause estranhamento, mas reforce o *status quo*. Conforme Silvio Barbosa:

**A escolha sobre que assunto abordar e como fazê-lo depende pouco do interesse público**, ou seja, aquele interesse maior sobre tudo o que diz respeito ao bem-estar da sociedade. **Este fica em segundo plano, subjugado pelos interesses políticos e econômicos do grupo empresarial responsável pelo veículo de comunicação.** Para garantir o maior público possível, assegurando mais pontos no Ibope, com o conseqüente retorno em publicidade paga, é necessário criar programas que agucem o interesse e que, não raras vezes, descambam para o sensacionalismo explícito (BARBOSA, 2010, p. 57, destaque nosso).

É dentro dessa relação, entre audiência, poder econômico, alcance da mídia e dos veículos de comunicação, que se instauram os questionamentos sobre a efetividade da relação entre a comunicação e a educação no país. Para Barbosa, “com todo seu potencial de entretenimento e quase onipresença nos domicílios, a mídia televisiva leva diariamente informações a grandes audiências, exercendo o poder de educar segmentos sociais que não têm acesso a outros meios de comunicação” (2010, p. 52), o que poderia ser feito através dos diferentes programas que compõe as grades de programação das emissoras. A possibilidade de disseminar informações para um número expressivo de pessoas, mesmo que essas sejam tratadas como grupos homogêneos, autoriza o veículo ao estabelecimento da agenda de debate público, embora, ao mesmo tempo, não proponha espaço de diálogo com os indivíduos. Os veículos acabam orientando a população, conforme sua maior ou menor credibilidade, sobre as formas de comportamento aceitáveis: como se vestir, o que ler, o que ouvir, no que acreditar, do que ter medo. Para isso, constroem a partir da credibilidade da fonte, que se

---

<sup>36</sup> Os dados da violência no Brasil podem ser confirmados pelas estatísticas do Atlas da Violência, lançado em junho de 2017, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, disponíveis em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf) e acessada em 28 de dezembro de 2017.

organiza no discurso autorizado do especialista e da autoridade, a já abordada ‘educação bancária’ referida por Paulo Freire (1967), onde a informação é estabelecida, sem espaço para a reflexão, tendo nas imagens realistas o argumento para o convencimento do fato. Pedrinho Guareschi (2013, p. 146) pergunta: “a quem interessa tal teoria?” E o próprio autor responde: a educação bancária interessa “a quem quer um ser humano repetidor, receptor e reproduzidor do que lhe é transmitido”. Ainda, para o autor, na perspectiva do modo de produção capitalista, “fazer bem e rápido: eis tudo. Não precisa pensar, não precisa decidir, não precisa planejar. Apenas executar. Aliás, quanto menos pensar, melhor”.

A educação bancária, absorvida no âmbito da comunicação, cumpre um papel ideológico de disseminar a cultura do condicionamento, onde o “decidir, o pensar e o criar é deixado para um pequeno grupo de privilegiados, os quais receberão uma formação dentro de escolas privilegiadas, onde não faltarão nem verbas nem recursos de todo tipo. Mas serão bem poucos os que vão poder pertencer a essa elite” (GUARESCHI, 2013, p. 146 a 147). E é dentro desse quadro que a mídia constrói sua credibilidade, que reforça seus discursos por elementos como imagens, gráficos, depoimentos, entrevistas, traduzindo a doação do ‘saber’ dos autorizados aos que nada sabem sobre os fatos e que acreditam não possuir outros meios de buscar esse conhecimento. Ao restringir-se ao conhecimento dado, que é transmitido de forma massificada, o indivíduo se põe em situação passiva aos acontecimentos. Para Freire, o indivíduo está “excluído da órbita das decisões, cada vez mais adstritas a pequenas minorias, e comandado pelos meios de publicidade, a tal ponto que, em nada confia ou acredita, se não ouviu no rádio, na televisão ou se não leu nos jornais” (1967, p. 90 a 91). Para quebrar esse monopólio do saber e do poder dizer (ser um discurso aceito nos veículos de comunicação), somente quando a população tiver espaço efetivos de participação e faça contraponto ao conhecimento do especialista. Para Freire (2011, p. 137), o aparelho televisor não é o “demônio que nos espreita para nos esmagar”, mas ao mesmo tempo, não é “um instrumento que nos salva”. Não é possível nos postarmos diante da televisão sem uma postura crítica, diz o autor, “debater o que se diz, o que se mostra e como se mostra na televisão, me parece algo cada vez mais importante. Como educadores e educadoras progressistas não apenas não podemos desconhecer a televisão, mas devemos usá-la, sobretudo discuti-la” (FREIRE, 2011, p. 136).

O próprio fato de entendermos que a comunicação em si não se faz isenta de ideologia, já configura o espaço social que ocupam os veículos de comunicação, inseridos numa lógica empresarial que estabelece relacionamento financeiro, de sobrevivência, que não respeita os ideais do próprio conceito de ‘estabelecer comunicação’. Como já abordado por Kaplún

(2002), essa deve ser realizada como um processo de interação que vai além de disseminar informação, mas que engendra *feedbacks*, onde os interlocutores atuam de forma a se fazerem compreender para estabelecer diálogo que se organiza no perguntar, responder, exemplificar, contextualizar, reforçar a informação. Duarte salienta que a informação “é apropriada em geral por interação social, e dependente de fatores como conhecimento de sua existência, disponibilidade, oportunidade, acesso, do ambiente em que se viabiliza a interação; de linguagem adequada, exigindo até mesmo uma pedagogia apropriada” (2012, p. 63). Comunicação de qualidade, no sentido proposto, exige que a mensagem chegue ao interlocutor e seja por ele apropriada, no sentido de ser entendida nas suas minúcias, implicações e interesses que mobiliza.

Na verdade, toda comunicação é comunicação de algo, feita de certa maneira em favor ou na defesa, sutil ou explícita, de algum ideal contra algo e contra alguém, nem sempre claramente referido. Daí também o papel apurado que joga a ideologia na comunicação, ocultando verdades, mas também a própria ideologização no processo comunicativo. Seria uma santa ingenuidade esperar de uma emissora de televisão do grupo do poder dominante que, noticiando uma greve de metalúrgicos, dissesse que seu comentário se funda nos interesses patronais. Pelo contrário, seu discurso se esforçaria para convencer que sua análise da greve leva em consideração os *interesses da nação* (FREIRE, 2011, p. 136 a 137, destaque do autor).

Esses discursos disseminados pelos veículos de comunicação, que se organizam como verdades absolutas, pois apresentam versão única dos fatos, precisam, justamente, ser desconstruídos pelos receptores. Processo que não terá ajuda da mídia dominante, mas que deve ser esperada da mídia pública, como contraponto ao que é informado nos veículos comerciais, no sentido de contextualizar a notícia, trazer os atores envolvidos e suas implicações na situação. Para fortalecer o discurso dos veículos, as empresas comerciais apostam na identificação do público com o interlocutor, que se apresenta pontualmente na sua casa, se não todos os dias da semana, muitas vezes de segunda a sexta-feira, em horário já pré-estabelecido (no caso da televisão ou rádio), reforçando, mais uma vez, a credibilidade que é dispendida entre o espectador e o comunicador, que tem nome, rosto e personalidade, representado pelo jornalista ou a pessoa que estiver no cumprimento desse papel na mídia (a imagem na tevê, a voz no rádio, a assinatura no jornal e no caso das mídia digital todos esses elementos que podem estar reunidos, organizam no imaginário do público a certeza da verdade dita por um ‘alguém’ que tem espaço de fala, e por isso prestígio e credibilidade). Guareschi (2013, p. 150) ao pesquisar sobre a democratização da mídia, interpõe justamente questionamentos nesse sentido: “examinemos com um pouco mais de cuidado a prática comunicativa, as atitudes e maneiras como nossos comunicadores(as) propõem e apresentam

as informações nos telejornais ou outros tipos de comunicação”. Para o autor, há um comportamento de detentores do saber, os quais apresentam as informações de forma concludente, mesmo sendo de conhecimento geral a incompletude e relatividade das notícias que são comunicadas. Ainda, o autor pergunta:

É justo e aceitável que sejam veiculadas notícias que, pelo simples fato de serem apresentadas, já implicam conotações valorativas, éticas, muitas vezes extremamente negativas e que mancham a imagem das pessoas, sem que se tenha o contraponto? Queimam-se etapas e, muitas vezes, nossos editores e comunicadores julgam-se no direito de decidir sobre a apresentação de um fato que ocasiona suspeições e injustiça. Essas práticas de desrespeito aos direitos dos interlocutores são rotineiras em nossa mídia. Pergunta-se o quanto de consciência existe por parte de ‘âncoras’ que ficam repetindo tais notícias. Evidentemente, sabemos que não são, em geral, os que ‘aparecem’ na tela os responsáveis. Em geral, eles se restringem a ‘ler’ as notícias já preparadas e cuidadosamente ‘trabalhadas’ pelas redações. Seria esse fato suficiente para escusá-los de responsabilidades? (GUARESCHI, 2013, p.152, destaques do autor).

O questionamento levantado traz uma importante abordagem sobre o papel dos veículos de comunicação na sociedade, e dos próprios jornalistas (ou respectivos atores do processo midiático comunicativo). Até onde suas responsabilidades são solidárias aos veículos onde exercem suas funções? Não é esse o foco do nosso estudo, porém, oportuno salientar o papel dos profissionais, não só do jornalismo, mas de todas as profissões, regulamentadas ou não, na responsabilidade pela transformação, ou manutenção, da perspectiva social onde nos encontramos e para onde pretendemos ir. Vale lembrar que Cortina (2005) identifica de grande importância o papel das profissões no desenvolvimento da cidadania civil, que busca integrar o cidadão na sociedade a qual pertence (e na sociedade global, a qual todos pertencemos), considerando que esses (os profissionais) devem buscar desenvolver suas habilidades em prol dos indivíduos, de forma responsável, com uso das tecnologias, na busca da excelência profissional. Essa perspectiva ressalta a importância de uma educação para a cidadania que dissemine uma ética nos relacionamentos, quer seja entre profissionais ou destes com a população, de forma a sensibilizar para a necessidade de que cada um faça a sua parte para superarmos os momentos tão presentes de intolerância, racismo, corrupção, entre outros comportamentos destrutivos e que veem sendo constantes nas mais variadas comunidades, nos diferentes países, em todos os continentes. Para esse processo, imprescindível o papel da imprensa, que deve ser espaço de informação, debate de opiniões, como mediador social de diferentes realidades, causas e interesses.

Mesmo nas democracias contemporâneas, identifica-se, hoje, que não basta a liberdade de imprensa (no sentido de não ter controle do Estado), para que tenhamos uma

imprensa livre. Conforme Duarte, “é otimismo, entretanto, imaginar que imprensa livre seja suficiente para a viabilização do acesso pleno à informação ou concretização da mediação social” (2016, p. 4), considerando que a lógica mercadológica estabelece ao veículo formato determinado e limitado e direcionamento, ao construir critérios próprios de seleção de pautas, processos de apuração dos fatos e vozes representativas da sociedade. Ainda, diz o autor, a linha editorial antecipa o debate no noticiário, limitando as abordagens, cabendo ao público ser simples receptor da mensagem que é mediada. Papel esse desempenhado principalmente pela mídia privada, que “também é integrada, em grande medida, por atores privados comprometidos com seus próprios interesses” (DUARTE, 2016, p. 5).

E são esses interesses, que mobilizam capital financeiro, que contribuem para a perpetuação de verdades quase intransponíveis no âmbito da comunicação, como: a valorização de um programa pelo índice de audiência que alcança, a leitura do material audiovisual a partir de padrão de qualidade estabelecido por uma única organização (o que não está nesse padrão passa a ser definido como de baixa qualidade), as temáticas de interesse público como sendo unicamente as que rendem boas imagens e interesse, entre outros preceitos, que de tanto serem postos em prática, sem questionamentos, mas com reiteradas execução, comprometem outros modos possíveis de se fazer comunicação. Opções ao que está posto na mídia comercial<sup>37</sup>, possuem pouca audiência de público, pois são alternativos ao consenso disseminado massivamente (além do baixo alcance de público, no caso da televisão, que mesmo sendo veiculada no canal aberto, não integra uma rede nacional de emissoras). “Um assunto, ainda que de interesse público, mas sem imagens sensacionais, acabará por ser substituído por quaisquer cenas de forte conteúdo emocional a que as tevês tiverem acesso” (BARBOSA, 2010, p. 56 a 57) e se esse vier a público, pouco impacto causa na população, alfabetizada por anos numa mesma forma do fazer comunicativo midiático.

A comunicação é também, e principalmente, educação. Mas não qualquer tipo de educação, como a que se contenta em transmitir informação. Seu papel vai muito além. Sua prática deveria ser a de formular perguntas, problematizar os fatos, lembrar suas inúmeras – praticamente infinitas – dimensões para que o ouvinte/telespectador possa ter o maior número possível de elementos para formar sua opinião e tomar suas decisões. Nesse sentido a tarefa do comunicador é prestar um serviço, o mais possível imparcial e plural, assumindo seus valores com humildade e transparência, começando por ser ele mesmo crítico de si e de seus serviços (GUARESCHI, 2013, p. 165).

---

<sup>37</sup> Utilizaremos mídia comercial como sinônimo de mídia privada, no entendimento que no contexto brasileiro a mídia privada possui caráter comercial, sem distinção. No intuito de não deixar o texto cansativo, faremos uso dos dois termos, alternadamente.

O desenvolvimento do pensamento crítico, presente a todo momento em nossos questionamentos, é imprescindível tanto para que os veículos de comunicação se estabeleçam como importantes aliados da educação, como também é o elemento transformador pessoal dos indivíduos, que precisam começar a questionar os inúmeros papéis que exercem no contexto social onde se encontram, para que entendam a responsabilidade e poder de mudança que carregam consigo ao desempenharem de fato e de direito sua cidadania. Como o pensamento crítico exige incentivo para o desenvolvimento do mesmo, voltamos a encontrar a cidadania atrelada à educação, num processo nada fácil, principalmente no Brasil, onde, apesar de a cidadania estar presente desde a Constituição de 1824, começa a ser efetivada como de direito universal (abrangente a toda a população), na Constituição de 1946, e muito vinculada ao direito político, pois é quando, por exemplo, o voto é autorizado também para as mulheres. De resto, pouco se estabelece efetivamente nos direitos sociais que venham a diferir do que já era considerado. Conforme Barbosa (2010), “nosso ordenamento jurídico não abrange, hoje, na prática, toda a sociedade brasileira. Uma massa de excluídos, afastada dos poderes políticos e econômicos, não consegue se apresentar como detentora de direitos” (BARBOSA, 2010, p. 24).

Corroborando com essa afirmação, o passado de mais de vinte anos de ditadura militar que deixou de herança uma distorção, que ainda hoje é propagada pelos rádios e tevês, que associa os ativistas de direitos humanos a defensores de bandidos, o que reflete no uso que fazemos do próprio termo de cidadania, conforme o autor, e que, diferente do que é encontrado em outras literaturas, para nós “abarca um vasto conjunto de direitos e de deveres, [...] como sinônimo abrangente de Direitos Humanos” (BARBOSA, 2010, p. 28). A cidadania está então, num senso comum, como a salvaguarda de todas as nossas necessidades, não necessariamente de grupo, mas mesmo individuais, a qual devemos invocar para termos nossos direitos respeitados. Barbosa reitera que “a cidadania busca a inclusão dos excluídos e a reeducação dos já incluídos. Como parte de sua constante metamorfose, a Cidadania incorpora novas ideias e projetos de construção de uma sociedade melhor e mais humana” (2010, p. 77). Também é o autor que afirma que o termo ganhou dimensão de obediência a regras, boas maneiras e ainda “trata-se de um termo emprestado, hoje, a todo tipo de esforço para combater o comportamento inadequado do indivíduo e para incentivar a prática do que é bom e do que é correto” (BARBOSA, 2010, p. 77), o que limita o entendimento do conceito e reflete na baixa consciência do que efetivamente é o campo de atuação de um cidadão.

Esse uso abusivo do termo cidadania é preocupação de Dagnino (1994) quando se refere ao espaço corrente que ganhou nas discussões da atualidade, e que, ao mesmo tempo

em que põe em evidência as discussões, também mascara algumas situações que, apesar de interesse público, não contribui efetivamente no sentido de educação para tal, na perspectiva de estabelecer um pensamento crítico e por isso mobilizador, voltando a educação bancária de Freire (1967). É na perspectiva de um cidadão participativo que pensamos a educação para a cidadania, que entendemos deve ser acionada pelos meios de comunicação, para que os indivíduos, conforme o ideal de nova cidadania de Dagnino (1994), estejam preparados para ocupar os espaços de participação social, que se não forem ofertados pelo Estado, devem nascer justamente da pressão social. Mas, para a ocupação desse espaço, imprescindível se faz que esses tenham a informação de interesse geral de forma acessível e que lhes possibilitem a tomada de decisão.

Num país de desigualdades como o Brasil, “a oportunidade de um cidadão comum conhecer as possibilidades de participação, instrumentos de acesso, seus direitos à informação, a expressar sua opinião ou a um atendimento digno tende a ser equivalente à sua posição na estrutura social” (DUARTE, 2012, p. 67), o que reforça o pensamento de Barbosa (2010) quando diz que ainda hoje a cidadania não está acessível a todos. São parâmetros que entendemos, vem mudando, ao longo do tempo, mesmo que de forma lenta, considerando a criação de alguns espaços de participação (como os conselhos), de informação (como o portal da transparência) e a própria popularização da internet. Se não de forma mais geral, o acesso vai dando para alguns indivíduos, que conseguem se inserir no contexto apresentado, a oportunidade de se reconhecerem como cidadãos. Para Martín-Barbero (2002, p.51) a cidadania se dá nesse processo de “informar e ser informado, de falar e ser ouvido, imprescindível para poder participar das decisões que dizem respeito à coletividade”. Justamente na negação desse espaço é que se dá a exclusão cidadã, “exatamente aí, em não possuir o direito de ser visto e ouvido, o que equivale ao direito de existir/contar socialmente, tanto no terreno do individual como no do coletivo, no das majorias como no das minorias”.

As tecnologias possibilitaram a abertura de espaços que passaram a ser ocupados pelos grupos excluídos da grande mídia, através do uso da internet, dos canais a cabo, das antenas parabólicas. São meios que ampliam as possibilidades de “multiplicar as imagens de nossas sociedades a partir do regional, do municipal e até mesmo do bairro” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 47). Porém, dentro dessa realidade, onde as tecnologias de comunicação e informação democratizaram o acesso aos meios, pelo menos para grande parcela da população a dificuldade se faz muito mais no processo de instrumentalizar os indivíduos em como produzir conteúdo, encontrar a informação de que precisa e de como utilizar-se dela para agir. Há um déficit marcante entre o contato com a informação e a apropriação dessa por parte da

população, que muitas vezes é gerado pelas dificuldades causadas pela baixa escolaridade. Para completar, o domínio do conhecimento para a manipulação dos instrumentos que permitem a produção de conteúdo para alimentar os meios de comunicação também não é de fácil acesso e compreensão. Poucos são os espaços que se organizam para a capacitação dos indivíduos na ‘alfabetização’ para a produção audiovisual, no caso específico da tevê, que tem exigência de conhecimento técnicos para lidar com os equipamentos. Não há interesse e compromisso dos grandes veículos de mídia de se fazer entender no processo de produção da notícia, visto que, justamente, o desenvolvimento de um olhar mais apurado coloque em questionamento sua credibilidade e poder de manipulação de imagens.

Ainda antes do domínio dos meios, também temos que nos atentar para o próprio fazer-se entender na produção da informação. A comunicação é troca permanente de sentidos para que a compreensão da mensagem se estabeleça. São dados e fatos que se transformam em produto informativo para os telejornais, fonte de inspiração para as telenovelas e mesmo, para os programas de entretenimento. Porém, a construção do ‘texto’ da informação, a escolha da linguagem, é que oportuniza o vínculo do público com o que está sendo apresentado. O que para Kaplún (2002) é o cuidado de produzir material informativo de forma pedagógica, desenvolvendo a pedagogia da comunicação. Essa, parte do questionamento sobre o que se quer dizer e para quem se quer dizer, considerando que é o público para quem se fala que dará as coordenadas sobre como construir a notícia. O primeiro passo é ouvir a esse público, mais do que falar a ele, estabelecer um diálogo, mesmo que de forma virtual ou imaginária. Colocar-se no lugar de quem recebe a informação que produzimos. A linguagem, a forma de abordagem, a exemplificação através de elementos da realidade do locutor, o encadeamento dos fatos, a comparação com dados concretos, os elementos do código (palavras, imagens, fatos) são imprescindíveis para que esse se identifique com o veículo e com a informação e estabeleça uma relação de pertencimento.

Mas, ao invés de os veículos desenvolverem uma pedagogia da comunicação, o que vimos disseminado foi o interesse na ideia de que era preciso se preparar as pessoas para a leitura dos meios, um pensamento corrente, principalmente a partir dos anos 70. Com início na Europa, ganhou espaço de novo saber, como uma proposta de educação para a mídia. Barbosa (2010) informa que a ‘educomunicação’, como passou a ser chamada, “não se refere simplesmente ao processo didático em torno dos conteúdos midiáticos. É, na verdade, a educação para o entendimento e a crítica do que é divulgado pelos meios de comunicação” (2010, p. 45). Processo que para Freire (2011) não se dá dessa forma, pela ‘educação para a leitura crítica dos meios’, mas será superado com a educação transformadora dos indivíduos,



que se propõe a desenvolver saberes diversos, em áreas diferentes, que desmascarem os inúmeros espaços onde se encontra a força da ideologia. Conforme o autor, é preciso saber “como desocultar verdades escondidas, como desmistificar a farsa ideológica, espécie de arapuca atraente em que facilmente caímos” e completa que é necessário enfrentar “o extraordinário poder da mídia, da linguagem da televisão, de sua ‘sintaxe’ que reduz a um mesmo plano o passado e o presente e sugere que o que ainda não há já está feito” (FREIRE, 2011, p. 135). Para isso, imprescindível se ter veículos de comunicação que se voltem a esse papel, abrindo espaço de questionamento à sociedade civil para o que é veiculado, para a forma com que se apresentam as informações e se escolhem as pautas de notícias. Prática que não encontra espaço nos veículos privados de comunicação, mas sim na comunicação pública, que justamente possui como premissa “o cidadão ter pleno conhecimento da informação que lhe diz respeito, [...] à possibilidade de expressar suas posições com a certeza de que será ouvido com interesse e a perspectiva de participar ativamente, de obter orientação, educação e diálogo” (DUARTE, 2012, p. 64). Nos meios privados a educação para a cidadania ganhou outra expressão e *práxis*, que é retratado por Barbosa:

Práticas, inconstantes e ainda insuficientes, são utilizadas por redes comerciais para transmitir noções de cidadania em seus programas; práticas estas que se agrupam em torno de duas noções: *Edutainment (Entertainment Education)* e *Merchandising Social*, termo que, atualmente, conta com um sinônimo na área de responsabilidade social empresarial: cidadania corporativa, ou seja, o conjunto de ações de uma empresa voltada para a área social. *Edutainment* e *Merchandising Social* se originam numa mesma área de pesquisa, a Comunicação para o Desenvolvimento, em que pesquisadores e comunicadores trabalham juntos com o objetivo de fazer chegar ao grande público as múltiplas questões ligadas a direitos e deveres originados na cidadania (BARBOSA, 2010, p. 70).

Essa prática, que passou a ser corrente na mídia comercial, tinha por objetivo aproximar-se da temática da cidadania, na defesa de causas sociais, porém, sem comprometer os índices de audiência, muito pelo contrário, ocupando-se da temática para sensibilizar a mesma, a partir da inserção de mensagens sociais no contexto da programação. Conforme Barbosa (2010), a TV Globo, através da novela *Explode Coração*, que foi ao ar no final do ano de 1995 e início do ano de 1996, foi uma das organizações pioneiras, trazendo ao ar a questão das crianças desaparecidas. “A novela apresentou fotos de crianças e depoimentos de mães em meio à trama, iniciando uma campanha nacional que, ao fim da novela, permitiu que 75 crianças retornassem à família” (BARBOSA, 2010, p. 73). A incorporação de temáticas de cunho social, ou ainda cidadão, por parte da mídia privada, no nosso entendimento, de forma alguma pode ser desconsiderada no contexto de um país onde há muitas causas a serem

trabalhadas e uma necessidade urgente de que assuntos como esses alcancem o maior número possível de pessoas. A crítica que não pode deixar de ser feita, que está presente na observação de Barbosa (2010), é sobre a insuficiência de ações como essas, e a inconstância das mesmas, considerando que ainda o sensacionalismo é o grande produto a ser avidamente consumido pelo público. Nesse sentido, para o autor, são necessárias mudanças de comportamento nos envolvidos no processo.

Se o espaço para a educação para a cidadania, na mídia comercial ainda é um trabalho para longo prazo, considerando as mudanças que necessita para que se efetive, na comunicação pública vem ao encontro justamente dos propósitos de criação desses veículos. Iluska Coutinho (2013), a partir da análise realizada por seu grupo de pesquisa na programação da TV Brasil, considera que o telejornalismo público (que é produzido e veiculado na mídia pública) deveria “ser construído em uma relação de alteridade com o modelo veiculado nas emissoras comerciais, especialmente no que se refere à participação e diálogo com o público” (2013, p. 30). A presença, justamente, do público nos espaços do telejornalismo público viria dar um outro contexto de participação, que se faria de forma efetiva, desde o processo de produção, conforme a autora, que reitera: “deveriam estimular e propiciar instrumento para a efetiva participação do espectador, em lugar do que é definido como uma interação reativa, apenas, esta mais simulação que efetiva relação de identidade entre TV e sociedade” (COUTINHO, 2013, p. 30). A autora, para construir os parâmetros de análise sobre a qualidade e o equilíbrio do telejornalismo da TV Brasil, conforme a proposição da pesquisa realizada pelo seu grupo de estudo, utilizou-se dos princípios e objetivos da EBC como diretrizes. Nesse sentido, salientamos algumas das considerações apresentadas, visto o nosso entendimento de que justamente vem ao encontro de muito do que já falamos, como: a necessidade de uma educação a partir da mídia que leve a reflexão e que não seja de depósito de conteúdo; que oportunize diferentes olhares sob um mesmo tema, dando condições à construção crítica do pensamento; da presença do indivíduo como protagonista na construção da informação; além da oferta de outros formatos de programas, que não os já estabelecidos pela mídia privada, no intuito de fomentar a desconstrução do processo de produção e mesmo uma leitura que desenvolva o senso estético para a inovação, experimentação e criatividade.

Para Coutinho (2013), no telejornalismo público as questões referentes aos conteúdos – desde a seleção de temas até as formas de abordagens – deveriam abarcar o que não está presente na mídia comercial, abrindo espaço para a polifonia de vozes que representem a multiplicidade de abordagens, respeitando o equilíbrio e a isenção. Também a composição das

edições, quanto ao tempo para cada temática, conforme a autora, pode superar a questão da superficialidade presente no veículo comercial, permitindo, por exemplo, um avanço quanto ao tempo de fala/argumentação das fontes e mesmo a presença na narrativa audiovisual.

Propõe-se que essa busca por aprofundamento no telejornalismo público deveria ocorrer pelo estímulo à dimensão do debate público como parte constituinte dos noticiários. Em geral nos programas jornalísticos de televisão ocorreria uma tentativa de inserção de narrativas externas à emissora mais como parte do ritual estratégico de construção da objetividade do que de efetiva incorporação do outro (espectador), e de seus pontos de vista acerca dos fatos narrados na tela. Restritas em geral à inserção de sonoras com tempo reduzido, as evidências de cidadania eletrônica aproximariam os telejornais das emissoras comerciais de televisão da condição de vitrine social, em lugar de se constituírem como praça de troca e interação efetiva. O telejornalismo público em lugar disso deveria constituir-se em espaço para a veiculação de argumentos, para a ocorrência de diálogos como uma espécie de esfera pública mediatizada, tal como propõe o sociólogo francês Dominique Wolton ao tratar da televisão como meio de comunicação central nas sociedades contemporâneas (COUTINHO, 2013, p. 31).

Esse espaço de esfera pública, referido por Coutinho (2013), é justamente o espaço que pode ser ocupado pelos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, oportunizando às minorias um papel de protagonistas das suas próprias pautas, o que modifica as representações que são veiculadas e o próprio reconhecimento do indivíduo com o seu grupo de pertencimento. Para a autora, “isso se justifica na medida em que não haveria um único brasileiro, uma identidade padrão, mas diferentes públicos que os telejornais deveriam narrar em suas edições com os quais eles deveriam representar” (COUTINHO, 2013, p. 33).

Para a construção dessa narrativa, importante atentar à produção do material audiovisual, outro item que o jornalismo público deverá se ater, conforme Coutinho (2013), no entendimento da responsabilidade que tem na veiculação de imagens que preservem a intimidade, não perpetue estereótipos, não fira a dignidade do indivíduo quanto ao gênero, orientação sexual, nível de instrução, nível socioeconômico e cultural. É a proposição de um olhar que considera o compromisso que a comunicação pública tem com o cidadão, que é o elemento principal desse processo comunicativo. Duarte (2016), reforça que os compromissos dos agentes públicos, sejam funcionários, empresas, veículos, devem ter por pré-requisitos: “que os públicos tenham respeitada sua heterogeneidade; e que não seja subestimada a capacidade de interesse e participação”. Somente nesse entendimento, do papel da comunicação, como um todo, como o caminho para a inclusão do cidadão na vida pública, é que poderemos fomentar a tomada de consciência da necessidade de um exercício mais amplo da cidadania para avançar nas mudanças de interesse social. Para Duarte (2016), a comunicação pública deve primar pela qualidade, que implica “criar uma cultura de

comunicação que perpassa todos os setores envolvidos com o interesse público, o compromisso do diálogo em suas diferentes formas e de considerar a perspectiva do outro na busca de consensos possíveis e de avançar na consolidação da democracia” (DUARTE, 2016, p. 5).

Nessa prática, a cidadania toma lugar, visto que o indivíduo começa a ter condições de discutir seu ponto de vista, além de ter espaço para externar esse posicionamento, cobrando dos responsáveis, como os órgãos públicos, o respeito devido ao seu grupo, seu bairro, sua cidade, ou causas que venha a defender. É fomentada uma mudança de comportamento ao indivíduo, que passa a exercer sua cidadania ao ocupar os espaços de reivindicações para as melhorias necessárias na construção da sociedade mais justa que buscamos. Pensamento que é reforçado por Duarte (2008, p. 2), quando pondera sobre o papel da comunicação pública (de forma geral), considerando que “boa parte da população brasileira e, notadamente, aqueles que mais precisam, não têm conhecimento suficiente para fazer valer seus direitos, formar uma opinião embasada, participar”, o que transfere ao comunicador (e não só o midiático) a responsabilidade de buscar estabelecer um diálogo verdadeiro, que vá além do passar informação, mas que dê condições ao cidadão de adquirir conhecimento da informação que lhe é necessária, além de também estabelecer um diálogo que lhe permita posicionar-se. Na prática, isso exige, para além da informação, “credibilidade dos interlocutores, meios e instrumentos adequados, valorização do conhecimento dos sujeitos, facilidade de acesso e uma pedagogia voltada para quem possui mais dificuldade” (DUARTE, 2012, p. 64).

As perspectivas apresentadas, na possibilidade do desenvolvimento de um telejornalismo público, são reflexões levantadas na busca de estabelecer proposições alternativas à comunicação midiática que hoje temos em funcionamento na sociedade. O meio audiovisual, impresso ou digital só tem mudado a plataforma do produto que é entregue à população, sem maiores preocupações sobre o consumo desse produto, ou mesmo, sobre as necessidades que se estabelecem na população como um todo. No máximo, as pesquisas de mídia atendem ao interesse comercial, e cada vez mais procuram estratificar o público para que as empresas possam oferecer material praticamente personalizado, no âmbito de fidelizar o cliente consumidor de informação. Porém, o processo de democratização do país, que consideramos ainda em curso, visto que ainda muito jovem (se entendermos que recomeçamos após uma ditadura civil-miliar que durou 21 anos e tirou os direitos cidadãos da população), exige que se estabeleçam mudanças sociais de grande monta, onde não só se reestruture todo um sistema de comunicação que se organiza a partir de um mercado privado comercial, que exclui e distorce a representatividade da população nas própria representação

do que é ser brasileiro, como também precisa se estabelecer como uma população de mais de 200 milhões de pessoas<sup>38</sup>, formadas por brancos, pardos, negros, índios, entre outras etnias, numa pluralidade de personalidades, ideologias e causas.

E, justamente, esses são dois importantes passos que precisam ser dados: o reconhecimento dos diferentes, na construção da sociedade brasileira, e que por isso precisa ter espaço de representatividade, considerando que precisa se fazer ver e respeitar nas suas particularidades (de idade, de gênero, de orientação sexual, de profissão, de gosto, de cultura, etc.); e a mudança na estrutura midiática, que sem abrir espaço para que a voz das minorias tenham condições de difundir seus pensamentos e reivindicações, não alcançam a discussão tão necessária sobre a importância e o respeito à diversidade, principalmente num país que se propõe a estabelecer uma democracia. Situação essa que, na verdade, está totalmente enredada na baixa capacidade de atuação de grande parcela da população que precisa aprender a exercer seu papel de cidadão no contexto democrático, entendendo seus direitos, seus deveres, os espaços de participação, as formas de mobilização, questões da representação política, a formulação de políticas, a produção de conteúdo, entre outros requisitos que lhe possibilite atuar, a partir de suas causas, em prol do bem comum.

Nesse contexto, a educação para a cidadania se faz urgente e precisa ser mobilizada através de diferentes espaços e estratégias, como na educação escolar, na assistência social, no atendimento público, nas organizações públicas e privadas, nas instituições religiosas, nos partidos políticos, nos fóruns de discussões, nos espaços de convivência, entre tantos outros. Mas, imprescindível que tenha espaço na mídia, visto o alcance diário e massivo das mensagens junto à população. Para esses, especificamente, é que voltamos nosso olhar, que vem representado na fala de Duarte, quando diz: “pensar em uma comunicação que coloque a cidadania como Eixo, Norte e Âncora, parece-me, é responsabilidade de quem se dedica a comunicação, em particular e, de imediato, àqueles que atuam no Serviço Público, mas não limitada a eles” (DUARTE, 2008, p.2, destaque do autor). Seria, nesse entendimento, a função que precisa ser absorvido pela comunicação pública de imediato, já que nos veículos privados não encontra efetiva morada, como já abordamos, embora esses não possam ser isentados dessa responsabilidade, pois a Constituição lhe impõe também esse objetivo como outorgado de concessão pública.

Essa tevê pública, que se faz urgente seja o espaço de educação para a cidade, tem para Martín-Barbero (2002) a premissa de que se constitua dentro do espaço da cultura, por

---

<sup>38</sup> Conforme dados do IBGE, disponível em <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>, acessado em agosto de 2016.

ser lugar onde discute-se a exclusão e o ‘empoderamento’ e é o lugar de reconhecimento. A construção, em período de ditadura na América Latina, de uma cultura nacional, deixou de fora parte da população que não esteve representada e que hoje precisa do que o autor chama de ‘pacto fundacional’ que propiciaria a construção de “um projeto político de democracia cultural que fosse radicalmente inclusivo de todos os sujeitos cidadãos, tanto tradicionais como novos” (2002, p. 52). Para dar ampla visibilidade a esse processo, teríamos a tevê pública como espaço público que põe em evidência a cultura que passa a existir pelo olhar comum dos indivíduos. E o audiovisual, além de contar essa cultura, também é fonte de memória dos fazeres, dizeres, lugares e pessoas. Para Martín-Barbero, “não existe identidade cultural que não seja contada” (2002, p. 61). E esse processo passa pela oralidade, mas cada vez mais pela “visualidade tecnológica [...] tecida e organizada pelas gramáticas tecno-perceptivas do rádio e do cinema, do vídeo e da televisão” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 64). Nessa percepção, a tevê pública deve ter por base o amplo espectro do fazer cultural, que se completa entre o local, regional e nacional, com espaço de existência para todo e qualquer indivíduo que se veja imbuído da necessidade de se fazer representado pelas suas diferenças, ao mesmo tempo em que se vê integrado na cultural nacional.

Para a concepção de uma teve pública cultural, o autor propõe 4 traços:

- a) o primeiro especifica a necessidade de uma produção cultural própria produzida pela tevê, para que não funcione como repositório de produtos culturais, mas que se utilize de linguagem de forma criativa e expressiva, dando legitimidade e reconhecimento ao que produz, como espaço de experimentação;
- b) o segundo traço traz para essa tevê a responsabilidade de operar a partir das características da época, através de imagens, informações, estética, discursos e gêneros dos mais ‘estranhos’ que representem a vida urbana, no intuito de desacomodar e levar a reflexão;
- c) o terceiro traço aborda a importância de ser espaço de diálogo entre gerações, dando oportunidade de visibilidade aos velhos e novos saberes, linguagens, expressividades, estilos de vida e gostos;
- d) e o quarto traço aborda a necessidade de pautar-se pela qualidade, que se traduz na busca da excelência de produção, que deve refletir na construção de uma identidade institucional que agrega novos públicos, vinculados através de linguagens comuns, ao mesmo tempo que é inovadora, e por isso alcança expressividade na audiência, embora não se paute por essa.

Dentre as possibilidades levantadas, entendemos que a constituição de uma tevê

pública passa pelo ideal de cumprir com as premissas determinadas pela própria comunicação pública, que se propõe a estabelecer diálogo, abrir espaço para a pluralidade de pensamentos, agregando a diversidade dos grupos que compõem a sociedade, num ambiente que se organiza a partir da representatividade do local, regional e nacional, fomentando a cultura e valorizando a população, sem deixar de atentar para o uso de linguagem apropriada ao grupo. Não é preciso ir muito mais além do que efetivamente se fazer cumprir essas premissas, para que os indivíduos, os quais sejam alcançados pela programação, sintam-se representados e possam ser instigados ao desenvolvimento da consciência crítica, ou mesmo, mobilizados para a ação efetiva, que seja a defesa de uma causa, a busca de direitos, a ocupação de espaço de debate público ou, quem sabe, a organização política na busca de espaço de representação. E instigar esses comportamentos nada mais é do que educar para a cidadania.

O que mais seria educação para a cidadania, se não, dar condições para que a população se identifique como cidadã, se sinta imbuída de direitos e busque que todos sejam atendidos, além de ter consciência da importância de fazer sua parte no cumprimento dos deveres. E as estratégias possíveis na comunicação pública, especificamente olhando para a tevê, se realizam através de: abertura de espaços para os muitos indivíduos representantes de diferentes comunidades/grupos, sejam jovens, adultos, crianças, pessoas de mais idade, de diferentes fazeres e múltiplas culturas; oportunidade de veiculação dos diferentes pontos de vista de um determinado assunto/fato; abordagem das informações/notícias de forma didática, com datas, localização, formas de acesso, responsabilidades dos órgãos, as pessoas envolvidas nos processos, e tudo o que mais for importante para ensinar, mostrar, exemplificar; divulgação de assuntos que estejam em pauta ou que não sejam do conhecimento do público por não ter espaço na mídia privada; programas de análise dos fatos, que proponha reflexão crítica, compare realidade, mostre alternativas; encadeamento dos fatos, relacionando acontecimentos ao passado e às perspectivas futuras; as relações que os acontecimentos locais possuem com o regional, o nacional e internacional; o espaço para o audiovisual produzido por outros olhares, outras estéticas, outros fazeres; a valorização da fala da experiência do indivíduo, a partir da sua prática diária, em complemento ou contraponto ao especialista; entre tantas outras possibilidades que se fazem possíveis e que dependem, muito mais, das mudanças de comportamento das pessoas (gestores e funcionários) que estão à frente dos veículos públicos, do que efetivamente um aporte muito maior de recursos do que os já necessitados. São práticas que, com certeza, diferenciam a tevê pública da tevê comercial.

Porém, entendemos que, entre o que é aceito na teoria, e o que se realiza na prática, há um longo caminho, que para ser eliminado, precisa sensibilizar, conscientizar e mobilizar

todos os atores envolvidos na realização da comunicação pública e a própria população. E é para entender, justamente, a perspectiva desse processo a partir da TVE de Porto Alegre, através das estratégias de programação – que nada mais são do que práticas desenvolvidas em cada programa, cada edição e matéria que vai ao ar – somadas a visão da gestão, que propomos este estudo, que parte para identificar quais as estratégias de educação para a cidadania são acionadas pela programação própria (entendida aqui como de produção ou edição da equipe da emissora) desse canal público. Os próximos passos estão estabelecidos nos procedimentos metodológicos de coleta de dados e análise.



### **3. TVE DE PORTO ALEGRE/RS E AS ESTRATÉGIAS DA PROGRAMAÇÃO**

A etapa metodológica do estudo apresenta as escolhas do pesquisador para percorrer o percurso que levou ao alcance de seus objetivos. Diz respeito desde o estabelecimento do referencial teórico até às opções feitas quanto ao método e técnicas utilizados. Nesse sentido, definimos este trabalho como de natureza qualitativa, na metodologia de estudo de caso, que se propõe a utilizar diferentes fontes de dados – material audiovisual, entrevistas e documentos – para dar suporte para a análise, realizada através da análise textual para o material audiovisual, somada pelos dados das entrevistas e da análise documental. As escolhas buscam compreender o objeto estudado e melhor interpretar os dados obtidos, no intuito de responder ao problema de pesquisa levantado: como a TVE aciona estratégias de educação para a cidadania na sua programação própria?

O estudo foi desenvolvido em quatro etapas, bem definidas. A primeira concentrou a pesquisa bibliográfica, na definição de conceitos chaves para a análise, tais como público e privado, comunicação pública, educação transformadora, cidadania e educação para a cidadania. Na segunda etapa, identificou o corpus empírico do estudo, a partir da definição das edições, das entrevistas e dos documentos que dariam suporte para análise. Na terceira etapa, realizou a análise em si, utilizando o material mapeado. E a quarta etapa, que finalizou a pesquisa, respondeu ao problema, num cruzamento direto entre a análise e o referencial teórico levantado. Mas é preciso, num primeiro momento, apresentar o percurso percorrido para depois passar ao objeto de estudo, a TV Educativa de Porto Alegre, sua gestão e na sequência a programação.

#### **3.1 Percurso metodológico**

Para a definição do método de estudo, consideramos o acesso que o pesquisador teve sobre o evento, a possibilidade de lidar com fontes primárias de fácil alcance e com a realidade estudada, o que justamente é a condição do estudo de caso; e ainda a questão de atualidade do fenômeno sob análise, que diferencia o estudo de caso de outros métodos por se propor a trazer para a pesquisa a observação e o contato com os envolvidos com o mesmo (YIN, 2010). Como pesquisa qualitativa o estudo buscou realizar uma interpretação do objeto dentro do seu contexto social, considerando que justamente é a interação do sujeito com o seu meio que produz significados sociais e culturais num dado tempo e espaço específicos. Segundo Gressler (2003), os sujeitos em interação com o meio, ao serem observados,

precisam estar inseridos em tempo e espaço delimitados para que, sob um olhar atento do pesquisador, que estará subsidiado de material teórico pertinente à proposta da pesquisa, gerem informações que venham a contribuir com o crescimento do estudo de determinado campo. Para este estudo, foi imprescindível poder lidar com os dados primários do objeto sob análise (seja através dos programas, como a possibilidade de realização das entrevistas com os envolvidos), já se buscou o entendimento de um fato que está em curso no país, que é o desenvolvimento e organização das tevês públicas, ou ainda, em alguns casos, atuais desmontes, e que por isso mesmo se torna assunto de inúmeros questionamentos. Além disso, temos o entendimento da necessidade que se faz uma educação para a cidadania, justamente neste momento de oscilação de conquista e perda de direitos e necessidade de transformações sociais para construirmos uma sociedade mais igualitária e mais justa no Brasil.

É nesse sentido que propusemos o estudo da TVE de Porto Alegre, por estar inserida dentro desse contexto específico das televisões públicas, a ser examinado sob os pressupostos da educação para a cidadania. A pesquisa iniciou com as observações sobre a programação que estava no ar no ano de 2016 e abrangeu uma representação também do ano de 2017. Essa amostra se tornou a base para a identificação das estratégias de educação para a cidadania presentes na programação da emissora. O material audiovisual analisado é composto de programas que foram ao ar num canal público educativo que está sob legislação específica, conforme está abordado nos capítulos teóricos, e que se diferencia dos canais comerciais, principalmente pela especificidade da grade de programação. Essa, não se preenche em todos os horários com edições inéditas dos programas (utilizando-se reprises) e, por vezes, os programas não possuem regularidade ou continuidade ao longo do tempo. Nesse sentido, não consideramos os encadeamentos dos programas (ordem na grade de programação), mas realizamos uma análise individualizada de cada uma das edições levantadas, definida como toda a veiculação entre a abertura e o encerramento do programa em foco.

Complementando as informações do estudo estão os materiais pesquisados no site da TVE e dados das redes sociais, como número de seguidores do *facebook* e *twitter*. E, ainda, as entrevistas, pensadas num primeiro momento para serem realizadas com os atuais gestores, representantes do Conselho Deliberativo, da Associação de Amigos da TVE e FM Cultura e dos funcionários. Porém, ao longo da caminhada, com as mudanças de rumo da Fundação Piratini, a partir da autorização de extinção aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do RS, nem todos os representantes se dispuseram a dar entrevista, ou mesmo a serem identificados na pesquisa. Com isso, tivemos êxito nas entrevistas com o jornalista Orestes de Andrade Jr., atual Presidente da Fundação Piratini (mas somente após intervenção de uma

liderança política do seu partido) e a jornalista Tatiana Forster, atual Diretora de Programação Produção e Operações (que consentiu na entrevista desde o primeiro contato), cujo roteiro de entrevistas (APÊNDICE A) foi solicitado que fosse encaminhado antes da realização das mesmas. As duas entrevistas foram realizadas de forma presencial, na sede da Fundação Piratini, localizada na Rua Corrêa Lima, número 2118, no Bairro Santa Tereza, em Porto Alegre, no dia 18 de julho, com autorização de gravação (APÊNDICE B). Teve duração média de 50 minutos a entrevista com o presidente e de 56 minutos a entrevista com a produtora. As falas seriam complementadas, ainda, por entrevista solicitada com a Diretora de Jornalismo, jornalista Laura de Freitas, que não esteve disponível à solicitação.

Quanto a entrevista com representantes dos servidores, só conseguimos que um(a) funcionário(a) da TV Educativa se propusesse a responder a um questionário (APÊNDICE C), encaminhado por e-mail, desde que não fosse identificado(a), visto o medo de represálias por parte dos gestores, conforme fato já acontecido com outro colega por comentários nas redes sociais<sup>39</sup>. Dessa forma é que propomos a troca de nome do(a) servidor(a) entrevistado(a) para João Silva, utilizando aqui de forma genérica, indiferente de identificar como do gênero masculino ou feminino, no intuito de preservar sua identidade, já que consideramos as informações prestadas como importante contraponto às entrevistas anteriores. Optamos por nominar o(a) entrevistado(a) por trabalharmos com esses como autores na hora de aplicarmos as normas da ABNT.

No mesmo sentido, de contraponto, é que achamos pertinente trazer para o estudo as entrevistas com os membros do Conselho Deliberativo, representantes do Sindicato dos Jornalistas do RS, jornalista Vera Daisy Barcelos e o jornalista Milton Simas, principalmente por não termos conseguimos contato com o Presidente do Conselho Deliberativo da gestão 2016, Sr. José Carlos Martins, representante da Federação das Associações dos Municípios do RS (FAMURS). Essa entrevista, entendemos, se faria importante devido ao interesse na relação estabelecida entre o Conselho e os gestores do canal público, ao longo do ano que culminou na votação pela extinção da Fundação. Porém, não se conseguiu contato com nenhum dos presidentes em exercício nos anos de 2016 e 2017, nem por e-mail ou por telefonema. A entrevista com Vera Daisy Barcelos e Milton Simas aconteceu também através de encaminhamento de questionário (APÊNDICE D) por e-mail, devido ao período atribulado

---

<sup>39</sup> Notícia divulgada no site do Sindicato dos Jornalistas informa que o presidente da Fundação Piratini, Orestes de Andrade Jr., está movendo um processo na Justiça contra o jornalista Alexandre Leboutte, funcionário concursado da TVE há 15 anos. Na ação, que é uma resposta a comentário feito pelo servidor na rede social Facebook, Orestes pede R\$ 15 mil de ressarcimento por danos morais. Dados disponíveis em <http://www.jornalistas-rs.org.br/index.php/item/1068-presidente-da-fundacao-piratini-processa-jornalista-da-tve-e-pede-r-15-mil-de-indenizacao.html> Acesso em 21 de junho de 2017.

do Sindicato, do qual Milton é presidente, pois é a entidade que está à frente da ação judicial contra o Governo do Estado no caso da extinção da Fundação Piratini.

Fechando as solicitações de entrevistas, foi feito contato com o escritor Dilam Camargo, o Presidente da Associação Amigos da TVE, que, num primeiro momento, respondeu de forma solícita ao pedido, porém, devido a agenda de participações em eventos ao longo dos meses, não teria como ser presencial. O mesmo solicitou que encaminhássemos por e-mail as questões que seriam respondidas (APÊNDICE E), o que foi feito no mesmo momento. Após mais de três meses de espera, fizemos novo contato, sendo que, desta vez, a resposta foi negativa, com a seguinte explicação: “nossa associação vive uma situação atípica em relação às demais associações em razão de que a Fundação Piratini foi extinta por lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado. Em tempo recomendável será realizada uma assembleia geral para decidir sobre seu destino”.

Devido a situação atípica para um estudo, quando o objeto está em processo de transformação, ou mesmo, no caso, de extinção, pelo menos do modo como vinha existindo, se faz necessário, no nosso entendimento, a adaptação de algumas situações para que possamos tirar o máximo de informações dos fatos que se apresentam, mesmo que não dentro de um ideal. Da mesma forma, procuramos entender que o envolvimento das pessoas muitas vezes se faz para além da relação do cargo/função, tendo um comprometimento político ou ideológico, o que justifica suas ressalvas em não se exporem ou terem cuidado nessa exposição. Nesse sentido é que não tivemos êxito em todas as entrevistas que foram pensadas, num primeiro momento, assim como também tivemos alguma dificuldade quanto a amostra da análise, que será apresentado na sequência, pois por alguns períodos os programas não forma ao ar de forma regular. Mas entendemos que de nenhuma forma o estudo proposto se inviabiliza, considerando a riqueza das informações que foram levantadas, e que possibilitaram a realização da análise. Sendo assim, passamos para a apresentação da TVE e da sua ainda gestora, a Fundação Piratini. Logo após, trazemos as informações sobre sua gestão, finalizando com a programação.

### **3.1.1 O objeto de estudo – a TVE de Porto Alegre e a Fundação Piratini**

A TVE, até o momento, é uma emissora pública de televisão, gerida pela Fundação Piratini, que também é responsável pela emissora pública de rádio FM Cultura. Localiza-se no município de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme informações disponibilizadas no seu endereço eletrônico – [www.tve.com.br](http://www.tve.com.br) - foi criada no ano de 1968,

dentro do processo de estruturação de uma rede de emissoras de televisão educativa pelo país, proposto pelo Governo Federal, tendo sido liderada pela Secretaria de Educação e Cultura que encaminhou o projeto ainda no ano de 1961. Foi autorizada a ir ao ar pelo canal 7, em formato preto e branco, com objetivo de ser um canal exclusivamente educativo. O Governo do Estado, no ano de 1973, firmou parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, para que a emissora entrasse em operação a partir do campus da instituição, servindo, também, como laboratório para os alunos do Curso de Jornalismo.

Somente em 1974 a TVE foi inaugurada oficialmente, sediada no prédio da Faculdade de Meios de Comunicação Social, Famecos/PUCRS, operando no Centro de Televisão Educativa, chamado de CTV. Em 29 de março, do mesmo ano, foi ao ar, no sistema aberto, com programação educativa e cultural, com produção local. A partir de 1979, a TVE passou a integrar o Sistema Nacional de Televisão Educativa, o Sinted. Devido a um incêndio no prédio de onde operava, se viu obrigada, durante um período de seis meses, a operar sua programação a partir de uma unidade móvel, devido a necessidade de transferência de instalações. A nova sede foi o edifício da extinta TV Piratini, local onde se mantém até hoje, no Bairro de Santa Tereza, em Porto Alegre. No mesmo ano, foi vinculada à Secretaria de Educação do Estado, através da criação da Fundação Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, que passou a dirigir sua operação. Somente nos anos de 1982 e 83 é que a transmissão em cores chegou para a TVE, com uma reformulação tecnológica através da estruturação de novos estúdios. Nesse ano, numa parceria entre a Fundação e a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), a programação chegou às cidades do interior, como Santa Maria, Bagé, Santa Cruz e Cruz Alta (cidades da região centro do Estado). Em 1985 assumiu a responsabilidade de operar estações transmissoras e retransmissoras de conteúdo educacional por ondas de rádio.

Nas comemorações aos 150 anos da Revolução Farroupilha, ainda em 1985, a Fundação passou a se chamar Fundação Televisão Educativa Piratini, FTEP. No ano de 1987, desvinculou-se da Secretaria de Educação do Estado, passando a fazer parte da Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto. Com isso teve sua programação educativa reduzida, ampliando os espaços para uma programação voltada mais para as atrações culturais. Com essa mudança houve nova alteração na nomenclatura da Fundação, que passou a chamar-se Fundação Piratini – Rádio e Televisão Educativa, FPRTV, embora a rádio FM Cultura somente fosse inaugurada no ano de 1989, sob o prefixo 107.7 Mhz. Com as alterações, foram feitas, também, reformulações no estatuto que passou a permitir que a TVE obtivesse doações e apoios culturais proveniente do setor privado, o que permitiu o investimento em

equipamentos técnicos, frota de carro e a expansão para mais cidades do interior. Com nova mudança de vínculo, dentro do Governo do Estado, passou a ser subordinada à Secretaria de Cultura (que se desvinculou do Turismo e do Desporto) sob o nome de Fundação Rádio e Televisão Educativa, com nova estrutura organizacional. No mesmo período, entre os anos de 1990 e 91, firmou acordo com a Fundação Padre Anchieta de São Paulo, que dirigia a TV Cultura, o que permitiu uma ampliação da produção local.

Em 1995 passou por novo reordenamento, onde a estrutura organizacional foi alterada, e vinculou-se à Secretaria de Comunicação Social, Secom, passando a ser composta de uma Diretoria Executiva e um Conselho Deliberativo, que contava com representantes da sociedade, conforme regimento interno. Nesse momento, a denominação foi alterada mais uma vez, passando a chamar-se Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão. Em 1998 recebeu novos estúdios, sendo a primeira emissora de televisão, no país, a utilizar a tecnologia digital em banda KU através da Embratel e do Satélite Intelsat, visto as exigências técnicas para a produção audiovisual. Ainda, em 2011 a TVE firmou convênio com a Empresa Brasil de Comunicação para a transmissão e troca de conteúdos produzidos entre as duas instituições. Num olhar sob o interesse do estudo, entendemos que esse convênio veio fortalecer os propósitos da TVE, já que a TV Brasil, dentro do programado pela EBC à época, quando estava em pleno desenvolvimento, também buscava a democratização e qualificação da programação, trazendo projetos de incentivo à produção audiovisual independente, através de editais públicos federais, além de compor sua grade de programação com propostas diferenciadas, dando espaço para grupos representativos da sociedade. O convênio, ainda hoje se mantém, porém, a grade de programação da TV Brasil se modificou a partir da intervenção direta do Governo Federal pós impeachment da Presidenta Dilma, como já abordamos no capítulo inicial.

A Fundação tem por missão promover uma comunicação pública e democrática no Rio Grande do Sul que propicie o acesso à informação, educação e cultura, estimulando a reflexão crítica da realidade e que seja produzida com a participação da sociedade. Como objetivo apresenta o intuito de oferecer à população gaúcha uma comunicação cidadã e de qualidade, mediante a produção de conteúdo adequado ao interesse do público, contribuindo para a geração de conhecimento, estabelecendo nexos não aparentes da realidade e oferecendo contrapontos à abordagem das emissoras de radiodifusão comerciais. Todos esses propósitos vêm, justamente, ao encontro da perspectiva de se pensar numa educação para a cidadania, pois, como abordamos, é dar condições de reflexão ao indivíduo, a partir de problemáticas que representem sua realidade, para que se sinta inserido no processo de tomada de decisão.

Mas, como em boa parte dos serviços públicos, as missões, objetivos, propósitos não saem do papel e acabam virando discursos retóricos que se perdem nas burocracias ou falta de vontade política de executar os projetos como foram concebidos. No caso da TVE, veremos durante a análise que ainda um longo caminho precisa ser percorrido para que sua missão seja cumprida. Neste momento específico, pelo contrário, a emissora se afasta cada vez mais dessa missão.

É de grande relevância o acervo que se constitui de arquivos audiovisuais da TV Educativa, considerando que o mesmo é a memória de mais de 4 décadas de programação que retratou diferentes épocas e fatos acontecidos no Estado. São diferentes formatos que foram ao ar, ou ainda, produções em estado bruto que podem contar muito dos acontecimentos em dado momento e lugar. Virou espaço de pesquisa para professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle/Canoas no projeto intitulado “Memória e Patrimônio da Fundação Piratini: o acervo audiovisual da TVE”, que foi financiado pelo edital Pesquisador Gaúcho da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). A pesquisa culminou com a edição do livro “TVs Públicas: memórias de arquivos audiovisuais”, publicado no ano de 2016 pela Editora Oikos, organizado pelas professoras Nádia Maria Weber Santos e Ana Luiza Coiro Moraes<sup>40</sup>.

A Fundação Piratini, até o mês de fevereiro de 2018, ainda é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, e está subordinada aos princípios da Administração Pública. Foi criada pela Lei n.º 7.476, de 31 de dezembro de 1980, alterada pela Lei n.º 7.617, de 31 de janeiro de 1982 e pela Lei n.º 7.984, de 8 de março de 1985. A administração da Fundação Piratini é composta por: Presidência e Diretoria Executiva, na direção superior, e Conselho Deliberativo e Conselho Curador, como órgãos colegiados. A Diretoria Executiva, que é indicada pelo Presidente e aprovada pelo Conselho Deliberativo (maioria absoluta dos membros), é composta por: um Diretor Geral, um Diretor de Administração e Finanças, um Diretor de Comunicação e Relações Institucionais, um Diretor de Tecnologia e Engenharia, um Diretor de Programação Produção e Operações, um Diretor de Jornalismo e um Diretor de Rádio. As pessoas escolhidas para os cargos da Diretoria Executiva devem ter reputação ilibada e currículos compatíveis com as funções a serem exercidas. Também essa formação se faz compatível com a proposição de uma tevê pública na concepção que estamos abordando, considerando que ao ser entidade constituída com objetivo específico de gerir os canais públicos, pode buscar maior autonomia, a ser reforçada pela formação e atuação do Conselho

---

<sup>40</sup> Disponível em <http://oikoseditora.com.br/obra/index/id/714> .

Deliberativo e Curador, organizados a partir da participação de representantes da sociedade. Porém, para que essa configuração funcione na sua melhor performance, é preciso que tanto os gestores fortaleçam a relação com os conselhos, como os conselheiros sejam realmente atuantes, cumprindo com o papel de apoiar, deliberar e fiscalizar a programação, gestão e objetivo fim da fundação.

O Conselho Deliberativo deve ser integrado por 26 membros, sendo 20 representantes de entidades culturais, empresariais e sindicais e seis membros da sociedade, eleitos por seus trabalhos relevantes. É composto por uma Mesa Diretora contendo um Presidente, um Vice-Presidente e um secretário e demais conselheiros, num total de 20 membros natos (com suplentes) e seis membros eleitos (com suplentes). São membros natos do Conselho Deliberativo: um representante das Secretarias de Comunicação, da Educação e da Cultura do Estado; um membro da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa; um representante dos empregados da TVE e um da Rádio FM Cultura; um representante do Fórum Estadual de Reitores; um representante da Associação Riograndense de Imprensa; um representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS; um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do RS; um representante dos Técnicos Cinematográficos do RS; um representante do Sindicato dos Músicos do RS; um representante da Federação das Associações de Municípios do RS; um representante do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do RS; um representante do Sindicato dos Professores das Escolas Particulares do RS; um representante do Sindicato dos Centros dos Professores do Estado do RS; um representante da Federação da Agricultura do RS; um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS e um representante do Sindicato da Indústria do Audiovisual. Os membros representantes da sociedade civil são escolhidos por seleção pública. Os representantes dos empregados da Fundação são eleitos. O Conselho Curador é composto por três membros, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo do Estado. Os mandatos são de dois anos, podendo ser reconduzidos por mais dois anos. Esses conselheiros são responsáveis pela fiscalização administrativa financeira da Fundação Piratini.

Dentro dessa formação, entendemos que a sociedade se faz representativa, tendo participação de áreas como educação, cultura e agricultura (considerando ser uma das importantes atividades econômicas do Estado e que envolve patrões e empregados). Porém, o mais importante é a atuação das pessoas nomeadas para esses cargos, que estejam representando efetivamente o segmento, e não se utilizando do cargo para interesses próprio



ou partidário. Nesse ponto, talvez esteja um dos empecilhos para a atuação de um conselho forte que venha a respaldar uma gestão mais isenta de influências do governo. É preciso que se constitua autônomo, reconhecido pelos próprios pares, imbuídos das responsabilidades que lhes cabem no processo. Prática que não se efetivou no Conselho da TVE em nenhum momento. Conforme Lobato (2004), a primeira construção do Conselho Deliberativo, criado pelo Decreto 33.654/1990, previa que a presidência fosse realizada pela mesma pessoa que ocupava o cargo de Presidente da Fundação e contava com mais cinco pessoas indicadas pelo governador. Ainda, instituía a criação do Conselho de Programação, que também era presidido pelo Presidente da Fundação, com mais cinco membros (representantes das secretarias de Educação e da Cultura e das Faculdades de Comunicação Social). O atual Conselho Deliberativo, instituído através da Lei 10.536/95, resultou da fusão dos dois antigos Conselhos, favorecendo a ampliação das entidades representativas da sociedade civil, além de ficar responsável por elaborar as Diretrizes de Programação da TVE RS. Porém, efetivamente, conforme Lobato (2004), o Conselho, até então, não tinha conseguido implementar um planejamento, visto que, apesar de apresentar um documento, não obteve respaldo da Diretoria de Programação. A relação conturbada entre Conselho e Diretoria é uma constante ao longo do desenvolvimento da TV. Desde a apresentação das mudanças de programação quando a grade alterada já estava no ar – o que não condiz com o regulamento, visto que as mudanças devem ser apreciadas pelo Conselho para serem efetivadas – até o fato de existir uma dificuldade de realização das assembleias, já que há um esvaziamento dos membros que não se fazem presentes, acaba prejudicando a efetiva participação do Conselho na gestão da TV.

A presidência do Conselho Deliberativo, ao longo do ano de 2016, esteve sob a coordenação do Sr. José Carlos Martin, representando a Federação das Associações de Municípios do RS (FAMURS), sendo substituído muitas vezes pelo Sr. Angelo Estevão Prando, vice-presidente, representante do Sindicato dos Professores das Escolas Particulares do RS (SIMPRO). Foi o vice-presidente quem abriu processo de chamamento público para eleição dos membros representantes da sociedade, com edital publicado em agosto de 2017. Nesse processo foram eleitos os seis membros representantes da sociedade, assim como se procedeu a eleição para os cargos de presidente, vice e secretário, que agora passam a ser exercidos por Maíra Bomgarten (representante da sociedade civil, eleita); Laura Glüer (representante da sociedade civil, eleita) e Pedro Marques (representante da Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos do RS, indicado) respectivamente.

A Fundação Piratini tem por finalidade, conforme o Estatuto (Lei nº 14.596, de 01 de setembro de 2014), promover atividades informativas, culturais, educativas, jornalísticas e de comunicação; valorizar os bens constitutivos da nacionalidade brasileira; valorizar as peculiaridades regionais do Estado; criar, produzir, distribuir e difundir produtos informativos, culturais e educativos; promover a conscientização pública para a cultura da paz, proteção do meio ambiente e a valorização dos preceitos étnicos, de classe, de religião, filosóficos, de gênero e de orientação sexual; promover a consciência crítica e a participação social reforçando o sentido de cidadania; observar os preceitos éticos no exercício das atividades de comunicação; implantar e operar emissoras explorando os serviços de radiodifusão pública e serviços conexos; estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas e privadas; estimular o treinamento de pessoal necessários às atividades de radiodifusão e comunicação; prestar serviço inclusive para a transmissão de atos e matérias de interesse dos poderes executivo, legislativo, judiciário e ministério público; distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração estadual; estimular a produção e promover a veiculação de conteúdos independentes; permitir aos estabelecimentos do ensino superior a participação na programação; entre outras atividades afins atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social. Também no seu Estatuto, deixa claro que não poderá ser utilizada para fins político-partidários e difusão de ideias ou fatos que incentivem a violência e os preconceitos étnicos, de classe, de religião, filosóficos, de gênero ou de orientação sexual.

Nas suas diretrizes, ainda conforme o Estatuto, de forma resumida, se propõe a: protagonizar experiência de nova relação a ser estabelecida com o Estado e os segmentos privados de comunicação; possibilitar a divulgação de referências culturais importantes para o Estado que não tenham espaço nos planos estaduais, nacionais e internacionais, devido a oligopolização e centralização da produção midiática; capacitar os rio-grandenses para a afirmação positiva da cultura do Estado e do País, como parte de conquista de autonomia estratégica; mobilizar os setores organizados da sociedade para fazer frente à dimensão estratégica da área das comunicações na contemporaneidade; capacitar os cidadãos para a leitura crítica dos meios e para o debate da estética, a partir da compreensão da linguagem, para o desenvolvimento de formas e condições de defesa da cidadania e da dignidade humana; contribuir para a afirmação do Estado como pólo nacional sobre a produção audiovisual, em particular, e sobre a comunicação, em geral; contribuir para a criação favorável para a competição entre as diversas emissoras de rádio e televisão, buscando a pluralidade de expressão e ampliação do mercado, visando profissionalização, qualificação e fortalecimento

da capacidade de produção por empresas independentes; protagonizar experiência de regionalização da produção, sem o condicionamento de parâmetros comerciais; e contribuir para que o Estado seja um expoente de produção audiovisual, pela alta qualidade e competitividade, perseguindo objetivos sociais de projeção e posicionamento geo-estratégico no país e no Mercosul.

Novamente as finalidades corroboram com o conceito de comunicação pública que adotamos e vem ao encontro da perspectiva do estudo em educar para a cidadania. E observamos algumas dessas finalidades, ao analisarmos a grades de programação: difusão de conteúdo informativo, educativo, cultural; valorização da nacionalidade brasileira e das peculiaridades regionais; transmissão de matérias sobre poderes públicos e veiculação de publicidade legal; veiculação de conteúdo independente e oriundos de estabelecimentos de ensino superior. Quanto ao uso para fins políticos, é questão que suscita muitas discussões, visto a sutileza das abordagens ou mesmo direcionamentos na programação. Nos depoimentos, é tema para debate entre funcionários e gestores. Já as diretrizes, no nosso entendimento, ficam muito aquém do que está proposto, considerando que são práticas a serem efetivadas a longo prazo, que se fortalecem na reiteração da linha editorial e de produção, as quais, como já identificamos ao longo da apresentação da TVE, não se efetivam, considerando as muitas mudanças de foco – ora na cultura, ora no turismo, na educação e agora na comunicação – e as inúmeras gestões que assumem com nova proposta e muitas alterações nas equipes e grade de programação. Neste caso em específico, as diretrizes, na nossa percepção, somente poderão ser efetivadas quando realmente a entidade gestora estiver fortalecida e isenta das mudanças políticas no Estado. O que não é caminho que esteja sendo percorrido neste momento.

A programação da TVE e da Rádio FM Cultura valoriza as peculiaridades regionais e o folclore do Estado, através da livre manifestação do pensamento, da criação, de expressão e de informação, sem censura de natureza político-ideológica ou artística. As diretrizes da programação têm orientação do Conselho Deliberativo. Ainda, conta com parcerias com outras emissoras públicas nacionais e internacionais. Como conveniada com a Empresa Brasileira de Comunicação, EBC, troca conteúdo, recebendo materiais produzido por núcleos audiovisuais de diferentes partes do país, ao mesmo tempo em que dissemina a produção local, que é realizada através de produção própria ou de forma independente por produtoras gaúchas. Utiliza-se das redes sociais para divulgação da sua programação, além de utilizar-se da internet, através do endereço eletrônico [www.tve.com.br](http://www.tve.com.br) para reproduzir toda a programação local. O sinal de TVE chega a mais de 6,5 milhões de telespectadores (conforme

informações da própria emissora, no site), através da geradora, que fica em Porto Alegre e outras 40 antenas repetidoras. Participa do *twitter* desde março de 2011 através do perfil @tve\_rs, tendo 9.598 seguidores (conforme informações disponíveis no endereço [https://twitter.com/tve\\_rs](https://twitter.com/tve_rs) atualizadas em 28 de fevereiro de 2018) e 13,3 mil tweets e 742 curtidas. No *facebook* possui a página TVE RS, que possui 25.257 curtidas e 25.636 seguidores. Ambas as redes possuem publicações diárias e mantêm-se atualizadas.

No dia 08 de junho de 2016, foi criada a Associação de Amigos da TVE, a AATVE, com o objetivo declarado de fortalecer a Fundação Piratini e proteger a programação quanto à qualidade (no sentido de estar livre de interferências diretas do poder público ou mesmo censuras). Nesse sentido, a Associação pode ser proponente de projetos para a Lei de Incentivo à Cultura estadual e federal, uma das formas possíveis para ampliar e obter recursos. A diretoria eleita foi formada pelo escritor Dilan Camargo (presidente), o jornalista Flávio Dutra (vice-presidente), a jornalista Jussara Silva (tesoureira), o médico Aury Hilario (2º tesoureiro), a ex-funcionária da TVE Lais Porcellis (secretária) e o jornalista Flávio Porcello (2º vice-presidente). O Conselho Fiscal foi integrado pelos jornalistas José Antonio Vieira da Cunha, João Batista de Melo Filho, Rogério Caldana, todos ex-presidentes da Fundação Piratini, e pela ex-funcionária da TVE Liana Zogbi. Outras pessoas interessadas na causa que queiram participar da Associação, conforme informações, podem fazer contato com os integrantes (é disponibilizado o telefone 55.3230.2836 para contato, ou mesmo o e-mail [laisporcellis@gmail.com](mailto:laisporcellis@gmail.com))<sup>41</sup>. No site da Fundação, o fato foi divulgado como uma ação proativa frente a uma situação de dificuldades financeiras do Estado do Rio Grande do Sul que tem tomado medidas de contingenciamento financeiro, nas quais são previstas a extinção de algumas fundações e modificações na gestão de outras. Discurso que foi contestado pelos funcionários da TVE, como veremos.

No mês de maio de 2016, funcionários da Fundação Piratini entraram em greve como forma de manifestação contra a votação do Projeto de Lei de nº 44/2016, de autoria do poder executivo, que previa a permissão para que organizações sociais pudessem gerir determinados serviços que hoje estão sob responsabilidade do poder público. No entendimento dos funcionários, um dos órgãos que poderia ser atingido pela iniciativa seria justamente a TVE e a Rádio FM Cultura, o que colocaria em risco a isenção da programação e o caráter público dos canais, que não possuem compromisso com anunciantes ou outras formas de censura

---

<sup>41</sup> Fonte de informação: matéria veiculada no site da emissora, disponível no endereço <http://www.fundacaopiratini.rs.gov.br/>, publicada no dia 10 de junho de 2016 e acessada em 15 de janeiro de 2017.

editorial (e que se confirmou). Os manifestantes denunciavam que já existiam grupos, influentes no governo, criando organizações sociais justamente para esse fim. Para os funcionários, ficava claro que os interesses passariam do âmbito público para o privado, o que vinha de encontro aos fins da Fundação<sup>42</sup>. Situação que pode ser comprovada quanto ao interesse de extinção.

Em dezembro de 2016, conforme já mencionado no capítulo 1, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, apresentou um pacote de medidas de contenção de gastos, que previa, entre outras ações, a extinção de 9 fundações (PL 246/2016), estando entre essas a Fundação Piratini. A proposta foi aprovada por maioria na Assembleia Legislativa do Estado e rechaçada pelo Conselho Deliberativo da Fundação. O descontentamento do Conselho Deliberativo não obteve nenhuma consideração por parte do Governo. A partir desse momento, o destino da Fundação manteve-se sob disputa judicial que ora dá liminar ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul, que em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Rio Grande do Sul, pedem a negociação coletiva das demissões dos funcionários concursados da TVE e FM Cultura; ora dá liminar ao Governo do Estado, liberando para que proceda as demissões que culminariam na extinção da Fundação. Os fatos não foram ainda desenrolados, estando a TVE e a Rádio FM Cultura sem destino certo, conforme será relatado na entrevista com o atual Presidente da Fundação Piratini, Orestes de Andrade Jr., no subcapítulo que aborda a gestão da emissora.

Também, no mês de maio de 2017, o Coletivo de Artistas e Intelectuais Gaúchos ProsperArte, junto com alguns servidores da Fundação Piratini e integrantes do Conselho Deliberativo, entregou ao Ministério Público uma representação contestando práticas relativas à Associação de Amigos da TVE e FM Cultura, alegando irregularidade na atuação da Associação, visto fazer parte da diretoria membros que são também detentores de funções gratificadas e com funções de chefia na própria TVE, além de contestarem a forma de associação, já que novos membros só podem ingressar se indicados por algum sócio fundador<sup>43</sup>. Ainda, o mesmo grupo entregou também uma representação ao Conselho Deliberativo da entidade alegando que presidente e diretores da Fundação só poderiam ser nomeados com a aprovação dos membros do Conselho, assim como a TVE sempre deverá ter

---

<sup>42</sup> Fonte de informação: matéria do Jornal Correio do Povo, disponível em <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Politica/2016/5/588515/Cerca-de-50-dos-funcionarios-da-TVE-aderem-a-paralisacao>, publicada no dia 30 de maio de 2016 e acessada em 15 de janeiro de 2017.

<sup>43</sup> Fonte de informação: matéria do Jornal Correio do Povo, disponível em <http://jcrs.uol.com.br/conteudo/2017/05/politica/562243-associacao-de-amigos-da-tve-e-fm-cultura-e-alvo-de-representacao-de-artistas-e-servidores.html>, publicada 11 de maio de 2017 e acessada em 15 de julho de 2017.

um aval dos membros para as mudanças na programação, e que nada disso sendo respeitado pela atual gestão.

Matéria do Jornal Sul 21, publicada em 11 de maio de 2017<sup>44</sup>, aborda os questionamentos realizados ao Ministério Público, porém apresenta uma outra leitura sobre a função e estruturação da Associação. Conforme as informações publicadas, a ideia da Associação, criada como Organização da Sociedade Civil, surgiu no início do Governo de José Ivo Sartori, do PMDB, mas não foi efetivada antes, pois em fevereiro de 2016 o Governo levou à Assembleia Legislativa a PL 44/2016, que propunha a permissão para que Organizações da Sociedade Civil (OSCs) pudessem passar a atuar nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, gestão, proteção, preservação do meio ambiente, esporte, saúde e cultura. Rejeitada na Assembleia, a PL virou Decreto Executivo e regulamentou as parcerias entre poder público e OSCs. Ainda, segundo dados publicados, “na mesma época, uma assembleia realizada a portas fechadas, discretamente oficializou a criação da Associação de Amigos da TVE e da FM Cultura”. Entre os sócios fundadores estão pessoas atuantes na área cultural, porém parte delas filiadas ao mesmo partido do Governador, o PMDB. Na constituição da Associação, um detalhe do estatuto é destaque na matéria: os sócios fundadores são os que assinaram a Ata de Fundação e novos sócios só podem ser admitidos mediante apresentação de um dos sócios fundadores, sem deixar brechas para que entrem pessoas que não são ‘simpáticas ao grupo’. Encerrando, a matéria, salienta o fato de a Associação, um mês após sua criação, assinar um acordo de Cooperação com a Fundação Piratini que previa a captação de recursos junto ao Ministério da Cultura para execução do Plano Anual de Atividades da Fundação, e que foi executado.

Enfim, a apresentação da TVE embaralha-se com a história da Fundação Piratini, considerando que essa surge da necessidade de definição de uma gestora para aquela, principalmente após a incorporação da Rádio Cultura. Nesse sentido, não há como separar a trajetória e desenvolvimento até o momento. Mais detalhes sobre os desdobramentos da situação da Fundação e da TV Educativa abordaremos durante o estudo da gestão, na sequência.

### **3.1.2 A gestão: de onde viemos e para onde vamos com a TVE**

A gestão da Fundação Piratini, que envolve, por consequência, a gestão da TV

---

<sup>44</sup> Fonte de informação: disponível em <https://www.sul21.com.br/jornal/ministerio-publico-de-contas-questiona-parceria-entre-fundacao-piratini-e-associacao-privada/> e acessada em 15 de julho de 2017.

Educativa e da Rádio FM Cultura, fica atrelada a nomeação dos cargos de confiança do Governo do Estado para comporem a Diretoria Executiva. Em 2016, primeiro ano do Governador José Ivo Sartori, eleito através da candidatura pelo partido PMDB, a presidência da Fundação Piratini esteve sob responsabilidade da jornalista Isara Marques e a Diretoria Executiva composta por Leo Lewgoy, como Diretor de Administração e Finanças; jornalista Cid Furtado Filho, como Diretor de Jornalismo e a jornalista e radialista Nara Sarmento, como Diretora de Rádio. Os outros cargos não estavam preenchidos e nem mencionados no site oficial.

Porém, após a votação, em dezembro de 2016, que autorizou o Governo do Estado a extinguir nove fundações públicas, entre elas a Fundação Piratini, como já referido, praticamente toda a equipe diretiva foi exonerada, na primeira semana de janeiro de 2017, sendo substituída por uma equipe de transição. Compõem essa equipe, que tomou posse no dia 17 de janeiro e que está ainda hoje na gestão: o jornalista Orestes de Andrade Jr, presidente da Fundação Piratini; Miguel Angelo Gomes Oliveira, como Diretor Geral; Leo Lewgoy, que permanece como Diretor de Administração e Finanças; jornalista Tatiana Forster, Diretora de Programação Produção e Operações; jornalista Laura Rejane Mamfrim de Freitas, como Diretora de Jornalismo; jornalista Paulo Inchauspe, como Diretor de Rádio da FM Cultura; ficando sem nomeação a Diretoria de Tecnologia e Engenharia.

Um olhar sobre a gestão da TVE, que se propõe aconteça através da análise das entrevistas realizadas com o Presidente da Fundação Piratini, Orestes de Andrade Jr., e a Diretora de Programação Produção e Operações, Tatiana Forster, contribuirá, na nossa visão, para identificar a simetria de pensamento, ou falta de, entre as políticas públicas nacionais de comunicação, os objetivos, finalidades e diretrizes da TVE e as políticas adotadas pelos gestores atuais, considerando o quanto podem vir a interferir nas proposições que se fazem presentes nos objetivos e que enseja a viabilização de uma educação para a cidadania a partir dos canais de comunicação pública.

Num contraponto, trazemos também a entrevista realizada com João Silva, funcionário da TVE e por representantes do Sindicato dos Jornalistas do RS, a jornalista Vera Daisy Barcelos e o jornalista Milton Simas, que durante o período de 2016 - 2017 atuaram, respectivamente, junto ao Conselho Deliberativo da Fundação. Os conselheiros optaram em responder as questões de forma colaborativa, sendo indicados ambos os jornalistas nas citações ou referências.

O atual Presidente, Orestes de Andrade Jr., já tinha uma relação desde antes de 2015 com a Fundação Piratini, já que no governo anterior foi suplente do Conselho Deliberativo

como representantes da FAMURS. No Governo atual, foi membro titular do Conselho, representando a Secretaria de Comunicação, onde teve participação ativa nos anos de 2015 e 2016. Como membro do Conselho Deliberativo acompanhou a votação na Assembleia Legislativa, que autorizou o Governo a extinguir as fundações, e foi um dos votos dissidentes dos demais membros que, em reunião interna, tirou posicionamento contrário ao fim da Fundação Piratini. Conforme Andrade Jr. (2017), quando recebeu o convite para presidir a Fundação neste momento de transição perguntou ao governador “se ele queria fechar a TVE e a FM Cultura [...] e ele disse que queria cumprir o que estava no projeto aprovado pela Assembleia, que era extinguir a fundação Piratini e se possível preservar a TVE e a FM Cultura dentro de um modelo sustentável”. Para Andrade Jr (2017), justamente esse é o seu papel, “encontrar um novo modelo para essas duas emissoras e para manter o caráter público dela”. Reiterado por diversas vezes, tanto na fala do Presidente, como da Diretora de Programação, o caráter público da TV Educativa e da Rádio FM Cultura é exaltado como a grande bandeira da gestão:

Importante dizer isso, qualquer modelo que a gente vá construir, e acho que nos próximos dias aí, talvez nos próximos 30 talvez 60 dias, a gente vai tornar público, que tipo de futuro a gente projetou para a TVE e para a FM Cultura, é que ela deve se manter mais pública do que nunca, ela deve respeitar suas outorgas, ou seja, manter o seu caráter cultural e educativo (ANDRADE JR, 2017).

Posicionamentos que, ao nosso ver, se fazem mais retóricos do que efetivos, considerando o conceito que adotamos de comunicação pública e as proposições de veículos de comunicação pública neste trabalho. Para embasar sua fala, Andrade Jr (2017) cita publicações de pesquisadores que afirmam não haver comunicação pública na América Latina, considerando que os veículos de comunicação pública seriam na verdade de comunicação estatal, considerando a dependência financeira aos governantes de cada época. Para ele o exemplo de comunicação pública a ser buscada seria a BBC, cujo financiamento se dá através de pagamento de taxas pelos cidadãos britânicos; também cita os exemplos da Alemanha e França, que fazem forte parceria com o setor audiovisual; os EUA que possui lei que obriga as tevês locais a se completarem em redes e se abastecerem financeiramente do mercado, sobre o que afirma o entrevistado: “não tem caráter menos público ou educativo”. Também o Chile é apresentado pelo Presidente como exemplo, pois, conforme sua fala “na década de 70 construiu tevê pública independente que foi importante protagonista no processo de redemocratização e que se distanciou do estado e buscou outro tipo de financiamento”, embora, ressalta, que resultou em algo não muito bom, pois agora sofre influência do



mercado. Também destaca, na mesma linha, a TV Cultura de São Paulo, que teria ido buscar financiamento de 50% dos custos na iniciativa privada sem se corromper, mas pelo contrário se fortalecendo. Nesse caso, Andrade Jr (2017) salienta a formação do Conselho:

A engenhosidade na formação dos seus conselhos que lhe garante essa independência, o mandato dos conselheiros não tem coincidência com o mandato do governador, presença do governo e de outros órgãos é limitada, não tem presença do sindicato dos trabalhadores, ela tem pouca presença do governo e dos sindicatos patronais e dos trabalhadores – não é ambiente para uma briga sindical, ali é uma curadoria da programação – modelo que tem problema mas é um modelo bem avançado (ANDRADE JR, 2017).

O Presidente dá destaque justamente para a não participação de entidades que representam a sociedade (sindicatos patronais e de trabalhadores), indo, no nosso ponto de vista, ao oposto do caminho que entendemos ser a forma de ampliar a autonomia da gestão dos veículos públicos, que seria pela maior participação da sociedade. No seu relato, não deixa de fora a TV Brasil, que para o entrevistado procura ser um modelo de tevê pública, separada da NBR que é a tevê estatal, dizendo que esta conseguiu qualidade de programação aliada a ANCINE e a projetos da indústria audiovisual, sendo um caminho que está começando e é bastante importante e dá resultados na audiência. E, justamente, a audiência é o ponto forte que é apresentado pelo Presidente, na sequência da sua fala, considerando que uma tevê pública deve ter relevância para a população e a audiência é ponto a ser considerado. “Em todas as minhas referências, de publicação, de estudos na área, dizem que sim, a audiência não pode ser referência única para a escolha dos seus produtos, dos seus programas, mas deve sim ser observada” (ANDRADE JR, 2017). Tendo como exemplo a TV Cultura de São Paulo, salienta que a busca é pela maior audiência naquele público para o qual o programa está destinado: “não quer dizer que a gente vai buscar ser líder de audiência, vai entrar na concorrência das tevês comerciais, a gente tem sim que ter relevância”.

A TVE, segundo Andrade Jr (2017) é conhecida como a ‘tevê traço’ visto que não tem audiência suficiente para marcar pontos nos levantamentos do Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), nos últimos anos, o que deveria incomodar os gestores, pois, segundo o Presidente, é preciso ter audiência para que a tevê seja relevante e a população possa sentir sua utilidade. Ao ser solicitado dados sobre essa audiência, o Presidente informou que o acompanhamento dos gestores nas pesquisas do Ibope não se dá de forma oficial, visto o alto custo para ter acesso aos resultados, buscando parceria com colegas de outros meios que passam as informações e por isso mesmo não podem ser utilizadas ou publicadas. A pouca relevância da TVE junto aos públicos é justificativa para que, no entendimento do

Presidente, a extinção da Fundação Piratini não tenha gerado repercussão negativa na sociedade gaúcha, estando restrita a uma valorização pelas pessoas envolvidas com comunicação e cultura que se fazem mais próximas do veículo. E reitera que o fato da TV ter os interprogramas, que são vts de 30 segundos que divulgam peças e espetáculos, de forma gratuita, atinge os empresários que lidam no meio da arte, porém isso coloca a TV dentro de uma bolha, só com o pessoal da comunicação e da cultura. “Só o pessoal da comunicação, só o pessoal da cultura se enxerga dentro da tevê cultura, qual a relevância que ela tem realmente para a sociedade gaúcha. E todos é que pagam para ter a TVE e para ter a FM Cultura” (ANDRADE JR, 2017). Afirmação que nos causou estranhamento, pois ao mesmo tempo em que desconsiderou as manifestações realizadas pela população no Estado, que chegou a causar confronto entre policiais e manifestantes em alguns episódios<sup>45</sup>, também desfez da própria TVE, que mesmo não atingindo índices de audiência, como afirmado, não deixa de ter representatividade e interesse por parte da população do Estado.

Em termos de dados, Andrade Jr (2017) informa que, segundo o Ibope, 80% dos ouvintes da FM Cultura são de classe A e B, e 50% desse público tem mais de 50 anos, o que reitera a rádio ser “uma emissora de nicho, com público altamente qualificado, mas dá para considerar sim uma elite, uma elite cultural aqui do RS, principalmente aqui de POA e Região Metropolitana” (ANDRADE JR, 2017). Para o entrevistado a programação toca música clássica, erudita, MPB, que atinge bem esse público elite cultural, e deveria ter espaço para a cobertura de um evento como o Carnaval, por exemplo, para atender mais a classe C e os segmentos populares da sociedade. Também, é do entendimento do Presidente, a necessidade da programação da rádio e da tevê ter espaço para o hip-hop, entre outras manifestações culturais. Segundo pesquisa encomendada pelo Instituto Hipo, que fez pesquisa eleitoral em dez principais cidades do Estado, foi identificado que o público da TVE é um público com escolaridade mais alta, com idade avançada, que acompanha a programação. Alterar esse panorama, segundo o entrevistado, é um dos esforços do governo atual, ampliando o espectro das emissoras:

Será que a gente não pode ter outras manifestações culturais dentro da FM Cultura e dentro da TV E? Eu imagino que sim, por isso que eu digo que ela tem que ser mais democrática, tem que ser mais plural. Não que ela não seja hoje, mas ela pode ser mais. Tanto é que a gente usa esses símbolos na nossa comunicação que é mais,

---

<sup>45</sup> Vários são os relatos de veículos de comunicação e publicação nas redes sociais sobre as manifestações da população sobre a votação e repercussão do chamado ‘Pacote de Maldade’ do Governo de José Ivo Sartori, como a matéria do G1, disponível em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/12/confrontos-e-discursos-prolongados-marcam-2-dia-de-votacao-de-pacotao.html> publicada em 21 de dezembro de 2016 e acessada em 15 de julho de 2017.

mais democrática, mais plural, é alcançar, ter mais cidadania, é alcançar mais cultura, mais educação para as pessoas e sair um pouco dessa bolha que ela realmente foi sendo construída ao longo dos tempos (ANDRADE JR, 2017).

Sem dúvida, a ampliação da programação para uma maior diversificação de conteúdo, no caso da rádio, abrangendo mais manifestações culturais – como hip-hop, rap, funk, entre outras vertentes musicais que estão sendo consumidas pelo público, desde que abra espaço para cantores, bandas, músicas compostas para além do circuito comercial – são propostas que vêm bem ao encontro do que se propõe seja um veículo de comunicação pública. O que não podemos deixar de salientar sobre a fala do Presidente é que essa proposta não se inviabiliza no formato atual de gestão da emissora, mas são políticas de programação, definidas por quem está a frente do processo. No caso, o diretor de programação e de certa forma o próprio presidente da Fundação. Se a rádio, especificamente, chega neste momento com uma programação elitista é por anuência dos respectivos gestores e de um Conselho que não cumpriu seu papel de fazer valer as finalidades de veículo público de comunicação.

Quanto ao projeto que será proposto para essa nova forma de gestão da Fundação Piratini, não há uma resposta afirmativa que apresente os próximos passos ou mesmo dê um direcionamento efetivo para o que poderá ser esperado nessa transformação que propõe que a TVE e a FM Cultura voltem a ser vinculadas diretamente à Secretaria de Comunicação. Na sua fala, Andrade Jr (2017) salienta algumas premissas que estariam balizando o estudo: “Então, essa é uma garantia que a sociedade gaúcha pode ter. A gente não vai seguir um outro caminho, a gente não vai ter uma tevê comercial, uma rádio comercial, porque as outorgas não permitem isso”. A inspiração, segundo o Presidente, virá da TV Cultura de São Paulo, como já falado. Ao longo de suas considerações, Andrade Jr (2017) deixa muito claro o entendimento, que, segundo o entrevistado, é fundamentado no estudo de Tereza Otondo<sup>46</sup>, para quem a área de comunicação não deve ser uma das áreas em que a presença do estado seja insubstituível e por isso mesmo, pode, sem prejuízo nenhum, ser concedido a terceiros:

Faz 18 meses que o Estado do RS atrasa o pagamento de sua folha, que atrasa o pagamento do salário dos seus servidores, diante disso o governo tem que escolher suas prioridades e imagino que as prioridades da população sejam segurança, saúde, educação, acho que esses projetos sociais que acolham as pessoas mais necessitadas e infraestrutura, estrada, enfim, acho que esses 5 temas é que são prioridade para as pessoas. Então, em outras atividades, como o Zoológico, como uma tevê e uma rádio,

<sup>46</sup> Pesquisadora, trabalhou na emissora da Fundação Padre Anchieta, a TV Cultura de SP, estuda o assunto, tendo feito dele um doutorado sobre televisão pública na América Latina, pela USP e lançado o livro "Televisão Pública: Para Quem e Para Quê" no ano de 2012, conforme informações do Jornal o Estadão. Disponível no link <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,teresa-otondo-lanca-livro-sobre-televisao-publica,931780> Acesso em 25 de agosto de 2017.

ele pode sim, o serviço pode sim ser concedido a terceiros. A Professora Tereza Otondo coloca muito claro na sua tese. Ela diz que no caso da tevê a presença do Estado foi necessária no início, por questões de ordem técnica e financeira, aquelas barreiras de entrada que existiam na década de 60, 70, mas que hoje isso não é mais necessário, e realmente não é. Esse controle do estado pode se dar basicamente na gestão e não na operação. Então, falando isso eu antecipo um pouco o caminho que a gente vai seguir (ANDRADE JR, 2017).

Da nossa perspectiva, Tereza Otondo (2008) não estabelece, na sua tese de doutorado, que o Estado não deve mais estar presente no setor de comunicação como preconiza o entrevistado. Há a afirmação “A finalidade do Estado é o bem-estar social. Em algumas situações, a presença do Estado é insubstituível. Em outras, o serviço pode ser concedido para terceiros” (2008, p. 45). Mas a pesquisadora não salienta quais seriam os serviços substituíveis. Ainda, na sequência, a autora informa que no Brasil a organização do setor audiovisual se deu a partir do Estado “para que não houvesse caos e interferência de sinais” (2008, p. 46), considerando necessária uma organização mínima. Fala sobre a necessidade de investimento em infraestrutura de transmissão, o que culminou com a entrega de outorgas para o setor comercial, salientando que no caso da migração para o digital, aconteceu o mesmo, “o governo brasileiro, por exemplo, atribuiu às emissoras privadas, já instaladas no mercado, a prioridade na alocação dos novos sinais e garantiu para o Executivo quatro canais, um dos quais seria ocupado pela TV Brasil”. Para nós, parece mais claro que a autora informa que por questões econômicas, o país segue com os canais abertos voltados ao serviço privado, mas garante ao estado um espaço para o serviço público.

Ainda, considerando o trabalho de Tereza Otondo (2008), que é tão citado pelo entrevistado, salientamos o olhar dela para a relação a ser estabelecida na comunicação pública: “A relação com o governo que delega o serviço e ao mesmo tempo deve dar-lhe a necessária liberdade e os recursos adequados para cumprir sua missão e funções é um dos pontos nevrálgicos do cotidiano da TV Pública” (2008, p. 50) e segue comentando sobre ser esse a grande problemática das tevês públicas, sendo que considera: “Os conselhos e agências reguladoras são, por isso, necessários agentes de mediação. Desde que autônomos também, serviriam de barreira e salvaguarda necessárias à independência e liberdades indispensáveis da TV Pública para servir o público”. Enfim, a autora salienta dois pontos que são paradoxos da fala do entrevistado: a garantia de espaços para os canais públicos com verbas do estado e a fundamental presença dos conselhos como reguladores desse serviço público. O que Otondo (2002) salienta é a necessidade de estabilidade institucional mínima para que as tevês públicas deixem de ser meros desejos, e para isso necessita de autonomia financeira e de gestão, garantia da continuidade e qualidade do serviço e a universalidade do acesso ao público. Ao

final da tese a pesquisadora afirma: “ao Estado cabe garantir o exercício desse direito [de comunicação] e não necessariamente fazer televisão” (2008, p. 333). E na sequência, explica que “o estado deve garantir condições jurídicas e materiais para que se faça boa televisão no país. Estas seriam as políticas públicas de comunicação pública a implementar”. Nesse sentido, entendemos que justamente não devem ser os órgãos de governo a gerir os canais públicos, mas, como temos na TVE, e na própria TV Cultura (que é objeto de estudo da pesquisadora), esses devem ser geridos por órgãos/entidades de interesse público, com autonomia de gestão, mas cujos recursos possam ser financiados através de mecanismos de fomento público, para que não recorram às verbas publicitárias do mercado comercial, além de promoverem a produção audiovisual, justamente para dar condições de visibilidade para a diversidade existente no país.

Ainda, reforçando a questão da presença do estado e abordando o posicionamento do Governo atual, o Presidente salienta que há um entendimento que não é preciso a criação de uma empresa pública para cada serviço a ser oferecido à população, o que deixa o estado mais inchado e burocratizado e o que a população quer é ter o atendimento de suas necessidades básicas e para isso admite que outras atividades possam ser geridas por terceiros, com o governo mantendo o rigor da entrega de um serviço de qualidade. Para Andrade Jr (2017), fica claro que a titularidade do serviço, através das outorgas da tevê e da rádio, não pode ser passada a um terceiro, se não ela perde o caráter público, por isso ao fim do CNPJ da Fundação Piratini, as outorgas irão para a Secretaria de Comunicação, mas a execução é que poderá ser feita de outra forma. Como exemplo, o Presidente cita a TV Assembleia, cuja gestão é dos deputados, mas a operação é feita por uma empresa terceirizada, que ganhou uma licitação. Da mesma forma a Câmara de Vereadores e o Senado Federal possuem terceirizados para operar o serviço e que estes seriam mais competentes que o próprio órgão público, considerando a excelência do trabalho contratado. Sem dizer efetivamente que esse é o caminho a ser adotado, Andrade Jr (2017) afirma que é um caminho que está sendo estudado, visto ser tendência nos órgãos municipais, estaduais e federais, que se apresentou nos últimos dez anos.

O discurso do presidente é oriundo do partido que representa, MDB (Movimento Democrático Brasileiro, ex PMDB), de concepção liberal, para quem o governo deve ser mínimo para não interferir nas ações do mercado. Entendemos que a volta da titularidade da TVE para a Secretaria de Comunicação, com a proposição de exploração do serviço por uma empresa privada, como citado que ocorre hoje com a TV Assembleia, Câmara de Vereadores e TV Senado – todas tevês estatais na concepção adotada neste estudo – afasta cada vez mais

o canal de realmente se configurar como uma tevê pública. Entendemos duas consequências possíveis, caso esse seja o caminho adotado pelo governo: uma possibilidade é do canal realmente transformar-se em mais um canal estatal, vinculado ao governo, através da Secretaria, mas com execução terceirizada, como está proposta para NBR, no Governo Federal; ou ainda virar um canal local, mas com total operação realizada por empresa privada, ficando vinculada à Secretaria, que passa a ser responsável por uma fiscalização sobre o serviço prestado, mas que cumpriria os interesses de acordos políticos, como temos vistos nos canais comerciais, os quais não são isentos de fiscalização, porém essas não se efetivam na prática.

Na mesma linha de pensamento, o Presidente fala sobre as parcerias a serem construídas com o setor de audiovisual do Estado, a partir do financiamento do Fundo Setorial do Audiovisual, com verbas do Governo Federal, que não está sendo acessada pelos produtores do RS. Nessa ideia, a TVE seria a janela para a difusão desses produtos, gerando emprego e renda na área, seguindo, conforme Andrade Jr (2017), o modelo europeu. Também cita o estado da Bahia, que lançou edital de 22 milhões de reais e o estado de Minas Gerais, cujo edital foi de 17 milhões, para a produção audiovisual. “Será que o Radar tem que ser feito aqui dentro? O Radar não pode ser feito por uma produtora aqui do Estado, com o mesmo objetivo? [...], entregando a mesma qualidade com menos servidores públicos e permanentes, que custem muito para o estado?” (ANDRADE JR, 2017). Outra perspectiva, que ganha espaço no discurso do Presidente, é a parceira com a Associação de Amigos da TVE e FM Cultura, ou ainda outras OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), para a captação de recursos, como através da Lei Rouanet, que seriam aplicados na TV. No ano de 2017 foram investidos 280 mil reais captados pela Associação de Amigos, investimentos que resultaram na mudança de cenários, equipamentos e corpo técnico da TVE e FM Cultura. Novamente, propostas que entendemos não se inviabilizam, no atual modelo de gestão, se forem realizadas para subsidiar a equipe da TVE, que possui vínculo específico com a tevê pública e vivencia a realidade do canal e seus públicos para direcionar as verbas, que passariam por aval do Conselho Deliberativo/Curador.

A aposta na internet para ampliar o alcance de público, segundo Andrade Jr (2017), é uma das conquistas desta última gestão, visto que é uma das únicas tevês que está ao vivo no *youtube* e pelas redes sociais, através de *lives no Facebook*<sup>47</sup>, considerando esse um caminho

---

<sup>47</sup> Live é um recurso novo da rede social Facebook que permite a transmissão de vídeos em tempo real no Facebook. Depois de terminado, uma gravação fica salva na Linha do Tempo do usuário que pode deletá-lo

que deverá se manter para futuro. Quanto a programação, as alterações, no entendimento do Presidente, vieram dar maior relevância ao que estava no ar, centrando no horário nobre, no horário da noite, quando as famílias já estão em casa. A proposta, de concentrar a programação, buscou diferenciar-se da tevê comercial, o que, para ele, não existia antes, pois os noticiários eram muito parecidos com as tevês comerciais. “Os servidores falam que não, que não é verdade, é verdade sim. A gente não pode se enganar. O modelo de fazer um jornal, um telejornal da TVE, era uma cópia das tevês comerciais” (ANDRADE JR, 2017). O telejornal, nessa nova proposta, passou a ser em um único horário, com duração de uma hora, no modelo de revista eletrônica, que escolhe um assunto a ser aprofundado no dia. Nas palavras do entrevistado, não necessariamente o assunto que é a pauta do dia é o que todos estão falando, mas pode ser um assunto que precisa ser dado visibilidade. Ainda, para o Presidente, o destaque fica para a produção local, são 5 horas diárias, 4 horas ao vivo, o que é o dobro de qualquer tevê comercial. E na Rádio há programação ao vivo das 7h às 0h, como poucas rádios fazem. Também, na programação, há destaque, na visão do entrevistado, para uma comunicação que leva a sério as rotinas básicas do jornalismo que é o espaço de fala sempre para os dois lados da questão discutida, fato que ele salienta nunca foi respeitado pelos outros governos que não se deixavam criticar ao longo da programação da tevê.

Só que isso que é básico do jornalismo não era prática aqui na TVE em nenhum governo. De novo, em nenhum governo. Isso não tenho medo de afirmar, que isso a gente só faz agora. De realmente dar espaço para lados antagônicos, inclusive críticos ao governo. Então isso a gente não teve medo de fazer, e a gente claro que tem a anuência do Secretário de Comunicação, do Governador, que são altamente democráticos e que topam esse tipo de coisa. Nem sempre é fácil, ter dentro de uma tevê oficial que recebe 100% dos recursos do governo tu receber críticas. Dentro de um veículo que supostamente seria seu. Mas esse governo tem esse entendimento que não, que ele realmente é público, é da sociedade, esse recurso também não é do governo, que é um recurso público, então a gente tem que realmente aqui dar exemplo e fazer esse jornalismo básico, ouvir os dois lados, ou mais lados se tiverem, e a gente faz isso cotidianamente aqui na TVE (ANDRADE JR, 2017).

A afirmação sobre somente agora, neste novo governo, a programação ser considerada um espaço democrático de participação para lados antagônicos, apesar de reafirmado por Tatiane Forster (2017), Diretora de Programação (cuja fala trataremos na sequência) é contestado pelos outros entrevistados – o funcionário e os representantes do Conselho – pois, justamente, salientam a perda do espaço de fala na tevê a partir da interferência do governo atual. Durante a análise da programação realizada para o estudo não tivemos como afirmar ou

refutar a informação, considerando que os programas analisados estão situados no tempo de gestão do mesmo governo estadual, tendo alterações quanto aos dirigentes que estavam à frente da tevê. Mas podemos considerar que nas edições analisadas de 2016, quando havia 2 programas diários de telejornalismo, identificamos momentos de presença de representantes com visões antagônicas (como a cobertura da greve dos professores estaduais), assim como observamos programas com visível interferência do governo, dando espaço de fala para apenas um representante de setor (seria o caso da cobertura do Evento Expoleite, quando somente os grandes produtores tiveram espaço). Da mesma forma, a programação do ano de 2017.

Andrade Jr (2017) segue na interlocução, abordando agora a relação com o Conselho Deliberativo, que não existe, conforme o Presidente, devido aos membros não se reunirem, considerando que ele, quando foi nomeado, automaticamente comunicou o Presidente do Conselho Deliberativo, colocando-se à disposição para a apreciação que deveria ter ocorrido. A falta de quórum nas reuniões é o que impede a realização das assembleias e é uma prática bastante comum no Conselho da TVE conforme Andrade Jr (2017), e isso se deve as últimas mudanças realizadas no governo anterior que politizou o Conselho chamando para participar instituições que não têm representatividade para estar num Conselho de uma tevê pública: “abriu mais vagas e trouxe seus militantes políticos partidários ideológicos aqui para dentro” (ANDRADE JR, 2017), referindo-se ao Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERGS) que é o sindicato dos professores estaduais, Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (SINPRO) que reúne os profissionais de ensino de escolas privadas e Sindicato dos Jornalistas e Radialistas do RS. Também questiona a presença da FAMURS no Conselho, embora seja essa uma entidade a qual representou como membro do Conselho nos anos anteriores a 2015. Sobre a presença dos sindicatos e entidades, entendemos que esses são totalmente representativos de segmentos da sociedade, em específicos o Sindicato dos Professores Estaduais, dos Jornalistas, dos Radialistas, que o entrevistado aborda, assim como a Federação de Municípios, considerando os interesses numa programação que seja efetivamente de promoção da educação e da cultura, como manutenção da prática ética das premissas do campo da comunicação, e de interesse dos diferentes municípios do estado. O que poderíamos abordar sobre essas participações é a politização do espaço do Conselho através da defesa de interesses próprios ou de gestões específicas, que precisam ser combatidas através de postura mais firme do Presidente, vice e outros conselheiros, mantendo o foco no interesse do público ou interesse público do canal.

A manutenção de um Conselho junto aos veículos de comunicação pública, nas



manifestações do Presidente, é fato certo. Porém, esse seria consultivo e não deliberativo, já que a fiscalização, na fala do entrevistado, já tem órgãos suficientes como o Ministério Público, o Tribunal de Contas e o Ministério Público de Contas. Considera que um conselho forte é necessário e deverá contar com a presença de ex-presidentes e entidades ligadas a comunicação, cultura e indústria do audiovisual, que realmente são representativos da indústria cultural. Andrade Jr (2017) afirma, sobre a situação atual, que está no aguardo de ter seu nome e de sua equipe apreciado pelo Conselho, mas destaca que é só uma apreciação mesmo, pois não há poder para que seu nome seja vetado, assim como não há mais gerência do Conselho sobre a programação que vai ao ar. Situação que entendemos será a que se configurará na nova proposta de gestão para a TV Educativa.

Sobre o processo de extinção da Fundação, para Andrade Jr (2017), deverá acontecer nos próximos meses, já que a negociação com os sindicatos da categoria, que entraram com liminar que suspendeu as demissões, está sendo mediada pelo Tribunal Regional do Trabalho, o que deverá dar encaminhamento para que se proceda a demissão de todos os servidores que não possuem estabilidade constitucional. Informa que dos 247 funcionários vinculados à Fundação, um número entre 40 e 70 permanecerão juntos à Secretaria de Comunicação, que poderá incorporar os mesmos nas suas atividades ou ainda indicar para que sigam no rádio ou na tevê. “A gente vai seguir aqui, estritamente a regra. A gente é absolutamente legalista com isso [...] Então qualquer novidade que a gente faça a gente vai comunicar à sociedade gaúcha muito claramente sobre isso” (ANDRADE, 2017). E ainda, salienta na sua fala a necessidade de desmentir boatos: “Então, não tem aqueles boatos que a gente vai fazer uma tevê com CCs, só com cargos de confiança, isso é impensável, a gente não vai fazer isso de transferir essa tevê para um grupo privado”. A transparência proposta pelo entrevistado sobre a TVE não é a prática que temos vivenciado, considerando que todos os atos do governo só são comunicados quando já decididos e prontos para serem postos em prática. Porém, aguardamos a nova proposta de gestão, que até o momento não foi divulgada.

A fala de Andrade Jr (2017), que em muitos pontos vem ao encontro de posições que são tão caras à comunicação pública – como a questão da representatividade, pluralidade de ideais, distanciamento do estado – é reforçada pela entrevista de Tatiana Forster (2017), atual diretora de Programação, que demonstra a sintonia da equipe de transição. Ao mesmo tempo, os discursos são contestados pelas entrevistas com o funcionário João Silva (2017) e com os representantes do Sindicato dos Jornalistas e Radialistas do RS, Vera Daisy Barcelos e Milton Santos (2017), para quem a fala não condiz com a prática e perspectiva de um futuro para a TVE. Se faz necessário salientar que é preciso que as leituras dos discursos estejam

contextualizadas com a posição política e ideológica que cada um dos entrevistados ocupa, considerando que o Governo, representado nas falas de Orestes de Andrade Jr e de Tatiana Forster, possuem disputa jurídica em andamento, que envolvem justamente os funcionários que são representados pelo Sindicato dos Jornalistas e Radialistas do RS, aqui presentes em João Silva e Vera Daisy Barcelos/Milton Santos, respectivamente.

Tatiana Forster (2017) é atual Diretora de Programação Produção e Operação, possui experiência de mais de 10 anos na TVE, já tendo participado como cargo de confiança dos governos de Germano Rigotto (governador pelo PMDB, durante o período de 2003 a 2006) e Yeda Crusius (governadora pelo PSDB, durante o período de 2007 a 2010), desempenhando funções como apresentadora, produtora e repórter, já que possui formação em jornalismo. No próprio Governo de José Ivo Sartori já esteve, no início de 2016, como Coordenadora de Produção na TVE. Após ser transferida para a Secretaria de Comunicação, voltou para assumir, junto com o Presidente Orestes de Andrade Junior, a transição para o encerramento das atividades da Fundação Piratini. É a própria Forster (2017) que entende que seu papel, no momento, está mais para apaziguar as relações entre gestores e funcionários, pois tem boas relações com parte das pessoas que estão na TVE e na FM Cultura, considerando o tempo de permanência que teve nas outras gestões. Conforme a Diretora, papel que não tem sido fácil devido ao momento de tensão e muitas incertezas, “Eu digo, aqui a gente faz gerenciamento de crise todos os dias, porque justamente não é fácil. A gente está lidando aqui com pessoa, com a vida de cada um” (FORSTER, 2017). Salienta que nas experiências anteriores sempre presenciou o descaso dos governos com quem nomeava para as funções de chefia, que muitas vezes não tinha conhecimento da área, mas apenas vínculos partidários, desgastando muito a relação, e que com certeza, contribuiu muito para a situação atual em que se encontra a Fundação Piratini. Situação que identificamos não é específico de um determinado governo, mas compõe o relato de vários estudos (como os de Daniela Lobato e Tereza Otondo, para ficar com os que trabalhamos), que abordam as relações entre funcionários e gestores de canais públicos de comunicação.

As maiores dificuldades encontradas na TVE, conforme a Diretora, está, claro, na questão de recursos financeiros, principalmente devido ao grande salto tecnológico que a área da comunicação vivenciou, o que, se por um lado facilitou o processo de captação de imagens e edição, por outro lado obriga as produtoras, e no caso as tevês, a atualizarem seus equipamentos para terem condições mínimas de produzir um trabalho de qualidade. Ainda, para Forster (2017), não pode ser esquecido que equipamentos modernos necessitam de conhecimentos atualizados, seja através de profissionais capacitados ou através da capacitação

dos técnicos que já estão na área. Dentro de uma realidade de tevê pública, não é algo tão fácil: “A gente tem funcionários com vinte anos de casa. Também muitas das funções que antes tinham na TV se extinguiram. E, ou tu acompanha, ou tu fica para trás, e daí se tu fica para trás nesse contexto, tu fica, acho que também desmotivado, e tu fica meio sem função” (FORSTER, 2017).

Também a burocracia, que é característica do serviço público, é um fator que prejudica o processo de modernização ou mesmo a dinâmica necessária a uma tevê. A Diretora cita casos que ilustram bem situações que considera inusitadas e inviáveis para um veículo de comunicação no dia de hoje, que são funcionários que possuem garantido na justiça o direito de só executarem operações específicas, como um técnico que só pode ‘apertar o play’ (para gravar uma fita), mas não pode rebobinar as fitas, nas situações em que ainda se trabalha com o analógico e não o digital. Outro caso aborda a situação de um locutor que só faz a locução, não pode apertar o botão de gravação, tendo que ter junto a ele um diretor para fazer esse processo, pois estará em ‘desvio de função’ se apertar o botão do ‘rec’ (gravar). Para a entrevistada, são fatos que mostram que essas poderiam ser especificidades necessárias para outros tempos, em que os equipamentos eram pesados e complexos, mas hoje, nas palavras de Forster (2017), o profissional de comunicação tem que ser completo, e salienta, que não quer dizer fazer ‘trabalho escravo’, mas ser ágil, considerando que o processo foi simplificado. Porém, com o respaldo das legislações, federais e estaduais, não é possível fazer mudanças nesse sentido, o que também engessou a tevê e inviabilizou seu funcionamento, completa. Forster (2017) lembra que há no estúdio de tevê uma grua que custou 500 mil reais, porém não tem um técnico capacitado para operá-la, ficando o equipamento praticamente sem uso. O que para nós demonstra a má gestão da emissora, na perspectiva das pessoas que ocuparam os cargos de maior autoridade na tevê, mas não necessariamente a inviabilidade dela por ser uma tevê pública gerida a partir de uma Fundação.

As perspectivas da Diretora para o futuro vão ao encontro das falas do Presidente, reiterando que o respeito ao caráter público da TVE e da FM Cultura serão mantidos, sem dúvida, considerando a importância que os veículos possuem para a população, tanto como espaço de memória, como espaço para divulgação dos artistas gaúchos independentes. Ainda, salienta que o grande desafio será achar uma maneira de sustentabilidade para a tevê, cuja aposta se dá na busca de parceria com o setor do audiovisual e de recursos via leis de incentivo, como a Lei Ruanet. Sobre a nova proposta, Forster (2017) informa não ter conhecimento do projeto que está sendo pensado, pois não participa das discussões, sendo assunto somente para o Presidente. Informação que reitera nosso entendimento de que não há

a transparência na condução das mudanças, conforme havia informado Andrade Jr (2017), o que nos dá uma perspectiva de que, da mesma forma, não haverá transparência para a nova forma de gestão do canal público, ficando as resoluções e negociações acontecendo a portas fechadas. Com isso, como garantir que a tevê se manterá com o caráter de interesse público?

Forster (2017) aborda os altos custos da própria produção audiovisual – como os pagamentos de diárias para colocar os programas ao vivo, fora do estúdio, no ar – como fatos que devem ser considerados na hora de se pensar a qualidade de uma programação, pois as grandes redes possuem condições desse tipo de operação e para uma tevê pública já fica inviável, precisa ficar procurando locais que fiquem em linha reta para que peguem o sinal das micro-ondas que viabilizam a transmissão sem necessidade de pagamentos extras. Somados a esse alto custo, o número de funcionários existentes, sendo muitos sem função, ou com poucas funções, conforme Forster (2017), é que incapacita a manutenção da TVE como é hoje. Dentro dessa mesma perspectiva, o Presidente Andrade Jr (2017) salientou que os servidores da Fundação Piratini possuem alguns privilégios que deixam a Fundação com um custo maior ainda, coisas como serviços médicos, planos privados de saúde, aumentos anuais, negociados com os sindicatos das categorias e promoções que são concedidas por julgamento dos próprios colegas. Para o Presidente, nenhum outro funcionário público do Estado do RS usufrui desses privilégios.

Para a Diretora, a gestão atual vem com o propósito de encontrar uma forma de sobrevivência para a TVE e a FM Cultura para que não termine. E a valorização do que já existe de bom é um dos pontos que ela mesma negociou com o Presidente, como a manutenção de programas que já estavam no ar, pois há programas consagrados, que já foram premiados, que possuem reconhecimento. Para a entrevistada, é uma postura diferenciada dos outros governos, que entravam e trocavam toda a programação, como se dizendo que quem já estava na tevê não tinha conhecimento sobre o que estava fazendo, como se não tivesse nenhuma qualidade na programação. E para Forster (2017), o negociado é o que está sendo realizado no momento, tendo algumas poucas mudanças, mas muito mais para otimizar horário dos técnicos, considerando que ter dois jornais ao dia exigia duas equipes de gravação, e agora, com um único horário, une-se a equipe e amplia-se a possibilidade de qualidade no material produzido. Sobre a audiência, que entende ser bem importante ser acompanhada pelos gestores, identifica que não existiram grandes manifestações, pelo contrário, foram feitos alguns elogios quando foi realizada a modernização dos cenários. O que Forster (2017) destaca é que a TVE e a FM Cultura estão em pleno funcionamento, e que a diretoria poderia não fazer nada nesses últimos momentos, mas o entendimento é que vão

fazer o que for melhor até os últimos dias da Fundação.

As reuniões de pauta, que não são acompanhadas no dia a dia pela Diretora de Produção, mas sim pela Diretora de Jornalismo, causam alguns desentendimentos pelo viés da abordagem, segundo Forster (2017), que reitera a fala do Presidente, de que não há censura sobre críticas ao Governo, porém é necessário que, sempre no programa que estiver alguém atacando, deve ter alguém defendendo, numa prática comum ao jornalismo que é ouvir os dois lados. Prática, que para a entrevistada, não foi comum de ser vista nos outros anos, em outros governos. Mas, mesmo com essa orientação, a situação atual é bem complicada devido aos ânimos em que estão todos. Um fato que é abordado por Forster (2017) diz respeito a um último acontecimento que ganhou grande repercussão no Estado, que foi o cumprimento de reintegração de posse, realizado pela Brigada Militar, da ocupação Lanceiros Negros, no dia 15 de junho, no centro de Porto Alegre, que despejou as mais de 70 famílias que se encontravam no prédio que havia sido tomado há quase dois anos<sup>48</sup>. No mesmo dia, a TVE estava com a equipe, com um link, na Assembleia Legislativa do Estado, que se localiza há poucas quadras do fato, e apesar de ser solicitado pelos jornalistas que fossem fazer a cobertura do acontecimento que estava gerando grande repercussão, no entendimento da Diretora, era inviável sair de onde estavam, considerando que não saberiam se, em outro lugar, o link funcionaria e se teriam condições de transmitir ao vivo, além de contarem com apenas dois técnicos para toda as alterações que se faziam necessárias. Ainda, ao ser solicitado que fossem gravar para edições posteriores, também não foi autorizado, pois segundo a Diretora, no momento do fato nem sempre quem está na chefia tem uma visão, um discernimento sobre o assunto. Enfim, o fato acabou ficando registrado como uma negativa do governo em fazer a cobertura de um assunto que causou grande repercussão e afetou a imagem da Brigada Militar junto à sociedade.

E justamente é a cobertura sobre o chamado “Caso dos Lanceiros Negros” que está na fala do jornalista João Silva (2017), quando se refere a intervenção dos atuais gestores nas pautas das coberturas feitas pela TVE.

As pautas políticas são monitoradas de perto pela direção. A reintegração de posse da ocupação Lanceiros Negros é um exemplo. Naquela noite o jornal estava no ar, pedimos que fosse feita a cobertura, e a pauta foi rejeitada. Poderíamos ter entrado ao vivo, mas não tivemos autorização das chefias. No dia seguinte, as repórteres da manhã tiveram que convencer a chefe de departamento de jornalismo (Cargo de Confiança) que a pauta era relevante. Vale ressaltar que a emissora estava naquela

---

<sup>48</sup> Mais informações sobre o fato e a repercussão que causou, levando a ser tema relevante para a sociedade, podem ser acompanhados no link <https://www.sul21.com.br/jornal/lanceiros-negros-brigada-faz-operacao-de-guerra-para-garantir-funcionamento-habitual-da-cidade/>. Acesso em 2 de agosto de 2017.

semana gravando um TVE Repórter sobre o tema “Ocupações” e nem assim, conseguimos mandar uma equipe para a cobertura naquela noite. Na matéria recuperada no dia seguinte, acabaram usando imagens de celular, feitas por populares. A direção da emissora alegou problema logístico, o que comprovamos não ser verdade (SILVA, 2017).

Conforme o jornalista, os repórteres não participam das reuniões de pautas, o que fazem é conversar com os chefes de reportagens ou chefe do departamento de jornalismo (que são cargos em comissão, então representam o Governo), caso entendam que alguma cobertura de fato ou evento não tenha sido contemplado no planejamento deles, embora os chefes de reportagens não tenham autonomia para mudar as pautas definidas. Conforme Silva (2017), são os jornalistas, nos cargos de repórteres e editores, que defendem o interesse do jornalismo público, porém nem sempre saem ganhando a disputa. Segundo o entrevistado, são dois lados bem pontuais: de um estão os cargos em comissão, que fazem uma defesa de uma visão governista de jornalismo, mesmo que não abertamente; e de outro os concursados, defendendo o interesse público. “O resultado da disputa é o jornalismo que vai ao ar” (SILVA, 2017). Não há uma linha editorial, nem manual de redação, mas há algumas práticas que vão sendo estabelecidas, como o fato da TVE não cobrir a editoria de polícia, embora aborde o tema segurança sem nenhum problema, diz Silva (2017). Posturas que precisam ser definidas para que possamos pensar em um canal que eduque para a cidadania, no interesse de estabelecer comportamento que tenham como premissa o cuidado com a imagem das pessoas envolvidas nos assuntos a serem adotados. Prática que identificamos existir, ao analisar as edições dos programas, como uma reportagem que traz depoimento de detentos, os quais não ficam expostos ao vídeo, considerando o preconceito com ex-detentos quando voltam a conviver em liberdade.

Para o entrevistado, de maneira geral, há uma influência dos gestores na pauta, independente do governo, porém, atualmente, há uma intervenção clara na pauta, já que fazem cobertura de coletivas de imprensa da polícia quando as pautas são positivas ao governo, além de cobertura de eventos, também. Mas os critérios éticos e estéticos do repórter e repórter cinematográfico permanecem: “não mostramos sangue e cenas de violência explícita. Menores infratores têm identidade totalmente preservada. Há um cuidado com a proteção à infância e populações vulneráveis” (SILVA, 2017). Segundo o jornalista, é compreensível os governos terem espaços nas emissoras públicas, porém nos casos de haver interesse público, quando o governo fala pela sociedade, quando o assunto for relevante ou quando a pauta cobre ações do Estado, fato que não tem acontecido nesta última gestão, considerando que a interferência se intensificou. As próprias alterações na grade de programação é um exemplo,

conforme Silva (2017), de que os gestores não sabem o que vem a ser comunicação pública, considerando que “as alterações feitas na programação tentam aproximar as emissoras públicas do que vem sendo feita nas emissoras comerciais. O atual Presidente gosta de falar que quer que as emissoras façam “infotainment”, uma mistura de informação com entretenimento” (SILVA, 2017). Para o jornalista, a troca das duas edições do jornal pela produção de uma revista “televisiva” é um exemplo disso. Durante a análise, o que podemos identificar é que há, na nova proposta de telejornalismo que foi ao ar em 2017, uma considerável perda de espaço para abordagens voltadas a assuntos como o paraesporte, que têm interesse público no intuito de mostrar a existência e necessidades de parcela da população que geralmente fica desassistida.

Quanto ao futuro da TVE, o jornalista diz não ter nenhuma perspectiva, estão na mais completa incerteza. O governo acena com uma possibilidade de recontração de alguns profissionais, pois garante que mesmo com a extinção da Fundação, as emissoras de tevê e rádio seguem funcionando. O que só reforça o olhar de que o discurso de extinção das fundações para economia nos cofres públicos não se efetiva, conforme informa Silva (2017): “na última reunião no TRT [Tribunal Regional do Trabalho] a procuradora do estado admitiu que agora não é mais uma questão de economia (porque já está provado que a economia é insignificante para o orçamento do Estado)”. Porém, para o jornalista fica claro que a demissão dos concursados era um foco, para que o governo possa contratar seus simpatizantes sem concurso. “Abrem-se as portas para a utilização da estrutura pública de comunicação, para uso político [...]. É muito grave o que está acontecendo. Já fizemos denúncia. Aguardamos providências do Ministério Público do Estado” (SILVA, 2017).

Compreensão que é a mesma dos jornalistas Vera Deisy Barcelos e Milton Simas, ambos representantes do Sindicato dos Jornalistas no Conselho Deliberativo da Fundação Piratini. Para eles, “a intenção do governo é demitir os concursados e colocar lá um grupo de amigos, por isso foi criada a Associação dos Amigos da Fundação Piratini, formada basicamente por integrantes ou com fortes ligações ao partido (PMDB) que está no comando do Piratini” (BARCELOS e SIMAS, 2017). Sobre a Associação, Silva também se manifesta na mesma linha:

A Associação de Amigos da Fundação foi criada para captar recursos para as emissoras. Está recebendo dinheiro público (via leis de incentivo) e destinando ao mercado produtor sem nenhum critério público e sem precisar prestar conta aos órgãos de controle como o TCE. Os servidores entendem ser essa uma apropriação indevida do dinheiro público, o que fere o princípio da impessoalidade (absolutamente necessário na gestão pública) (SILVA, 2017).

Para os representantes do Conselho, o governo demonstra suas intenções, a todo momento, ao comparar a Fundação com as empresas privadas, o que mostra a condução que terão com a emissora pública, por isso a luta na defesa dos empregos dos servidores públicos e para que a extinção da Fundação não ocorra, o que se dá através da ação movida pelo Sindicato dos Jornalistas e Radialistas do RS que se encontra, hoje, tramitando no Tribunal Regional do Trabalho. Ainda, como o governo não tem diálogo com o Conselho, tudo o que é informado é pelo conjunto de funcionários ou pela imprensa. Para Barcelos e Simas (2017), o Conselho “atualmente está bem esvaziado, tem contribuição essencial por parte do Governo, que muda a programação e faz outras dezenas de ações sem consultar e/ou informar o conselho, além de não ter repostos seus conselheiros [Secretarias da Comunicação, Educação e Cultura]”. Ressaltam que há, também, algumas manobras, feitas pelo Governo, para que não se atinja o quórum para as reuniões. No ano de 2017, foram realizados apenas dois encontros. Conforme os entrevistados, a própria apreciação do nome do presidente e dos diretores não passou pelo Conselho, o que deverá ocorrer em julho, “após denúncia feita junto ao Ministério Público de Contas do descaso do Executivo com o Conselho” (BARCELOS e SIMAS, 2017). Descaso esse que não é de agora, afirmam, considerando que na gestão da presidente anterior, Isara Marques, as cobranças para apresentação das mudanças ocorridas na programação ou sobre as contratações feitas na Fundação precisavam sempre ser cobradas. O processo só era espontâneo, com a presença dos diretores da TV, quando o assunto era de interesse da Presidência da Fundação.

Para os entrevistados, apesar de estar nas normativas do Conselho Deliberativo opinar ou sugerir alterações na grade de programação da TVE, especificamente, as comissões que cuidavam do assunto não eram chamadas a participar do processo de mudança das grades de programações. Conforme Barcelos e Simas (2017), “o que a Mesa Diretora recebia era sempre um projeto pronto e que muitas vezes já estava no ar. As direções, seja a anterior como a atual, não aproveitavam o saber dos/das conselheiros/as que por várias vezes era e foi ofertado”. Para eles, o papel do conselho acaba sendo mais referendar o que já estava posto. Mas os conselheiros salientam que na gestão da Presidente da Fundação, Isara Marques, houve uma ruptura maior com o Conselho, quando ela trouxe para participar das reuniões, que no primeiro ano ocorriam toda segunda-feira do mês, o representante jurídico da Fundação para ser seu consultor, “colocou a raposa no galinheiro” dizem Barcelos e Simas (2017). Se a atuação do Conselho Deliberativo não é das mais fortes, pois poderia ter fiscalizado mais e ter tido mais propósito nas ações junto a direção, muito se dá, no entendimento de Barcelos e



Simas (2017), devido ao fato de que poucos são os conselheiros que possuem o entendimento do que é realmente uma comunicação pública e sua importância para a população, ainda mais para certos segmentos que se veem representados na grade de programação da emissora. Por vezes, foram assuntos levantados pelos representantes do Sindicato dos Jornalistas e Radialistas, mas que não repercutiam junto aos outros integrantes. Neste momento, o esvaziamento é uma realidade, e para os Conselheiros, “a incerteza com relação ao futuro também contribui para não termos uma agenda eficiente” (BARCELOS e SIMAS, 2017). O fortalecimento do Conselho, sem dúvida, é fator primordial para pensarmos uma comunicação pública que tenha financiamento ou fomento do estado, mas que tenha autonomia de ação. Para isso, podemos pensar em seminários/discussões a serem realizadas com os novos membros do conselho, quando participarem de uma primeira gestão, para que entendam a responsabilidade que assumem e o que é o caráter público do veículo que vão passar a integrar. E, novamente salientamos, não é impedimento para realizar ações como essas o fato da tevê estar organizada a partir de uma Fundação, pelo contrário, propicia que se organize uma gestão forte que tenha como interesse o caráter público e independente da tevê.

A Fundação Piratini vem de mais de 40 anos de existência, tendo passado por várias transformações ao longo do tempo, conforme o entendimento dos diferentes governos que nomearam os gestores, os quais tomaram as rédeas da TV Educativa e da Rádio FM Cultura. Entre acertos e erros, culminou numa situação que se enquadra hoje, na visão dos atuais gestores, de organização burocratizada e inviável financeiramente. Para futuro, está indo sem um rumo certo, pelo menos que seja compartilhado com a sociedade gaúcha, numa disputa judicial que deverá finalizar culminando na extinção da Fundação em si, numa perspectiva de manutenção das emissoras, já que a extinção foi autorizada por lei pela Assembleia Legislativa. Na disputa está, realmente, uma discussão sobre como ocorrerão as demissões e quantos são os funcionários que estão protegidos pela condição de estabilidade de funcionários públicos e deverão permanecer em algum dos órgãos governamentais. Enfim, nesse contexto conturbado, entendemos que não se faz menos importante o estudo, que se propõe a analisar a programação TV Educativa de Porto Alegre, pois é na essência dessa tevê que devemos centrar nosso olhar, para além de uma disputa política que estará sempre presente, enquanto os veículos de comunicação públicas estiverem atrelados financeiramente, de forma direta por repasses financeiros, aos órgãos de governo. E, justamente, é a programação, nas suas particularidades, que irá definir o caráter público do veículo, no que tem de essencial da conceituação que trabalhamos no primeiro capítulo. Feita a apresentação do objeto de estudo e de sua gestão, passamos para a delimitação do material de análise.

### 3.1.3 A programação da TVE

O corpus de análise da pesquisa está composto pelos programas veiculados na TVE de Porto Alegre, delimitados aos que possuem produção ou edição própria (de responsabilidade da equipe da emissora). Deixamos de fora os programas que compõem a grade de programação e que são trabalhos produzidos e editados por produtoras locais ou estaduais independentes e pelas emissoras parceiras, como é o caso da TV Brasil e TV Cultura (na proposta de integração em rede, através da Empresa Brasil de Comunicações, a EBC). Essa delimitação se dá no entendimento de que a TVE só consegue ter alcance editorial direto naquele material que tem produção ou edição própria e que estão mais vinculados aos critérios estabelecidos pela emissora, sendo esses os programas pelos quais temos interesse em observar a existência, ou ainda potencial de existência, de estratégias de educação para a cidadania. Ao mesmo tempo, não deixamos de considerar que, de certa forma, os outros materiais presentes na grade de programação da emissora, ao serem veiculados, passam também a representar a ideia editorial do veículo, porém, a própria necessidade de delimitação do número de programas a ser analisado acabou por definir o foco no material de produção ou edição da equipe da tevê.

Também dentro da necessidade de delimitar um período de análise compatível com a proposta da pesquisa e que não extrapolasse o necessário ao desenvolvimento de uma tese, conforme orientações da banca do projeto de qualificação, optamos por definir o período em duas semanas de programação, num total de 14 dias, o que gerou a proposta inicial de análise de 67 edições. Para a escolha das datas, buscamos a identificação de um acontecimento, que fosse de amplo interesse público, ao mesmo tempo em que gerasse pautas controversas com a opinião pública, justamente no intuito de analisar a cobertura da tevê pública num período de grande debate. Nesse sentido, escolhemos o período de greve dos professores estaduais (que é assunto de grandes controvérsias e debates junto à população), considerando a semana a partir do dia de início da greve, conforme informações disponibilizadas no site do sindicato da categoria, o CPERGS (<http://cpers.com.br/>), para estabelecer o período de uma semana no ano de 2016 e uma semana no ano de 2017. No ano de 2016 a greve dos professores estaduais iniciou no dia 16 de maio, durando 54 dias. Já no ano de 2017, apesar das várias paralisações realizadas anteriormente, a greve por tempo indeterminado foi aprovada pela categoria para iniciar no dia 5 de setembro, tendo durado 94 dias. As reivindicações tinham por objetivos o pagamento integral dos salários, que estavam sendo pagos em parcelas ao longo do mês de

recebimento, as precárias condições estruturais das escolas, além da falta de professores em sala de aula.

Importante salientar que escolhemos abranger os dois anos, considerando a mudança de gestão da TVE em janeiro de 2017, o que alterou a grade de programação. O intuito é de delimitar a análise em 2 semanas de programação, no total, sendo uma em cada ano, para conseguirmos proceder um comparativo das grades de programação e dos programas analisados, considerando as mudanças ocorridas após a aprovação da extinção da Fundação Piratini, quando assumiu a direção da TVE uma equipe de transição, conforme já mencionado nos capítulos anteriores. A intenção surge devido ao fato de, na mudança na grade de programação, terem sido extintos 4 programas e terem entrado no ar outros 4, com propostas editoriais diferenciadas.

No ano de 2016, a grade de programação contemplava as 24 horas do dia, contava com 21 programas locais (de diferentes formatos e gêneros, produzidos pela emissora ou produtoras independentes) e outros 57 programas das emissoras ou produtoras parceiras. Compunham as 24 horas as edições inéditas e reprises (Anexo A). Faz-se importante salientar que durante a cobertura dos Jogos Paralímpicos 2016, que ocorreu durante o mês de setembro, a programação da TVE foi alterada, veiculando a cobertura dos jogos a partir da transmissão da TV Brasil, tanto em períodos pelo turno da manhã, como da tarde. Os 13 programas, de produção local (âmbito da TVE), que faziam parte da programação, no ano de 2016 eram (Anexo B): Canal Aberto, Cidadania, Especiais TVE, Estação Cultura, Frente a Frente, Galpão Nativo, Obra Prima, Pandorga, Plano de Jogo, Radar, Segunda Edição, TVE Esportes e TVE Repórter. Para melhor entendimento da proposta de cada um dos 13 programas mencionados, passamos a descrição dos mesmos, conforme informações disponibilizadas também no site ([www.tve.com.br](http://www.tve.com.br)):

- Canal Aberto é um programa jornalístico, produzido pela própria equipe da emissora, conta com a parceria de emissoras do interior do Estado, e é veiculado diariamente, ao vivo, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h30min, trazendo notícias com temáticas como política, economia, cultura, comportamento, esportes, entre outros assuntos do cotidiano voltados para os acontecimentos do Rio Grande do Sul;

- Cidadania é um programa, com produção da emissora, que vai ao ar nas quintas-feiras, no horário das 20h30min, com reprise nos sábados, no horário das 20h, e que veicula iniciativas de pessoas e grupos que se mobilizam em busca do bem comum, apresentando propostas que promovam mudanças sustentáveis na sociedade;

- Especiais TVE são materiais especiais, produzidos pela equipe da emissora, cujo

conteúdo se propõe a ser uma abordagem profunda de diferentes temáticas, como de fatos históricos e manifestações culturais, tendo sido realizado, no ano de 2016 a produção de 4 edições – intituladas “Artistas Gaúchos no Cinema” apresentaram a vida e obra de Glória Menezes, José Lewgoy e Lílian Lemmertz, além de uma edição, intitulada “Cenários de Porto Alegre na Telona”, que apresentou lugares da cidade de Porto Alegre que serviram como espaços de locação para filmes rodados na capital;

- Estação Cultura está há mais de 15 anos no ar, é um programa que vai ao ar ao vivo, e traz a cobertura dos acontecimentos culturais no Estado, através de entrevistas, reportagens, agenda, tendo como temática a arte clássica e a vanguarda, vai do erudito ao popular, exibido diariamente, de segunda a sexta-feira, às 13h25min, com reprises no horário das 20h, e é uma produção da emissora;

- Frente a Frente é um programa de entrevistas, que junta diferentes jornalistas da imprensa local para questionar autoridades, especialistas e formadores de opinião, sobre temas sociais, econômicos e políticos, com foco numa análise das consequências na vida dos telespectadores, e vai ao ar nas quintas-feiras, às 22h, com reprise nos domingos, às 21h, é uma produção da emissora;

- Galpão Nativo é um programa que aborda a arte e a cultura das diferentes regiões do Estado e latino-americanas, indo ao ar nos domingos, às 8h, com reprise no sábado, às 8h, trazendo entrevistas e reportagens de musicais, projetos, costumes e lidas do campo, buscando um olhar reflexivo, diversificado e contemporâneo, além de criar uma ponte entre as perspectivas do tradicional e o contemporâneo, o antigo e o atual, e os diferentes estilos e sotaques presentes na cultura gaúcha, é uma produção da emissora;

- Obra Prima é um programa que exhibe concertos de música erudita que acontecem no Estado, tendo no bloco inicial o acompanhamento de um maestro que comenta sobre a peça que está sendo executada, e vai ao ar nas sextas-feiras, às 23h, com reprise no domingo, às 13h30min;

- Pandorga possui mais de 20 anos de existência, é um programa voltado ao entretenimento infantil através da apresentação de quadros que veiculam reportagens, músicas e brincadeiras que contam com a participação das crianças e têm como protagonistas bonecos de manipulação, tendo como foco despertar a consciência crítica de forma sadia, simples e criativa, indo ao ar nos sábados, em dois horários: às 12h e 18h30min, é uma produção da emissora, atualmente com parceria com a TV Brasil;

- Plano de Jogo é uma parceria entre a TVE e 25 emissoras do interior do Estado que geram notícias e imagens e se propõe a mostrar competições e atividades esportivas, nas

diversas modalidades, como atividade educativa, de manutenção da saúde e inclusão social, indo ao ar diariamente, de segunda a sexta-feira, no horário das 13h05min;

- Radar é um programa realizado ao vivo, voltado ao público jovem, que aborda questões referentes ao cenário cultural e musical do Estado, apresentando tanto os novos talentos como artistas e bandas já consagradas, através de apresentações ao vivo, videoclipes, agenda, notícias, entrevistas e dicas sobre a música nacional e internacional, indo ao ar diariamente, de segunda a sexta-feira, às 18h30min, com reprises, também diárias, no horário das 00h30min, e é uma produção da emissora;

- Segunda Edição é a edição noturna do jornal da emissora que traz informações de todo Estado, numa parceria com emissoras do interior, nas áreas de política, economia, cultura, comportamento, esporte, entre outras temáticas, e que vai ao ar diariamente, de segunda a sexta-feira, às 19h, ao vivo;

- TVE Esportes é o programa de jornalismo da emissora voltado ao esporte estadual, que traz a cobertura das ações de federações, clubes e entidades esportivas, nas diferentes modalidades, indo ao ar nos sábados, às 14h;

- TVE Repórter é um programa que apresenta reportagens em profundidade, nas diferentes temáticas, indo ao ar nos domingos, às 20h30min, com reprise nas quartas-feiras, às 22h, numa produção da emissora.

No ano de 2017, a grade de programação também contemplava as 24 horas do dia, contava com 17 programas locais (de diferentes formatos e gêneros, produzidos pela emissora ou produtoras independentes) e outros 57 programas das emissoras ou produtoras parceiras. Compunham as 24 horas as edições inéditas e reprises (Anexo C). Também eram em número de 13 os programas de produção local (âmbito da TVE), que faziam parte da programação, mantendo-se os programas Estação Cultura, Frente a Frente, Galpão Nativo, Obra Prima, Pandorga, Plano de Jogo, Radar, TVE Esportes e TVE Repórter e sendo incorporados os programas Debate TVE, Ecodesafios, Panorama e Pelo Rio Grande. Abaixo apresentamos os quatro programas que passaram a fazer parte da grade de programação (Anexo D):

- Debate TVE é um programa diário, que propõe o confronto de ideias e análise de temas atuais, contando com a participação de dois convidados, com diferentes visões, sobre o tema proposto. Vai ao ar de terça a sexta-feira, às 20h15min, com reprises, nas madrugadas de quarta a sábado, às 2h15min, e é uma produção da emissora;

- Ecodesafio foi uma série desenvolvida pela TVE, com enfoque na temática da sustentabilidade e ações de compensação ambiental de empreendimentos públicos e privados. Foram gravados 12 episódios, com 30' de duração cada, que foram ao ar no período de 20 a

31 de março, no horário das 12h, todos os dias. O programa ficou disponível no canal do *Youtube*, porém como não estava no ar na semana definida para a análise, não faz parte da amostra.

- Panorama é a revista eletrônica diária que traz a cobertura jornalística, com convidados especialistas nos assuntos em pauta, além de dicas culturais. Vai ao ar de segunda a sexta, no horário das 19h15min às 20h15min;

- Pelo Rio Grande é o programa que exhibe parte da produção jornalística das emissoras parceiras da TVE e vai ao ar nos sábados, às 12h. Importante salientar que este programa possui edição da equipe da TV que faz a escolha do material que vai ao ar e por isso entrou na mostra.

Além da inserção desses programas, a grade foi alterada com a saída dos programas Canal Aberto, Cidadania, Especiais TVE e Segunda Edição. Alteraram os horários de veiculação os programas: Frente a Frente, que passou para o horário das 23h; Obra Prima, que passou para domingo, no horário das 14h; Pandorga, que passou a ser exibido de segunda a sexta, no horário das 16h15min; Plano de Jogo, que passou para o horário das 19h; Radar, que passou para o horário das 18h; TVE Esportes, que passou a ser exibido nas segundas-feiras, no horário das 20h15min e TVE Repórter, que passou para as quintas-feiras, no horário das 22h30min. O programa Especiais TVE, realizado no ano de 2016, em 4 edições, não compôs a amostra de análise por não ter tido seguimento ao longo do ano ou no ano subsequente, assim como o programa Ecodesafio, produzido em 2017, pois foi veiculado de forma específica durante o mês de março, não alcançando o período definido.

Dentro da proposta de análise de duas semanas de programação, tendo por acontecimento base a data de início da greve dos professores nos anos de 2016 e 2017, definimos a semana do ano de 2016 no período de 16 a 22 de maio, iniciando numa segunda-feira, completando na sequência até o domingo, já que a greve dos professores foi deflagrada na sexta-feira, dia 13 de maio para início na segunda-feira, dia 16 de maio. Dessa forma, foram elencados os seguintes programas e suas edições:

Tabela 1 – Corpus da amostra pré-selecionada dos programas do ano de 2016

(continua)

<b>Programa</b>	<b>Data das edições</b>	<b>Total</b>
Canal Aberto	16, 17, 18, 19 e 20.05	5
Cidadania	19.05	1
Estação Cultura	16, 17, 18, 19 e 20.05	5
Frente a Frente	19.05	1

(conclusão)

Galpão Nativo	22.05	1
Obra Prima	20.05	1
Pandorga	21.05	1
Plano de Jogo	16, 17, 18, 19 e 20.05	5
Radar	16, 17, 18, 19 e 20.05	5
Segunda Edição	16, 17, 18, 19 e 20.05	5
TVE Esporte	21.05	1
TVE Repórter	22.05	1
Total de edições a serem analisadas:		32

Fonte: Elaborado pela autora

Já para o ano de 2017, foi selecionada a semana de 5 a 11 de setembro, iniciando numa terça-feira, completando na sequência até a segunda-feira subsequente, já que a greve dos professores teve assembleia na segunda, dia 4 de setembro, porém foi deflagrada para início no outro dia. Dessa forma, foram elencados os seguintes programas e suas edições:

Tabela 2 – Quadro da amostra pré-selecionada dos programas do ano de 2017

<b>Programa</b>	<b>Data das edições</b>	<b>Total</b>
Estação Cultura	05, 06, 07, 08 e 11.09	5
Frente a Frente	07.09	1
Galpão Nativo	10.09	1
Obra Prima	10.09	1
Pandorga	05, 06, 07, 08 e 11.09	5
Plano de Jogo	05, 06, 07, 08 e 11.09	5
Radar	05, 06, 07, 08 e 11.09	5
TVE Esporte	11.09	1
TVE Repórter	07.09	1
Debate TVE	05, 06, 07 e 08.09	4
Panorama	05, 06, 07, 08 e 11.09	5
Pelo Rio Grande	09.09	1
Total de edições a serem analisadas:		35

Fonte: Elaborado pela autora

Ao longo do processo de coleta do material de análise nos deparamos com algumas particularidades referentes a amostra pré-selecionada, considerando que, principalmente no ano de 2017, algumas edições não foram ao ar nos dias estabelecidos, assim como alguns programas não tiveram produção no período. Das 67 edições a serem analisadas, somente 36 efetivamente foram veiculadas. Ficaram sem edição, no ano de 2016, os programas: Estação

Cultura dos dias 16, 17, 19 e 20.05 (só foi ao ar no dia 18.05); Obra Prima do dia 20.05; Segunda Edição dos dias 16 e 17.05 e TVE Repórter, do dia 22.05. Já, no ano de 2017 não tiveram edição os programas: Estação Cultura dos dias 05, 06, 07 e 08.09 (somente foi ao ar o programa no dia 11); Frente a Frente, do dia 07.09 (durante todo o mês de setembro o programa não foi ao ar, tendo edições de agosto ou outubro); Galpão Nativo, do dia 10.09 (as últimas edições que foram ao ar são do mês de julho de 2017); Obra Prima, do dia 10.09 (as últimas edições são do mês de maio de 2017); Plano de Jogo, dos dias 07 e 08.09; Radar, dos dias 07 e 08.09; Detabe TVE, dos dias 06, 07 e 08.09 e Panorama, dos dias 07 e 08.09. Também o programa Pandorga acabou ficando de fora da análise por estar veiculando reprises de edições do ano de 2015, não deixando registrado, na grade de programação, qual edição vai ao ar em qual dia, aparecendo de forma genérica. Assim, compõem, efetivamente, a amostra de análise 36 edições selecionadas dos anos de 2016 e 2017.

Tabela 3 – Corpus da amostra selecionada para análise dos anos de 2016 e 2017

(continua)

Ano de 2016		Ano de 2017	
Data	Programa	Data	Programa
16.05 - seg	- Canal Aberto - Plano de Jogo - Radar	05.09 - ter	- Plano de Jogo - Radar - Debate TVE - Panorama
17.05- ter	- Canal Aberto - Plano de Jogo - Radar	06.09 - qua	- Plano de Jogo - Radar - Panorama
18.05- qua	- Canal Aberto - Estação Cultura - Plano de Jogo - Radar - Segunda Edição	07.09 - qui	
19.05 - qui	- Canal Aberto - Cidadania - Frente a Frente - Plano de Jogo - Radar - Segunda Edição	08.09 - sex	
20.05 - sex	- Canal Aberto - Plano de Jogo - Radar - Segunda Edição	09.09 - sáb	- Pelo Rio Grande
21.05 - sáb	- TVE Esportes	10.09 - dom	



(conclusão)

22.05 - dom	- Galpão Nativo	11.09 - seg	- Estação Cultura - TVE Esportes - Plano de Jogo - Radar - Panorama
Total de 23 programas		Total de 13 programas	

Fonte: Elaborado pela autora

É importante salientar que chegamos a pensar em completar a amostra dos programas que não tiveram todas as suas edições veiculadas com as edições na semana posterior a definida, pois a temática mantinha sua importância, já que a greve dos professores seguia em andamento. Porém, ao verificar que, mesmo assim, alguns programas continuariam sem as edições completas, entendemos que se fazia mais pontual identificar esses vazios como parte do momento vivido pela TVE, e ainda, que reiterava o descaso que as tevês públicas sofrem por parte dos gestores, com a descontinuidade de programas ou mesmo de edições, sejam por questões políticas ou financeiras. Buscamos saber se esses períodos, principalmente os dias 6, 7 e 8 de setembro, tiveram motivação específica para que a programação fosse alterada, e o que obtivemos de resposta é que, por ser feriado dia 7 de setembro, a programação do dia, e do dia subsequente, foram ao ar com reprises e que estes não são disponibilizados na internet com a data de veiculação. Para reforçar a informação, ao final da edição do Programa Plano de Jogo do dia 6 de setembro, a própria apresentadora, jornalista Christiane Matos, informou que a próxima edição do programa seria somente na segunda-feira, dia 11, devido o feriado; assim como na edição do programa Radar, o apresentador Sassá não chamou para a edição do dia seguinte, como costumava fazer. Ainda, questionando alguns contatos na TVE identificamos que, conforme já tínhamos deduzido, os programas que não estão disponibilizados é porque, por alguma razão, não foram produzidos ou não foram ao ar, ficando a tevê com as reprises, como já informamos, ou com transmissão direta da programação da TV Brasil. Para identificar cada caso dentro das semanas de análise seria preciso fazer contato com cada produtor do programa à época, o que se tornou inviável para esta pesquisa.

Reforça essa situação a última declaração pública da Diretora de Produção, Tatiana Forster, ao justificar que saem do ar, temporariamente, durante os meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018, os programas Plano de Jogo, TVE Esportes, Debate TVE e Pelo Rio

Grande, além haver alterações no Programa Panorama que passa a ter duração de meia hora. Segundo a produtora, a adequação foi necessária devido ao período de “férias, festas e verão” dos servidores que levam a uma adequação da produção<sup>49</sup>. Porém, na página do Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura, no *Facebook*<sup>50</sup>, há uma postagem do dia 19 de dezembro, dando outra explicação para situação: “A retirada de programas locais da grade da TVE não ocorre pela ausência voluntária de servidores, que normalmente se organizavam por escala para evitar as alterações na programação. [...]. No dia 16/11, os servidores foram notificados de que seriam obrigados a gozar os saldos de férias a partir da semana seguinte. Por exigência dos sindicatos, a data foi prorrogada para o cumprimento do aviso legal de 30 dias antecedentes, ficando os servidores forçados a sair de férias e se afastarem de seus postos de trabalho a partir do dia 26/12”. Fica claro que as interrupções, temporárias ou não, deste momento ou mesmo sob a gestão de outros governos, não estão dentro de um planejamento da emissora, no sentido de buscar melhorias, necessárias a toda organização que repensa um determinado período de maior tribulação de pessoal. No caso desta tevê pública, pelo menos, está mais ao interesse do gestor, indiferente ao desrespeito que causa ao público, embora a questão da relação com audiência tenha sido ponto tão lembrado durante a entrevista com o presidente.

Sobre a programação da tevê, ainda cabe informar que nos intervalos são veiculadas as chamadas para os próprios programas que compõem a grade, além de programetes da TV Brasil, com dicas úteis para a população e algumas publicidades do Governo Federal. Também há uma chamada constante para que o telespectador acompanhe a emissora através da rede social *Twitter*, onde poderá se manter informado, já que é o espaço onde a notícia fica atualizada ao longo do dia. Alguns programas possuem apoiadores culturais que são divulgados na abertura de cada bloco, através da logomarca ou ao final, durante a assinatura dos créditos. Mas esses são poucos. Não há veiculação de publicidades comerciais, conforme previsto na legislação. A programação vai ao ar, de forma concomitante, através do canal aberto, com cobertura em algumas cidades do Estado (como já citado), dos canais pagos e da internet, com acesso a partir do site [www.tve.gov.br](http://www.tve.gov.br). Os programas também ficam disponíveis no site, com arquivos das edições anteriores, as quais podem ser acessadas através do *menu* que direciona diretamente a cada um dos programas, individualmente. Praticamente todos os programas e todas as edições que foram veiculadas ao longo dos últimos 3 anos estão

---

<sup>49</sup> Fonte de informação: notícia publicada para divulgação na própria página da emissora, disponível em <http://www.tve.com.br/2017/12/programacao-da-tve-sofre-alteracoes-no-periodo-de-ferias/>, publicada no dia 15 de dezembro de 2017 e acessada em 20 de dezembro de 2017.

<sup>50</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/MSTVEFM Cultura/>.

disponibilizadas no canal da TVE no *Youtube*.

Achamos importante salientar que a própria emissora, através do site ([www.tve.com.br](http://www.tve.com.br)) informa que a programação busca ser uma alternativa para o público telespectador, primando pela qualidade e relevância dos programas, muitos dos quais possuem mais de duas décadas de exibição. Tem como princípio atender diferentes públicos, com base na integração e inclusão social, com o entretenimento voltado para crianças, jovens e adultos, com conteúdo saudável e criativo. Também destaca que a programação é reconhecida pela pluralidade, diversidade e valorização das culturas regionais e da identidade nacional. A diversidade de sua proposta está representada na veiculação de programas musicais, voltados ao público jovem ou mais adulto, com espaço para novos talentos ou para músicos já consagrados, da MPB, samba, cultura nativista, etc.; programa infantil que tem a preocupação no desenvolvimento pedagógico e criativo; programas jornalísticos, que buscam apurar a informação com qualidade, com pautas relevantes para a sociedade, mantendo-se aquém da submissão às lógicas mercadológicas, primando pelo cuidado de não veicular conteúdo violento e que conduzam a desvalorização do ser humano.

Algumas dessas características conseguimos encontrar durante a análise. Outras não. E, justamente, após a definição do objeto e da amostra, a questão que surgiu para o pesquisador foi a metodologia de análise qualitativa dos dados da pesquisa que melhor uso fizesse das informações coletadas. A escolha foi pelo método de análise textual do material audiovisual, embasados em Casetti e Chio (1999), que foi apropriado de forma a dar o embasamento para a estruturação da análise, numa necessidade de adaptação às particularidades da pesquisa, conforme os objetivos a serem atingidos, o que veremos na sequência.

### **3.2 O material audiovisual e as estratégias de programação**

Para a análise dos programas, partimos do estudo de análise textual de material audiovisual, método proposto por Casetti e Chio (1999), considerando que as proposições dos autores, no desenvolvimento inicial dos materiais, veem ao encontro das nossas necessidades, sendo depois apropriada para que se adapte às especificidades do estudo, como explicaremos na sequência. Conforme os autores “as análises textuais, como as análises de conteúdo, se aplicam aos programas televisivos e ao conjunto da programação. O que muda é o modo de considera-los” (CASSETTI; CHIO, 1999, p. 249, tradução nossa). E justamente, o modo de

considerar essa análise textual, que se diferencia da análise de conteúdo por não separar e quantificar cada elemento do audiovisual, é o que atendeu nossa perspectiva no entendimento que alguns elementos se articulam juntos e por isso precisam ser analisados dessa forma. “Do mesmo modo, não se trata de medir quantitativamente a presença de determinados temas, figuras, ou ambientes, mas de por em destaque a arquitetura e funcionamento dos programas analisados” (CASSETTI; CHIO, 1999, p. 249, tradução nossa), numa função analítica e teórica – que se entende seja este caso.

Para um primeiro contato com o material audiovisual, entendeu-se necessário um mapeamento de cada um dos programas analisados (Apêndice F), no intuito de conhecer e entender a sistemática que movia os mesmos. Após esse mapeamento, partiu-se para o procedimento metodológico escolhido. Os autores avaliam que a análise textual possui uma complexidade que considera o todo do material e não os componentes em partes, analisando-os separadamente, o que para o estudo proposto vem contribuir no entendimento de produção do mesmo. Como exemplo, explicam que para analisar uma novela não basta saber a quantidade de personagens ou de temas, mas é preciso que se estude a relação desses elementos. Porém, numa escolha a ser consciente, os autores salientam que a análise textual ao mesmo tempo em que valoriza a interpretação do significado no sentido global, os temas dos quais se falam e as formas de enunciação do próprio discurso, também despreza os elementos concretos do texto e o modo como esse texto se constrói (CASSETTI; CHIO, 1999), não trabalhando com a análise gramatical do mesmo. O processo passa por uma fase descritiva, onde deverá identificar e inventariar os elementos do texto televisivo – a construção do esquema de leitura – e após passa por uma fase interpretativa, onde irá explicar a estrutura e o processo do texto televisivo – a análise em si.

Partindo para a nossa aplicação, a primeira fase, descritiva, construiu o ‘esquema de leitura’, que guiou a atenção do investigador, conforme apresentado pelos autores. Esse esquema poderia ser realizado a partir de duas propostas – através de uma listagem dos pontos mais importantes do texto ou adquirir uma forma mais estruturada, como a simulação de entrevista do pesquisador ao texto. A primeira possibilidade, que subdivide o programa em segmentos, os quais são numerados e descritos para comporem um mapa dos sujeitos e de todos os elementos presentes, foi o que nos pareceu mais adequado e, então, o desenvolvemos. Nessa possibilidade a subdivisão aconteceria através da definição dos seguintes pontos de texto:

1. Sujeitos e interações (no tempo e no espaço; comportamento e função no desenvolvimento do programa);

2. Textos verbais (peso, estilo de linguagem, conteúdo do discurso, tratamento dos discursos e valorações);
3. História (presença de uma ou várias histórias, estrutura temporal das histórias, a narrativa e suas interações com a macro história);
4. Encenação (evidência e características da intervenção do autor ideal; controle dos espaços; relação entre as diferentes figuras e traços do autor ideal; estrutura espacial da transmissão).

Porém, para efetivação da análise desta pesquisa específica, propusemos uma apropriação do método desenvolvido por Casetti e Chio (1999), mas sob um olhar particularizado, já trabalhado durante o mestrado, que se adapta melhor à temática e ao corpus analisado, o que resultou em trazer a perspectiva de aplicação do estudo das estruturas do texto televisivo que desenvolvemos naquele momento. A mesma foi adaptada considerando os objetivos a serem atingidos, assim como as singularidades do que se buscava observar durante a construção da dissertação e que entendemos se faz novamente oportuno neste momento de construção da tese, resultando nas seguintes especificações e novas nomenclaturas para cada ponto de texto:

1. Sujeitos e interações como os donos das falas – apresentador (es), repórter(es), convidado(s), apoiadores, produtores, abarcando todos que apresentassem interação com o programa – passando a ser definido como atores;
2. Textos verbais como as temáticas tratadas durante o programa – o conteúdo dos discursos abordados durante a realização do programa – passando a ser definido como temas;
3. História como a presença de uma ou várias histórias e a forma da narrativa – uma única voz ou pluralidade de vozes – passando a ser definido como narrativa;
4. Encenação como o controle dos espaços e a estrutura espacial – se as cenas estavam além do estúdio de gravação do canal, se apresentavam inovação no formato e nos locais de gravação – passando a ser definido como produção.

Para uma melhor visualização e entendimento sobre os pontos de textos desenvolvidos, apresentamos o seguinte quadro:

Quadro 2 – Conteúdo dos novos pontos de texto

Atores	Temas	Narrativa	Produção
Sujeitos e interações como os donos das falas, apresentador (es), repórter(es), convidado(s), apoiadores, produtores, abarcando todos que apresentassem interação com o programa	Textos verbais como as temáticas tratadas durante o programa, o conteúdo dos discursos abordados durante a realização do programa	História como a presença de uma ou várias histórias e a forma da narrativa, uma única voz ou pluralidade de vozes	Encenação como o controle dos espaços e a estrutura espacial, se as cenas estavam além do estúdio de gravação do canal, se apresentavam inovação no formato e nos locais de gravação,

Fonte: Elaborado pela autora

Identificados os pontos de textos – atores, temas, narrativa e produção – partimos para a construção de um ‘esquema de leitura’ que passou a ser aplicado em cada uma das edições analisadas. O ‘esquema de leitura’ proposto por Casetti e Chio (1999) inicia com a decomposição do programa em segmentos, os quais são numerados e recebem descrição em cada ponto de texto, conforme o conteúdo apresentado no material audiovisual. Para a decomposição do programa, uma das possibilidades é uma escolha por cortes a partir de linhas ou segmentações com base em critérios formais (troca da luz, pausa publicitária) ou de conteúdo (troca de cenário, troca de personagens). Para essa segmentação optou-se pela mudança através de critérios formais, especificamente a mudança de blocos. A partir dessa definição de segmentação, foi desenvolvido o esquema de leitura de cada uma das edições. O Quadro 3 apresenta o modelo que foi aplicado para a decomposição do texto nas edições dos programas que compõem o corpus empírico, apresentado na íntegra no Apêndice G.

Quadro 3 – Exemplo da decomposição do texto da edição de 05.09.2017 do programa Plano de Jogo

Segmento	Atores	Temas	Narrativa	Produção
Bloco 1	Apresentadores Câmeras Convidado Repórteres Entrevistados Equipe de produção TV Parceira	- Futsal e jogo da ACBF; - Chegada das judocas da Sogipa; - Campeão de Hapkido; - Classificatória da copa, com jogo Brasil e Colômbia.	- As matérias sobre os jogos trazem informações sobre o jogo e o campeonato e as classificações dos times; - Matéria sobre as judocas mostra o lado de incentivo ao esporte, traz entrevista com as judocas contando suas trajetórias; - Entrevista com o atleta mostra as mudanças que o esporte proporcionou na sua vida e explica o que é a arte marcial.	- Produção TVE,  Ambientação em estúdio e nas matérias externas, nos locais dos fatos  Imagem de TV parceira.

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dessas definições do esquema de leitura também construímos um modelo de referência que vai preenchendo cada ponto de texto com as informações retiradas da teoria do que se consideraria estratégia ideal de um programa de tevê pública que leve à educação para a cidadania. Neste momento, a teoria vem dar o suporte para esta construção. O Quadro 4 apresenta o modelo de referência construído:

Quadro 4 – Modelo de referência

Atores	Temas	Narrativa	Produção
- Abertura de espaços para uma diversidade de pessoas, indivíduos representantes de diferentes comunidades/grupos, sejam jovens, adultos, crianças, pessoas de mais idade, de diferentes fazeres e múltiplas culturas, principalmente aquelas que não possuem espaço nos canais privados: (apresentadores, jornalistas, representantes de cargos oficiais, líderes de comunidades, artistas, esportistas, representantes de diferentes profissões, integrantes de diferentes grupos, representantes de diferentes etnias, diferentes gêneros, pessoas da comunidade em geral).	- Plurais, voltados para assuntos que estejam em pauta ou que não sejam do conhecimento por não ter espaço de divulgação, ligados à realidade local, regional, nacional e internacional (cidadania, educação, cultura, esporte, lazer, desenvolvimento social, econômica, política, fazeres comunitários, de grupos, histórias de vida, exemplos, comparações, superações, soluções de problemáticas comuns, contextos das comunidades, etc.).	- Precisa ensinar como fazer, indicar onde ir, explicar quem procurar e responsabilizar, mostrar para que serve; contextualizar no espaço local, no regional, no nacional e internacional; contextualizar no ontem e no hoje, que dê perspectiva para o amanhã ou levante questionamentos; que analise, proponha reflexão crítica, compare realidade, mostre alternativas; traga diferentes pontos de vista, contraponha o especialista com a experiência pela prática e pela vivência do dia a dia; dê espaço para diferentes vozes, abra espaço para a pluralidade de ideias e de formas de narrativas (como contação de histórias, histórias de vida, narrações alternativas, etc.).	- Não esteja limitada na reprodução dos modelos dos canais privados, sem limites temporais padrão, de uso de material de terceiros, uso de espaços alternativos, com formatos diferentes e outras estéticas.

Fonte: Elaborado pela autora

Esse modelo de referência identifica características claras para o que entendemos sejam estratégias possíveis para o desenvolvimento do processo de educação para a cidadania numa tevê pública. A partir daqui, passamos a análise direta ao material que foi segmentado, pois o próximo passo proposto pelos autores Casetti e Chio (1999), que seria a criação de categorias de análise a partir do modelo de referência, no nosso entendimento, não contribui para a análise que precisa ser feita neste estudo. Assim, a observação minuciosa do que foi levantado para cada ponto de texto no modelo de referência, comparada a cada ponto de texto de cada edição observada, nos dará condições de proceder a análise e a identificação, ou não, das estratégias de educação para a cidadania. Neste sentido, é que salientamos que estamos fazendo nova apropriação de método já trabalhado no mestrado, considerando que o mesmo, aplicado até esta etapa, nos possibilita respostas aos nossos questionamentos, atingindo os objetivos propostos.

Porém, antes de iniciarmos a análise interpretativa dos dados, vale salientar que não desprezamos um olhar sobre outros elementos que compõem cada edição dos programas, como as imagens, os enquadramentos de imagens, a luz, os sons, os cenários, os roteiros, os tempos de fala, entre outros. Dentro da análise apresentamos um olhar sobre esses outros elementos presentes nos vídeos e que também compõem o processo de identificação das estratégias de educação para a cidadania, que estamos buscando. Também, para melhor entendimento, achamos importante especificar que tratamos por ‘apresentador’ as pessoas que desenvolveram o papel de âncora dos programas; por ‘matéria’ a produção jornalística e por reportagem quando a produção era realizada com maior duração e em ambiente externo, com participação de outras pessoas; e, ainda, diferenciamos os ‘convidados’, que consideramos as pessoas que estavam presentes no estúdio, dos ‘entrevistados’, que é como chamamos as pessoas que participavam de alguma reportagem através de entrevista externa ao estúdio.

Enfim, o trabalho realizado até aqui com a amostra de análise, apresentado em sua delimitação, proporcionou a imersão do pesquisador no conteúdo e produção de alguns dos programas da TVE. Somente após o mapeamento de cada edição analisada identificamos as particularidades, muitas vezes ricas em informações, de cada programa, ou ainda de cada edição. Fato esse reforçado a partir da aplicação do esquema de leitura que permitiu um olhar mais direcionado, quer seja devido aos assuntos abordados, as participações dos convidados, as histórias que contam, a forma como contam, as realidades apresentadas, o que será mais bem explorado na análise interpretativa dos dados.



#### **4. ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA ACIONADAS PELA PROGRAMAÇÃO DA TVE DE PORTO ALEGRE/RS.**

Todos os passos percorridos até aqui deram subsídios para a fase interpretativa dos dados, que levanta as inferências, buscando identificar as estratégias de educação para a cidadania acionadas pela programação da TVE de Porto Alegre, dentro da amostra. Para uma melhor organização do pensamento, vamos partir dos pontos de texto – atores, temas, narrativa e produção – que ao serem trabalhados, vão desenvolvendo a análise.

Cabe, ainda antes, um olhar específico sobre a temática da greve dos professores estaduais, considerando que foi o balizador para a definição das semanas da amostra. Nesse sentido, podemos dizer que durante a programação analisada no ano de 2016, a cobertura do fato foi bem pontual, trazendo informações atualizadas, dia a dia, sobre a situação dos professores num contraponto às propostas do governo. Foram ao ar informações, imagens e entrevistas com professores/diretores grevistas e não grevistas, espaços de fala do público apoiador e não apoiador do movimento. Também a cada informação ou comunicado do governo foi apresentada declaração do sindicato dos professores, o CPERGS, ou vice-versa.

Chamou a atenção a cobertura jornalística, no mesmo período, realizada sobre o movimento de ocupação das escolas pelos alunos, que ao longo do tempo ficou imbricado ao movimento dos professores, inclusive dando espaço de fala ao Movimento Ocupa RS, com boletins diários, os quais nem sempre foram corroborados pelas informações do CPERGS e do governo, vindo todos ao ar. A cobertura teve abrangência estadual, trazendo imagens de emissoras parceiras do interior do estado, mostrando a amplitude do movimento. Já no ano de 2017, as informações sobre a greve dos professores estaduais se resumiram a poucos boletins, com imagens da paralização em POA e a negociação entre governo e sindicato. Podemos considerar que, nesse período do início da greve, e que pegou a semana do feriado de 7 de setembro, justamente boa parte dos programas não foi ao ar, conforme já explicado, o que deixou um vácuo na própria programação.

Feita as considerações, vamos a análise em si, que traz traços do que se pensa para a comunicação pública, demonstrando possibilidades de uma educação para a cidadania, se não em todos os programas e todas as edições, em alguns momentos, evidenciando um caminho aberto, mesmo que ainda não fortalecido. E é nessa perspectiva que vamos identificamos as estratégias e reforçando com o referencial teórico e com as entrevistas, no intuito de aproximar o pensar e o fazer da comunicação pública:

Atores: Considerando o modelo de referência construído, podemos dizer que na perspectiva da programação da TVE, em geral, pode-se considerar que há uma diversidade de atores presentes. Durante a programação analisada observou-se que a emissora apresentou estratégia que abria espaço para a presença de pessoas que não tinham grande reconhecimento midiático, embora não se fechasse a esses, dando oportunidade para que diferentes pessoas tivessem espaço de visibilidade, o que pode suscitar ao telespectador que os espaços são abertos à participação da comunidade, dentro das limitações de temáticas que o programa aborda. Diversidade e representatividade, justamente, são elementos sempre presentes no conceito de comunicação pública, seja da UNESCO, do coletivo Intervezes, da legislação da TV Brasil e da própria TVE, abordados nos capítulos teóricos.

No caso de programas como Canal Aberto, Galpão Nativo, Plano de Jogo, Radar, Segunda Edição e TV Esporte, há um espaço, nas entrevistas externas ou no estúdio, para participação de representantes de diferentes grupos da sociedade, alguns antagônicos. Podemos exemplificar com as reportagens sobre a Greve do Magistério Estadual e da Ocupação dos Alunos, que foram ao ar nas edições dos dias 16, 17, 18, 19 e 20 de maio de 2016 no programa Canal Aberto, que procurou ouvir, numa igualdade de tempo e de número de pessoas, representantes do governo, representantes da categoria dos professores estaduais, diretor de escola contrário e a favor da greve, aluno representante do movimento estudantil que participava da ocupação, aluno que reivindicava aula, mãe de aluno que mostrava-se contrariado com o ato dos alunos e mãe de aluno que mostrava apoio e compreensão ao movimento. Podemos dizer que se fez presente a informação equilibrada, nos preceitos de comunicação pública da UNESCO ou conforme Coutinho (2013) a polifonia de vozes, múltiplas abordagens com equilíbrio e isenção, eximindo-se o repórter ou apresentador de qualquer outro comentário a favor ou contra o movimento (muito diferente de veículo comercial, que muitas vezes instiga a população ao questionar sobre a recuperação de aula, sugerindo que haverá descaso por parte dos professores; ou quando procura salientar as escolas que não aderem ao movimento).

Também, dentro do Programa Plano de Jogo e TVE Esportes de 2016, houve espaço para diversidade, com quadro específico voltado para o paraesporte, com reportagem abordando campeonato para alunos surdos, jogo de futebol para jovens e adultos cegos, nadador paratleta, projeto de skate adaptado. Ainda, os programas esportivos deram espaço para o futebol americano, o rugby, o ciclismo, skate, surf, rali, *slackline*, *highline*, *freeride*, *hapkido*, além do tradicional futebol de campo, futsal, vôlei, judô, boxe, etc. O programa Radar também é referência em espaço para as diferentes ‘tribos’ jovens que compõem o

cenário das artes, tanto na capital, como no interior do estado, divulgando muitos projetos culturais e músicos/bandas que estão em início de carreira, numa diversidade de gêneros, gostos, etnias e expressões. São condições também presentes no discurso da UNESCO, para quem é preciso que a tevê pública leve em consideração “as minorias e necessidades especiais para a produção de programas direcionados às escolas e aos menos capacitados; considerar os interesses regionais e comunidades específicas” (UNESCO, 2016, p. 33, livre tradução nossa).

As entrevistas realizadas ao longo da programação, principalmente nos programas jornalísticos e nas matérias externas, trouxeram falas de especialistas, assim como de pessoas comuns que, por alguma razão, estavam vinculadas ao assunto abordado, às vezes como participantes, protagonistas ou mesmo como opinião popular. Importante salientar o programa Cidadania que na edição analisada trouxe diferentes vozes de um mesmo espaço, no caso a Vila Tronco, localizada na periferia da capital, oportunizando que os membros da comunidade, de alguma forma ligados à Associação do bairro, pudessem mostrar o trabalho desenvolvido no resgate da autoestima dos moradores. São as problematizações da realidade, que conforme Freire (2015) precisam ser expostas para que o homem possa ser instigado a buscar soluções, saindo do determinismo que geralmente é passado pela mídia. E ao ter o espaço de fala faz a própria reflexão. Kaplún (2002) também argumenta que é indo para dentro das comunidades e trazendo as pautas que ali são problematizadas, que faremos com que a população se identifique com o canal público e se sinta pertencente, integrado e representado.

Os espaços abertos às emissoras parceiras oportunizam que membros das cidades do interior – de forma mais frequente cidades do entorno de Caxias do Sul, Erechim, Lajeado, Santa Maria, entre outras – ganhem amplitude aos seus relatos. Esses atores representam segmentos das comunidades onde vivem, e, mesmo que ainda não de forma mais abrangentes, marcam uma presença na mídia. A UNESCO (2006) reitera a necessidade dessa abertura para as produções locais e regionais, com maior ou menor espaço, considerando a necessidade de contemplar as histórias, idiomas (ou sotaques), valores culturais diferenciados das comunidades para que “a pluralidade de públicos seja contemplada nos conteúdos, nos formatos, na linguagem e nos estilos” (2006, livre tradução nossa).

A partir do ano de 2017, conforme as edições analisadas do programa Debate TVE, passam a ter espaço empresas apoiadoras, como Drops de Menta, VH Audiovisual, Vogel Telecom, Procempa, Condomínio Edifício Vera Cruz, as quais aparecem nos créditos ao final da edição, antes dos nomes da equipe de produção. De certa forma, são também atores organizacionais que passam a existir no âmbito da emissora e que devem ser considerados,

pois seria utopia pensar numa emissora de comunicação pública que não precise se sustentar. Claro que o próprio estudo mostra que há outras possibilidades de financiamento, que não o que temos vivenciado no país, seja através do subsídio governamental ou patrocínios, transmutados em ‘apoios culturais’. Esses, com certeza, levam a abertura de um espaço de interesses, com maior ou menor influência, conforme a existência, ou não, de um conselho de base social que seja forte. Durante o estudo, a realidade da BBC pareceu ser o melhor sistema, o que é reafirmado também por pesquisadores da área, devido a vinculação com a população que é quem paga uma taxa de serviço, pois mesmo que essa não seja a única forma de entrada de recursos, reforça a independência. O próprio presidente da TVE, Andrade Jr. (2017), no discurso, aborda a questão da autonomia das tevês públicas através do fomento da indústria audiovisual, o que podemos pensar que venha a ser uma alternativa. Porém, não podemos concordar na terceirização de uma emissora pública para exploração por empresa privada, principalmente na atividade fim, que é a produção de conteúdo, considerando que é necessário um outro olhar para o fazer jornalístico, diferente do padrão, para que a tevê pública alcance seus objetivos, aqui reforçados por Monteiro que diz “além de informar, é qualificar o cidadão para exercer seu poder de voz, de voto e de veto nas questões que dizem respeito à coletividade” (2012, p. 40).

É importante salientar que com o cancelamento dos programas jornalísticos, Canal Aberto e Segunda Edição, a partir do ano de 2017, substituído pelo programa Panorama, houve considerável perda de espaço nas entrevistas, e em consequência da presença dos atores mencionados, visto que boa parte das matérias passaram a ser veiculadas com narração dos repórteres, num resumo dos fatos, sem espaço de fala aos envolvidos. Se o espaço de entrevista já não era o espaço ideal de participação da sociedade, considerando a necessidade da presença do indivíduo como protagonista na construção da informação, reforçado por Freire que diz ser “imprescindível para o homem enxergar-se como participantes do mundo” (2015, p. 108) tendo no diálogo o espaço de fala, pior se faz quando essa fala é entregue pronta, sem lugar para reflexões ou problematizações. E ainda salienta que “apropriar-se da palavra do outro não é dar-lhe poder de fala, mas justamente impedir a autonomia de sua existência e com isso o seu poder de transformação da realidade”. Um retrocesso que deixa a comunicação pública muito aquém do que já demonstrou ser possível, embora não tenha chegado nem perto de uma efetiva participação pública. Essa se daria se os indivíduos estivessem também na produção dos conteúdos, através da discussão das pautas, produção dos materiais, definição dos convidados e entrevistados. Passos que se fazem possíveis, mas ainda não realizados.

Temas: Considerando o que foi levantado das edições analisadas, podemos inferir que em termos de temática, há uma diversidade, dentro do que está proposto em cada área de abrangência dos programas, considerando que alguns possuem um tema de análise central, enquanto outros diversificam os assuntos dentro dos próprios blocos. Variam dentro de uma mesma área, como no caso da saúde, indo desde as campanhas de vacinação, as orientações à prevenção à Gripe A, até reportagem mais complexa, como a que aborda a questão do aumento do número de pessoas com alergias alimentares, e que traz um esclarecimento da diferença entre a alergia ao leite e a alergia a lactose, conforme matéria que foi ao ar no dia 19 de maio de 2016, no programa Canal Aberto. As temáticas que se apresentam a partir das pautas são relevantes ao momento, como no caso da greve dos professores, campanhas do agasalho, índices de desemprego, as Olimpíadas, operação Viagem Segura, a queda na alfabetização, o significado do 7 de setembro, o polêmico cancelamento da exposição ‘Queermuseu’ no espaço do Santander Cultural; como também trazem assuntos que não estão ligados a temporalidade do fato, como a reportagem sobre a escola existente dentro do Presídio Estadual de Lajeado, que foi ao ar no dia 5 de setembro de 2017, no programa Panorama e no dia 9 de setembro de 2017, no programa Pelo Rio Grande.

Assuntos relacionados ao dia a dia das comunidades também ocupam espaços da programação, abordando desde questões sobre infraestrutura, como as condições das calçadas ou a segurança nos terminais de ônibus, assuntos relacionados a um grupo específico de pessoas interessadas, projeto de fisioterapia que utiliza skates adaptados ou os partos humanizados que abrangem o trabalho das doulas (profissionais que auxiliam as gestantes na hora do parto). Na área do esporte, projetos variados, atletas de diferentes modalidades e campeonatos os mais diversos são apresentados, trazendo relatos de diferentes partes do estado. Também na área cultural são shows musicais, apresentações de dança, exposições, lançamentos de cds, trabalhos autorais, videoclips, apresentações musicais e grupos os mais diversificados, ganham lugar ao longo das edições dos programas Estação Cultura, Radar e Galpão Nativo. Muitas dessas ações ou produtos não possuem repercussão midiática, visto estarem sob organização da própria comunidade ou de organizações/artistas ainda sem muita importância ao público. E se não ocuparem esse espaço de visibilidade, poucas chances possuem de alcançarem um reconhecimento mais amplo pelos seus trabalhos, ficando restritos aos meios que convivem, e de certa forma, sem ‘existirem’ para o restante da população. Freire ressalta esse papel que foi apropriado pelos meios de comunicação, de forma que o indivíduo “nada confia ou acredita, se não ouviu no rádio, na televisão ou se não leu nos jornais” (1967, p. 91) e que justamente é o que deixa as decisões, nas diferentes áreas, restrita

a poucos, que são os que ocupam os espaços midiáticos, excluindo o restante da população. Fato que não é de agora, pois Arendt já considerava que a mídia tinha se tornado um espaço que deveria ser ocupado por muitos, para que ao trazerem os vários aspectos de suas realidades e a completa diversidade pudesse “a realidade do mundo aparecer real e fidedignamente” (ARENDDT, 2010, p. 70).

Possuem exclusividade de assunto, dentro de cada edição, os programas Cidadania, Frente a Frente e Debate, mas mesmo esses trazem para a pauta diferentes aspectos a serem analisados do que está sendo abordado e os próprios convidados são instigados a analisar diferentes ângulos de um mesmo tema, o que vem ao encontro do pensamento de Coutinho (2013) quando salienta que é preciso ao jornalismo público oportunizar diferentes olhares de um mesmo tema, dando condições à construção crítica do pensamento. Podemos dizer que são priorizados, nos programas, temáticas locais, em detrimento de assuntos estaduais, nacionais e internacionais. ‘Local’ esse que não tem significado numa referência a cidade de Porto Alegre, sede da emissora, ou região metropolitana, pois através das parcerias com outras emissoras, as cidades do interior se fazem presentes com matérias sobre suas comunidades. A partir das reportagens, por relatos ou entrevistas, são abordadas histórias de vida, superações, soluções de problemas, que contextualizados nas comunidades, refletem possibilidades de incentivos ou aprendizados para o público. Prática muito comum nas entrevistas com as bandas convidadas do programa Radar, considerando que cada músico é instigado a contar sua trajetória, as dificuldades por que passou, ajudas que recebeu, entre outros processos até chegar a um cd gravado ou show agendado. São exemplos de bandas que saíram do interior do estado, de cidades como Santa Maria, Carazinho, Sarandi, Pelotas, entre outras, e que podem servir de inspiração por serem realidades tão próximas.

Reforçamos que dentro da nossa observação, boa parte das temáticas não tiveram, e não teriam, espaço de divulgação nos veículos privados, considerando o alcance restrito ou mesmo a pouca visibilidade no mercado comercial. São entrevistas com artistas, esportistas, paraesportistas ou pessoas comuns que são invisíveis ao público, sem maiores referências nas áreas de atuação. E, conforme Arendt (2010), é preciso que haja visibilidade dos fatos para que a existência do mesmo vire realidade. Essa visibilidade se dava, nos tempos antigos, no espaço público, através dos ágoras da Grécia; na modernidade, nos cafés da Inglaterra ou salões da França e que foram transpostos para o espaço midiático na atualidade, conforme Thompson (1990). Sem representatividade, somente uma pequena parte da sociedade se faz visível e presente na construção que é feita da nossa realidade através da mídia, longe da fidedignidade que foi pontuada por Arendt (2010). A própria cobertura da greve dos

professores estaduais no ano de 2017, em curso justamente no período de análise, como já mencionado, não teve presença marcante na emissora, como se o fato, que envolve a vida de alunos, pais, professores e autoridades, em mais de 300 municípios do Estado, não tivesse relevância. São estratégias justamente das tevês comerciais que no próprio ato de não dar espaço de notícia, desvalorizam o movimento desses profissionais. Sabemos que na semana analisada, boa parte dos programas não foi ao ar, porém cabe salientar que das 13 edições analisadas, apenas a edição do Programa Panorama, do dia 5 de setembro de 2017, no quadro Resumo de Notícias, trouxe alguma informação sobre o fato. Ainda, o mesmo programa, na edição do dia 11 de setembro de 2017, que abordou questões ligadas a educação não fez referência a situação atual dos professores, que são os profissionais de total importância para a temática em discussão, que era a alfabetização e analfabetismo. Para nós, sem dúvida, o silenciamento foi uma escolha editorial, por certo vinculada aos gestores do momento. Thompson (2008) salienta que é assim que a mídia constrói uma realidade que não é plural, mas que passa a ser socialmente aceita por vir de um espaço de visibilidade.

Dentro ainda da temática, e nessa mesma linha de raciocínio sobre decisão editorial, é importante mencionar a cobertura que foi realizada pela emissora durante a realização do evento Expoleite. Ao longo da semana de 16 a 20 de maio de 2016, foi assunto com presença constante tanto no programa Canal Aberto, que ia ao ar no horário do meio dia, como no programa Segunda Edição, que era veiculado durante o horário das 19h, ambos ao vivo. Sabemos que a cobertura de eventos, de grande ou pequeno porte, constitui pauta diária dos veículos de comunicação, ainda mais se envolve amplo público e ações diferenciadas. Porém, o que chamou a atenção, durante a análise, foi a fala recorrente dos mesmos atores, representantes dos organizadores, os grandes produtores rurais, com informações oficiais sobre o setor, que é a produção leiteira do estado. Em nenhum momento as reportagens trouxeram dados complementares, como abordagens sobre os pequenos produtores, ou mesmo analisaram essa outra possibilidade de produção do leite, nas propriedades rurais familiares. As informações chegaram a se repetir, assim como as falas dos entrevistados, numa evidente necessidade de se dar espaço, mesmo que não tendo mais novidades, por certo, por ser evento apoiado pelo Governo. Faz aparecer a relação comercial que é estabelecida pelos veículos comerciais, os quais vendem os espaços publicitários, de anúncios, vinculados aos espaços editoriais nos programas. São vendas casadas, que sabemos bem comuns na prática diária das empresas de comunicação. Não identificamos nenhum apoio dos organizadores do evento à grade de programação da TVE, o que não elimina acordos que possam ser feitos em outras áreas ou mesmo nas relações políticas com o governo.

Narrativa: Nas observações realizadas, podemos identificar que a participação ainda é um dos pontos que pouca diferença apresenta se comparado com a mídia comercial, visto que segue um padrão jornalístico de espaços de fala marcado e dentro da proposição de levar a informação ao telespectador, sem maior interação com o mesmo. Embora alguns programas divulguem espaços de participação através das redes sociais, essa interação muito pouco aconteceu, sendo registrado, na amostra toda, uma edição do programa Debate com três mensagens de telespectadores que fizeram perguntas e que foram lidas pela apresentadora; uma edição do programa Plano de Jogo com um e-mail lido na íntegra pelo apresentador; e uma edição do programa TVE Esporte com uma mensagem via *WhatsApp* que foi colocada na tela. Não há uma abordagem direta ao telespectador, a partir de reflexões ou questionamentos, ou o uso de outras narrativas fora do padrão jornalístico. Em geral, a participação do público se dá nas matérias externas, através das entrevistas, ou na presença no estúdio, como convidados. Aspecto que vai de encontro com a proposta de viabilização de uma comunicação pública de mão dupla, onde os envolvidos possam falar e ouvir, proposta por Duarte (2012). Também conflita com a educação transformadora de Freire (2015), que, por ele mesmo definido, seria um contraponto à educação bancária que entrega a palavra pronta.

Nos aspectos de construção da narrativa, identificamos que as edições analisadas trouxeram informações importantes e que os apresentadores, ou repórteres, procuraram destacar, através de texto na tela, dados que eram de interesse do público, como número de telefones, endereços, endereços eletrônicos, contatos pelas redes sociais, período de realização, documentos necessários, pessoa de contato, etc. Essas informações estiveram relacionadas a assuntos sobre segurança pública, saúde, trabalho, educação, lazer, que foram sendo contextualizados, principalmente se o programa estava organizado para a tomada de tempo numa mesma temática principal. Destacamos aqui a explicação realizada pelo responsável técnico do Samu, convidado do Programa Panorama do dia 5 de setembro de 2017, que, a partir da abordagem da apresentadora sobre a diferença dos números de emergência – 190 da Brigada Militar, 192 do Samu e 193 dos Bombeiros – explicou quais são os casos em que a população deve chamar o Samu e quais os casos que o Samu não pode resolver, visto a sistemática de trabalho do serviço a ser prestado, explicando qual o procedimento a ser adotado. São explicações de como fazer, onde ir, quem procurar, mostrar para que serve, importantes à comunicação pública, como definido no quadro de referências.

Programas como Debate e Frente a Frente, que também possuem temática única por edição, tiveram uma abrangência considerável de perspectivas, no material analisado, com os



convidados sendo instigados pelos apresentadores a trazerem análises de contextos diferentes, como nos âmbitos nacional, internacional e regional, no tempo atual, épocas passadas e perspectivas futuras; ou com visões convergentes e divergentes. Tema como a questão da Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA), localizada na Floresta Amazônica, que foi assunto do programa Debate TVE de 5 de setembro de 2017, tendo como pano de fundo a revogação, assinada pelo Presidente Temer, da autorização que havia sido dada, também por ele, para a exploração de mineral na área. Estiveram presentes um ambientalista e um geólogo, profissionais que ocupam posições diferentes no âmbito da temática, e que tiveram oportunidade iguais para estabelecerem suas considerações (embora o discurso do ambientalista fosse mais enfático e com isso acabou ocupando mais tempo), trazendo exemplos ligados aos seus pontos de vista. Enquanto o geólogo considerou que as novas tecnologias de exploração dos minérios já não são tão prejudiciais, como o que temos na mente, conforme imagens de explorações de tempos passados e exemplifica o fato com empresas chinesas e americanas que se utilizam dessa tecnologia; o ambientalista pontuou que não é só com a extração que devemos nos preocupar, mas com todo o processo de ocupação da área, visto que é preciso a instalação de pessoas e essas precisam de serviços, e assim outras áreas próximas vão sendo ocupadas e degradadas, destruindo um importante pedaço da reserva amazônica, lembrando do caso dos garimpos em Santarém, no Pará.

A prática da comunicação pública prescinde de mecanismos de debate público sobre temas de relevância nacional e internacional, como é o caso da Floresta Amazônica. Conforme Coutinho (2013), é preciso que o jornalismo público oportunize diferentes olhares sob um mesmo tema, dando condições ao desenvolvimento da consciência crítica do pensamento. E Freire (2015) reitera que é preciso dar autonomia ao indivíduo, o que se faz ao dar-lhe condições de análise do contexto, oportunizando o conhecimento das diferentes perspectivas pelas quais o fato pode ser analisado, para que decida, por conta própria, a versão que melhor represente seu pensamento. Nesse sentido, achamos importante exemplificar, também, com a reflexão que foi realizada pelo sociólogo e cientista político, Flávio Silveira, que abordou a questão do patriotismo, cidadania, democracia, no programa Panorama de 6 de setembro, em que participou como convidado. Instigado pela questão inicial da apresentadora sobre ‘Como os gaúchos interpretam a independência do Brasil, em meio a recessão econômica e a crise política? Qual o significado do dia 7 de setembro? Quais os modelos éticos e morais que vigoram na república?’, o convidado fez uma longa reflexão sobre o comportamento do povo brasileiro, trazendo uma contextualização do tempo do Brasil Colônia, lembrando que tanto a independência do Brasil como a Proclamação da República

não foram movimentos que tiveram a participação popular, como em outros países, mas foram decisões de uma elite envolvida com o poder, e que isso, na sua opinião, reflete nesse baixo envolvimento da população nas decisões políticas. A partir da provocação inicial, o convidado trouxe diferentes pontos de vista sobre a questão do espaço de disputa política das redes sociais, analisou as épocas e comportamentos, fez comparações com outras realidades, deixando reflexões e questionamentos sobre os cenários necessários e possíveis para as mudanças econômicas, sociais e políticas que se espera para o país. Guareschi (2013) já salientava que é papel do comunicador formular perguntas, problematizar os fatos, lembrar as inúmeras dimensões, dando ao telespectador o maior número de elementos para formar sua opinião, o que vem da fala do entrevistado provocado.

Feitas as considerações sobre alguns importantes elementos presentes nas narrativas que destacamos – como contextualizar no espaço local, no regional, no nacional e internacional; contextualizar no ontem e no hoje, que dê perspectiva para o amanhã ou levante questionamentos; que analise, proponha reflexão crítica, compare realidades, mostre alternativas, traga diferentes pontos de vista – conforme pontuamos no modelo de referência, é importante considerar que essas se fazem ainda muito a partir da fala do especialista. Esse, um indivíduo que tenha nos títulos escolares, principalmente, o respaldo da autoridade para a discussão do assunto – o jornalista, o economista, o geólogo, o ambientalista, a professora doutora, a cientista – ficando em segundo plano o espaço para o discurso cujo saber se estabelece a partir da prática (exceção feita ao programa Radar que tem por essência a participação de artistas que falam a partir de suas experiências). E é em Freire (2015) que vamos respaldar essa discussão, quando diz que se não há espaço de fala para o cidadão, caímos na educação bancária, onde os que são considerados os sábios doam conhecimento aos que estão prontos a recebe-lo, já que são julgados e se julgam nada saber. Reforçado por Guareschi (2013) que diz ser através desses espaços que a mídia constrói sua credibilidade, traduzindo a doação do ‘saber’ dos autorizados aos que nada sabem sobre os fatos e que acreditam não possuir outros meios de buscar esse conhecimento. Mas entendemos que a valorização das informações que são oriundas do fazer da população é ainda assunto de grande debate, tanto nos próprios meios teóricos de defesa e refutação da valorização do conhecimento popular, como dentro das organizações da sociedade. Porém, a abertura de espaço para as diferentes vozes também se faz na superação entre o discurso oficial/científico e o discurso público/leigo.

Produção: Também, dentro de uma perspectiva de se ter espaço para a inovação, com a presença de formatos e estética diferentes, nos programas analisados não há mudança de comportamento, que não os já estabelecidos pelos padrões privados. Não estão presentes nos programas analisados as narrativas alternativas, que se abram para outras formas de organização do pensamento ou de construção de relatos. Em geral, dos programas jornalísticos, esportivos e passando pelos culturais, a entrevista, as matérias externas e a narração direta do apresentador são balizadores da prática na tevê. A repetição do mesmo não instiga ao entendimento de que outras formas de produção são possíveis, reforçando a ideia da padronização das propostas para que sejam aceitas. Nem nas produções parceiras há alguma estética jornalística fora de um padrão, o que pode ser entendido por geralmente as tevês universitárias estarem sob responsabilidade dos Cursos de Comunicação Social, nos levando a inferir que talvez esses não abram espaço para experimentações outras que não as regradas nas práticas da profissão num mercado tradicional, embora seja justamente do meio universitário que por vezes saem (ou esperamos que saiam) propostas novas para a prática da produção audiovisual.

A premissa de uma tevê pública com qualidade técnica de produção, com inovação e diferenciação, utilizando para isso modernos recursos televisivos, compõe as orientações da UNESCO (2006). Na realidade da TVE, conforme a Diretora de Programação, Tatiana Forster (2017), as mudanças tecnológicas são as questões que mais trazem problemas para as tevês públicas, visto os baixos recursos. Da mesma forma que facilita a vida da emissora, pois os equipamentos passam a ser mais fáceis de manejar, além da equipe necessária ser mais reduzida, tem a necessidade de investimento para troca dos aparelhos, como câmeras e equipamentos técnicos. Situação que se agrava no momento que todas as emissoras precisam passar para a tecnologia digital, conforme está planejado para o país. Segundo a produtora, nos últimos anos, foram mais de 5 milhões de reais investidos na TVE. Cabe aqui as discussões sobre as formas de financiamento e viabilidade das tevês públicas. Mas, é preciso que junto com as verbas, os canais públicos contem com uma gestão eficiente e eficaz, que tenha no serviço público que a emissora presta, o balizador para os investimentos, e que tenha na equipe, a parceria para manter um número de pessoas necessárias ao trabalho e que se mantenham preparada tecnicamente, dando condições para a excelência na programação.

A qualificação da equipe é outra questão levantada por Forster (2017), no sentido de qualidade técnica, de conhecimento para lidar com as novas tecnologias, considerando que nas empresas comerciais é mais fácil, pois ou se qualifica o funcionário ou se troca o profissional. Como exemplo cita uma grua que a emissora em algum momento adquiriu, num

custo de uns 500 mil reais, mas que não tem quase uso porque a tevê não tem operador de grua na equipe. Para ela, no caso das emissoras públicas, a burocracia dificulta tanto a qualificação como a contratação, o que seria um dos motivos para que o governo venha a propor uma nova forma de gestão da TV. Para nós, pensamento que corrobora com o atual governo, federal e estadual, que tem como discurso a ideia de que o desequilíbrio das contas públicas passa pela responsabilização do servidor público, que tendo estabilidade, não pode ser ‘trocado’ e com isso tem baixa produtividade e alto custo. Mérito que não aprofundaremos, mas que destacamos para salientar que para nós é pensamento equivocado, considerando que com financiamento adequado e planejamento de gestão, há condições das tevês públicas manterem-se competitivas e com equipe de qualidade.

Na sequência da análise da produção, identificamos que o estúdio é o espaço principal, ora com ambientação específica – como no programa Galpão Nativo que apresenta elementos cênicos compatíveis ao regionalismo abordado, ou mesmo no programa Radar que é voltado à área cultural e traz como elementos cênicos objetos das artes plásticas – ora com um cenário mais elementar, trazendo painéis, poltronas, bancadas, mesas, tevês, sem fugir do tradicional. As matérias externas é que oportunizam outros espaços de locação, muito presentes nas reportagens das emissoras parceiras que se voltam para cobertura de eventos em espaços urbanos e rurais de cidades do interior. A cobertura de eventos externos, ou mesmo a realização de reportagens, também foi assunto abordado pela Diretora de Programação, Tatiana Forster (2017), durante a entrevista, pois remete a questões de custos, equipamentos e equipe qualificada tecnicamente. Forster (2017) salientou por diversas vezes as dificuldades de se fazer uma produção em emissora pública devido a perda, justamente, da dinamicidade das produções televisivas que exigem a contratação de *links* ou uso de *drones*, o que exige investimentos muito altos. Talvez aqui fosse o espaço para se pensar as propostas alternativas, ou diferenciais, dando o caráter público e de espaço experimental para novas formas de produção que é premissa do canal público.

Ainda, conforme abordamos, outros elementos se fazem presentes nos programas, e respectivas edições, como a estética das imagens, os enquadramentos, a luz, os sons, os cenários, os roteiros, os tempos de fala, as aberturas e trilhas sonoras, entre outros. São elementos que instigam investigação específica, sob orientação de teoria própria, mas que, dentro da análise estabelecida neste estudo, apesar de não se fazerem menos importantes, não tivemos como foco o aprofundamento. Assim, estabelecemos um olhar geral, buscando compreender a importância de suas presenças na composição da programação da emissora pública. Identificamos que todos os programas possuem vt de abertura, com um visível

trabalho estético, desenvolvido a partir de fotografias ou imagens que tenham referência com a área de abrangência do programa, editadas com recursos tecnológicos e uso da logomarca que fixa na tela antes de passar à imagem dentro do estúdio. Esse vt é veiculado na abertura, chamadas para intervalos e volta dos intervalos. No encerramento, nem todos os programas se utilizam do mesmo, alguns finalizam a edição com imagens de matéria veiculada com apresentação dos créditos da equipe de produção e logo da TVE, ou mesmo somente com a logo da TVE. Há um cuidado em uma padronização dos programas quanto a esses vts e trilhas sonoras. Cada programa possui trilha sonora específica, também com presença marcante na abertura e encerramento de cada bloco das edições. A qualidade do produto audiovisual se faz presente também na edição das imagens, que se organizam num roteiro bem estruturado entre o apresentador âncora que, a partir do estúdio, chama para as reportagens ou conversa com os convidados. Poucos equívocos são observados, os quais também estão presentes nos programas comerciais, como chamada de repórter que não tem retorno de áudio, chamada para uma atração equivocada, etc. Não se observa má qualidade de vídeo ou áudio durante a programação que é assistida ao vivo ou mesmo pelo canal do *youtube*.

O que encontramos nos programas, e podemos destacar, foi uma certa flexibilidade nos tempos de duração, tanto dos programas, considerando a edição completa, como na configuração dos blocos, entre os intervalos. Com mais ou menos minutos, os apresentadores não pareceram preocupados em seguir um rígido controle do relógio, como se observa nos programas comerciais, que tendo compromisso com os anunciantes, limitam os apresentadores, fazendo com que os mesmos, estando ao vivo, por muitas vezes interrompam os convidados para cumprir o tempo do bloco. Prática que é observada por Coutinho (2012) ao abordar a questão do tempo para cada temática no jornalismo público que pode superar a questão da superficialidade presente no veículo comercial, permitindo, por exemplo, um avanço quanto ao tempo de fala/argumentação das fontes e mesmo a presença na narrativa audiovisual. Mas a duração total das edições não se dá de forma tão diferente dos veículos comerciais, já que os programas têm duração de 10 a 15 minutos, 30 a 40 minutos ou entre 50 e 60 minutos e esses estão divididos em bloco único, dois blocos, três ou até quatro blocos. Como exceção, e dando uma perspectiva de possibilidade de espaço de abertura para outras estéticas do audiovisual, chamou a atenção o quadro *Esporte Radical*, dentro do programa TVE Esportes, que foi ao ar no dia 20 de maio de 2016, e que trouxe matéria sobre nova modalidade no ciclismo, o *freeride*, que consiste no ciclista transpor obstáculos naturais urbanos. O vídeo foi enviado por praticantes da modalidade do Morro do Vidigal, no Rio de Janeiro, numa perspectiva da imagem a partir do ciclista, tendo somente imagem e trilha

sonora, sem narração. Nenhuma inovação na forma de propor o olhar na imagem, já que são práticas recorrentes, mas destaca-se o fato de trazer uma nova proposta dentro do que é visto na programação da emissora.

Entendemos que há uma necessidade premente de abertura dos canais públicos para um outro fazer jornalístico que, em primeiro lugar, dê liberdade, ou mesmo estabeleça que os comunicadores que ali trabalhem se distanciem do conhecimento padrão, que a todo momento remetem aos modelos do mercado privado, para que possam experimentar outras possibilidades, ou mesmo aceitar novas propostas, quando surgirem. Conforme Orosco (2002, p. 260), para as tevês públicas é preciso “equipes de pesquisadores e artistas, projetistas e particularmente pedagogos lúdicos, todos alinhados numa produção televisiva estética e atraente”. Momento oportuno para ser pensado o fazer jornalístico numa perspectiva do telejornalismo público, a que já nos referimos, que não chega a renegar os conhecimentos da área, muito pelo contrário, que justamente ao considerarem a essência do fazer jornalístico, se proponham a abrir espaços para novas perspectivas. Para Coutinho (2013), ser espaço para outros formatos de programas no intuito de fomentar a desconstrução do processo de produção e mesmo uma leitura que desenvolva o senso estético para a inovação, experimentação e criatividade. Essas experiências poderiam abrir oportunidade para formatos de programas que tivessem mais tempo de duração, permitindo a produção de conteúdo que viesse contextualizar as informações de forma mais efetiva. No dizer de Duarte (2012), buscando excelência em conteúdos e linguagens através do desenvolvimento de formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centros de inovação e formação de talentos.

Enfim, feita a análise das edições observadas, dentro dos pontos de texto definidos, e estabelecendo as relações com o modelo de referência criado, com a teoria e as entrevistas, podemos dizer, de forma geral, que as estratégias de educação para a cidadania acionadas pela programação da TVE estão ainda incipientes, embora presentes em pontos que se fazem importantes, em alguns dos programas ou edições. São estratégias de educação para a cidadania encontradas na programação:

a) a abertura para a presença de diferentes pessoas, que representam, por exemplo, variados movimentos dentro da área da música, do esporte, da educação, da saúde, ou que abordem diferentes comportamentos dentro da sociedade, ou ainda de diferentes gêneros e etnias;

b) o espaço voltado para os acontecimentos locais, da cidade de Porto Alegre ou de outras cidades do Estado, pois a TVE chega a várias cidades do RS e possui parceria de emissoras do interior;

c) a divulgação de assuntos que partem da realidade das comunidades, como os eventos organizados de forma solidária, as competições voltadas aos atletas paraesportistas, os artistas e suas bandas em início de carreira, as ações de associações de bairro, ou atividades realizadas por alunos, entre outros;

d) narrativas que contextualizam os assuntos no ontem e traçam perspectivas num amanhã, que explicam a importância de fatos e orientem no como fazer, com quem falar, onde ir; exemplificam com casos locais, regionais, nacionais e internacionais; comparam realidades, trazem alternativas e dão visibilidade para histórias de vida e de superação.

Assim, procuramos exemplificar a presença de algumas estratégias de educação para a cidadania a partir da programação da tevê pública. Mas, para ampliar essas possibilidades, consideramos que é preciso, num primeiro momento, uma grande movimentação dentro do próprio veículo, iniciando por mudanças no olhar dos gestores e comunicadores sobre o próprio material audiovisual, abrindo um espaço às potencialidades que as tecnologias apresentam e necessidade de mudar os parâmetros que até hoje guiaram o fazer jornalístico ou televisivo. Duarte diz: “temos um papel importante em mudar a visão predominante sobre a comunicação como instrumento de transformação da sociedade e precisamos ser mais eficazes em cumpri-lo” (2008, p.4). Num segundo momento, é a aproximação com as comunidades que trará a população para dentro da tevê, ocupando os diferentes espaços que podem lhes ser ofertado, dando maior visibilidade às ações e programações da própria emissora, ao mesmo tempo em que abre espaço para que a população passe a falar sobre si mesma, dando reconhecimento à sua linguagem e suas práticas. Literalmente um espaço público voltado à diversidade é como entendemos as tevês públicas no seu papel de educar para a cidadania e que já foi reafirmada por Kaplún (2002), através de uma pedagogia da comunicação que fale a língua da comunidade e se pauta por sua necessidade de comunicar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem da pesquisa já tem a nossa atenção há alguns anos, sendo motivo de questionamentos desde a conclusão da dissertação de mestrado, que analisou a tevê comunitária de Santa Maria. O pouco envolvimento da comunidade com a TV Santa Maria, na época, levantou questionamento sobre a passividade das pessoas com as questões da comunicação pública. Elencado nesse contexto, o movimento em busca pela democratização da comunicação que fica restrito a parcela pequena da população ainda hoje. Nem no âmbito dos cursos de comunicação social se consegue a atenção para assunto tão importante e que causa reflexo tão grande no dia a dia da população. Certos de que uma das causas desse baixo engajamento é a falta de conhecimento que as pessoas possuem do próprio direito à comunicação como direito de obter informação e de produzir conteúdo, é que identificamos que muito mais premente se fazia a necessidade de as pessoas serem educadas para exercer sua cidadania de fato, iniciando pelo conhecimento de seus direitos e deveres.

Instigada pela temática, ao longo dos últimos anos fomos construindo o referencial teórico, procurando adentrar nos caminhos que levavam às questões da cidadania e da comunicação pública. A vivência com a TV Santa Maria e o olhar sobre a programação da TV Brasil nos aproximou da programação dos canais públicos. No meio do caminho, nos deparamos com os trabalhos do Professor Silvio Barbosa e da Professora Iluska Coutinho que completaram o entendimento de que é justamente nas tevês públicas que se faz premente o desenvolvimento de estratégias de educação para a cidadania. A partir daí a pesquisa ganhou a estrutura apresentada de dois capítulos teóricos, um metodológico e um de análise. A seguir as considerações finais do caminho que percorremos.

Frente às várias fontes de pesquisa com que nos deparamos, fizemos escolhas durante o desenvolvimento de cada capítulo teórico, que nos oportunizaram a construção de um pensamento sobre determinado tema. Mas temos consciência que os assuntos não se fecham nas abordagens selecionadas, muito pelo contrário, só abrem brechas para que outras fontes sejam agregadas ao longo da formação que segue e que se dá de forma constante para um pesquisador. Para o momento, ao abordarmos questões sobre o público e o privado fizemos um caminho reverso, indo dos autores que tínhamos em mãos a outros autores que eram os mais citados, no intuito de chegar na fonte primária de onde partia o conceito. Tomamos a liberdade de exercitar a leitura crítica de obras que nem sempre são de fácil compreensão. Partimos do conceito em Aristóteles, na Grécia Antiga, para chegar aos tempos atuais, salientando as mudanças que foram ocorrendo conforme governo, sociedade e mídia iam se



desenvolvendo e se relacionando. Misturaram-se de tal forma, que o público e o privado passaram de espaços de disputa de ideias e vida familiar, respectivamente, para processo de negociação de visibilidade, que se potencializa com o uso das redes sociais. O espaço público agora é virtual, mas não se comporta como lugar efetivo de discussão política, que leve a reflexão e a ação. Estamos ainda carentes de um lugar de representação que fomente a constituição de identidades que se realizem através do exercício da cidadania.

E, nesse sentido, o olhar sobre o conceito de comunicação pública e sobre o desenvolvimento da tevê pública no Brasil se deu na perspectiva desse se configurar como um espaço possível para o debate público e lugar de construção de identidades. Essas, das mais variadas, conforme é a população brasileira. Numa trajetória que ainda não se consolidou, e nos últimos tempos tem retrocedido, o sistema público de comunicação no país ainda fica muito aquém de uma perspectiva efetiva de lugar de atendimento à sociedade e que se faça longe das influências do Estado. Mas é caminho possível para auxiliar a população na compreensão do mundo em que vive e do papel que exerce, problematizando a realidade local, nacional e internacional, no intuito de dar ferramentas para o debate e a reflexão sobre situações atuais e perspectivas futuras, procurando desenvolver autonomia ao indivíduo que passa a se enxergar como agente de transformação de sua realidade.

Sobre a temática da educação, nossa proposição centrou a atenção nos estudos de Paulo Freire, no entendimento que o foco nas pedagogias nos possibilitava mais tarde dar início a construção da perspectiva teórica da educação para a cidadania que queríamos chegar. Papel que se cumpriu ao identificarmos que é na autonomia do indivíduo que se faz possível o desenvolvimento da cidadania. Nas suas possibilidades de escolhas conscientes, toma para si a responsabilidade, que divide com o grupo ao qual pertence, de buscar soluções, propor intervenções, reivindicar atenção e melhoria por parte de quem é gestor dos recursos públicos. Assunto abordado por Mario Kaplún, para quem tem papel fundamental nesse processo a comunicação e que precisa desenvolver pedagogia própria para alcançar esse objetivo. Assim, entendemos que educar para a cidadania requer dar condições para que os indivíduos assumam um protagonismo em suas vidas e na sociedade.

As inúmeras possibilidades de abordagem do conceito de cidadania nos deixaram numa encruzilhada. Procuramos então traçar uma linha histórica que mostrasse as conquistas de direitos ao longo do tempo, ganhando espaço, embora por muitas vezes contestada. Sendo mais do que conceito, a cidadania abarca uma série de conhecimentos e posturas que potencializam a presença do indivíduo na sociedade, levando a uma forte relação de vínculo de pertencimento ao lugar que ocupa. Constrói identidades, responsabilidades e dá poder de

realização. Porém, ainda hoje exercer o direito e dever de cidadão é para poucos, considerando que não há efetiva consciência da população, o que gera a pouca participação na vida pública e política das nações.

Sobre a metodologia, entendemos que a análise textual de material audiovisual, na proposta de apropriação realizada, cumpriu com sua finalidade de ser o caminho para a consecução dos objetivos da pesquisa. Para nós, se fez de forma pedagógica a aplicação da mesma, até por ser método com o qual temos proximidade. Já a necessidade de delimitação de uma amostra que desse representatividade à pesquisa e, ao mesmo tempo, condições reais de ser analisado no tempo limite em que cabe o desenvolvimento de um estudo de doutoramento (neste caso os 4 anos previstos no processo e que se fizeram concomitantes à prática docente durante todo o período) nos levou a busca e definição de uma temática que tivesse repercussão pública a ponto de ser um balizador de cobertura jornalística. Nesse sentido, optamos pela temática da greve dos professores estaduais, que se faz a cada ano presente na pauta jornalística, e que envolve, justamente, negociações difíceis com o Governo do Estado, que é também gestor do veículo analisado. Vislumbramos uma oportunidade de identificar a relação que se estabeleceu entre a emissora pública e os gestores durante essa cobertura. Definiu-se a amostra em duas semanas, uma para cada um dos últimos dois anos.

E chegando à análise das estratégias de educação para a cidadania acionada a partir da programação própria da TV Educativa de Porto Alegre, procuramos exercitar a confrontação entre teoria e prática, entre observação e inferências, para chegar a uma proposição que expomos neste momento da finalização de tese. As estratégias que observamos dizem respeito as particularidades que a emissora apresentou ao produzir seus programas, acontecendo na forma como conduziu entrevistas, bate-papos, editou matérias, abordou assuntos, até o espaço que oportunizou para as participações, as pessoas que ouviu, as versões e opiniões que deixou circular, passando também pelas propostas de ambientes de locação e uso de imagens. Nesse sentido, podemos dizer que através do olhar sobre os atores, temáticas, narrativas e produção das edições analisadas encontramos um pouco do que se propôs do conceito de educação para a cidadania, explicitado no modelo de referência construído. São, principalmente, as temáticas variadas, as abordagens sob diferentes pontos de vistas, as explicações esmiuçadas, as orientações realizadas, através de participações diversificadas que dão a essa programação uma condição de educar para a cidadania. Se ainda precária nas propostas de interação com o público e como fomentadora de estéticas audiovisuais diferentes, por certo identificamos como espaço possível de ampliação dessas práticas.

Porém, percebemos que falta mesmo é interesse na ampliação e manutenção dessas

estratégias, principalmente na perspectiva atual de mudança em que a emissora deixa de ser gerida por um ente como a Fundação Piratini. No discurso oficial, conforme a entrevista do Presidente, Orestes de Andrade Jr. (2017), observa-se o destaque para questões bem caras à comunicação pública, como a preocupação com uma programação que atinja uma maior diversidade de público, que tenha uma relação efetiva com a audiência, o fomento à produção audiovisual local e regional, entre outros dos quais não discordamos. Mas, fica muito claro o papel pouco público que o atual governo delineia para a tevê, considerando principalmente a gestão a partir de organização terceirizada da área de comunicação, que não nos parece será exigido que tenha experiência comprovada em comunicação pública ou que pelo menos conheça seus preceitos. Ainda, numa perspectiva de que um Conselho fosse o balizador dessa organização, também as ideias do Presidente vão de encontro justamente ao que seria a participação plural de representações da sociedade, considerando ele, que a presença de sindicatos e outras instituições só politizam o Conselho, além de salientar que esse deve ser apenas consultivo, e não deliberativo, já que a fiscalização é feita por outros órgãos governamentais. Pensamentos que reforçam a conduta do Governador do Estado, quando das medidas para a extinção da Fundação Piratini, que desconsiderou qualquer posicionamento do atual Conselho, que é deliberativo, e que em votação foi contrário ao ato, com 13 votos contra 4.

Ao mesmo tempo, o estudo mostra, na nossa avaliação, que, considerando o desenvolvimento alcançado pela TV Brasil antes das interferências do governo atual, e das estratégias encontradas na programação da TVE, principalmente na análise dos programas do ano de 2016, podemos vislumbrar a possibilidade de uma emissora pública, mesmo que financiada por recursos públicos oriundos da via governamental, ter condições de ser veículo com autonomia editorial, respaldada em conselho curador com forte presença, que venha atender aos preceitos da comunicação pública, com qualidade, abrangência, diversidade e representatividade social. A questão que fica, neste momento, está para além da prática da comunicação pública, pois envolve o reconhecimento e respeito, por parte do governo eleito, aos preceitos democráticos do país, como a autonomia das instituições. Não há possibilidade de se fazer comunicação pública sem democracia, e esta só se efetiva quando tem no respeito à Constituição e legislações correlatas, os limites das ações governamentais. Fato que não é o que temos vivenciado nem no estado ou no país.

Ao final, podemos afirmar que a TVE aciona estratégias de educação para a cidadania, através de sua programação própria, com qualidade, através dos atores, que são diversificados e ocupam os espaços de fala; das temáticas que se fazem plurais e representativas do local e

regional; das narrativas, que abrangem histórias de vida e contextualização variadas; e da produção, de forma menos efetiva, mas que abre espaço para material de parceiros do interior. O que reforça que, além de serem possíveis, as estratégias demonstram-se necessária e viáveis, pois acionam, na maior parte das vezes, questões mais editoriais e de práticas de produção, do que realmente de grande investimento financeiro, que não os já necessários. O que dá abertura para que as estratégias de programação nessa e em outras emissoras sejam reforçadas por gestões democráticas e comprometidas com a comunicação pública, através de outras práticas que venham contribuir para as mudanças necessárias, tanto nas abordagens como a partir de temas, presenças e formatos diversificados. Com isso, chegamos aqui com a certeza do crescimento experimentado ao longo de todo o processo, a convicção, cada vez mais forte, de que uma comunicação pública de qualidade se faz essencial em qualquer país democrático, precisando para isso vontade política, políticas públicas e uma população ciente dos seus direitos e deveres, entre eles de comunicação. Para isso, educar para a cidadania deve ser uma busca constante, se não ainda através dos veículos de comunicação, que inicie pelos espaços de discussão, como dentro das universidades, principalmente nos cursos de comunicação social. Espaço que já ocupamos.

Também, acreditamos ter contribuído com os estudos na área da comunicação pública ao procurarmos relacionar a comunicação com a educação e a cidadania, na perspectiva de se pensar o fazer comunicacional com responsabilidade e no interesse de desenvolvimento social, premissa do nosso campo de atuação, a comunicação social. Ao propor um conceito de educação para a cidadania, que se fizesse possível de ser abraçado pela comunicação, buscamos instigar um olhar crítico para as nossas práticas como jornalistas, relações públicas, publicitários, comunicadores em geral, que muitas vezes reproduzimos fazeres que tanto criticamos, cheios de vícios de uma comunicação limitadora e nada dialógica a qual fomos acostumados. Senão nos propusermos à crítica, não avançaremos em mudanças, conformados que ficamos na manutenção das práticas, mesmo que numa sociedade mais democrática. E, muitas vezes, como observamos, as mudanças não exigem investimentos financeiros, mas vontade de superação e busca de alternativas. Em termos de perspectivas futuras, vislumbramos a possibilidade de novas pesquisas, olhando para a necessidade de se ouvir, justamente, a população para quem pensamos essa educação para a cidadania. Necessário um foco na recepção dos canais de comunicação pública, buscando entender como a população se relaciona com a comunicação pública e como gostaria que essa relação acontecesse para efetivamente se sentir incluída, representada e instigada a participar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE JR., Orestes de. **Entrevista concedida pelo Presidente da Fundação Piratini**. Porto Alegre, 18 de jul. 2017. Entrevista a Fabiana Pereira.

ARAÚJO, V. M. V. B. **TV Pública no Brasil: história, regulamentação e a criação da TV Brasil**. In: Colóquio Internacional Televisão e Realidade. 2008. Disponível em: <http://www.tvereadidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/Valeria%20Vilas%20Boas.pdf>. Acesso em 03 de julho de 2016.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª e. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Editora Martin Claret. São Paulo, SP: Editora Martin Claret, 2002.

BARBALET, J. M. A cidadania. Lisboa: Editorial Estampa Ltda., 1989.

BARBOSA, Sílvio H. V. Educação para a cidadania no caminho da TV Brasileira. **Revista Líbero**. Ano X. nº 19. Junho de 2007, p. 145.

\_\_\_\_\_. **TV e cidadania**. São Paulo: All Print Editora, 2010.

BARCELOS, Vera Daisy; SIMAS, Milton. **Entrevistas concedidas pelos representantes do Sindicato dos Jornalistas do RS no Conselho Deliberativo da Fundação Piratini**. Porto Alegre, 6 de jun. 2017. E-mail encaminhado a Fabiana Pereira.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTO, Valério Cruz. TV pública, políticas de comunicação e democratização: movimentos conjunturais e mudança estrutural. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. Vol. X, n. 3, Setembro, 2008. Disponível em [www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br)

BRASIL. Lei 11652/09: Brasília, 1991. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L11652.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 1 a 33.

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CASSETTI, Francesco; CHIO, Frederico di. **Análisis de la televisión: instrumentos, métodos y prácticas de investigación**. Barcelona: Paidós, 1999.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

COUTINHO, Iluska (org.). **A informação na TV pública**. Florianópolis: Insular, 2013.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

\_\_\_\_\_. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DINIZ, Ângela Maria Carrato. **Uma história da TV Pública brasileira**. Tese de Doutorado em Comunicação. Universidade de Brasília. UNB, Brasília, Distrito Federal, 2013.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006a.

\_\_\_\_\_. Os desafios da Comunicação Pública. Palestra proferida no **Lusocom: Transparência, Governança, Accountability e Comunicação Pública**. Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB), 04 de novembro de 2008. Disponível no endereço: <http://www.comunicacaoecrise.com/downloads/Desafios%20da%20Comunicaco%20Publica-Jorge%20Duarte.pdf> .

\_\_\_\_\_. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 59 a 71.

\_\_\_\_\_. **Comunicação Pública**. Disponível no endereço: <http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>. Acessado em 19 de junho de 2016, às 20h.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006b.

DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FORSTER, Tatiana. **Entrevista concedida pela Diretora de Programação Produção e Operações da Fundação Piratini**. Porto Alegre, 18 de jul. 2017. Entrevista a Fabiana Pereira.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 59 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GÖRGEN, James. **Sistema central de mídia: proposta de um modelo sobre os**

conglomerados de comunicação no Brasil. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. UFRGS, Porto Alegre, 2009.

GUARESCHI, Pedrinho. **O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação pelo mundo: experiência de doze países e o caso brasileiro.** São Paulo: Paulus, 2009.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogia de la comunicación** (el comunicador popular). La Habana: Editorial Caminos, 2002.

LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão.** São Paulo: Summus, 1997.

LOBATO, Daniela Hoffmann. **TVE RS: a televisão estatal entre a missão do serviço público e o mercado.** Dissertação de Mestrado em Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2004.

LÓPEZ, Juan Camilo Jaramillo. Proposta geral de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 246 a 267.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classes sociais e status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: RINCÓN, Omar (org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão.** Projeto Latino-americanando de Meios de Comunicação. São Paulo, Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

MATOS, Heloiza Helena Gomes de. Comunicação política e comunicação pública. **Organicom.** Ano 3. Número 4. 1º semestre de 2006.

MILANEZ, Liana. **TVE: cenas de uma história.** Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **I Fórum Nacional das TVs Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão (Caderno de Debates vol.1).** Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

\_\_\_\_\_. **I Fórum Nacional das TVs Públicas: Relatório dos Grupos Temáticos de Trabalho (Caderno de Debates vol.2).** Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 34 a 46.

OTHON, Jambeiro. **Regulando a TV**: uma visão comparativa no Mercosul. Salvador: EDUFBA, 2000.

\_\_\_\_\_. **A TV no Brasil do Século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.

OROZCO, Guillermo. Mediações e televisão pública: a desconstrução múltipla da televidência na era da vassalagem mediática. In: RINCÓN, Omar (org.). **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. Projeto Latino-americando de Meios de Comunicação. São Paulo, Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.

OTONDO, Teresa Montero. **Televisão pública na América Latina**: para quê e para quem? 2008. Tese. Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2008.

RINCÓN, Omar. A televisão: o mais importante, do menos importante. In: RINCÓN, Omar (org.). **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. Projeto Latino-americando de Meios de Comunicação. São Paulo, Friedrich Ebert Stiftung, 2002a.

\_\_\_\_\_. Rumo a uma televisão pública experimental e prazerosa. In: RINCÓN, Omar (org.). **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. Projeto Latino-americando de Meios de Comunicação. São Paulo, Friedrich Ebert Stiftung, 2002b.

\_\_\_\_\_. TV Pública: para saber quem somos, como temos sido e o que queremos ser. In: RINCÓN, Omar (org.). **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. Projeto Latino-americando de Meios de Comunicação. São Paulo, Friedrich Ebert Stiftung, 2002c.

SANTOS, Nádia Maria Weber; MORAIS, Ana Luiza Coiro (org.). **Tvs Públicas**: memórias de arquivos audiovisuais. São Leopoldo: Oikos, 2016.

SILVA, João (fictício). **Entrevista concedida por funcionário da TV Educativa de Porto Alegre**. Porto Alegre, 29 de jun. 2017. Entrevista encaminhada por e-mail a Fabiana Pereira.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**. Ano 2. Junho, 2009. p. 10-18. Disponível em [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Direitos%20Humanos\\_Revista%20Direitos%20Humanos2009.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Direitos%20Humanos_Revista%20Direitos%20Humanos2009.pdf). Acessado em março de 2017.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. A nova visibilidade. In: **Matrizes**. Ano 2, nº 2, abril. 2008, p. 15-38.



\_\_\_\_\_. Fronteiras cambiantes da vida pública e privada. In: **Matrizes**. Ano 4, nº 1, julho/dez. 2010, p. 11-36.

UNESCO. **Radiotelevisión de servicio público**: um manual de mejores prácticas. 1 ed. San José, CR: Oficina de la Unesco para América Central, 2006.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e globalização**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZÉMOR, Pierre. As formas da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 214 a 245.

#### Sites

ABERT – <http://www.abert.org.br/web/>

EBC - <http://www.ebc.com.br/>

Federação Nacional dos Jornalistas - <http://fenaj.org.br/>

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - <http://www.fndc.org.br/>

Fundação Piratini - <http://www.fundacaopiratini.rs.gov.br/>

INTERVOZES - [www.intervozes.org.br](http://www.intervozes.org.br)

Portal Carta Capital - <https://www.cartacapital.com.br/>

Portal Clic RBS - <http://www.clicrbs.com.br/rs/>

Portal Correio do Povo - <http://www.correiodopovo.com.br/>

Portal Jornal do Comércio - <http://jcrs.uol.com.br/>

Portal Sul 21 - <https://www.sul21.com.br/>

Senado Federal – Notícias - <https://www12.senado.leg.br/noticias/ultimas>

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS - <http://www.jornalistas-rs.org.br/grcsu/>

TVE – <http://www.tve.com.br/>

## APÊNDICES

## ANEXOS